



BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
NOVA SÉRIE | ANO 2019 | N.º 13

R ⊕ T E I R ⊕ S

Em cima da hora, em cima do tempo



**Conselho Global
para a Tolerância e Paz**



**Democracia e Populismo:
um jogo de luz e sombras**



Soberania digital da União Europeia



**As Formas Políticas - do Estado
Nacional à União de Estados
pela via do sistema das
Políticas Comuns**



BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

R⊕TEIROS

NOVA SÉRIE | ANO 2019 | N.º 13

BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

RΘTEIROS

NOVA SÉRIE | ANO 2019 | N.º 13

Conselho Editorial

Adriano Moreira
Maria Regina Mongiardim
José Fontes

Director

António Rebelo Duarte

Editor

José Silva Carreira

Propriedade

Instituto D. João de Castro

Redacção e Administração

Rua D. Francisco de Almeida, 49
1400-117 Lisboa

Contactos

Telefone: 213 032 150
Fe-mail: geral@idjc.pt
site: www.idjc.pt

Execução gráfica

ACD PRINT, S.A
www.acdprint.pt

Depósito Legal

212775/05

Índice

NOTA EDITORIAL

Entre a velha e a nova década	5
<i>A Direcção</i>	

DESTAQUE

Em cima da hora, em cima do tempo	11
<i>Prof. João Moreira Freire</i>	

MEMÓRIAS

Força da Língua	19
<i>Embaixador Miguel Gustavo de Paiva Torres</i>	

ENSAIO

Pode fazer-se uma História que não seja política?	21
<i>Prof. João Moreira Freire</i>	

RELIGIÕES, IDEOLOGIAS E UTOPIAS

Conselho Global para a Tolerância e PAZ	31
<i>Prof. Adriano Moreira</i>	

Discurso de S. E. Ahmed Bin Mohammed Al Jarwan, Presidente do Conselho Global para a Tolerância e Paz (Tradução)	35
<i>Ahmed Bin Mohammed Al Jarwan</i>	

Cuidar ate ao fim com Compaixão	41
<i>Grupo de Trabalho Inter-religioso Religiões-Saúde</i>	

Democracia e Populismo: um jogo de luz e sombras	69
<i>Prof. José Filipe Pinto</i>	

Utopia	83
<i>Prof. Adriano Moreira</i>	

HISTÓRIA

- Almirante Gago Coutinho** 91
Prof. Adriano Moreira

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- A soberania digital da União (ou a falta dela!). O que fazer?** 97
C/Alm. Gameiro Marques

POLÍTICA E SOCIEDADE

- As Formas Políticas – do Estado Nacional à União de Estados
pela via do sistema das Políticas Comuns** 101
Dr. Joaquim Aguiar

EUROPA

- O que faz hoje a riqueza das Nações** 137
Prof. João Moreira Freire

- União Europeia e o Atlântico: Crises em terra,
Oportunidades no mar** 147
V/Alm. REF António Rebelo Duarte

PORTUGAL

- Portugal – Geopolítica e posicionamento estratégico
na 3ª década do século XXI** 159
Prof.ª Sónia Ribeiro

OCEANOS

- A Geopolítica dos Oceanos e os desafios das alterações climáticas
na sua Governança Global** 183
Comandante Aldino Santos de Campos

SEGURANÇA E DEFESA

- Os 70 anos da NATO e as relações Estados Unidos-Europa** 197
General Luís Valença Pinto

- A septuagenária NATO – na encruzilhada entre um passado
bem-sucedido e o problemático futuro** 209
V/Alm. REF António Rebelo Duarte

Entre a velha e a nova década

Em vésperas de uma nova década e de um mundo em que a juventude é inquiridora de inquietantes futuros e os valores demoliberais vão estiolando

Estas notas editoriais já são escritas no início deste novo ano de 2020, que por sinal não se apresenta menos instável e incerto do que o ano a que se reporta o presente Boletim – 2019 –, fecho de uma década de muitos medos e protestos sociais e de várias tensões e fricções políticas.

Uma década que, em recente balanço de José Miguel Júdice¹, foi definida como “*prodigiosa e aterradora*”. Prodigiosa no desenvolvimento da ciência e tecnologia, aterradora pelo que daí poderá emergir de possibilidades imensas, incontroláveis e imprevisíveis, como a geopolítica nos mostrou de inconsciência ambiental, tensões e conflitos, afrontamentos de raiz religiosa e aventureirismos perigosos e oportunistas movidos pelo móbil de defesa intransigente de interesses egoístas e conquista de supremacias hegemónicas.

Porque o conjunto de trabalhos agora publicados ajudam a compreender essa realidade antinómica, reconhecemos convictamente que nesta edição dos ROTEIROS – NOVA SÉRIE | ANO 2019 | n.º 13 – continuámos a fruir o privilégio de poder contar com a colaboração de diversas personalidades do nosso meio académico e também da Administração Pública, enriquecendo-nos com os seus saberes e conhecimentos temperados pelas suas vastas carreiras e experiências, como foram reconhecidos e aplaudidos pelos nossos associados e convidados presentes nas habituais sessões das últimas 5^{as} feiras de cada mês.

As suas intervenções abrangeram um vasto leque de matérias e objectos temáticos, que vão da história e do seu papel na política até ao complexo

¹ “Uma década prodigiosa e aterradora”, in “Público”, de 29DEZ19;

presente, da ciência política às relações internacionais, da geopolítica à segurança e defesa, de Portugal ao Mundo, passando pela Europa, da estratégia à riqueza das nações, das religiões às utopias com as ideologias de permeio, da democracia aos populismos e nacionalismos, do mundo digital das TIC's e redes sociais às invasões da privacidade dos utilizadores e processamentos eleitorais nas sociedades ocidentais. De tudo isto se falou um pouco nas animadas conferências e subsequentes debates. Bem hajam os “artistas-especialistas” e o público assistente.

Não se estranhará, pois, o sentimento de profundo agradecimento e gratidão da Direcção do Instituto pela oportunidade concedida pelos nossos palestrantes de nos ajudar a interpretar um mundo com tanto de transformação acelerada, quanto de crescentes ameaças e desafios, que não podem deixar de nos inquietar, a começar pelos novos paradigmas da comunicação e sociabilidade, a que se juntam os progressos da inteligência artificial e os seus efeitos na optimização da gestão das redes sociais, já hoje mais do que um prenúncio de uma revolução social que se faz todos os dias e que massifica gostos, opiniões e interacções potenciadoras da manipulação e devassa criminosa de dados e informação individuais.

No plano geopolítico, os sinais não são mais optimistas. Pela frente vislumbram-se riscos muito superiores à nossa capacidade de adaptação, potencialmente susceptíveis de desaguar numa outra década de medos e sofrimentos, como aqueles que resultaram das abortadas “primaveras árabes”, da chegada massiva de refugiados e do terrorismo na Europa, do “Brexit” em vias de concretização, da anexação russa da Crimeia, da imperial ascensão de Xi Jinping na China e da desconcertante hipótese de (re)eleição de Trump, bem reveladores de um traço comum de profunda mudança das sociedades e das relações de força que lhes subjazem, ao fim e ao cabo, de um mundo estranho que o Prof. Moreira Freire ensaia decifrar através do seu disponibilizado ensaio *“Em cima da hora, em cima do tempo”*.

Curiosamente, notamos aqui uma marcante coincidência entre a profecia do autor acerca dos problemas das alterações climáticas e transição energética e a consolidação da 4ª revolução industrial, com os riscos apontados no recente relatório do Forum Económico Mundial – *The Global Risks Report 2020*² – enumerando o falhanço na acção climática (mitiga-

² Publicado em 15JAN2020, condensando o resultado de um inquérito a um conjunto alargado de participantes nos encontros anuais do FEM em Davos, na Suíça, acerca dos maiores riscos que o mundo poderá enfrentar na próxima década e quais deles terão um impacto mais severo, sendo que, pela primeira vez, os resultados colocaram no top 5 dos riscos globais mais prováveis factores de uma só área: a ambiental;

ção e adaptação), a perda de biodiversidade e os fenómenos climáticos extremos, que voltaram a aparecer no top 5, acompanhados, agora, pelas armas de destruição maciça (da categoria da geopolítica) e a crise da água, que podendo também ser inserida nas questões ambientais, surge ali na categoria dos factores sociais. O cenário global traçado pelo relatório é preocupante e alerta ainda para a emergência de governos com *“posturas mais nacionalistas, em busca de agendas individuais”*, uma *“economia estagnada”* e as muitas *“incertezas sobre o futuro”* – não só pela mudança necessária para combater a mudança climática, mas também pelo conflito comercial entre os EUA e a China, como se refere no documento, o que dá maior ênfase à necessidade imperiosa de uma acção rápida com objectivos claros por parte dos responsáveis políticos a nível mundial, nesta paisagem global de instabilidade, complexidade e imprevisibilidade. Curiosamente, no domínio da tecnologia móvel, a UE recusou, já em JAN2020, banir a Huawei do 5G, embora com exigências a nível do reforço contra ataques externos, para além da reiterada vigilância ao investimento estrangeiro nesta 5ª geração móvel, devido a riscos acrescidos de ataque por países ou agentes apoiados por governos fora da UE, onde implicitamente se inclui a China, num evidenciado posicionamento de uma certa equidistância entre Washington e Pequim.

É neste cenário de transformações sociais e circunstância de globalismo sem governança que também as religiões podem ter uma palavra a dizer³, em especial perante as causas fracturantes que jogam com a vida, como é o caso da eutanásia, e que este número regista e revela o posicionamento das diversas igrejas e confissões, face à problemática da “morte assistida” (frequentemente usada entre nós para congregar, com pouco rigor, diga-se, os termos “eutanásia” e “suicídio medicamente assistido”), problemática essa que não deixa de nos convocar para a dialéctica entre a ciência médica e psicológica (que deve servir as pessoas) e as ideologias (que pretenderão servir as sociedades, neste caso em termos de ajuda e apoio ao ser humano no fim da sua vida).

Ainda neste capítulo das ideologias, releva-se o artigo que traz à liça a velha e envenenada relação entre democracia e populismo e em que o autor, o Prof. José Filipe Pinto, procura demonstrar a usurpação da liberdade e o aproveitamento dos medos populares que o populismo exercita na sua

³ Representantes de oito confissões religiosas irão reiterar no início de 2020, em Lisboa, a sua oposição à despenalização da eutanásia em Portugal, segundo o coordenador do Grupo de Trabalho Inter-Religioso Religiões-Saúde, para pedir uma maior aposta na área dos cuidados paliativos, entendidos como “uma exigência inadiável”;

ambição de conquista do poder, dando razão à ideia base da possibilidade de existir democracia com populismo, em contraponto ao populismo minimizador da democracia. Estas análises expressam-se nas posições do Grupo de Trabalho Inter-religioso Religiões-Saúde e das diversas religiões que acompanham a humanidade, e ganham interessante dimensão nos artigos do Prof. Adriano Moreira e Prof. Filipe Pinto.

Porque as ideologias e utopias floresceram com a história, é a esta que se recorre para lembrar memórias e exaltações da icónica figura de marinheiro e cientista, que foi o Alm. Gago Coutinho, que o “recuperador do passado”, o Prof. Adriano Moreira, chegou a conhecer bem e conviver amiúde.

Com um salto de muitas décadas o nosso Boletim passa da história para a ciência e novas tecnologias, com especial ênfase nesta era digital das TIC's e Internet, incluindo as redes sociais, desta feita com a ajuda do Alm. Gameiro Marques, profundo conhecedor desta área e que nos alerta para os riscos que as soberanias enfrentam com a malévola, para ser diplomático, exploração desse ambiente espacial por parte de rivais e inimigos políticos. É destas ameaças e desafios que nos fala o seu artigo, que suportou, de resto, a conferência que proferiu no Instituto, ao definir o ciberespaço como real, tal como os riscos que lhe estão associados, sem que estejamos completamente conscientes e preparados para nos protegermos dos ciberaques e da ciberguerra. Quanto maior o nível de informatização dos países, mais vulneráveis ficarão em relação a esse tipo de ofensivas, que podem ir de casos relativamente simples (como alterar um *site* do governo, com o objectivo de espalhar desinformação), até ofensivas mais complexas e de grandes repercussões (intrusões em redes de sistemas bancários ou da bolsa, de controlo de tráfego aéreo, da gestão de hospitais e de serviços públicos, como o fornecimento de água e electricidade).

E já que falámos atrás de política e sociedade, na dupla perspectiva nacional e europeia, nada melhor para conhecer os seus meandros atrás de uma viagem em veículo de políticas comuns com partida do “Estado-Nacional” até à meta da “União de Estados”, a lembrar o percurso da construção europeia até aos nossos dias. Trata-se de uma linha inovadora e intelectualmente robusta e bem conseguida por parte do “maquinista de serviço”, o nosso conhecido e reputado Dr. Joaquim Aguiar.

“União de Estados”, como é o caso da Europa, que volta a estar no radar do Prof. Moreira Freire, desta feita para examinar, entre alguns dos seus E-M's, a velha questão da “*natureza e causa da riqueza das nações*”, que ocupou distintos autores, sociólogos e economistas de renome, desde Adam Smith e Karl Marx, passando por Karl Polanyi, Max Weber e Thorstein Veblen, sem esquecer uma obra de Paul Samuelson, “A sociedade da

abundância”, premiada com o Nobel da Economia de 1970, e que ainda hoje se apresenta com enorme poder de decifração da sociedade contemporânea que nos é dada observar, devendo acrescentar-se que Portugal não escapa a esse exame de radiografia social.

O artigo seguinte procura fundamentar a crença no ressurgimento do Atlântico e no seu potencial de alavancagem e retoma do desenvolvimento económico do Velho Continente, cuidando igualmente da questão da segurança e defesa que este deve preservar com o aliado americano através da NATO, numa altura em que a organização perfez os 70 anos de existência, como bem defende no seu trabalho o Gen. Valença Pinto e secunda o signatário da presente nota editorial.

A terminar e em complemento da ideia do retorno da importância atlântica, surgem-nos dois textos de grande profundidade analítica no que se refere à geopolítica dos oceanos cada vez mais confrontados com os efeitos das alterações climáticas e da poluição, a clamarem por uma governança planetária ainda sem visíveis progressos, da autoria do membro português eleito para a Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, num mandato de 6 anos (2017-2022), o prestigiado Comandante Aldino Santos de Campos, e ainda neste contexto geopolítico, a proposta de posicionamento estratégico defendida pela Prof.^a Sónia Ribeiro, especialista de nomeada nos assuntos relativos aos *clusters* marítimos como alavanca das políticas económicas dirigidas à prospecção e exploração dos recursos marinhos e, no caso presente, uma análise acerca dos factores e pilares estratégicos do nosso posicionamento estratégico, em tempo de forçada reflexão imposta pelo Brexit, a dar azo a uma possível deslocação do centro de gravidade geopolítico da Europa para Leste sem o contrabalanço que uma deteriorada relação transatlântica poderia compensar. Um e outro tema, pela sua importância política e económica, merecem bem fechar em alta o 13º Boletim do nosso Instituto – “Roteiros|2019” –, só possível chegar ao prelo por generosa qualidade e contribuição dos conferencistas e outros articulistas convidados, que lhe deram forma e conteúdo. Bem Hajam!

Restelo, 10 de Fevereiro de 2020

A Direcção do IDJC



Em cima da hora, em cima do tempo¹

Prof. Dr. João Moreira Freire²

O mundo está esquisito, estranho para quem viveu bem o século XX. Nunca fizemos planos pessoais que chegassem até 2020. Mas, já que aqui estamos, não desistimos de tentar compreender o mundo que nos rodeia e de formular ideias – apenas vagas e exploratórias – supostamente susceptíveis de resolver os principais problemas que nos apoquentam, ou ao menos de minorar os seus efeitos nocivos e de potenciar o que de bom a Humanidade tem ultimamente produzido.

À entrada desta terceira década do século XXI, os temas dominantes são as alterações climáticas, os novos populismos, a 4ª revolução industrial, a expansão chinesa e as correlativas resistências americana, russa e europeia (esta, coxeando aqui e acolá). Os “novos dragões” do oriente, e mesmo “brics” como a Índia, a África do Sul e o Brasil, parecem ter esgotado grande parte do fulgor que exibiam há anos atrás. O tempo do “*fórum alternativo*” e de outras manifestações anti-capitalistas ou tendo o “*império yankee*” no colimador quase desapareceu da cena mediática internacional, com os Grandes do Mundo a reunirem-se agora em sítios esconsos, pouco propícios a ajuntamentos de “*people*”. No entanto, o estilo “massivo” (e só marginalmente violentos) daqueles ajuntamentos reaparece em qualquer oportunidade, como há semanas aconteceu em Madrid por causa dos temores do

¹ Texto publicado pelo autor, em 01JAN2020, no blog: <https://aideia.blog/>;

² Sociólogo. Professor catedrático aposentado e Professor Emérito do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Oficial da Armada em jovem, seguindo depois para França, tendo sido operário na Renault em Paris e “*ancien élève de Sciences Politiques*”. Doutoramento em Sociologia pela Universidade Técnica de Lisboa. Autor de vários livros, incluindo sobre a colonização portuguesa em África e a Marinha Portuguesa na modernidade;

clima. Até os atentados terroristas no ocidente parecem ter perdido o fôlego, após a derrota no terreno do “Estado Islâmico” e (imagina-se) devido aos gigantescos progressos da contra-espionagem, de base electrónica ou tradicional. Até ver...

Contudo, é no espaço comunicativo (“*ciber*”) e no dos *comportamentos sociais* que as maiores mudanças parecem estar a ocorrer, levando-nos à pergunta: o que sabemos das ciências sociais (e outras) do século passado terá ainda pertinência actualmente e no mundo que se vai viver – viver, amar, sonhar, lutar e morrer – nas próximas décadas?

No *espaço público* – hoje já não a praça, o mercado ou o lavadouro, e cada vez menos o café e o jornal – continuam a assentar arraiais os *mass media*, em acesa competição uns com os outros, incluindo na área da informação, com o “directo” a pôr os repórteres à compita (a quererem fazer literatura pífia) e os *pivots* a pavonearem-se com “decimais” de estatísticas que não entendem. Os operadores televisivos seleccionam em função de critérios próprios as notícias (em palavras e imagens/sons), os entretenimentos e os poucos elementos de cultura-culta que entendem dever servir-nos – a nós, habitantes e cidadãos, que pagamos impostos, podemos votar e (dentro de certos limites) trabalhamos em coisas consideradas úteis –, juntamente com doses maciças de publicidade comercial que fazem convergir a nossa distraída atenção para o que conjunturalmente lhes interessa: automóveis, turismo, culinárias, desporto, o *show biz*, etc. A máquina de produção-consumo-lucro instalada não autoriza paragens nem permite conceber razoavelmente como passar desta febre de consumismo desenfreado para dinâmicas mais pausadas, moderadas, sustentáveis e justas para todos, num horizonte de uma ou duas gerações. Daí também o fechamento e o niilismo a que, compreensivelmente, se entregam muitas pessoas insatisfeitas ou infelizes.

Há um século, já era difícil, com os votos corrompidos pelo caciquismo, o malthusianismo do corpo eleitoral e a resignação pregada geralmente pelas religiões. Mas, apesar dessas dificuldades, o sistema produtivo concedia ainda aos sectores mais qualificados do operariado um domínio profissional que os habilitava a compreender e serem capazes de gerir o funcionamento das fábricas e indústrias, do comércio, dos transportes e comunicações – e (por essa via) aspirarem a poder vir a introduzir princípios de maior justiça e igualdade no acesso aos bens sociais, no quadro nacional. A isto se associava o controlo que o agricultor familiar podia ainda possuir sobre a produção agro-pecuária de pequena escala, porém suficiente para abastecer os aldeãos e as vilas da vizinhança. É certo que lhes escapavam completamente os saberes do comércio externo, da finança, da diplomacia e

da estratégia, e por isso fizeram erros e provocaram novos desastres quando se alçaram à posição de donos do poder político.

Mas, hoje, a complexidade dos sistemas económicos mundiais, da ciência e das aplicações tecnológicas, das variáveis em jogo nas relações internacionais e das próprias expectativas das populações e dos grupos sociais torna aquelas perspectivas – e as ideologias nelas apoiadas – quase totalmente destituídas de sentido prático.

Poderia pensar-se que a expressão política mais pragmática e moderada, assente no respeito das regras democráticas e em valores de liberdade e maior justiça social (como os partidos republicanos, socializantes, cristãos ou liberais em muitos países ocidentais, todos com os seus méritos e pecados), seria a opção mais racional para gerir esta complexidade a partir das posições legislativas e governamentais. Mas até isto tem vindo a mostrar evidentes sinais de desgaste e falência, deixando-se penetrar pela corrupção económica e pelo fascínio do mando, afastando-se progressivamente dos anseios das populações. Basta ver, a crise dos partidos tradicionais, as taxas de abstenção eleitoral ou a emergência dos “novos populismos”; e, no caso português, os poucos debates televisivos que (além da “futebolite”) subsistem na programação semanal dos canais de informação: em todos eles se discutem os mesmos três ou quatro “casos mediáticos” da semana, intensamente pessoalizados; e os intervenientes pertencem quase sempre ao mesmo restrito círculo de comentadores cujas afinidades políticas se vislumbram facilmente. Em contra-partida, a notoriedade televisiva é frequentemente usada como trampolim para alguns se talharem novas carreiras políticas, se reconverterem para outras posições no estrelato das “figuras públicas” ou, mais simplesmente (como vários líderes actuais de grandes países), para difundirem mensagens úteis para o seu exercício de poder. Nestas posições proeminentes, tivemos em Portugal um Presidente-militar, dois sociais-democratas vindo do antifascismo, um tecnocrata (de quem o povo dizia: “este, é cá dos nossos”) e um arguto gestor-de-imagens-e-expectativas, não sendo fácil imaginar o perfil do senhor que se seguirá em Belém. E nos últimos tempos, os holofotes televisivos focaram-se em S. Bento sucessivamente sobre um megalómano, um “rapaz” que chegou em mau momento para liberalizar a economia do país e um outro especialista da “comunicação política” (apesar da sua deficiente verbalização), dos “jogos de cintura” e da arte de negociar. Antigamente, era o “esteve(s)...”; agora é o “vamos...”.

Acontece, porém, que o impacto destes meios de comunicação de massas tem vindo ultimamente a decrescer, mercê do correlativo sucesso

das “*social networks*”, dos *Sites*, *Blogs* e outros dispositivos “fixos” permitidos pela tele-informática.

O campo das “redes sociais” tem sido aproveitado para grandes e sofisticadas operações de influência das escolhas eleitorais, substituindo em boa medida o “porta-a-porta” tradicional e deixando os comícios, jantares e “arruadas” para a mobilização de militantes e as fugazes imagens dos telejornais. Mas, fundamentalmente, é aí que se tem edificado o meio privilegiado de expressão e acção individual (e social) das novas populações urbanas escolarizadas (ainda que pobremente), fazendo-nos perceber que estamos provavelmente no dealbar de uma “nova era” da história do mundo e da humanidade – onde o livro e a consciência individual esmorecerão... e as neuroses ascenderão ao patamar de “bens públicos”.

Lado a lado com alguns extraordinários avanços permitidos pela ciência e as tecnologias – no campo da bio-química, da astro-física, da electrónica e das telecomunicações, apenas para citar alguns, mas em geral em todas as áreas do conhecimento –, suspeitamos da instalação progressiva de um desregramento dos comportamentos humanos (e de uma “desumanização”, para falar claro) que, como sempre, se iniciou nos campos artísticos e criativos, se legitimou através de algumas instituições (em particular, no edifício das “ciências sociais e humanas”) e se disseminou à boleia dos grandes interesses económicos, mundializados: na produção, no consumo, no crédito e nos serviços.

A revolução tecnológica da Informação abriu-nos portas para um novo mundo, com possibilidades magníficas, antes insuspeitáveis. Mas o *homo comunicativus* tem hoje também ao seu dispor um “escarrador público” onde anonimamente pode despejar as suas frustrações e desejos impossíveis, um excelente instrumento para combinar negócios e golpadas, ou ainda tentar mobilizar avalanchas emocionais. Tais protagonistas anónimos julgam-se espiritualmente livres e “eles-próprios” – autónomos na sua individualidade, nas posturas que adoptam e modos-de-ser que interiorizam –, quando afinal copiam e reproduzem os modelos que outros (grandes empresas multinacionais com orientações estratégicas ou outras “centrais” difusoras de comportamentos sociais) inventam e põem a circular, apenas se distinguindo dos seus parceiros nos pormenores pindéricos do corte capilar ou nas ínfimas variações do produto mercantil que consomem, agora produzido “em série flexível”, com múltiplas possibilidades alternativas “à escolha do cliente”.

As *alterações climáticas*, com aliados fortes na comunicação social, nos professores e nos cientistas mais aptos ao protagonismo mediático (que,

fazendo ciência, “fazem política”), não são realmente uma invenção dos adversários dos Trump, dos Bolsonaro ou dos críticos dos chineses. Pode ser que ocorressem mesmo sem a moderna “pegada humana” (como se verificou no passado longínquo), mas é bem provável que a nossa “civilização” – com tão belas realizações em alguns campos – tenha vindo a contribuir fortemente para agravar as mutações em curso. Estamos a referir-nos sobretudo à emissão de gases com “efeito de estufa” pelas indústrias pesadas e pelo maciço fenómeno da urbanização, à “motorização” do transporte individual e à desflorestação de alguns grandes “pulmões verdes” da Terra. Mas não podemos minimizar os efeitos nocivos de certas explorações mineiras, do emprego de diversos produtos químicos, da poluição dos oceanos ou do aquecimento pelas “perdas térmicas” de qualquer tipo de maquinismo, além do risco sempre latente dos mega-acidentes (de que os atómicos seriam decerto os mais catastróficos). É possível que a “transição energética” que agora tecnocraticamente nos propõem venha a ter sucesso e que dentro de cinquenta anos todos os automóveis sejam eléctricos e se tenha encerrado o capítulo do recurso maciço aos combustíveis fósseis. Mas isso só ocorrerá se o novo “modo de consumo” for economicamente viável. E, para produzir electricidade, armazenar a sua produção e geri-la de modo útil para um consumo cada vez maior nunca bastarão as actuais “fontes renováveis”. Onde e como fazê-lo, então?

Aqui, batemos à porta dos problemas da *quarta revolução industrial* e da exploração/colonização espacial, mas também da nossa demografia, da educação, da economia, da política e dos movimentos sociais. A Greta Thunberg e os jovens urbanos escolarizados que agora se agitam e mobilizam para o protesto sobre estas “causas” são um sinal de que estão a ser sensibilizados pela acção “vanguardista” dos *media* e da escola; mas também que estão a ser, eles próprios, protagonistas do novo mundo intercomunicativo das “redes sociais” – com todos os seus defeitos, vantagens e potencialidades. É decerto importante a consciencialização das populações para estes problemas, *enquanto opinião pública*, pois isso condicionará as forças políticas existentes nas suas futuras operações propagandísticas-eleitorais. Mas tal só minimamente afectará as *atitudes sociais* dos diversos povos da Terra face à economia, ao sistema de produção-consumo e aos mais acarinhados projectos-de-vida de cada qual.

É nestas condições que os “populismos” e o papel dos líderes carismáticos – com mentiras e meias-verdades, a dizerem o que “as massas” querem ouvir – ganham toda a sua actual acuidade. Pelo que urge estar atentos a tais derivas, mas também ao escrutínio rigoroso do surgimento

de movimentos inovadores, às reacções das forças partidárias instaladas e mesmo ao risco de nos deixarmos arrastar para conflitos violentos de contornos pouco evidentes.

A política internacional é hoje tão ou mais importante do que a gestão dos interesses e das idiossincrasias caseiras. O caso da saída do Reino Unido do concerto da União Europeia é um gritante exemplo desta interdependência. A China é outro.

No primeiro, vimos que o estilo contundente de Boris Johnson ganhou claramente nas urnas e, ao menos, deveremos ter um *Brexit* negociado que inaugurará um novo período nas relações económicas internacionais. Porém, além da muito badalada pulsão independentista dos escoceses, há outras armadilhas engatilhadas que ameaçam a subsistência do Reino Unido enquanto Estado: nomeadamente, os termos acordados pelo actual *prime-minister* com Bruxelas segundo os quais o arranjo alfandegário especial para a fronteira entre o Ulster e a República da Irlanda (para evitar o “*back-stop*”) deverá ser confirmado de quatro em quatro anos por um voto do Parlamento de Belfast. Isto é: com a demografia a trabalhar em favor dos católicos, os protestantes “unionistas” da Irlanda do Norte arriscam-se a, daqui a algum tempo, ficarem com uma minoria tal no seu parlamento que permita vir a ultrapassar este arranjo e substituir o “acordo de Sexta-Feira Santa” por um outro qualquer processo negocial/referendário que leve à tão sonhada (pelos católicos e nacionalistas “verdes”) unificação das Irlandas sob um mesmo regime político. Isto, não se lê nos astros, mas está na lógica decorrente das soluções de “desenrasca” tão ao jeito do senhor Boris e de que (inteligente como é) há-de ter medido todas as consequências e implicações para o prazo em que for ele a mandar. Depois, quem vier que se amole...

Do segundo caso, podemos dizer que Xi-Jinping e o estado-maior de Pekin possuem uma consciência aguda dos problemas que os ameaçam (vide a atitude de “firmeza” para com os jovens revoltados de Hong-Kong e o seu desvelo por Macau) e têm uma estratégia delineada ao pormenor para a China Popular se vir a impor como a potência hegemónica na segunda metade do século XXI, ou ao menos para partilhar essa posição com os Estados Unidos numa situação de equilíbrio-de-Blocos, tendo o Oceano Pacífico por “terra de ninguém”. Regime forte (com ambições territoriais bem demarcadas), concorrência regulada (sobretudo no comércio externo, mas sempre ineficaz pela inovação tecnológica) e capitalismo (com escala suficiente para a mão-forte do Estado e, simultaneamente, espaço para banqueiros, empresários, jogadores-de-casino e pequenos lojistas/traficantes

tes) – eis os três pilares em que parece assentar a originalidade da China actual, que em muitos aspectos se encontra em plena sintonia com o que vai dominando pelo resto do mundo.

Neste contexto, Portugal figura como um pequeno parceiro, amarrado à Europa e ao Atlântico pela geografia e pela história, sem ambições mas com referências bem para além destes limites, entre as quais avultam a memória-do-império, a expatiação e o património da língua. Do resto – da sociedade e da política, da simpatia e das invejas –, conhecemos nós o suficiente para que seja necessário estar sempre a falar delas.





Força da Língua¹

Miguel Gustavo de Paiva Torres²

Minha pátria é minha língua, cantamos. A língua não é nossa mas também é nossa, dizia o Professor Doutor Adriano Moreira, último Ministro do Ultra Mar do Governo de Oliveira Salazar.

Passei a ter uma admiração muito sincera por Adriano Moreira após um almoço para o qual o convidei no restaurante Conventual em Lisboa, no contexto de várias entrevistas que estava realizando com importantes personalidades de Portugal para a conclusão de uma monografia sobre as relações luso-brasileiras e uma possível Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Fazia essas entrevistas ao mesmo tempo em que participava da campanha para a criação da Comunidade em Portugal e na África Lusófona, juntamente com os meus colegas de Posto e com o Embaixador José Aparecido de Oliveira.

Elegante, sereno, de fino pensamento e conhecimento, o Doutor Adriano Moreira não tinha a arrogância dos velhos professores doutores e a distância indiferente de uma personalidade histórica. Muito pelo contrário, simples e gentil conversou largamente e, me pareceu, muito sinceramente, com aquele jovem conselheiro de Embaixada a quem dera o privilégio de compartilhar a mesa e a comida.

¹ Texto disponibilizado pelo autor para a presente edição dos Roteiros;

² Acadêmico e diplomata de carreira. Serviu em Brasília, Costa do Marfim, Alemanha, Portugal, México, República Tcheca, Indonésia e Cuba. Foi embaixador na República do Togo e fez diversas missões diplomáticas em países como Índia, Paquistão, Líbia, Kuwait, Panamá e Santa Lúcia. Dedicou grande parte de sua carreira às relações do Brasil com a África e foi Ministro-Conselheiro na Embaixada em Havana entre 2003 e 2006. Escritor, foi também jornalista em Maceió e no Rio de Janeiro antes de prestar concurso direto para a carreira diplomática, em 1975, no Rio de Janeiro. É autor de *O Visconde do Uruguai* e *a Consolidação da Política Externa do Império*, publicado pela editora da FUNAG, em 2011; *Memória dos Trópicos*, editora Albatroz, 2018; e *Tempos Bicudos*, editora Querida Prudência, Maceió, 2019.

Sempre acreditou no mundo luso tropical de Gilberto Freire, desde os tempos em que presidiu a Sociedade de Geografia de Lisboa. Foi um dos principais políticos cotados para suceder a Oliveira Salazar, nas tentativas finais do regime para manter o império português flexibilizando e democratizando as relações entre Metrópole e colônias. Como último Ministro do Ultramar de Portugal aboliu o Estatuto do Indígena que estatuiu nas colônias direitos e deveres diferente para colonos brancos e nativos. Fez uma importante reforma do sistema prisional e pretendia incentivar a criação de uma classe média nativa com educação superior para uma transição pacífica e consistente de poder nas colônias.

Adriano Moreira, no entanto, sofreu resistências e renunciou. –“Já era tarde demais.”-, me disse. Concordava com meu amigo português que foi militar no terreno durante a guerra colonial em Angola, exercendo funções na inteligência da Aeronáutica, com a tese de que, do ponto de vista militar Portugal poderia ter ganho a guerra contra os movimentos de independência. Adiaria, quem sabe a desintegração do império. Mas do ponto de vista político o fim do império já eram favas contadas.

As reformas de Adriano chegaram tarde demais. –“Agora”-, me dizia ele naquele inesquecível almoço no restaurante Conventual, resta a esperança de criação de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, onde Portugal é a ponte de passagem para o futuro”-.

José Aparecido conseguiu reunir na embaixada do Brasil em Lisboa, para desgosto dos puristas europeus encastelados no PSD de Cavaco Silva, uma amplíssima gama de intelectuais, políticos e jornalistas que se juntaram a outros tantos no Brasil para levar à frente a ideia de construir e preservar um espaço político próprio para o mundo de língua portuguesa no futuro. Este futuro ao qual já chegamos.



Pode fazer-se uma História que não seja política?¹

Prof. Dr. João Moreira Freire²

A ideia que aqui se procura sustentar acerca desta questão é a seguinte: Pode! – mas é extremamente difícil.

Imagina-se bem que no ensino superior desta disciplina científica, os mestres passem grande parte dos anos iniciais de aprendizagem a inculcar nos seus alunos a separação, decisiva e essencial, entre três planos: 1º, o estudo objectivo dos factos e dos fenómenos; 2º, a sua interpretação; e 3º, a transposição de algumas análises e conclusões para as inserir em composições escritas (para “trabalhos” académicos, suportes de “apresentações” orais, crítica de textos, recensões ou elaboração de artigos e de teses ou dissertações). Em tudo isto, acentuam que é preciso separar o que fazemos neste domínio das ideias e opções que cada indivíduo (como pessoa ou cidadão) necessariamente vai formando ao longo da sua experiência de vida, eventualmente sobre os mesmos assuntos. Ou seja: que o “trabalho científico” e a *opinião ou convicção pessoal* são coisas distintas e que não podem nunca ser confundidas – como também tanto se insiste na iniciação universitária às outras áreas das ciências sociais e humanas. Têm toda a razão, mas talvez não cuidem suficientemente de alertar os discípulos para as formas mais insidiosas que tal erro pode revestir, ou eles próprios de o praticarem sem grande consciência disso.

¹ Ensaio difundido originariamente em <http://aideia.blog>

² Sociólogo. Professor catedrático aposentado e Professor Emérito do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Oficial da Armada em jovem, seguindo depois para França, tendo sido operário na Renault em Paris e “*ancien élève de Sciences Politiques*”. Doutoramento em Sociologia pela Universidade Técnica de Lisboa. Autor de vários livros, incluindo sobre a colonização portuguesa em África e a Marinha Portuguesa na modernidade;

Por outro lado, podemos pensar que o estado actual desta classe de disciplinas científicas também não é simplesmente “um momento” de um processo contínuo de acumulação do saber erudito, que superou degraus anteriores e será ultrapassado daqui a algum tempo. Para além da descoberta de novos elementos-de-prova, de novas metodologias de análise ou da inovadora crítica que supera anteriores paradigmas, teorias ou autores-de-referência, é legítimo supor que a história, a sociologia, a antropologia ou a ciência política do último meio-século foram geradas numa época e por especialistas que lhes conferiram um particularismo próprio e só seu. E aqui surge inevitavelmente a pergunta sobre se algumas destas ciências novas não sucumbirão dentro de algum tempo, por perda de credibilidade ou absorção por outras mais operativas ou que demonstrem maiores capacidades heurísticas.

Isto diferencia-as um tanto das velhas artes-de-saber da filosofia, da matemática ou da medicina – tal como o teatro (e a máscara) no antigo mundo mediterrânico (mas também um pouco em toda a terra, com a dança e a magia) pode ser visto como um antecedente da moderna psicologia; e as religiões como um “*bias*” entre esta última, a filosofia, a sociedade e a natureza envolvente.

A filosofia sempre foi um modo lógico de pensamento e de questionamento do Homem sobre o desconhecido. Mas não é ciência. E esta tem vindo a restringir o campo de exercício daquela. Também a história não foi ciência durante muito tempo, antes um registo interessado dos factos passados, porém quase o único que temos para nos situarmos no tempo, sempre que queremos recuar um pouco mais. E muito menos o direito é (e foi) ciência, consistindo sobretudo numa codificação de regras para a vivência em sociedade, ditada por preocupações de equilíbrio e equidade ou meramente para garantir as benesses dos detentores do poder dos que as ditavam. Contudo, quer o direito, quer a história (esta, em especial nos tempos modernos), dotaram-se de metodologias de estruturação interna que lhes garantissem elevados graus de certeza no ajuizamento dos factos. Nesse sentido, tornaram-se rigorosos modos de pensar a realidade exterior e de a condicionar de um modo socialmente útil.

A física, sobretudo a mecânica (incluindo subdisciplinas como a cinemática) – mas já menos a termodinâmica, a electricidade e o magnetismo, a electrónica, a física atómica ou a mecânica-de-fluidos –, a física, diziamos, compôs um género de pensamento teórico sobre o qual se identificou e construiu toda a ciência moderna: feita de observação dos fenómenos empíricos, método de registo dos dados observados, cálculo matemático, experi-

mentação laboratorial, por fim formulação de enunciados teóricos susceptíveis de melhoria ou superação e possibilitando aplicações práticas ou desenvolvimentos tecnológicos.

Diferentemente, a química – embora recorrendo igualmente a signos e cálculos simbólico-matemáticos para caracterizar os fenómenos ao seu alcance – penetra mais directamente na natureza e nos seus íntimos processos de transformação de qualidades. Nisto se aparenta à biologia, que todavia começou por descrever taxonomicamente a espantosa diversidade de espécies e categorias existentes no mundo natural que nos rodeia (e de que fazemos parte) para, progredindo mais fundo graças a certas invenções instrumentais (o microscópio, agora a biologia computacional, etc.), se introduzir no estudo e compreensão dos processos de desenvolvimento, transformação e interacção dos seres vivos que lhes subjazem. A geologia procedeu também inicialmente de maneira parecida, mas a prazo percebeu a proximidade de objectos de estudo que revelava, quer com a química, quer com a biologia (e aplicações agora concorrentes com a óptica e a astro-física). Mais recentemente, pode também dizer-se que as ciências recurram-se (como a física quântica), “amoleceram”, e que o necessário rigor das medições deixou de ser aritmético mas algorítmico.

Mas a matemática – em si mesma apenas especulativa – cedo começou a demonstrar as suas potencialidades de compreensão de variadíssimos fenómenos e para aplicação em inúmeros campos, da geometria das pirâmides e à trigonometria esférica das navegações, das regularidades estatísticas até à actual revolução “informacional”.

O Estado liberal da Modernidade, ao menos durante um certo tempo, financiou na universidade uma acumulação de conhecimento nas chamadas ciências sociais e humanas que tanto serviu para justificar e integrar os modelos sócio-económicos existentes, como para os contestar – é verdade que nem sempre com a isenção e o desprendimento que seria lícito esperar. Mas ainda será assim, no dealbar deste novo milénio?

Um repositório curioso daquilo que pode ser um contra-pensamento especulativo encontra-se numa das obras com que a Imprensa Nacional celebrou agora os dois séculos e meio da sua existência (*Dicionário dos Antis: a cultura portuguesa em negativo*, dir. José Eduardo Franco, Lisboa, IN-CM, 2018, 2 v.), onde também está uma minha modestíssima colaboração reflectindo sobre os “antis” contidos no pensamento anarquista (“Libertários”, Vol. II, p. 2137-2142). Aqui se podem encontrar interessantes discussões e algumas das mais surpreendentes expressões desta dialéctica (não Hegeliana mas serial, à *la Proudhon*) entre afirmação e recusa. Por analogia, na

estante da bibliografia já envelhecida, lembremos textos como: Martin A. Keyman, *Alguns dos nossos melhores poetas são fascistas* (Uma introdução a Ezra Pound, Coimbra, Fenda, 1981); ou *Ordem Nova* «Revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-bolchevista e anti-burguesa. Contra-revolucionária; reacionária; católica; apostólica e romana; monárquica; intolerante e intransigente; insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa» – Lisboa, 1926-27, com 12 números publicados e contando entre os seus redactores com nomes como Marcelo Caetano, Lopes Vieira, Múrias, Cavaleiro, Teotónio Pereira, etc. O modernismo estético rasgou horizontes culturais mas, por via de um arrogante esquecimento, menosprezou a história e a política.

Voltemos, porém, à história, um conhecimento que, além do seu valor próprio, apenas nos ajuda a relativizar o presente e talvez, conjuntamente com outras lógicas de pensamento, a cernir o futuro.

A contaminação por preferências pessoais do historiador pode começar logo pela escolha do tema que este se propõe estudar. Tal escolha deveria resultar da identificação de uma lacuna, de um enigma do passado não ou muito mal investigado, que o historiador se proporia então aprofundar melhor para poder utilmente esclarecer os seus contemporâneos e os vindouros, sobretudo se pudesse ter tido acesso a novas fontes ou intuisse uma nova interpretação, a partir da bibliografia já disponível. Ora, acontece que muitas vezes essa motivação inicial não é explicitada, seja por desatenção do investigador ou por deliberadamente a preferir ocultar. É legítimo que uma razão pessoal, de natureza afectiva, ideológica, partidária, etc., possa ter sido o “detonador” da sua curiosidade interrogativa, sem que tal tenha necessariamente de interferir no desenvolvimento da pesquisa, da análise e das suas conclusões. Mas isso deve ser explicado sem subterfúgios a quem mais tarde ler os resultados desse trabalho, pois, caso contrário, insinuar-se-á sempre alguma dúvida quanto às intenções do autor.

Porém, detectada e evidenciada a razão objectiva que justifica a investigação – novas fontes, novos métodos, crítica de teses anteriores, novas interpretações, etc. –, levanta-se um outro mar de problemas, onde se irá pôr à prova o rigor e a seriedade intelectual do investigador. Será sempre sua obrigação indeclinável o confrontar os diversos testemunhos, registos, provas materiais e documentos que se refiram a um mesmo acontecimento, de maneira contrastante. Esta “triangulação” (que o autor não deve silenciar na escrita final do seu texto), permitirá a obtenção de uma “verdade probabilística”, sustentável até que novas investigações (suas ou de terceiros) a possam infirmar ou superar. Esta preocupação ético-metodológica deve

estar presente em todos os passos do processo de pesquisa e de escrita (para publicação) dos resultados alcançados.

Porém, uma vez feita toda a recolha documental, bibliográfica, etc., e organizada esta informação (geralmente volumosa) de modo sistemático e funcionalmente relevante para o assunto em estudo, levanta-se a questão da sua restituição sob a forma de um texto escrito (artigo, livro, comunicação, etc.) para difusão entre académicos ou para um público mais amplo e heterogéneo. Ora, também aqui, a despeito da forma literária mais adequada de comunicar com os leitores ou ouvintes, surgem novas hesitações, escolhas e armadilhas a evitar, ou riscos a esconjurar, para que a objectividade desejada não seja perturbada por elementos inconscientes que subjazam no espírito do historiador. E, com muito maior gravidade, para que, distraído, este abrande a sua vigilância crítica de cientista em relação às preferências ou escolhas pessoais que, sobre o mesmo assunto, ele possa ter. É, obviamente, um exercício difícil e exigente que tantas vezes, à sua leitura, percebemos não ter sido levado até ao fim pelo autor. De facto, em caso de dúvida, é sempre melhor o historiador explicitá-la perante o leitor, do que deixar de o fazer ou justificar-se com o argumento de que tal poderá ser precisado ou corrigido num debate oral que, as mais das vezes, nunca acontecerá.

Note-se que estas “encruzilhadas decisórias” que surgem no momento da escrita podem aparecer sob diversas formas: no modo de organizar e sistematizar o texto; na sequência a dar aos diferentes parágrafos no interior da cada capítulo ou ponto de análise; na intercalação de elementos auxiliares da escrita (como podem ser um quadro estatístico, um esquema ou uma fotografia) e seu comentário; na apresentação e sínteses intermédias ou finais; finalmente, no próprio estilo de redacção das frases – sendo aqui sempre preferível aquela que proporcione uma sua leitura inequívoca, independentemente da elegância do texto.

Tudo isto são pormenores que, actuados de uma ou outra maneira, podem evidenciar (valorizando) ou subsumir (menorizando) tal ou tal aspecto decorrente da análise histórica, alterando-lhe o modo como será percebido pelos seus destinatários. Isto, simplesmente porque o resultado do labor do analista se materializa num texto – não num cálculo matemático – e, como sabemos, tal expressão da linguagem formalizada admite variações, sentidos e conotações, plásticos até ao infinito.

Este próprio texto que o leitor tem na sua frente e que eu estive a escrever e agora a retocar, que a alguns pode parecer, de algum modo, uma incursão rápida e a traço grosso no domínio da hermenêutica do texto histórico, não é, de facto, se não um escrito *intensamente político*,

pelo modo como seu autor reage à circunstância e à conjuntura (mundial) que está observando, como a agencia com a sua experiência de vida dos últimos setenta anos e as preocupações que agora lhe toldam o espírito, como ele conjuga as pulsões de certos ideais normativos emocionalmente acarinhados com as projecções extraídas de análises (sociológicas, políticas e económicas) a que algum conhecimento científico lhe permitiu ter acesso.

De resto, o mesmo se passa na literatura romanesca, de ficção, até na literatura infantil. Só a poesia escapa a estes condicionalismos. Mesmo sem qualquer intencionalidade, cada escritor transporta para a sua obra uma parte das suas angústias, experiências ou preocupações, ao descrever as situações da sua ‘estória’, ao caracterizar uma personagem ou construir um enredo. Para além do seu génio artístico incomparável, outra coisa não fizeram enormes escritores como Eça de Queirós e Fernando Pessoa, ou mesmo o agora tão apreciado José Saramago. Porém, a maior virtude estará na autonomia que, a partir de certa altura, a escrita possa adquirir relativamente ao “pensamento” do seu autor. E é assim que há peças escritas que têm o seu estatuto e merecimento próprios, independentemente do lugar que o seu autor, por modéstia ou vaidade, lhe queira atribuir, ou do sucesso publicitário de um momento.

Tudo isto é separável, para efeitos de análise. Mas, na verdade, encontra-se ligado por fios lógicos e de mútuo-condicionamento ou influência que, uma vez por outra, convém explicitar.

No nosso tempo, certos historiadores realizaram investigações aprofundadas e sérias com a devida consagração no espaço académico para, em seguida, ousarem e serem capazes de escrever de maneira aligeirada para o grande público, por vezes mesmo com bom recorte literário, mas sem falsearem os núcleos e as questões essenciais tratados pela ciência historiográfica.

Estas observações podem aplicar-se – como bom e como mau exemplo mas sem demasiado esforço – a um género de literatura proto-científica que poderemos designar por auto-sociobiografia. Peguemos no exemplo que nos é oferecido pelo livro de Didier Eribon, *Retour à Reims* (Paris, Flammarion-Champs, 2010). Trata-se de uma história pessoal dramaticamente vivida pelo autor, que viu esmagada a sua sensibilidade pelo meio familiar e social em que nasceu e viveu a sua infância – pobre, rude, ignorante e por vezes brutal –, como um passado que foi odiado e em seguida negado pela ascensão escolar conseguida (também em termos de hierarquia social) e pela assunção das suas tendências homossexuais, à época já publicamente admitidas embora fosse ainda uma condição sujeita a subtis discri-

minações e relegações. Com efeito, o narrador, em idade já mais avançada, empreende um “retorno às fontes” das suas infelicidades com o auxílio de diálogos então enfim conseguidos com sua mãe (ainda lúcida, e sempre igual a si mesma), e a revisitação de objectos, lugares e episódios de penosa lembrança, a permitirem novas iluminações da trama complexa das relações interpessoais, sobretudo dos gestos e dos não-ditos, que são tantas vezes escapatórias para ódios e humilhações mal geridos. O livro é servido por um francês impecável e rigoroso, amiúde reenviando para os quadros teóricos interpretativos das ciências humanas da sua (nossa) época, evocando constantemente velhas recordações e estados psicológicos (dele e dos seus próximos) que agora o autor tenta reenquadrar criticamente (amiúde ancorado em Bourdieu) mas deixando, de quando em vez, escapar reflexos de linguagem e esquemas de pensamento pré-fabricados— que de algum modo descrevem a história triste da sua evolução.

De modo bem diferente, os ingleses Martin Gilbert e John Keegan são dois exemplos salientes da referida capacidade para “escrever história entendível para curiosos”, uma modalidade que foi inaugurada entre nós por Vasco Pulido Valente (aliás, Vasco Valente Correia Guedes), também quase certamente a melhor pluma do croniqueirismo português do último século, assente num conhecimento aprofundado da história mas não moderando aqui o seu cepticismo visceral e uma arrogância e postura de superioridade intelectual para muitos dificilmente suportáveis.

Outra vertente do problema político da “história geral” — pois admitimos que em certos domínios auto-sustentados, como a história da ciência e das técnicas ou a história do pensamento filosófico ou a das religiões, possa não ser assim — é o do desajustamento dos ajuizamentos dos acontecimentos sem respeito pelas diferenças de valores e mentalidades de cada época ou meio social. Por exemplo, a questão da escravatura (dos africanos levados para as Américas como mão-de-obra) é hoje brandida como pretexto no âmbito de combates políticos travados na sociedade actual, tenham eles os objectivos que tiverem. Com a pedofilia na Igreja de Roma, o problema é ligeiramente diverso, dado que se trata de uma situação ainda bem presente na actualidade e não resolvida pelos seus responsáveis. Mas também não pode com ligeireza atirar-se à cara de um homem como o Papa Francisco os sempre evocados pecados da sua Igreja, nomeadamente as violências dos tribunais da «Santa Inquisição» (aliás parecidos com os civis do seu tempo). Ora, o pedido de desculpas e o arrependimento só valem, verdadeiramente, se são voluntários e sinceros; se obrigados, constituem uma humilhação, que tenta vingar uma outra humilhação. E assim vamos prolongando

os motivos de conflitualidade, em vez de os superarmos para um patamar de compreensão e de tolerância superiores. Disto não se apercebe a maior parte dos que, por limitação de conhecimento ou ignorância, veiculam tais discursos. Mas a indulgência não deve chegar aos que o sabem (ou deviam saber, como as instituições escolares e de comunicação social) e perseveraram na sua campanha para além do que justificaria uma saudável discussão de argumentos racionais e assente em evidências empíricas bem sustentadas.

O que pode, e deve, também esperar-se de uma boa investigação histórica é que ela possa sustentar uma plataforma de princípios políticos – que garantam o melhor governo possível das comunidades humanas, no seu tempo –, como foram, por exemplo, a Constituição Americana ou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, ou ainda a formulação com que, por essa mesma época, o filósofo Immanuel Kant ditou os termos da sua *Paz Perpétua* para as relações entre as nações.

Dela respigamos os principais “artigos definitivos para a paz perpétua”, a saber:

- “A Constituição civil em cada Estado deve ser republicana.”
 - “O direito das gentes deve fundar-se numa *federação* de Estados livres.”
 - “O *direito cosmopolita* deve limitar-se às condições da *hospitalidade* universal.”
- Mas já nos “preliminares” ele escrevia, entre outros termos, que:
- “Nenhum Estado em guerra com outro deve permitir tais hostilidades que tornem impossível a confiança mútua na paz futura, como, por exemplo, o emprego no outro Estado de assassinos (*percussores*), envenenadores (*venefici*), a ruptura da capitulação, a instigação à traição (*perduellio*), etc.”
 - “Não deve considerar-se válido nenhum tratado de paz que se tenha feito com a reserva secreta de elementos para uma guerra futura.²
 - “Os exércitos permanentes (*miles perpetuus*) devem, com o tempo, de todo desaparecer.”

Mais adiante, num longo desenvolvimento sobre a “garantia” da paz perpétua, Kant discorre:

- “A ideia do direito das gentes pressupõe a *separação* de muitos Estados vizinhos, entre si independentes; e, embora semelhante situação seja em si mesma já uma situação de guerra (se uma associação federativa dos mesmos não evitar a ruptura [seria talvez mais correcto escrever

‘o rompimento’] das hostilidades), é todavia melhor, segundo a ideia da razão, do que a sua fusão por obra de uma potência que controlasse os outros e se transformasse numa monarquia universal; [...] No entanto, o anseio de todo o Estado (ou da sua autoridade suprema) é estabelecer-se numa situação de paz duradoira de modo a dominar, se possível, o mundo inteiro. Mas a *natureza quer* outra coisa. – Serve-se de dois meios para evitar a mescla de povos e os separar: a diferença das *línguas* e das *religiões*; esta diferença traz, sem dúvida, a inclinação para o ódio mútuo e o pretexto para a guerra, mas com o incremento da cultura e a gradual aproximação dos homens de uma maior consonância nos princípios leva à convivência na paz, a qual se gera e garante não através do enfraquecimento de todas as forças, como acontece no despotismo (cemitério da liberdade), mas mediante o seu equilíbrio, na mais viva emulação.”

E num “apêndice” quase final sobre “a discrepância entre a moral e a política” Kant deixa ainda estas prevenções:

- “Em vez da prática, de que estes políticos se ufanam, lidam com *práticas*, porque só pensam em adular o poder agora dominante (para não perderem a sua vantagem particular), abandonando o povo e, se possível, o mundo inteiro [...]”

O pretenso prático [...], as máximas de que se serve (embora, sem dúvida, não as formule em voz alta) desembocam, mais ou menos, nas seguintes máximas sofistas:

1. *Fac et excusa* (Actua e justifica-te) [...]
2. *Si fecisti nega* (Se fizeste algo, nega) [...]
3. *Divide et impera* (Cria divisões e vencerás) [...]

Com estas máximas políticas ninguém decerto se engana, pois já são todas universalmente conhecidas [...]».

Este texto foi escrito (1795) em pleno desenrolar da Revolução Francesa, com o Estado moderno balbuciando entre o absolutismo dos reis-sóis e o constitucionalismo pensado em Setecentos, sob umas relações internacionais (da guerra, do tratado e do comércio) reformuladas e revigoradas depois de Westfália, tendo também em pano de fundo as doutrinas religiosas dominantes no espaço europeu, o “pessimismo” Hobbesiano e as emergentes ideias Iluministas, bem como a “linearidade racional” da escola clássica do pensamento económico escocês.

Conjuguemos então, de novo e expressamente, história com política. Traduzam-se os termos de Kant aqui utilizados por expressões mais compreensíveis e contemporâneas; situem-se no plano histórico (da Europa e do mundo) as realidades sociais neles retratadas – e sejamos capazes de tirar hoje as lições que nos possam interessar! Não será que muitos dos princípios que o filósofo formulou há mais de dois séculos continuam a ter aplicação no mundo actual? Que algoritmo ou lei agora produzidos se podem vangloriar do mesmo?

Se algum historiador ou outro cientista social quiser desbancar o que aqui ficou escrito, tem o caminho livre, claro! E fica antecipadamente agradecido.



Conselho Global para a Tolerância e Paz¹

Prof. Adriano Moreira²

Esta reunião é importante pelo tema, pelo protagonista, e pela articulação prevista com as instituições portuguesas que servem o mesmo objetivo. Em primeiro lugar, o fundador do Conselho Global para a Tolerância e Paz, o seu Presidente S. E. Ahmed Bin Mohammed Al Jarwan, com uma experiência valiosa pelos cargos de relevância internacional desempenhados, apoiados na formação académica longa e respeitada, e na importância dos cargos exercidos, designadamente a Presidência do Parlamento Árabe, a pertença ao Conselho Federal Nacional dos Emirados Árabes Unidos. Mas sobretudo pela participação que decidiu assumir nesta circunstância do globalismo sem governança em que nos encontramos, com a ambicionada utopia de criar a “ONU da Paz” a ver diminuída a autoridade pela transformação da terra numa “arena global”.

Não parece que existam muitas divergências no que respeita a aceitar que vivemos em “globalismo”, sem propostas para a governança, que tem de corresponder a um modelo aceitável pelos Estados, no caso de ser possível chegar a uma definição. A proposta que conseguiu levar à organização da ONU, não conseguiu que a realidade aceitasse a igual dignidade dos Estados membros, manteve a aristocratização da hierarquia das soberanias pelo método do direito de veto concedido a cinco no Conselho de Segurança.

¹ Comunicação apresentada na Fundação Calouste Gulbenkian, em 11NOV2019;

² Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa; Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa. Presidente e co-fundador do Instituto Dom João de Castro. Membro Honorário da Academia da Marinha. Presidente Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Como aconteceu à anterior Sociedade das Nações, a realidade evoluiu em termos de anunciar um futuro que vai fazendo enfraquecer as capacidades da Utopia do projeto, de origem ocidental, que ficou na Carta. Em vez de um mundo unido, pela convicção de que temos um “mundo único”, e que o globo é “a terra comum dos homens”, as contradições multiplicam-se ao serviço de grupos de interesses contraditórios.

Acontece que num curto período tivemos, neste ano de 2019, eleições na União Europeia, e eleições nacionais, num mundo de ruturas, que inclui a segurança ameaçada pelo terrorismo, que atingiu a solidariedade europeia depois dos atentados de 13 de novembro de 2017 sem que fosse significativo o recurso ao artigo 5.º do tratado da NATO, ou ao artigo 222 do Tratado de Lisboa, que articulou a defesa comum, com os emergentes a desafiarem a sonhada ordem sobretudo pela crescente importância da China, com os EUA a cortarem os fios da confiança atlântica, com o Brexit do Reino Unido a abalar o secular regime democrático de um Estado que não é nacional, ao mesmo tempo que o problema das alterações climáticas cria um clima de inquietação política porque uma criança chamada Greta Thunberg é atacada por reclamar medidas que detenham os efeitos que os cientistas anunciam, que o sempre invocado Tratado de Paris desafia a vontade dos Estados signatários para evitar os desastres anunciados, e o Presidente dos Estados Unidos sai do Tratado desacreditando os sábios, e ao mesmo tempo desenvolve o que chama diplomacia que coloca em perigo a paz mundial.

Foi nesta complexidade de fraturas, aqui simplificada, que correram as eleições na União Europeia e nacionais, incluindo as eleições portuguesas. O facto que me pareceu mais desafiante de racionalização, foi a multiplicação do número de partidos, quer nas europeias quer nas nacionais. Acontece que a numerosa literatura sobre o tema dos partidos (Ostrogorski, Michels, Duverger), vem à lembrança. A palavra corrente nos séculos dezanove e dezoito foi “fação”, no sentido pejorativo, como preferia o contraditor Bolingbroke. O fundamento aparente da antipatia contra a designação partido parece ter estado na convicção, muito inglesa, de que o conceito de “Comunidade” era ferido pelas lutas internas. O crescente número de partidos talvez implique reconhecer que os conceitos de “ordem Mundial”, “unidade europeia”, “conceito estratégico nacional” exigem revisão e definição que responda à “circunstância” do desafio do “mundialismo”, sendo a disputa entre formações que assumem a diferença das propostas, mas para o participado “bem comum” das comunidades, nacional, multinacional, e global, sem recusa dos princípios do “mundo único” e da “terra morada comum dos homens”.

Foi nesta inquietante evolução, que leva ao outono ocidental, que apareceram os movimentos, inspirados pelo que chamo “justiça natural”, que visariam conseguir uma ética global capaz de ser o paradigma diretor de uma governança global, que articule, em paz e cooperação, os Estados, as áreas culturais, as etnias diferenciadas pelos mitos raciais, e as religiões. Lembro a obra preciosa do padre Kung, com uma investigação exaustiva sobre o judaísmo, o cristianismo, e a fé muçulmana, que o levou a criar a Fundação da Ética Global; lembro as declarações recentes do Dalai Lama do Tibete, recorro que, por cinco vezes, a Assembleia da ONU quis ouvir o Bispo de Roma, Papa da Igreja Católica, e ali estiveram Paulo VI, afirmando que o desenvolvimento sustentado é o novo nome da paz, por duas vezes João Paulo II a reclamar a restituição da liberdade aos povos, o Papa Emérito a solicitar autenticidade na aplicação da Carta, o Papa Francisco, que foram buscar ao “fim do mundo”, a proclamar que “esta economia mata”, sendo que a Amazônia serve hoje de bandeira de luta contra o abuso.

É nesta linha que se insere este bem-vindo movimento Conselho Global para a Tolerância e Paz, já reconhecido pela ONU, na época em que o terrorismo se atreve a invocar valores religiosos, e reanimar os mitos raciais que a Unesco tem o dever de apagar. Este movimento junta-se aos movimentos que, depois da “*Mensagem de Assis*” que tanto influenciou a evolução de Moçambique, à proposta da *Declaração Universal dos Deveres Humanos*, apresentada em 1 de setembro de 1997 pelo *InterAction Council*, aos esforços do Papa Francisco para o encontro e articulação das igrejas cristãs. Neste movimento crescente avulta agora esta iniciativa que enriquece a sabedoria e devoção aos valores do nosso ilustre visitante. Tendo sido já acolhido pela ONU, que bem precisa de apoios para a sua eficiente ação, estou certo que receberá entre nós apoio, adesão, e reconhecimento.





**Discurso de S. E. Ahmed Bin
Mohammed Al Jarwan
Presidente do Conselho Global
para a Tolerância e Paz¹
(Tradução)**

Ahmed Bin Mohammed Al Jarwan²

**Excelências,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Em primeiro lugar gostaria agradecer à Embaixada dos Emirados Árabes Unidos em Lisboa e a Sua Excelência o Embaixador Moosa Alkhalaj, Embaixador dos Emirados Árabes Unidos em Portugal.

O meu especial agradecimento é também dirigido à Academia das Ciências de Lisboa, na pessoa do seu Presidente Professor Engenheiro Carlos Salema e do seu Presidente Honorário Professor Doutor Adriano Moreira, por terem ambos aceite participar neste evento tão importante.

Ainda uma palavra de agradecimento à Fundação Calouste Gulbenkian por tão amavelmente nos ter acolhido nesta casa.

Gostaria também de fazer um grande elogio aos esforços de Portugal, e do seu Governo, pelo notável empenho nas áreas da Paz e da Tolerância.

Como todos sabem, a organização desta Conferência que visa promover os valores da tolerância e da paz está em conformidade com este importante esforço de Portugal.

¹ Intervenção na Academia das Ciências de Lisboa, realizada em 11NOV2019;

² Presidente do Conselho Global para a Tolerância e Paz;

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As Nações de todo o mundo procuram a segurança, a paz, a estabilidade e a felicidade para todos os seres humanos, independentemente da sua cor, do seu género, das suas origens, das suas crenças ou das suas religiões. No entanto, apesar dos esforços para evitar os conflitos internacionais e regionais, a Comunidade Internacional tem testemunhado um aumento constante de conflitos internacionais e regionais nas últimas décadas, que já custaram milhões de vidas à Humanidade.

Para construir uma paz verdadeira e sustentável, que possa ser desfrutada por toda a Humanidade, a Comunidade Internacional não deve recorrer à resolução dos problemas e das diferenças através do uso da violência ou do uso da força militar, algo que só agrava a complexidade e a seriedade dos conflitos. A meu ver, a melhor solução será a disseminação de uma cultura de Tolerância entre os povos e entre as nações, de forma a adoptar uma política de *soft power*, que tem sido reconhecida e defendida por muitos países e que se tornou universalmente defendida.

Deste ponto de vista, a visão dos sábios em todo o mundo apela para uma acção internacional conjunta, que vise difundir uma cultura de tolerância e coexistência pacífica, de forma a defender os valores humanos tolerantes, apoiar a aproximação entre os povos, e consolidar as tendências contemporâneas das Nações Unidas, que vêem a tolerância e a paz como uma necessidade urgente – ideia muito defendida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Eng. António Guterres, em muitos *fora* internacionais.

O nosso dever, como amantes da paz, líderes políticos, intelectuais e líderes religiosos é agir para enfrentar estas ameaças de várias maneiras e possibilidades, uma vez que o grande papel da segurança desempenhado pelos exércitos e pelas forças policiais nacionais não é suficiente para combater estes fenómenos.

Por este motivo, tomámos a iniciativa, com um grupo de pessoas dedicadas à paz e amantes da paz em todo o mundo, de desenvolver uma plataforma global de forma a alcançar estes objetivos tão importantes. E criámos o Conselho Mundial para a Tolerância e Paz em Novembro de 2017, em parceria com as Nações Unidas e com o Governo de Malta (país sede deste Conselho) e com quase 60 países, Parlamentos de todo o mundo, muitas organizações internacionais e grandes instituições religiosas internacionais.

O Conselho Mundial para a Tolerância e Paz, que tenho pessoalmente a honra de presidir, está agora a trabalhar arduamente para alargar a base

destas parcerias internacionais, e contribuir para a concretização da sua primeira missão que consiste em promover os valores da tolerância em todo o mundo para colher mais tarde e, em conjunto, os frutos do amor, da segurança, da paz e da prosperidade.

O Conselho, através dos seus órgãos, nomeadamente o Parlamento Internacional para a Tolerância e Paz que inclui parlamentares que representam quase 60 países de todo o mundo, visa unir os esforços parlamentares e legislativos de todo o mundo de forma a valorizar os valores da tolerância e da paz no mundo. O Parlamento Internacional para a Tolerância e Paz realizou a sua primeira sessão na sede do Parlamento de Malta, em Julho de 2018, com a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Malta e do Presidente do Parlamento de Malta. Na ocasião alcançou uma ampla participação internacional, suscitando grandes esperanças e ambições, sendo o encontro uma ocasião também para o Parlamento Internacional para a Tolerância e Paz formar as suas cinco principais Comissões, que são as seguintes:

- A Comissão das Relações Internacional, que examina formas de unir os esforços internacionais e políticos nas áreas da Tolerância e Paz, destacando políticas internacionais de apoio à tolerância e sua disseminação pelo mundo.
- A Comissão das Mulheres e dos Assuntos da Juventude, que se dedica a capacitar as mulheres e os jovens nas áreas da Tolerância e Paz.
- A Comissão dos Assuntos Jurídicos, que é responsável pela divulgação da legislação que promove a tolerância em todo o mundo.
- A Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, que examina formas de apoiar o desenvolvimento sustentável em prol da paz em todo o mundo.
- E, finalmente, a Comissão para a divulgação da Paz, que se dedica ao desenvolvimento de várias iniciativas culturais, sociais e educacionais internacionais com vista à disseminação das sementes da Paz em todo o mundo.

O Parlamento Internacional para a Tolerância e Paz realizou a sua segunda sessão na Albânia, em 16 de Novembro de 2018, na presença de Sua Excelência o Presidente albanês, e na presença de grande número de representantes dos Parlamentos mundiais, Embaixadores e Líderes Religiosos. O Parlamento Internacional para a Tolerância e Paz lançou a Declara-

ção de Tolerância e Paz de Tirana, na qual apelou ao desenvolvimento de sistemas jurídicos nacionais de combate à discriminação, ao racismo, ao sectarismo, e às práticas de violência em todas as suas formas. Como se trata de uma necessidade premente, sublinhou a importância de permitir que as mulheres e os jovens desempenhem papéis activos na vida das suas comunidades, reiterando a importância de difundir os valores da tolerância nas Comunidades pobres e marginalizadas.

O Parlamento Internacional para a Tolerância e Paz realizou também a sua terceira e quarta sessões na Argentina e na Etiópia, respectivamente, simbolizando por esta escolha geográfica a união das continentes e culturas do mundo. As sessões foram atendidas por representantes do Parlamento Internacional para a Tolerância e Paz e representantes dos Parlamentos de mais de 60 países, de onde saíram recomendações em prol da tolerância e à paz em todo o mundo. Os membros deste parlamento internacional também trabalharam numa carta internacional de tolerância, que deverá ser anunciada brevemente.

O Conselho Mundial para a Tolerância e Paz visitou no ano passado a Assembleia da República Portuguesa e reuniu-se com o seu Vice-Presidente, que confirmou o apoio do Parlamento Português ao Conselho Mundial para a Tolerância e Paz. A Assembleia nomeou um dos seus Membros para ser o seu Representante no Parlamento Internacional para a Tolerância e Paz, e participou activamente nas sessões do Parlamento Internacional para a Tolerância e Paz. Na mesma visita, a delegação do Conselho reuniu-se com a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, e neste momento estamos a trabalhar na esperança de que Lisboa venha a ser a sede da Secretaria-Geral do Parlamento Internacional para a Tolerância e a Paz.

Entre os seus órgãos, o Conselho Mundial para a Tolerância e Paz estabeleceu outra plataforma internacional para unir os esforços de instituições e organizações preocupadas com a tolerância e a paz, e igualmente os esforços de pessoas individuais e amantes da paz em todo o mundo, nomeadamente a Assembleia Geral do Conselho Mundial para a Tolerância e Paz, que foi lançada nas Nações Unidas, em Nova Iorque, em Setembro deste ano, na presença de muitos representantes de organizações relevantes em todo o mundo, representantes de órgãos importantes da ONU e muitas figuras internacionais com interesse na tolerância e na paz.

Acreditando na importância do papel activo da educação na difusão dos valores da tolerância, a Primeira Conferência Académica Internacional para Tolerância e Paz realizou-se em Outubro deste ano, com o Alto Patro-

cínio do Presidente da República de Malta que esteve presente neste acto solene, Sua Excelência Jorge Villa, e contou igualmente com a participação de mais de 30 prestigiadas universidades. As Universidades procuram agora elaborar programas de Mestrado e Doutoramento relacionados com a Tolerância e Paz, a ser leccionados em instituições académicas em todo o mundo.

Neste sentido, o Conselho assinou mais de trinta e cinco acordos com várias Universidades, organizações e instituições interessadas na Tolerância e Paz e que trabalham neste mesmo campo, com o objetivo de unir esforços e trabalhar em conjunto para promover e valorizar os valores da tolerância e da paz em todo o mundo.

Os esforços do Conselho Mundial para a Tolerância e Paz continuam a servir de plataforma internacional para todos os defensores da paz e da tolerância, e procuram ser uma referência global na disseminação e promoção dos valores da tolerância e da paz, semeando-os entre as gerações. Tudo isto através de parcerias que activarão claramente as ideias da Tolerância em todas as fases da vida, de forma a criar um mundo mais seguro, pacífico e próspero para as gerações futuras.

A concluir, reitero os meus agradecimentos à Academia das Ciências de Lisboa, à Embaixada dos Emirados Árabes Unidos em Portugal, à República Portuguesa, e a todos os participantes neste seminário, pela Vossa generosa atenção e esforços para apoiar a promoção da tolerância e da paz em todo o mundo.

Obrigado a todas e todos.







Cuidar até ao Fim com Compaixão¹

Grupo de Trabalho Inter-religioso Religiões-Saúde

O debate em curso na sociedade portuguesa sobre a realidade a que se tem chamado “morte assistida” convoca todos a realizarem uma reflexão e a oferecerem o seu contributo para enriquecer um processo de diálogo que necessita da intervenção da pluralidade dos atores sociais. As Tradições religiosas são portadoras de uma mensagem sobre a vida e a morte do homem, bem como sobre o modelo de sociedade que constituímos, e é legítimo e necessário que a apresentem, com humildade e liberdade.

Agora que a Assembleia da República vai discutir e colocar em votação propostas de uma eventual lei sobre a eutanásia, nós, as comunidades religiosas presentes em Portugal signatárias, conscientes de que vivemos um momento de grande importância para o nosso presente e o nosso futuro coletivo, declaramos:

1. A dignidade daquele que sofre

Acreditamos que cada ser humano e único e, como tal, insubstituível e necessário à sociedade de que faz parte, sujeito de uma dignidade intrínseca anterior a todo e qualquer critério de qualidade de vida e de utilidade, até à morte natural. A vida não só não perde dignidade quando se aproxima do seu termo, como a particular vulnerabilidade de que se reveste nesta etapa é, antes, um título de especial dignidade que pede proximidade e cuidado. Assumimos que todo o sofrimento evitável deve ser evitado e, por isso, estamos gratos porque o desenvolvimento das ciências médicas e farmacológicas alcançou um tal patamar de desenvolvimento que permite o eficaz

¹ Declaração do Grupo de Trabalho Inter-religioso Religiões-Saúde, de 16MAI2018;

alívio da dor e a promoção do bem-estar. Contudo, não ignoramos o carácter dramático do sofrimento e a dificuldade de que se reveste a elaboração de um sentido para o viver.

Sabemos que a religião oferece uma possibilidade de sentido a quem acredita, mas sabemos também, pela experiência do acompanhamento de tantos que não são religiosos, que não depende de o ser a possibilidade de encontrar sentido para o próprio sofrimento. Com esses aprendemos, aliás, que nesta tarefa reside uma das maiores realizações da dignidade pessoal. A dignidade da pessoa não depende senão do facto da sua existência como sujeito humano e a autonomia pessoal não pode ser esvaziada do seu significado social.

2. Por uma sociedade misericordiosa e compassiva

O sofrimento do fim de vida é, para cada pessoa, um desafio espiritual e, para a sociedade, um desafio ético. Comuns às diferentes Tradições religiosas, princípios como a misericórdia e a compaixão configuraram, ao longo da história da civilização, modelos sociais capazes de criar, em cada momento, modos precisos de acompanhar e cuidar os membros mais frágeis da sociedade. Hoje, o morrer humano é um dos âmbitos em que este desafio nos interpela. O que nos é pedido não é que desistamos daqueles que vivem o período terminal da vida, oferecendo-lhes a possibilidade legal da opção pela morte, à qual pode conduzir a experiência do sofrimento sem cuidados adequados.

Esse é o verdadeiro sofrimento intolerável, que cria condições para o desejo de morrer. Nasce de uma sociedade que abandona, que se desumaniza, que se toma indiferente. Confirma-nos nesta convicção a experiência de que quem se sente acompanhado não desespera perante a morte e não pede para morrer. O que nos é pedido é, pois, que nos comprometamos mais profundamente com os que vivem esta etapa, assumindo a exigência de lhes oferecer a possibilidade de uma morte humanamente acompanhada.

3. Os Cuidados Paliativos, uma exigência inadiável

Acreditamos que os cuidados paliativos são a concretização mais completa desta resposta que o Estado não pode deixar de dar, porque aliam a maior competência científica e técnica com a competência na compaixão, ambas imprescindíveis para cuidar de quem atravessa a fase final da vida.

A verdadeira compaixão não é insistir em tratamentos fúteis, na tentativa de prolongar a vida, mas ajudar a pessoa a viver o mais humanamente

possível a própria morte, respeitando a naturalidade desta. Os cuidados paliativos fazem-no valorizando a pessoa até ao seu fim natural, aliviando o seu sofrimento e combatendo a solidão pela presença da família e de outros que lhe sejam significativos.

Interpelamos a sociedade portuguesa para corresponder à exigência não mais adiável de estender a todos o acesso aos cuidados paliativos e assumimos a disponibilidade e a vontade de fazermos tudo o que esteja ao nosso alcance para participar neste verdadeiro desígnio nacional. E não podemos deixar de interrogar se a presente discussão, antes de realizado este investimento, não enfermará de falta de propósito.

As Tradições religiosas professam que a vida é um dom precioso e, para as religiões abraâmicas, um dom de Deus e, como tal, se reveste de carácter sagrado; mas este apenas confirma a sua dignidade natural, da qual derivam a sua inviolabilidade e indisponibilidade intrínsecas. que, portanto, não dependem da fundamentação religiosa.

Mas a religião confere à vida um sentido, uma esperança, uma outra possibilidade de transcendência. As sociedades precisam desta visão do humano ao lado de todas as outras.

Nós, comunidades religiosas presentes em Portugal, acreditamos que a vida humana é inviolável até à morte natural e perfilhamos um modelo compassivo de sociedade e, por estas razões, em nome da humanidade e do futuro da comunidade humana, causa da religião, nos sentimos chamados a intervir no presente debate sobre a morte assistida, manifestando a nossa oposição à sua legalização em qualquer das suas formas, seja o suicídio assistido, seja a eutanásia.

Por isso assinamos em conjunto a presente Declaração.

Lisboa, 16 de maio de 2018

Assinaturas:

**Pastor Jorge Humberto (em representação do Presidente da Aliança
Evangélica Portuguesa, Dr. António Calairn)
Aliança Evangélica Portuguesa**

**Kiritkumar Bachu
Comunidade Hindu de Portugal**

**Sheik David Munir
Comunidade Islâmica de Lisboa**

Rabino Natan Peres
Comunidade Israelita de Lisboa

Cardeal Patriarca D. Manuel Clemente
Igreja Católica

Arcipreste Ivan Moody
Patriarcado Ecuménico de Constantinopla

Diogo Lopes
União Budista Portuguesa

Pastor António Carvalho
União dos Adventistas do Sétimo Dia (em representação do Presidente da UPASD, Pastor António Amorim)

Conferência Academia das Ciências de Lisboa
16 de maio de 2018

Programa

15.30h 1. Abertura

15.45h 2. Painel

Intervenção das Religiões no debate sobre a Eutanásia, um contributo necessário.

Fernando Loja e José Nuno Ferreira da Silva

16.30h Intervalo

16.45h 3. Conferência

Uma reflexão sobre a eutanásia e o suicídio assistido.

Prof. Doutor Walter Osswald

17.15h 4. Painel

O pensamento das diferentes Tradições Religiosas sobre o suicídio assistido e a eutanásia. Grupo de Trabalho Religiões I Saúde

18h 5. Leitura e assinatura da Declaração

Leitura da Declaração - Fernando Sampaio, Coordenador do GTIR



Grupo de Trabalho Inter-religioso para as questões da saúde

Alguns apontamentos da sua história

Pelo Decreto-lei 25312009 de 23 de Setembro, o Estado Português reconheceu o direito dos doentes internados em estabelecimentos de saúde do SNS a serem assistidos espiritual e religiosamente por membros das suas Comunidades religiosas de pertença, universalizando este direito. No mesmo diploma legal, reconheceu também o valor terapêutico desta dimensão no contexto global da prestação de cuidados de saúde.

Na sequência da promulgação da nova legislação, em Dezembro de 2009, a Coordenação de capelães hospitalares católicos convidou para um encontro os vários Credos presentes em Portugal, tendo estado representados ao mais alto nível a Aliança Evangélica Portuguesa, a Comunidade Hindu de Portugal, a Comunidade Islâmica de Lisboa, a Comunidade Israelita de Lisboa, o Conselho

Português das Igrejas Cristãs, os Patriarcados Ortodoxos Grego e Búlgaro e a União Budista Portuguesa. Esteve presente a Ministra da Saúde Dra. Ana Jorge, encorajando o processo que este encontro iniciava, que reputou de importante para um SNS mais inclusivo, tolerante e respeitador da pessoa humana Doente na sua intensidade.

Ficou aí constituído o Grupo de Trabalho Inter-religioso para acompanhamento da aplicação do Decreto-lei referido. Após este primeiro passo, novos Credos foram integrados, nomeadamente a Comunidade Bahá'í de Portugal, a Igreja Adventista. Este Grupo de Trabalho é reconhecido, por todos os Credos que o integram, como uma experiência pioneira de encontro e diálogo inter-religioso.

Em Outubro de 2011, realizou um Simpósio sobre o tema: Pessoa/Doente, sociedade/SNS, Laicidade e Religiões, que contou com o apoio da Comissão da Liberdade Religiosa e com o Alto Patrocínio do Presidente da República, que depois recebeu o Grupo em Belém.

O Grupo trabalhou várias vezes com a Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos, em iniciativas de formação sobre o acompanhamento espiritual e religioso no contexto da prestação destes cuidados aos doentes em situação terminal.

Nesta data apresentou o Manual da Assistência Espiritual e Religiosa Hospitalar, que sintetiza os elementos essenciais a ter em conta na prestação de cuidados de saúde das religiões que integram o Grupo e ainda das Testemunhas de Jeová e dos Mórmones.

Algumas convicções conduzem o GTIR

Só se respeita o que se conhece e, por isso, respeitar o direito dos Doentes a serem assistidos nesta dimensão pressupõe conhecer a sua identidade espiritual e religiosa.

A laicidade do Estado não nega o fenómeno religioso, mas oferece espaço à emergência das diferentes Tradições religiosas presentes na sociedade portuguesa.

O encontro e a interação ecuménica e inter-religiosa, que no hospital acontece, constitui a experiência pioneira, capaz de oferecer uma pedagogia de interculturalidade à sociedade, cada vez mais chamada à integração de diferentes culturas, que no fenómeno religioso têm um vector fundante e culminante.

O mundo das Capelanias hospitalares, porque oferece a experiência de diálogo entre culturas e religiões a lidar com os nós existenciais, os momentos críticos da condição humana, como sejam a doença, o sofrimento e a morte, constitui o GTIR como um foro de reflexão privilegiado sobre estas questões.

Síntese: o Grupo de Trabalho Inter-religioso para as questões de saúde reúne representantes de mais de uma dezena de entidades religiosas; foi constituído em 2009, para acompanhar a aplicação da nova regulamentação dos Serviços de Assistência Espiritual e Religiosa nos hospitais.

O Grupo de Trabalho tem vindo a trabalhar uma declaração conjunta sobre a morte assistida, com o objetivo de contribuir, a partir da sua presença nos hospitais, onde morre a grande maioria dos portugueses, no debate em curso em torno da eutanásia e do suicídio assistido.



Declaração Final

A Aliança Evangélica Portuguesa, representativa da grande maioria dos Evangélicos em Portugal, considera pertinente dar o seu contributo para a reflexão pública, que está a decorrer na sociedade portuguesa, sobre a Eutanásia / Morte Assistida.

Ao contrário de outras opiniões, as quais respeitamos, é nossa convicção que todos os cidadãos têm o dever cívico de contribuir, com o intuito de que o tema em causa seja abordado com a maior amplitude possível. Além de considerarmos pertinente a tese veiculada por algumas individualidades de que a Assembleia da República não tem no momento legitimidade para legislar sobre esta matéria, na nossa opinião a discussão pública sobre esta temática é precipitada, insuficiente, confusa, pouco esclarecedora e, em alguns casos, tendenciosa.

A aceitação da eutanásia consagra uma mudança de paradigma relativamente ao valor ético da vida, que nos remete lamentavelmente para um retrocesso civilizacional. O percurso feito por alguns países que legalizaram a eutanásia e o suicídio medicamente assistido é uma prova evidente desta verdade. A descartabilidade, por via legal, de um bem maior que é a vida nunca poderá ser visto como um imperativo ético, e o suicídio medicamente assistido, como resposta ao sofrimento, jamais poderá ser considerado uma boa morte.

Consideramos que a vida humana deve ser respeitada, protegida, ajudada e potenciada a cada momento. Cremos que a vida humana tem um valor e uma dignidade intrínsecos, independentes de qualquer critério humano, e que provem de Deus como criador e sustentador da mesma.

Toda a pessoa tem direito ao cuidado integral até ao momento da sua morte para que esta aconteça com dignidade. Somos contra o encarniçamento terapêutico, produzido frequentemente por pressões sociais, sentimentos de culpa dos familiares e atuação médica motivada pela autoproteção legal e pela rotina.

Aceitamos a utilização de medicamentos indispensáveis para mitigar a dor em doentes terminais, ainda que o seu uso possa indiretamente, sem ser este o propósito, provocar ou acelerar a morte do doente. Não obstante, somos claramente contrários à eutanásia ao ao suicídio assistido nas suas diferentes formas.

É nossa firme convicção de que a prática da eutanásia ou do suicídio assistido, para além dos aspetos éticos envolvidos, cria um clima de insegurança angustiante à volta do doente (especialmente idoso), que se pode ver desamparado perante situações de doença nas quais precisa do máximo de apoio e confiança familiar e social.

Quando o amor e a compaixão se extinguem, desaparecem também a sensibilidade da contingência do que é ser humano. Como cristãos consideramos que o caminho alternativo a seguir é o da promoção de uma componente assistencial psicológica e espiritual nas pessoas que estão em situação de sofrimento e de fim de vida; é o de ajudar na compreensão que o sofrimento, sendo inevitável, não é absurdo e nem estéril, mas que tem um valor pedagógico e insubstituível do ponto de vista existencial; e o de promover a criação de Unidades de Cuidados Paliativos que são, inquestionavelmente, um paradigma do “bem morrer”.

Pela Aliança Evangélica Portuguesa,

Pr. Jorge Humberto





Hinduísmo e Eutanásia

Tendo em conta dois dos quatro Pilares que sustentam o Hinduísmo: Lei do Atma(Alma) e a Lei do Karma e Reencarnação, o Homem é composto de Matéria(corpo) e Espírito (Atma) sendo o primeiro Mortal e o segundo Imortal.

O Atma (alma) percorre um ciclo de Vida e Morte, durante 8.400.000 Anos, de acordo com as ações - Karma- praticadas na terra.

Ao fim do devido tempo, encarna como Ser Humano, e é só durante essa passagem da vida que poderá atingir Moksh(Nirvana)-estado de não desejo, fase mais pura e integra do Atma, dando assim fim ao ciclo de morte-renascimento.

Nascer e Morrer Homem é, para um Hindu, uma bênção Divina. Toda a sua trajetória terrena é comandada por DEUS. Felicidade/desgraça (pobreza, doença...etc.) é da pura e exclusiva vontade de DEUS, para o preparar a atingir o Moksh, e é por isso que, em circunstância Alguma, poderá querer pôr Fim à Vida, pois só irá contribuir para o retrocesso à Liberdade do Atma.

Assim como cuidando do Corpo (matéria) durante a nossa permanência física, deveremos também crescer Espiritualmente (Atma).

Estes princípios são emanados dos Livros Sagrados, salientando: Garud Puran; Mahabarat; Bagvate Guita; Shikshapatri, entre vários outros.

Perante o que está definido, o Hinduísmo, não aceita o Suicídio-Eutanásia (Atmahatya) em qualquer fase da Vida.

Lisboa, 16 de maio de 2018.

Kiritkumar Bachu
(Presidente da Direção)



Eutanásia

Tendo presente a discussão no seio da sociedade portuguesa em torno de um tema central que é religioso e não só, é imperativa a definição de conceitos como a vida, que cremos ser dada por Deus e a morte, que deve ser consequência de causa natural, pois Deus diz-nos no Alcorão:

*“toda a alma há-de provar o sabor da morte”,
(Alcorão Sagrado, surata Al-Imran 3:185)*

É por isso pois, que no Islão, até os profetas provaram o sabor da morte natural.

Acresce que todo o ciclo da vida humana é descrita no Alcorão como sendo sagrada e inviolável e cada uma das fases complementa-se uma à outra, criando um equilíbrio. A terceira idade ou na linguagem comum, a velhice, tem um grau de alto mérito na sociedade e os cabelos brancos são um sinal de maturidade, sapiência e de idoneidade e a umma é incentivada a respeitá-la e a demonstrar o melhor tratamento aos mais crescidos, não os considerando descartáveis.

O Profeta Muhammad (que a Paz esteja com ele) disse: “Não pertence ao nosso grupo aquele que não tem pena das nossas crianças e não dignifica os nossos idosos.” Tirmidhi)

O Islão condena no geral, a solidão na perspectiva desta se associar à depressão, dado que é uma causa de má saúde mental e psicológica. É possível no entanto, encarar a solidão de forma otimista, no sentido de aumentar a espiritualidade e proximidade divina, algo considerado primordial na corrente Sufi.

Por outro lado, a doença e o sofrimento é parte do nosso processo evolutivo e deve ser encarado como uma oportunidade de recordação ao Criador, sendo que ocorre com esta e em paralelo, para o crente, uma renovação espiritual.

Esta linha de pensamento decorre da centralidade da FÉ, que deve pautar a actuação do crente, que procura Deus sempre, seja nos momentos de alegria e Graça divina, seja nos momentos de dor, em que não a rejeita, vendo-o como algo vindo de Deus e essencial à compreensão do todo, tendo como objectivo a Senda Recta.

A renúncia é pois, um caminho para a libertação.

Que Deus nos ilumine e nos mostre o caminho certo, o caminho dos que Ele favoreceu e não o caminho daqueles que incorrem na sua ira. Ameen,

Lisboa, 16 de Maio de 2018 | 29 Shaban 1439

Comunidade Islâmica de Lisboa

Associação Religiosa e Cultural

Reconhecimento oficial 27.03.68

Pessoa Colectiva 592001091

“Diário do Governo” 83 III Série 06.04.68

Rua da Mesquita n.º 2,

1070 - 238 Lisboa

351213874142



“Viver até ao fim” e morrer acompanhado.

Declaração da Igreja Católica sobre a eutanásia

1 - Como crentes, consideramos a vida um dom do amor de Deus. Temos a responsabilidade de a conservar e de a fazer frutificar. Temos uma missão a cumprir. A vida, por isso, é preciosa e inviolável. O mandamento “*não matarás*”, que funda a nossa cultura e é fonte de confiança no outro e na convivência social, reforça o valor da vida humana, a sua dignidade e sacralidade. Os conceitos neotestamentários de que o crente é “*filho de Deus*”, em sentido adoptivo, e “templo do Espírito Santo” dão-lhe ainda mais densidade. Por isso, se o homem frágil e vulnerável cai ferido e quase morto na berma do caminho, espera ansiosamente que um bom samaritano passe e, com coração misericordioso, o cuide com compaixão (cf. Lc10, 25-37).

2 - Para além de razões de natureza religiosa, outros argumentos fundados na razão dão conta do valor da vida.

a) A vida humana, por ser humana, tem um valor intrínseco e uma dignidade única em todas as suas fases e independentemente das suas condições, desde o nascimento até à morte natural. Cada ser humano é único e irrepetível, insubstituível e necessário à sociedade de que faz parte. O seu valor não depende da utilidade, beleza ou papel social que desempenha, mas da sua dignidade intrínseca, única e anterior a todo e qualquer outro critério seja ele a autonomia, a liberdade ou a qualidade de vida.

b) A vida humana é o fundamento de todos os bens terrenos, a fonte e a condição necessária de toda a actividade humana e de toda a convivência social, o primeiro de todos os direitos. A morte não é pressuposto nem fundamento de nada, é o fim e anulação de qualquer direito ou actividade, o aniquilamento do “ser”. Resulta daí que a vida humana não está disponível a um uso arbitrário do próprio ou de outrem, nem a sua inviolabilidade cessa com o consentimento do seu titular, tal como não tem qualquer justificação a escravatura, o trabalho desumano, atentar contra a saúde ou contra a integridade física pelo facto de ter sido consentido pelo próprio. O homicídio não deixa de ser homicídio por ter sido consentido pela vítima.

c) Cada pessoa humana, em virtude da sua dignidade, reclama respeito em todas as circunstâncias, e protecção e cuidados adequados nas situações de vulnerabilidade e fragilidade. Neste sentido, em caso de doença grave, é direito e dever da pessoa procurar tratamento adequado para conservar a saúde e a vida. Quando não é mais possível curar, o investimento terapêutico na cura torna-se desproporcionado em relação aos resultados esperados. A decisão de renunciar a terapêutica desproporcionada em relação à situação real do doente não corresponde a suicídio ou eutanásia, mas expressa a aceitação da condição humana perante a morte. Os cuidados paliativos são, neste caso, o caminho que melhor responde à situação do doente e promove o seu bem. A obstinação terapêutica ou distanásia apenas prolongaria desnecessariamente o sofrimento, tornando ainda mais gravosa e sofrida a situação para o doente e para a família.

d) Sabemos que o sofrimento severo, particularmente o sofrimento que acompanha a situação terminal, desperta nos doentes sentimentos e vivências de tristeza, solidão, ser peso para os outros, angústia, interrogações sobre o sentido da vida. Nesses estados de inquietação e sofrimento espiritual, muitos doentes encontram sentido no mistério da morte e ressurreição de Jesus. Outros, porém, sentem-no fútil e absurdo e manifestam o desejo de morrer ou até o pedido para morrer. Em tais pedidos está subjacente o valor da vida e o desejo de viver de outro modo. São sobretudo um pedido angustiado de ajuda face ao sofrimento intolerável e a manifestação da necessidade de proximidade afectiva face à solidão no morrer. Uns e outros pedem terapêuticas adequadas que aliviem ou suprimam a dor; cuidados imbuídos de compreensão empática e calor humano; acompanhamento espiritual; e a presença humana, compreensiva e compassiva de familiares, amigos e outros membros da comunidade.

3 - Pelas razões apontadas, assinamos a presente Declaração. A eutanásia não elimina o sofrimento, elimina a vida da pessoa que sofre e, nesse sentido, apenas deixa de haver sofrimento porque já não existe a pessoa. Morrer desta forma, na verdade, não é a forma humana de morrer. Afirmamos o dever de aliviar o sofrimento dos doentes e acompanhar humana e espiritualmente o seu morrer, permitindo-lhes viver a sua própria morte como último legado.

Consideramos ser este um grande desafio antropológico, ético e espiritual.

Bibliografia

- Congregação para a doutrina da fé, Declaração sobre a eutanásia, 1980.
- João Paulo II, *Evangelium vitae* Carta encíclica sobre o valor da inviolabilidade da vida humana, S. Paulo, Paulinas, 1995.
- Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa, “*Cuidar da vida até à morte. Contributo para a reflexão ética sobre o morrer*”, publicada a 12 de Novembro de 2009, in Documentos Pastorais, Vol. VII, Lisboa 2002, 123-131.
- Nota Pastoral do Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa, “*Eutanásia: o que está em causa? Contributos para um diálogo sereno e humanizador*” publicada a 8 de Março de 2016.



Patriarcado Ecumenico de Constantinopla Sacra Metropole Ortodoxa de Espanha e Portugal

Declaração sobre a Eutanásia

(Texto do Revm'. Arcipreste Ivan Moody e S. E. o Metropolita
de Espanha e Portugal Polykarpos)

Para a Igreja ortodoxa, a eutanásia está excluída pelo sexto mandamento de Deus “não matarás”, o qual implica a proibição de matar ou de cair morto por outros. Cristo, o Senhor e Salvador, é o senhor da vida e da morte, e não o homem. A Igreja ortodoxa ensina que a eutanásia é o terminar deliberado da vida humana e, como tal, deveria ser condenado como homicídio. Não obstante, o acelerado progresso da tecnologia médica contemporânea e os vários meios de sustentar a vida artificialmente exigem que os teólogos expliquem com mais precisão a posição da Igreja em relação à eutanásia e o pretendido direito de uma pessoa terminar a sua própria vida.

A palavra grega “eutanásia” quer dizer “uma boa morte”. A eutanásia activa é o matar pessoas com doenças terminais sem dor. A única eutanásia, no sentido original e verdadeiro da palavra, reconhecida na ética ortodoxa é a morte do ser humano na pureza moral e espiritual, na esperança e na confiança em Cristo Ressuscitado, o Vencedor da morte. Por isso, para a Igreja ortodoxa, a morte não existe, mas existe antes a dormição. Todos os dias, na celebração da Divina Liturgia, pedimos a Deus “um final cristão da nossa vida, sem dores nem vergonhas, pacífico e uma boa defesa diante do temível tribunal de Cristo”. O único fim do verdadeiro cristão é ser “cidadão do céu”.

Os Santos Padres da Igreja ensinam que a morte não é natural para o homem, pois o homem foi criado não para a morte, mas para a vida, a vida eterna. Segundo o ensinamento patrístico, a morte é um benefício para o homem “para que o mal não seja eterno”. A morte espiritual é mais importante do que a corporal. A primeira é o inferno, a segunda a libertação. A morte, juntamente com o sofrimento e a doença, acontecem não segundo a vontade de Deus mas como consequência da queda do homem. o Livro da Sapiência diz: “pois Deus não criou a -ð.t., nem tem prazer na destruição dos vivos. Porque criou todas as coisas, para que tenham a sua existência.” (sap. 1,13-14). No Livro do profeta Ezequiel lemos: “*Tenho eu algum prazer na morte do ímpio?*” diz o Senhor Deus. Não desejo antes que se converta dos seus caminhos , e viva?” (Ezq.18,32).

Segundo os ensinamentos dos nossos Santos Padres, o significado do pecado de Adão é que o homem, criado à imagem e semelhança de Deus e imbuído de vida pelo seu Espírito, quando apareceu na Terra, escolheu a morte em vez da vida. Como diz o Apóstolo Paulo, “Portanto, como o pecado entrou no mundo por *‘um homem, e pelo pecado a morte, assim a morte passou a todos os homens, porquanto todos pecaram’*” (Rom. 5,72). Tendo pecado, o homem trouxe a morte também à sua descendência.

A vida espiritual para o cristão consiste em morrer com Cristo para o pecado e para o mundo, e em passar com Ele pela experiência da morte corporal para ser ressuscitado no Reino de Deus. O cristão deve transfigurar a sua própria morte numa afirmação de vida, encontrando-se com a tragédia da morte com fé no Senhor da Vida e conquistando, como diz o Apóstolo Paulo, “o último inimigo, a morte” (1 Cor 15,26) pelo poder da sua fé em Cristo Ressuscitado. Portanto, ao cristão não é permitido participar no deliberado terminar da sua vida nem da vida dos outros. A Igreja quer que todo o homem que chegue ao momento da morte esteja preparado para a morte, por meio da confissão e da comunhão, tendo em conta a prática cristã antiga da *“lembrança da morte”*, firmemente baseada no reconhecimento da Ressurreição de Cristo que aniquilou a morte.

“Eu sou a ressurreição e a vida; aquele que crê em mim não morrerá eternamente” (Jo. 11,25-26).



Patriarcado Ecumenico de Constantinopla Sacra Metropole Ortodoxa de Espanha e Portugal

Declaração sobre a Eutanásia

(Texto de S. E. O Metropolita de Lepanto e São Brás Ierotheos Vlachos)

Na língua grega, a palavra “eutanásia” significa “boa morte”, o que tem várias interpretações. “Boa morte” pode interpretar-se como a libertação das dores e dos problemas da vida biológica, o que constitui suicídio; pode também interpretar-se como uma morte pacífica e cristã, como um caminho para o encontro com Deus, à semelhança do exemplo de vida dos mártires da fé. Neste segundo sentido pode ser concebida e aprovada pela Igreja Ortodoxa uma “eutanásia”, ou seja, uma “boa morte”.

A eutanásia no sentido moderno da palavra divide-se em eutanásia activa, quando a morte é provocada por várias substâncias introduzidas no organismo humano, e eutanásia passiva, quando por parte do pessoal médico e sanitário é abandonado tanto o esforço pela terapia do doente como o procedimento pela a sua recuperação.

A Igreja Ortodoxa é contra estes dois casos; contra o primeiro - a eutanásia activa - porque o considera suicídio activo, e contra o segundo - a eutanásia passiva - porque o considera negação da vida e ódio para com a mesma.

A Igreja Ortodoxa propõe alguns princípios básicos acerca da questão da eutanásia:

1. A vida é um dom de Deus e Ele tem total competência sobre ela. Ele concede-a e Ele tira-a. O homem pode fazer bom ou mau uso do dom da vida.

2. A vida biológica não é o fim da vida mas o início de outra vida, e por conseguinte a morte não é a entrada do homem no “nada absoluto” mas o trânsito para outra forma de vida que é eterna.

3. A dor, apesar das experiências corporais, é benéfica para o homem; sobretudo a dor do moribundo serve para manifestar o amor dos parentes, preparar para a outra forma de vida, estreitar as relações entre os familiares e proporcionar tempo para a solução de vários problemas.

4. A eutanásia dos “inúteis” é muito perigosa: pode conduzir a uma “religião arrogante” - a “religião dos jovens sãos” - e introduzir na sociedade um moderno “nazismo biológico”.

5. A interrupção de qualquer forma de vida constitui um acto criminoso contra o mistério/sacramento da vida, sendo para os médicos uma violação do Juramento de Hipócrates de “ser útil, não danificar”, já que os médicos devem ajudar o homem a viver e não a morrer.

6. O médico atende o paciente até ao fim da sua vida e cuida dele para que tenha uma morte digna.

7. O dilema de prolongar a vida ou impedir a morte, o qual é consequência do uso da tecnologia em situações críticas e existenciais da vida humana, é enfrentado com eficácia por pessoas (médicos, comissões de bioéticas e parentes do doente) com um elevado sentido de responsabilidade, amor e sentido da vida e da morte.

8. A administração consciente de sedativos e calmantes, que podem eventualmente acelerar a morte mas que procuram o alívio do doente, não pesam na consciência.





**União Budista
Portuguesa**

A Morte Assistida e Compaixão: Uma Perspectiva Budista

Segundo o ensinamento do Buda, a vida humana é o bem mais precioso que possuímos. É esse o motivo de ser, nesta tradição, tão importante a contemplação sobre a morte é o morrer. A preservação da vida humana é assim o acto mais meritório que pode ser feito, sendo que o acto deliberado de encurtar a sua duração, em geral, se traduz em mais sofrimento para todos os envolvidos, desde os familiares e próximos e também aos que nela assistem, mesmo que indirectamente.

Segundo a tradição budista, é de maior relevância abordar a eutanásia ou morte assistida com uma consciencialização clara do que é morrer, do seu processo e das suas consequências, respeitando as crenças e valores individuais. Importante também é distinguir diferenças, como entre uma escolha de abdicar de um prolongamento artificial da duração natural de vida do seu encurtamento deliberado, bem como a questão de cada situação ser considerada caso a caso. A salvaguarda do direito inalienável da pessoa poder preservar a sua própria vida e de ter as condições para ter um fim de vida digno e humano, respeitadoras da sua própria espiritualidade, é fundamental.

O Buda salientou a importância da bondade e do desejo de aliviar o sofrimento dos seres, baseado no conhecimento das suas causas e razões, numa perspectiva abrangente. Um alívio temporário da condição presente, pode ser causa de sofrimento no futuro, sendo por isso, no nosso entender, indispensável que todos os vários aspectos sejam seriamente ponderados em cada situação desta natureza.

Lisboa, 15 de Maio de 2018

União Budista Portuguesa

Av. 5 de Outubro 122, 8º esq 1050-061 Lisboa - Portugal

TeL: +351 21 3 634 363 | uniaobudista.pt | uniacbudista.pt

i TeN: +351 21 3 634 363 | uniaobutlista.pt | uniacbudista.pt



Igreja Adventista do Sétimo Dia

Razões que levam a Igreja Adventista a Assinar a Declaração “*Cuidar Até ao Fim com Compaixão*”

A Igreja Adventista do Sétimo Dia, cossignatária desta declaração, na sua reflexão sobre a questão da vida, e em particular sobre a discussão da morte assistida e da eutanásia, fundamenta os seus princípios éticos e morais como igreja cristã, na sua compreensão e interpretação sobre o que a Bíblia afirma acerca da vida, do sofrimento, da morte, da dignidade humana, bem como sobre as questões éticas que se levantam em resultado do avanço científico e dos procedimentos terapêuticos utilizados para prolongar a existência.

Na sua concepção holística do ser humano e na procura de manter a dignidade

do mesmo, a Igreja Adventista do Sétimo Dia, na sua ação de minimizar e aliviar as circunstâncias ligadas ao sofrimento, tem uma importante rede mundial de instituições de saúde, com 175 hospitais, 385 clínicas e 140 lares de idosos.

A partir da sua reflexão e experiência, a Igreja Adventista defende:

- Que a vida humana é um dom maravilhoso concedido por Deus e merecedor de ser protegido e sustentado.
- Que o ser humano é, devido à sua origem, único, insubstituível e dotado de dignidade intrínseca, independentemente da sua condição social, única, de género ou da situação em que se encontre, incluindo situação de sofrimento e de proximidade de morte.
- Que o avanço científico e da medicina moderna, têm proporcionado, através da utilização de meios tecnológicos, farmacológicos e terapêuticos, a minimização do sofrimento e o prolongamento da qualidade de vida. A utilização destes meios constitui uma forma de combater o sofrimento e de exercer a misericórdia para com quem sofre, desde que efetuados dentro do quadro em que a dignidade humana esteja

assegurada e em que, ao ser constatada a impossibilidade de cura ou restabelecimento da pessoa, tais meios se traduzam em cuidados paliativos que permitam chegar ao término da existência com dignidade. Pelo contrário, a Igreja Adventista rejeita liminarmente a denominação eutanásia ativa, que consiste em tirar a vida dum paciente (a seu pedido, a pedido dos familiares ou por decisão do médico), através da aplicação de fármacos ou substâncias químicas com o objetivo de evitar uma morte dolorosa ou situações de sofrimento que sejam pesadas para o doente, para a família ou para a sociedade. Também desaconselhamos o uso de meios farmacológicos e terapêuticos em situações que configurem o denominado encarniçamento terapêutico, que apenas aumentam o sofrimento do doente ou prolongam desnecessariamente o processo do morrer, sem qualquer esperança de recuperação da pessoa.

- Que a compaixão para com aquele que sofre, é ainda visível no apoio solidário da parte de familiares, de amigos, de assistência profissional adequada, em dinâmicas direcionadas para aliviar o sofrimento. Tentar paliar a dor alheia é uma das ações mais nobres e profundas que o ser humano pode empreender. Neste processo, todas as estruturas da sociedade deveriam estar implicadas, de forma a que cada um encontre o apoio necessário que o ajude a ultrapassar e a ser resiliente diante da adversidade. Daí a importância de que os cuidados paliativos se revestem nas situações de fim de vida.
- Que a fé, a dimensão espiritual da pessoa, proporciona uma força misteriosa capaz de ajudar a transcender, a encontrar um sentido para a vida e uma esperança que sustente a existência em todos os seus estágios.
- Que apenas no comprometimento com a dignidade da vida e do ser humano, no acompanhamento solidário daqueles que sofrem, descobrimos melhor o sentido da vida, tornamo-nos mais empáticos e próximos, mais autênticos, mais portadores de esperança.

Declaração sobre a Assistência aos Moribundos

Para as pessoas cuja vida é orientada pela Bíblia, a realidade da morte é reconhecida como fazendo parte da atual condição humana, afetada pelo pecado (Gênesis 2:17; Romanos 5; Hebreus 9:27). “*Há tempo de nascer, e tempo de morrer*” (Eclesiastes 3:2). Embora a vida eterna seja um dom concedido a todos aqueles que aceitam a salvação por intermédio de Jesus Cristo, os

cristãos fiéis esperam a segunda vinda de Jesus para completar a realização da sua imortalidade (João 3:36; Romanos 6:23; (Coríntios 15:51-54).

Enquanto esperam que Jesus volte, os cristãos podem ser chamados a cuidar dos que estão a morrer e a encarar pessoalmente a sua própria morte. A dor e o sofrimento afligem cada vida humana. Os traumas físicos, mentais e emocionais têm carácter universal. No entanto, o sofrimento humano não tem qualquer valor expiatório ou meritório. A Bíblia ensina que nenhuma quantidade ou intensidade do sofrimento humano pode expiar o pecado. Só o sofrimento de Jesus Cristo é suficiente. A Escritura exorta os cristãos a não desesperarem nas aflições, incitando-os a aprender a obediência (Heb^o 5:7,8), a paciência (Tiago 1,2-4) e a resistência nas tribulações (Romanos 5:3). A Bíblia também testifica do poder vencedor de Jesus Cristo (João 16:33) e ensina que o ministério da assistência no sofrimento humano é um importante dever cristão (Mateus 25:34-40). Foi este o exemplo e os ensinamentos de Jesus (Mateus 9:35; Lucas 10:34-36), e é esta a Sua vontade a nosso respeito (Lucas 10:37). Os cristãos anteveem um novo dia em que Jesus porá definitivamente fim ao sofrimento (Apocalipse 21:1).

Os avanços conseguidos na medicina moderna vieram acrescentar a complexidade das decisões acerca do cuidado a ministrar aos moribundos. Em tempos passados, pouco se poderia fazer para prolongar a vida humana, mas o atual poder da medicina para protelar a morte levanta questões morais e éticas muito difíceis. Que constrangimentos coloca a fé cristã sobre o uso desse poder? Quando deverá o objetivo de protelar o momento da morte ceder o lugar ao objetivo de aliviar o sofrimento no fim da vida? Quem poderá apropriadamente tomar estas decisões? Que limites deverá ou não o amor cristão impor às ações destinadas a pôr fim ao sofrimento humano?

Tornou-se habitual discutir este tipo de questões sob o título da eutanásia. Existe muita confusão acerca desta expressão. O sentido original e literal deste termo era “boa morte”. Agora o termo é usado em três sentidos bem diferentes. A expressão “eutanásia” refere-se muitas vezes a uma espécie de “golpe de misericórdia,” ou tirar intencionalmente a vida a um doente para evitar uma morte dolorosa ou para aliviar o fardo que pesa sobre a família do doente ou sobre a própria sociedade. (Esta é a chamada eutanásia ativa.) Entretanto o termo “eutanásia” também se usa, impropriamente na perspectiva adventista do sétimo dia, para referir a suspensão ou a retirada de intervenções médicas que prolonguem artificialmente a vida humana, permitindo assim que a pessoa morra naturalmente. (Esta é a chamada eutanásia passiva)

Os Adventistas do Sétimo Dia creem que permitir que um doente morra por ausência das supracitadas intervenções médicas, que apenas prolongam o sofrimento e adiam o momento da morte, é moralmente diferente de ações que tenham como principal intenção retirar diretamente a vida. Os Adventistas do Sétimo Dia procuram abordar os aspetos éticos do fim da vida, de uma maneira que demonstra a sua fé em Deus como Criador e Redentor da vida e que revele o modo como a graça de Deus os tornou capazes de praticar atos de amor ao próximo. Os Adventistas do Sétimo Dia afirmam a criação da vida humana por Deus, um dom maravilhoso merecedor de ser protegido e sustentado (Gênesis 1-2). Também afirmam o maravilhoso dom divino da redenção, que provê a vida eterna àqueles que creem (João 3:15; 17:3). Apoiam assim a utilização da medicina moderna para prolongar a vida humana neste mundo. No entanto, este poder deve ser usado de um modo compassivo, que revele a graça de Deus, através da minimização do sofrimento. Dado que têm a promessa divina de vida eterna na Terra renovada, os cristãos não precisam de se apegar ansiosamente aos últimos vestígios de vida nesta terra. Tão pouco é necessário aceitar ou oferecer todos os possíveis tratamentos médicos que realmente prolonguem o processo de morrer. Dado o cuidado que dedicam à pessoa na sua integridade, os Adventistas do Sétimo Dia interessam-se pela assistência física, emocional e espiritual daqueles que enfrentam a morte. Com esta finalidade, propõem os seguintes princípios baseados na Bíblia:

1. Uma pessoa que se aproxima do fim da vida e que tenha capacidade de compreender, merece saber a verdade acerca da sua condição. Das escolhas do tratamento e possíveis resultados. A verdade nunca deve ser escamoteada mas sim apresentada com amor cristão e com sensibilidade, tendo em conta as condições pessoais e culturais do doente (Efésios 4:15).

2. Deus deu a liberdade de escolha aos seres humanos, e pede-lhes que assumam a respetiva responsabilidade. Os Adventistas do Sétimo Dia creem que esta liberdade se estende às decisões sobre os cuidados médicos. Após haver procurado a orientação divina e considerado os interesses daqueles que serão afetados pela decisão (Romanos 14:7) assim como os conselhos médicos, uma pessoa que seja capaz de tomar decisões deverá determinar se aceita ou rejeita intenções médicas destinadas ao prolongamento da vida. Tais pessoas não devem ser forçadas a submeter-se a um tratamento médico que elas mesmas considerem inaceitável.

3. O plano de Deus é que as pessoas sejam objeto de cuidado no seio duma família e de uma comunidade de fé. As decisões sobre a vida humana

são mais apropriadamente tomadas num contexto de sãs relações familiares, após consideração dos conselhos médicos (Gênesis 2:18; Marcos 10:6-9; Êxodo 20:12; Efésios 5-6). Quando uma pessoa a morrer seja incapaz de dar o seu consentimento ou exprimir preferências acerca da intenção médica, tais decisões deverão ser tomadas por alguém já escolhido pela dita pessoa. Se ninguém tiver sido escolhido, a determinação deverá ser tomada por alguém próximo do moribundo. Salvo circunstâncias extraordinárias, os profissionais médicos ou legais deverão submeter-se às decisões sobre intervenções médicas numa pessoa moribunda, tomadas por aqueles que são mais próximos da dita pessoa. Desejos ou decisões da própria pessoa serão mais bem expressas por escrito e deverão estar de acordo com as disposições legais existentes.

4. O amor cristão é prático e responsável (Romanos 13:8-10; 1 Coríntios 13; Tiago 1:27; 2:14-11). Tal amor não nega a fé nem nos obriga a oferecer ou aceitar intervenções médicas cujos inconvenientes suplantem os prováveis benefícios. Por exemplo, quando os cuidados médicos meramente preservem as funções corporais sem esperança do doente poder recuperar o estado consciente, são fúteis e podem, em boa consciência, ser suspensos ou retirados. De modo semelhante, os tratamentos médicos para o prolongamento da vida poderão ser omitidos ou interrompidos, quando apenas aumentem o sofrimento do doente, ou prolonguem desnecessariamente o processo de morrer. Qualquer ação empreendida, deverá estar em harmonia com os requisitos legais.

5. Embora o amor cristão possa levar à suspensão ou à supressão de intervenções médicas que apenas aumentem o sofrimento ou prolonguem o processo da morte, os Adventistas do Sétimo Dia não praticam o “golpe de misericórdia” nem ajudam ao suicídio (Genesis 9:5,6; Êxodo 20:13; 23:7). Eles opõem-se à eutanásia ativa, o ato de tirar intencionalmente a vida a uma pessoa que está a morrer.

6. A compaixão cristã reclama o alívio do sofrimento (Mateus 25:34-40; Lucas 10:29-37). No cuidado dos moribundos, é uma responsabilidade cristã aliviar a dor e o sofrimento, na maior medida possível, sem incluir a eutanásia ativa. Quando seja claro que a intervenção médica não curará o doente, o principal objetivo do cuidado a prestar deverá passar a ser o de aliviar o sofrimento.

7. O princípio bíblico da justiça determina que se dê uma atenção acrescida às necessidades daqueles que são indefesos e dependentes (Sal. 82:3,4; Provérbios 24:11,12; Isaías 1:1-18; Miqueias 6:8; Luc. 1:52,54).

Devido à sua condição de vulnerabilidade, deve ter-se um cuidado especial para que as pessoas que estão a morrer sejam tratadas com respeito pela sua dignidade e sem injusta discriminação. O cuidado dispensado aos moribundos deve basear-se nas suas necessidades espirituais e médicas e nas suas escolhas expressas, mais do que em percepções da sua categoria social (Tiago 2:1-9). Enquanto procuram aplicar estes princípios, os Adventistas do Sétimo Dia encontram esperança e coragem no facto de que Deus responde às orações dos Seus filhos e pode agir miraculosamente para o bem-estar deles (Salmo 103:1-5; Tiago 5:13-16). Seguindo o exemplo de Jesus, também oram para aceitar a vontade de Deus em todas as coisas (Mat. 26:39). Têm a confiança de poder reclamar o poder de Deus para os ajudar no cuidado a ter nas necessidades físicas e espirituais das pessoas que sofrem e estão a morrer. Sabem que a graça de Deus é suficiente para os tornar capazes de resistir à adversidade (Salmo 50:14-15). Acreditam que a vida eterna para todos os que têm fé em Jesus está garantida pelo triunfo do amor de Deus.

Esta declaração foi aprovada e votada pelo Conselho Executivo da Conferência Geral dos Adventistas do Sétimo Dia na sessão do Concílio Anual em Silver Spring, a 19 de Outubro de 1992.

União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia
Serviço de capelanias
R. Acácio Paiva, n.º 35, 1700-004 Lisboa
Tlf 313 510 910
Email capelanias@adventistas.org.pt
www.adventistas.org.pt





COPIC - Conselho Português de Igrejas Cristãs

Declaração do COPIC sobre a eutanásia

A especificidade do protestantismo histórico e do anglicanismo ao abordar as questões éticas, reside na referência constante à mensagem de Jesus Cristo, na defesa dos valores humanos que se enraízam no Evangelho e no apelo à responsabilidade do crente diante de Deus. De maneira geral, não nos precipitamos em traçar os limites daquilo que é socialmente lícito ou ilícito, preferindo afirmar as nossas convicções em diálogo e no respeito pela laicidade do Estado.

Neste sentido estas igrejas não podem ter um pronunciamento oficial sobre a morte assistida ou eutanásia, entenda-se, indo num ou noutro sentido.

Cremos, pois, que a vida humana, mesmo a mais debilitada, possui um valor intrínseco e que a sua dignidade escapa a qualquer tipo de avaliação. Desafiam-nos também as interrogações dos nossos contemporâneos que, devido aos progressos da ciência médica e à emergência de uma forte consciência da liberdade individual, hesitam em considerar a obstinação terapêutica e o sofrimento insuportável de alguns doentes em fase terminal como admissíveis.

Tal como afirmaram os protestantes reformados e luteranos franceses em 2013, a propósito do debate sobre o fim da vida humana, não ambicionamos, cito: *“prescrever regras nem enunciar uma doutrina definitiva sobre uma questão que toca o mais íntimo de cada vida humana. Recusamos admitir que, diante da doença, do sofrimento e da morte, exista um quadro rígido que defina o que é a dignidade, a liberdade individual ou a responsabilidade coletiva. Ousamos, porém, lembrar, humildemente, a nossa convicção de que o fundamento da fé cristã é o olhar que Deus dirige sobre cada vida conferindo-lhe dignidade, liberdade e responsabilidade. Acreditamos que a vocação das Igrejas se realiza no acompanhamento discreto e atento de todas as situações pessoais e únicas”*, fim de citação.

A nossa profunda convicção é a de que a vida vem de Deus e que, neste sentido, ela tem um carácter sagrado, tendo o ser humano a responsabilidade de cuidar dela. Daí a reivindicação da responsabilidade e da liberdade necessárias à avaliação das situações, tendo sempre presente o Evangelho como princípio hermenêutico. Assim, o nosso pressuposto, é que a ética deve ser pensada na situação em que o homem é “um com o outro”, confrontado com o “absolutamente outro” (*Amarás o Senhor teu Deus... e ao próximo como a ti mesmo*, Mat. 22:34-40; Deut. 6:5; Lev. 19:18).

Seria indesejável, que sobre uma questão tão existencial e geradora de tantas perplexidades, nos distanciássemos dos nossos contemporâneos assumindo uma posição categórica sobre a penalização ou despenalização da morte assistida. Em todas as circunstâncias, entendemos ser nosso dever, colocarmo-nos do lado de quem sofre moral e fisicamente, na certeza de que nenhuma teologia cristã pode advogar o sofrimento intolerável. A nossa posição nesta questão, não é tanto afirmar um acordo ou um desacordo de princípio, mas sim a de que os cristãos devem envolver-se num diálogo aberto para que seja possível encontrar caminhos que respeitem a diversidade de convicções sobre este assunto cujo consenso está longe de existir.

Finalmente, em conjunto com todas as tradições religiosas, declaramos o dever de nos empenharmos na consecução de uma sociedade mais misericordiosa e compassiva e mais capaz de agir na defesa dos mais frágeis e dos que sofrem.

Declaramos igualmente o nosso compromisso com a dignidade do ser humano e com todas as formas de vida que são expressão do cuidado e do amor de Deus.

Lisboa, 16 de Maio de 2018

O Presidente da Direção do COPIC

Paulo de Medeiros Silva
(Pastor)

COPIC

Sede: Praça do Coronel Pacheco, 23

4050-453 Porto - Portugal

Tel.: 222007410

Email: copic.conselhodeigrejas@gmail.com

NIF: 500878935



Democracia e Populismo: um jogo de luz e sombras¹

Prof. José Filipe Pinto²

Abstract

Esta comunicação analisa as relações entre o populismo e a democracia. Inventaria as várias concepções de populismo, clarifica a posição do autor sobre o conceito e serve-se do Índice de Populismo Autoritário para mostrar como o fenómeno tem vindo a evolucionar nos 33 países da Europa que foram objeto de estudo. Em seguida procede ao cruzamento de dados desse índice com o Índice de Democracia para provar que a estratégia dos populistas, depois terem vindo a abandonar a posição antissistema, diverge consoante estejam na oposição ou no Governo, pois os populistas, uma vez no Governo, capturam o Poder. O ensaio dá como provado que a circunstância de um número significativo de partidos populistas apresentarem a palavra «liberdade» nas respetivas designações não constitui um garante para a democracia, pois se não existe democracia sem populismo é possível haver populismo sem democracia.

Palavras-chave: Democracia, populismo, Índice de Democracia e Índice de Populismo Autoritário.

¹ Conferência proferida 29MAR2019 em Vila Nova de Famalicão, na Casa das Artes, no âmbito do Ciclo Nova Ágora, organizado pela Arquidiocese de Braga;

² Professor Catedrático com Agregação, na Universidade Lusófona. Investigador Coordenador do CICPRIS, onde é coordenador de projecto financiado pela FCT. Director da licenciatura e do mestrado em Sociologia. Autor de várias obras, com destaque para as questões relacionadas com os populismos e a Europa;

Introdução

O recente recrudescimento do fenómeno populista na União Europeia e em vários países do continente americano leva muitos analistas a considerar que a democracia corre perigo. Uma posição que assenta no pressuposto de que o populismo constitui uma ameaça para o regime democrático e não uma oportunidade para alterar algumas características ou componentes desse sistema que têm vindo a ser questionadas devido a um desempenho que fica aquém das expectativas dos cidadãos.

Daí o título escolhido por Anders Hellström (2013) - *Help! The Populists are coming* – para um artigo sobre a sua Suécia natal, um país onde o populismo está a crescer, como se comprova pelo facto de um partido populista autoritário de direita – os Democratas Suecos (SD) – deter 60 lugares no Parlamento. Só que os outros partidos suecos traçaram uma espécie de cordão sanitário que impede o SD de chegar ao Poder. Um acordo assinado por seis forças partidárias em 2014-2015 e que vigorou até 2018. Cordão que se mantém porque, em 2019, o Governo é de centro-esquerda, mas beneficia do apoio parlamentar do centro-direita para isolar o SD. Uma revisitação daquilo que os partidos da *mainstream* belga decidiram fazer em relação ao Vlaams Blok. Um cordão que vigora, igualmente, na Holanda, onde Geert Wilders e o seu – no sentido real do termo – Partido da Liberdade estão arredados de qualquer coligação governamental.

Uma realidade que, no entanto, não se verifica em toda a Europa onde vigoram regimes democráticos, pois, entre os 33 países que constam no Índice de Populismo Autoritário do *think tank* sueco Timbro, há 11 onde os partidos populistas estão no Poder, sozinhos ou em coligação, e, além disso, em 4 – Portugal, Reino Unido, Dinamarca e República Checa – os partidos populistas apoiam a solução governativa mesmo não integrando o Governo. Um dado que será explicitado mais à frente, mas que exige reflexão porque, por um lado, parece contrariar o grito de pânico de Hellström e, por outro, aponta para uma alteração da posição que via os partidos populistas como antissistema.

Uma reflexão necessária para perceber o jogo de luz e sombras que se estabelece entre a democracia e o populismo, dois conceitos longe da univocidade concetual, situação que levou Morin (2013) a alertar para a circunstância de um uso tão abrangente do termo populismo levar a que o mesmo perca toda a significação. Uma afirmação que, no entanto, não diminui a

sua carga negativa, pois, como Nikisianis et al (2019, p. 68) provaram num estudo sobre o populismo e o anti populismo na imprensa grega, os usos pejorativos do termo “*have predominated the politico-social landscape, and populism has been defined through anti-populist discourse*”.

Também a democracia, uma criação do mundo grego, foi vista como um regime desviado tanto na cidade dita perfeita criada por Platão como por Aristóteles e só viria a assumir uma forma verdadeiramente representativa depois do reconhecimento do direito ao sufrágio universal. Além disso, como Bobbio denunciou, o tempo encarregou-se de denunciar quatro paradoxos que decorrem da aplicação prática das regras democráticas. Paradoxos que continuam em vigor e que, aliás, se acentuaram quando o manto da democracia se estendeu a um leque mais vasto de países.

Quanto ao populismo, embora o termo tenha sido criado por Herzen em meados do século XIX na Rússia czarista, a sua existência, ainda que não com essa designação, é muito anterior. Canovan afirma que o populismo acompanha a democracia como uma sombra. Na minha ótica, a ligação é mais profunda, uma vez que considero que o populismo representa uma espécie de gêmeo da democracia. Uma posição que decorre da conceção que atribuo ao conceito de populismo. Um elemento que convém explicitar, lembrando que sobre as relações entre o populismo e a democracia Pin Fortuyn (2002, p. 186) defendeu que a Holanda deveria tornar-se “*a real lively democracy of and for the ordinary people, and depart from the elite party democracy we are currently acquainted with*”. Uma forma de dizer que, na sua visão, o populismo representava a nova modalidade de democracia. Uma posição longe de consensual, mas a requerer análise.

Populismo: um Conceito com Múltiplas Conceções

De acordo com a revisão da literatura feita por Noam Gidron & Bart Bonikowski (2013) os estudos sobre o populismo podem ser agrupados em três perspetivas, uma vez que o fenómeno tanto é visto como ideologia, estilo discursivo ou estratégia política. Na senda de Takis Pappas (2013), quando desconstruiu três mitos sobre o fenómeno, considero que o populismo não é uma ideologia, ainda que “thin” como Cas Mudde (2004) a designou, uma posição igualmente corroborada por vários autores, designadamente, Canovan (2002), quando escreveu “*Taking politics to the people: populism as the ideology of Democracy*”, Stanley (2008) e Pajnik, Fabbro & Kamenova (2015).

De facto, mesmo aceitando, como Bobbio, Matteucci & Pasquino (1983), que o conceito de ideologia pressupõe um significado forte e um outro fraco e tendo em conta que o significado fraco – aquele que interessa para a temática em estudo e não a falsa consciência de Marx – está ligado ao “*genus, ou a species diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos*”, considero que o populismo não é uma ideologia. Uma decisão que sai reforçada após a leitura dos programas de vários partidos populistas, uma vez que misturam elementos conotados com as propostas da esquerda com outros – como o controlo das fronteiras nacionais – reivindicados pela direita que lida mal com as implicações decorrentes da soberania de serviço implícita na integração regional. Por isso, Taguieff (1986) considera que o populismo não tem qualquer carater ideológico específico, pois é uma espécie de retórica, uma tentativa para unir as massas, recorrendo para esse efeito a modelos ideológicos diferentes. Uma confusão que não se fica pelo elemento ideológico na perspetiva esquerda-direita porque, como DeHanas & Sheterin (2018), citando Roy (2016), reconhecem, a populista Frente Nacional de Marine LePen acaba por ser uma amálgama de correntes secularistas, cristãs e pagãs.

Face ao exposto, fica para reflexão posterior, a questão sobre se fará sentido continuar a privilegiar a dicotomia esquerda-direita no que concerne ao populismo.

Quando escrevi o livro *Populismo e Democracia: Dinâmicas Populistas na União Europeia*, defini o populismo como “uma forma de articulação do discurso assente na luta pela hegemonia, concebida, sobretudo ou unicamente, na sua dimensão política, uma visão bem mais redutora do que aquela que esteve na génese do processo”. Mais acrescentei que essa luta era “feita em nome – coisa diferente do interesse – do povo” e exigia “a construção de uma identidade própria e a identificação de um opositor, concebido numa perspetiva negativa, de forma a assegurar a existência de antagonismo”. Explicitei, ainda que o outro era visto “como inimigo e não apenas como um adversário” e que a luta pela hegemonia que recusava a intermediação e implicava a passagem da lógica diferencialista para a identitária, sendo que tanto o povo como a elite eram vistos como corpos homogéneos malgrado a heterogeneidade de ambos. Trata-se obviamente de uma definição centrada no discurso, mas que também representa uma estratégia política.

Passados dois anos sobre a publicação do livro, a observação sistemática da forma como o fenómeno tem evoluído, tanto na Europa como na América Latina e, mais recentemente, na América do Norte, não implica a alteração da definição inicial. Admito, no entanto, um pequeno acrescento, ou seja, aceito, *grossa modo*, uma posição semelhante à de Moffitt (2016) para quem o populismo representa um estilo político e um repertório de discurso, imagem política e “performance”. Assim, à definição inicial, centrada na articulação do discurso, acrescentarei que o populismo também envolve “*performative elements such as gestures, emotional tone, imagery and symbolism*”. Uma alteração que tem em conta a importância da imagem na transmissão do discurso, mas também afirmações como as de Orbán, em 2002, quando perdeu as eleições, mas identificou o Fidesz com a nação ao dizer: “*perhaps, our parties and representatives will be in opposition in the Parliament, but we, here in this square, cannot and will not be in opposition, because the nation cannot be in opposition*”.

Finalmente, tal como Laclau, continuo a defender que o populismo tanto pode vir de baixo para cima como em sentido inverso. O primeiro caso acontece quando uma das exigências não satisfeitas pelos detentores do Poder consegue agregar outras demandas que também não foram atendidas e assume a condição de vanguarda do povo. Uma estratégia própria dos partidos comunistas e que os torna populistas totalitários. No segundo caso o movimento populista é desencadeado pela parte da elite não-governante quando sente que é chegado o momento de alcançar o Poder. Uma substituição de elites a dar razão a Vilfredo Pareto (1917) quando afirmou que a História era um cemitério de aristocracias. A recente eleição de Donald Trump pode ser vista como exemplo desse tipo de populismo que recorre ao elemento nacionalista para desacreditar a elite governante. A estratégia que lhe permitirá tomar o seu lugar.

De notar que a minha posição não se afasta significativamente daquela que viria a ser apresentada por Nikisianis et al (2019, p. 269) quando, na senda da Escola de Essex, defenderam que os discursos populistas deviam incluir dois elementos. O primeiro prendia-se com referências proeminentes “*to ‘the people’ (or equivalent signifiers, e.g., the ‘underdog’) and the ‘popular will’ and to the need to truly represent it*”. O segundo tinha a ver com uma perceção antagónica do terreno sociopolítico dividido “*between ‘the people’/the underdog and ‘the elites’/the establishment*”.

Explicitado o sentido que atribuo ao termo populismo, importa passar para as suas relações com a democracia. Um estudo feito através da evolu-

ção do grau de populismo e do cruzamento das versões atualizadas de dois índices: o Índice de Democracia, da responsabilidade do *The Economist*, e o já mencionado Índice de Populismo Autoritário do Timbro.

Relacionando Populismo e Democracia na Europa

De acordo com a Timbro, comparando o índice de populismo em 2008 e em 2018, o populismo apenas se manteve em Malta – 0,5 – e aumentou em 20 dos 33 países estudados³, tendo as subidas mais acentuadas acontecido na Hungria, Grécia, Itália, Espanha, Suécia, Letónia, Finlândia, Alemanha e Polónia.

Quanto às descidas verificaram-se em 12 países⁴, mas apenas na Sérvia, na Noruega, na Bélgica e na Eslovénia as diferenças foram algo significativas. Nos restantes países a tendência, ainda que minimamente decrescente, foi no sentido da quase manutenção.

No que concerne ao regime, dos 33 países estudados pelo Índice de Populismo Autoritário, 14 são democracias completas com os índices a variarem entre os 8,08 de Espanha e os 9,87 da Noruega. Os restantes 19 países são democracias incompletas oscilando entre o máximo de 7,97 da Estónia e o mínimo de 6,38 da Roménia, com Portugal na 27.^a posição e um valor de 7,84.

Como já foi dito, esses 33 países, no que concerne ao populismo, podem ser divididos em quatro grupos, sendo que a Roménia e Malta não foram contemplados nesta parte do estudo. Assim, em 11 deles há pelo

³ Hungria de 45 para 68,9; Grécia de 17,7 para 57; a Itália de 15,3 para 56,7; Polónia de 35,9 para 46,4; Suíça de 31,3 para 33,1; Dinamarca de 16,1 para 28,9; França de 13,1 para 28,1; Suécia de 8,9 para 25,8; Letónia de 8,4 para 25,5; Alemanha de 11 para 22,3; Espanha de 3,9 para 21,4; Montenegro de 15,4 para 20,5; Portugal de 15 para 20,5; República Checa de 12,8 para 20,2; Finlândia de 5,1 para 18,2; Bulgária de 8,1 para 14,4; Islândia de zero para 10,9; Croácia de 5,3 para 8,8; Estónia de 0,2 para 8,3 e Irlanda de 0,7 para 4,1.

⁴ Chipre de 36,9 para 34,6; Eslovénia de 36,6 para 30,9; Áustria de 29 para 28,3; Holanda de 33,6 para 26; Eslováquia de 24,7 para 23,8; Noruega de 23,4 para 17,7; Lituânia de 17,7 para 15,4; Sérvia de 29,5 para 13,1; Luxemburgo de 10,9 para 9,6; Bélgica de 15,4 para 7,4; Roménia de 5,5 para 4,2 e Reino Unido de 4,3 para 2,7.

menos um partido populista no Governo⁵, em 3 há um partido populista isolado na oposição⁶, em 13 há mais do que um partido populista na oposição⁷ e em 4 há partidos populistas que apoiam, mas não integram, a solução governativa⁸.

⁵ Hungria onde o Fidesz, populista autoritário de direita lidera o Governo e o Jobbik, populista extremista de direita, está na oposição e conta com 26 lugares parlamentares. Hungria que conta com 68,6% de populismo de direita e um valor residual – 0,3% - para o populismo de esquerda. Grécia em que dois partidos populistas – o Syriza autoritário de esquerda com 145 deputados e o Anel, autoritário de direita com 10 – partilham o poder, enquanto outros dois populistas – o Aurora Dourada, extremista de direita com 18 deputados e o KKE, extremista de esquerda com 15 – estão na oposição. Grécia onde o populismo de esquerda representa 45,1% e o de direita apenas 11,9%. Itália onde a Liga de Salvini e o Movimento 5 Stelle de Di Maio ocupam o poder. A Liga, populista autoritária de direita dispõe de 126 lugares no Parlamento e o M5S, populista autoritário de esquerda tem 227. Na oposição está outro partido populista autoritário de direita, o FDI com 33 lugares. O populismo de esquerda domina com 33,9% enquanto o de direita atinge 22,8%. Áustria, país em que o FPÖ, populista autoritário de direita, tem 53 assentos parlamentares e é responsável pelos 27,6% do populismo de direita, cabendo os restantes 0,7% ao de esquerda. Suíça em que o SVP faz parte da coligação governamental e tem 65 deputados enquanto dois outros populistas autoritários – LEGA e MCR – têm respetivamente 2 e 1 lugares parlamentares e um partido populista extremista mas de esquerda, o PdA conta com 1 lugar, estando os três na oposição. Na Suíça a direita é responsável por 30,8% do populismo e a esquerda apenas representa 2,3%. Noruega onde o FrP, populista de direita, integra o Governo e dispõe de 27 lugares no Parlamento, embora o RØDT, populista de esquerda esteja na oposição e ocupe uma cadeira parlamentar. Noruega onde o populismo de direita dispõe de um peso relativo de 15,3% e o de esquerda conta com 2,4%. Finlândia, onde o populismo de direita conheceu uma cisão recente, mas continua a ser maioritário -17,9% - face ao de esquerda – 0,3%. Letónia, onde o NA tem 13 lugares no Parlamento e o KPV LV 16. Populismo totalmente de direita e que representa 25,5% dos votos. Bulgária onde três partidos populistas, dois autoritários de direita – IMRO com 11 deputados e NFSB com 9 – e um extremista de direita – Ataka com 7 lugares – estão no governo enquanto o Volya, autoritário de direita está na oposição. Como se percebe os partidos populistas de direita são responsáveis pela totalidade dos 14,4%. Polónia, onde o PiS, populista autoritário de direita, tem 235 lugares parlamentares e lidera o Governo e outro partido populista autoritário de direita, o Kukiz 15, dispõe de 42 cadeiras e está na oposição. Polónia onde a direita populista representa 46,4%. Eslováquia, país em que o SNS, populista autoritário de direita, está no poder e o LSNS, populista extremista de direita está na oposição e conta com 14 assentos parlamentares. A direita populista vale atualmente 23,3% e a esquerda representa apenas 0,5%.

⁶ Suécia, Alemanha e Bélgica.

⁷ Chipre, Espanha, França, Sérvia, Holanda, República da Irlanda, Lituânia, Estónia, Islândia, Eslovénia, Croácia, Montenegro e Luxemburgo.

⁸ Portugal, Reino Unido, Dinamarca e República Checa.

Tendo em conta a ideia dominante que vê o populismo como uma ameaça para a democracia, seria de esperar que em nenhuma das democracias completas os populistas estivessem no Poder. No entanto, não é o que acontece em vários países. Veja-se o caso da Noruega, o país mais democrata do mundo, mas onde o Partido do Progresso (FrP), populista de direita, integra o Governo, sendo que o populismo de direita dispõe de um peso relativo de 15,3% e o de esquerda conta com 2,4%.

O mesmo acontece na Finlândia, a oitava democracia, onde o populismo de direita conheceu uma cisão recente, mas continua a ser maioritário – 17,9% – face ao de esquerda – 0,3%. De facto, quando Jussi Halla-aho sucedeu a Timo Soini à frente do partido outrora designado como os Verdadeiros Finlandeses, vários membros do *Finns party* saíram e criaram outra formação partidária, pois não concordaram com o derrube do Governo

Também na Suíça o Partido Popular Suíço (SVP) faz parte da coligação governamental e na Áustria o Partido da Liberdade (FPÖ), populista autoritário de direita, é responsável pelos 27,6% do populismo de direita, integra a coligação governamental.

Como se percebe pelo peso relativo do populismo neste leque de países, a situação é preocupante na Áustria. Uma revisitação dos tempos em que a presença no Poder do partido então liderado por Joerg Haider levou a União Europeia a obrigar a Áustria a valsar ao ritmo das sanções.

Os dados apresentados parecem apontar para uma convivência pacífica entre a democracia e o seu gémeo bastardo. No entanto, o mencionado caso sueco aconselha moderação. Assim sendo, para que a conclusão não seja apressada importa ter em conta outros quatro aspetos nesta análise relacional.

O primeiro prende-se com a forma como os partidos populistas estão a abandonar a posição antissistema e aceitam integrar ou apoiar a solução governativa, inclusivamente numa situação minoritária. Trata-se de um dado novo e que já provocou cisões nos partidos populistas, como o mencionado caso finlandês. Um dado que indicia que o populismo, tal como a democracia, não é unívoco.

O segundo elemento decorre do primeiro e põe em causa a dicotomia esquerda-direita. De facto, na Grécia, o Syriza, populista de esquerda, governa em coligação com o Anel, populista de direita. De igual modo, em Itália, a populista Liga outrora do Norte, abandonou o sonho de lutar pela independência da sua criatura – a Padânia – e aceitou coligar-se no Governo com o Movimento 5 Stelle, igualmente populista mas que conta com muitos

militantes e simpatizantes de esquerda. Uma coligação que também desvaloriza a discrepância de o povo de Beppe Grillo e de Luigi Di Maio ser o povo da rede enquanto Matteo Salvini aposta na valorização dos verdadeiros italianos. Daí a sua posição face aos imigrantes e aos refugiados.

São exemplos como os referidos que levam a questionar se não será mais adequado deixar de privilegiar a dicotomia esquerda-direita e passar a usar outros critérios, designadamente o cultural, o socioeconómico e a posição face ao sistema.

O terceiro aspeto decorre da forma como os partidos populistas exercem o Poder quando obtêm a maioria absoluta, circunstância que lhes permite governar sozinhos. Uma situação que já acontece, por exemplo, na Polónia e na Hungria. Ora, o estudo cronológico do Índice de Democracia mostra que nesses países a qualidade da democracia tem vindo a decrescer. Na Polónia era 7,12 em 2011, passou a 7,09 em 2015 e a 6,67 em 2018. Na Hungria era 7,04 em 2011, baixou para 6,84 em 2015 e para 6,63 em 2018.

Aliás, na Hungria dois partidos populistas – Fidesz e Jobbik – lideram, respetivamente, o Governo e a oposição. Uma situação que levou Kim Lane Scheppele a falar de um *Frankenstate*. Um país onde a liberdade de imprensa está em retrocesso, como se comprova pelos 44 pontos em 100 possíveis que a *Freedom House* lhe atribuiu em 2017. Ou a criação de um conglomerado de jornais, portais de notícias e revistas, destinado a apoiar as políticas de Orbán. Uma concentração apoiada pelo Governo, situação que propicia aquilo que Adriano Moreira (2001, p. 234) designa por clandestinidade do Estado. Afinal, o Poder precisa de auxiliares de “desinformação” e que lhe permitam o “manejo das estatísticas”. Daí o controle “*directo ou indirecto dos meios de comunicação social*”. Afinal, como Karl Deutsch afirmou, o Poder para funcionar precisa de ser informado e de se informar e a informação circula por canais a que chama os nervos do Governo. Nervos que assumem a condição de capilares tal a dimensão da rede criada pelos serviços ditos de segurança.

Uma estratégia acompanhada pelo silenciamento das vozes discordantes, acusadas de estarem ao serviço de George Soros para denegrirem a imagem do país. Uma cruzada antigovernamental em que Orbán também inclui o Parlamento Europeu devido à sua recomendação para que fosse ativado o artigo 7.º do Tratado da União Europeia contra a Hungria.

Finalmente, importa frisar que, ao contrário da previsão de Niall Ferguson, os governos populistas não são geralmente incompetentes ao

ponto de terem vida curta. Kyle & Gultchin (2018) lembram que na Argentina, Menen governou durante dez anos e Cristina Kirchner se manteve oito anos na presidência. Além disso, na Bolívia, Evo Moral já está no Poder há onze anos e Rafael Correa foi Presidente do Equador durante dez. Como se percebe, exemplos não faltam: Ortega, Fujimori, Putin, Berlusconi....

Apresentados os traços globais do fenómeno populista na Europa e antes da necessária e breve síntese conclusiva, impõe-se a referência a um estudo mais abrangente elaborado por Kyle & Mounk (2018) sobre os populistas no Poder.

Os Populistas no Poder

A avaliação do exercício do Poder pelos partidos e pelos líderes populistas representa uma inevitabilidade porque, ao contrário do que alguns pensaram, o fenómeno populista não é um epifenómeno. Dito de uma forma mais clara: ao contrário daquilo que alguns esperavam, a falta de experiência política de vários líderes populistas – por exemplo Trump antes da presidência nunca tinha desempenhado cargos de natureza política – não levou a que a sua permanência no cargo fosse passageira. Bem pelo contrário como se verá em breve.

Além disso, alguns líderes populistas, quando passaram a chefiar o executivo, não demoraram a servir-se da ideologia nacionalista como cimento para os colar à cadeira do Poder. Assim sendo, medidas como aquelas que foram tomadas por Orbán para resolver a crise de natalidade vão muito além da necessidade de assegurar a renovação de gerações. Prendem-se com o desejo de uma Hungria povoada por magiares.

Face ao exposto, importa fazer o balanço possível da governação populista. Foi esse o objetivo de Kyle & Mounk (2018) quando procederam à análise de dados para perceberem o efeito da governação populista nas instituições democráticas⁹. Uma forma de medir a influência dos populistas, uma vez no Poder, em três aspetos ou elementos: a qualidade da democracia, a forma como o executivo respeitava a regra decorrente do *checks and balances* e a participação política.

O *corpus* escolhido englobava “46 populist leaders or political parties that held executive office across 33 democratic countries between 1990

⁹ O estudo intitula-se «The Populist Harm to Democracy: an Empirical Assessment» e consta de um *paper* desenvolvido no Tony Blair Institute for Global Change. Está disponível no sítio <https://institute.global/insight/renewing-centre/populist-harm-democracy>

and 2018". Um universo vasto e que, malgrado apenas envolver os países democráticos, ultrapassa os limites da União Europeia.

As conclusões do estudo não deixam dúvidas sobre a avaliação nefasta ou negativa da ação populista. Assim, as lideranças populistas causam quatro vezes mais dano às instituições democráticas do que as lideranças não-populistas, uma vez as respetivas percentagens são 23% e 6%. Além disso, mais de metade dos líderes populistas alteram ou reescrevem a Constituição e "*many of these changes extend term limits or weaken checks on executive power*". A mesma tendência ocorre relativamente aos direitos individuais, pois os governos populistas são responsáveis por uma descida de 7% na liberdade de imprensa, 8% nas liberdades civis e 13% nos direitos políticos.

Para tornar o quadro mais sombrio ou preocupante, diga-se que os populistas se mantêm no Poder mais do dobro do tempo porque ficam em média 6 anos e meio contra os 3 anos dos líderes não populistas. Aliás, apenas 34% dos líderes populistas aceitam deixar o Governo na sequência da derrota eleitoral. Os restantes só saem em caso de *impeachment* ou, pura e simplesmente, recusam-se a abandonar o Governo. Provavelmente porque temem as consequências daí decorrentes porque, apesar dos paraísos fiscais, o dinheiro deixa rasto e 40% dos líderes populistas estão indiciados pela prática de atos corrupção.

Séculos atrás Maquiavel explicou a Lourenço de Medicis como capturar o Poder. Não parece abusivo concluir que os líderes populistas aprendem bem a lição.

À Guisa de Conclusão

A exposição feita não permite dúvidas sobre o recrudescimento do populismo. Um populismo que, neste jogo de luz e sombras, já não se contenta com uma posição antissistema, pois busca chegar ao Poder. Um recrudescimento em parte devido ao insuficiente desempenho dos partidos tradicionais, mas que também tem a ver com a natureza humana. Santo Agostinho, na sua visão negativa do homem, apontava-lhe três apetites insaciáveis: a cupidez, a paixão pelo poder e o desejo sexual. Talvez não seja abusivo dizer que a natureza humana não é alheia à existência de temas fraturantes e à propensão para aceitar falsas soluções para problemas concretos com os quais as sociedades, ainda que afluentes como as do Norte da Europa, se veem confrontadas. Problemas conjunturais, como a crise

económico-financeira e a chegada de refugiados e de imigrantes, apenas acentuaram uma tendência que vinha de trás. Serviram para responsabilizar a elite governante e para denegrir a sua imagem junto de eleitorado. A linha traçada na fronteira serviu para vincar o muro interno que separa a elite do povo.

Uma estratégia que lança sombras sobre o desempenho alheio na esperança de tomar o seu lugar. O gémeo bastardo a lutar pela posição a que se julga com direito. Uma estratégia que dá razão àqueles que consideram o populismo como uma ameaça para a democracia. Uma posição respaldada pelo desempenho dos partidos populistas mal se sentam na cadeira do Poder. O PiS polaco e o Fidesz húngaro como os exemplos mais elucidativos no caso do populismo de direita. O Syriza como modelo do populismo autoritário mas não totalitário de esquerda, embora o *Syriza de segunda geração*, aquele que surgiu quando Varoufakis saiu de cena, pouco tenha a ver com o partido que prometeu aos gregos aquilo que sabia não estava ao seu alcance. Um assomo revolucionário que apenas conduziu a alterações semânticas e que acalmou quando o terceiro resgate se mostrou inevitável.

No entanto, deverá ser tomada em consideração a recente alteração da postura de alguns partidos populistas para perceber a real dimensão dessa mudança. Um dado a justificar reflexão, pois, malgrado a dificuldade na elaboração de uma tipologia do fenómeno, talvez faça sentido usar o termo no plural.

Voltando a Canovan, não há dúvida de que o populismo acompanha a democracia como uma sombra. Daí que não exista democracia sem populismo. Porém o caso muda de figura quando a sombra troca de posição com a luz. Como os indicadores deixam claro, é grande a probabilidade de o populismo amordaçar – um claro eufemismo – a democracia. Uma ameaça que não se fica pelo campo interno, uma vez que já são identificáveis as ligações entre partidos populistas de vários países. Um fenómeno mais acentuado entre o populismo de direita e extrema-direita, como comprova o projeto a que Steve Bannon se está a dedicar, mas que não exclui o populismo de esquerda. Basta ter em consideração as comitativas estrangeiras que marcam presença nos congressos e reuniões magnas dos partidos populistas da esquerda autoritária ou totalitária. Aliás, não deve ter sido por acaso que Chantal Mouffe, viúva de Laclau e ideóloga do Syriza da primeira fase e do Podemos de Pablo Iglésias, afirmou em Lisboa que a solução para combater o avanço do populismo de direita resida na aposta no populismo

de esquerda. Uma forma de dizer que o populismo de esquerda já não tem pejo em apresentar-se como alternativa para a construção de uma alma, ainda que com outra designação para evitar conotações do foro religioso, para a Europa.

Longe – e não apenas no tempo – vai a conjuntura em que o Nestor de Sófocles respondia a Ajax dizendo que não o censurava pois agia bem embora falasse mal. Hoje o discurso populista tem a musicalidade atrativa do canto das sereias. Com a agravante de 22% dos votantes dos 33 países contemplados no Índice de Populismo Autoritário não se revelarem dispostos a seguir o exemplo de Ulisses e dos seus companheiros.





Utopia¹

Adriano Moreira²

A palavra, e o conceito que se tornou dominante, de “utopia”, foi utilizado por Sir Thomas More quando, em 1516, a caminho de sofrer a violência de Henrique VIII, escreveu um livro a que deu esse nome, com o significado de “em parte alguma”.

Não podemos esquecer, para avaliar a sua doutrinação, o facto de a sua fé católica, e fidelidade à Igreja, o ter conduzido ao suplício, deixando-nos a questão de saber se a sua “utopia” se referia à capacidade humana de organizar uma sociedade sem violência, sem submissão a um despotismo, até sem propriedade, mas dando testemunho de que a “salvação” era uma realidade.

Como veremos, também essa crença seria mais tarde considerada utópica, quer por doutrinadores da reorganização das sociedades civis e políticas conhecidas, recorrendo eventualmente à violência, podendo talvez, sem exagero, reivindicar para Erasmo (1466-1536), a defesa do reformismo possível, sendo amigo de Thomas More, e adversário do dogmatismo de Lutero (1483-1546).

Este, advogado da doutrina “da justificação apenas pela fé, e fundador da Reforma Germânica, sendo ela crítica do formalismo da Igreja Católica, era também cético quanto à perfeição possível de instituições humanas, é por isso um eventual reformista.

É na época deste debate, que também originou combates militares penosos na Europa que, como recentemente voltou a lembrar Malyn

¹ Ensaio escrito em 2018;

² Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa; Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa. Presidente e co-fundador do Instituto Dom João de Castro. Membro Honorário da Academia da Marinha. Presidente Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Newitt, nasce “o primeiro império marítimo europeu”. São dele estas palavras: “durante o século XVI, os portugueses criaram um império comercial mundial que se estendia do mar da China e do Oceano Índico ao Brasil e a Angola, no Atlântico Sul.

Este império, que não foi desafiado por nenhum outro Estado europeu durante 100 anos, teve um profundo e prolongado impacto na economia e na cultura da Europa, e deu início à mudança das relações europeias com o resto do mundo que, hoje, se interpretam como sendo os primórdios da Globalização”.³

Talvez possa ser colocado Pico Della Mirandola (1463-1494), com o seu *Heptaplus*, exposição dos sete aspetos da criação, como referência da criatividade do homem, criado livre pelo Arquitecto Supremo, que coloca Adão no centro do mundo “sem lugar preciso, nem forma que te seja própria, nem numa função particular... para que, pelo teu livre arbítrio, como se foras o criador de ti próprio, possas escolher formares-te como preferires”.

O Sermão de Lutero, de 1512, representa seguramente uma primeira forte crítica contra a autenticidade da então dominante doutrina da legitimidade do poder político, que para a Europa era a cristã, quando disse que “só verdadeiramente poder será aquele que, pregando ao povo o verbo da verdade, se fará o anjo anunciador do Deus dos exércitos e arauto da Divindade”.

Se entendermos que o conceito do crente Thomas More era que a sociedade perfeita não existiria na terra, mas que, como dissera Santo Agostinho, o homem não foi criado para o tempo, mas sim para a eternidade, e que nesta se encontraria a perfeição e a bem-aventurança, então a utopia será uma atitude comum de várias religiões, que em geral poderiam recitar o Ato Penitencial – “Perdoa, Senhor, o nosso dia, / a ausência de gestos corajosos, / a fraqueza dos atos cometidos, / a vida nos momentos mal amados”. Trata-se na conclusão de Max Weber da “tensão aguda e permanente que caracteriza a relação da religião de salvação com o mundo e as suas ordens” (Rafael Gomes Filipe).

Admitindo portanto que o conflito de percepções diz respeito à questão de saber se é possível uma sociedade perfeita na terra, ou se é apenas possível esperar a perfeição de uma bem-aventurança na “eternidade”, a utopia dividiu os pareceres. More, que fora um duro homem de Estado, aderiu a uma opção que o levaria aos altares católicos; Erasmo, mantendo a fé, era um reformista das sociedades na terra, incluindo as revisões das práticas

³ Malyn Newitt, *Portugal na História da Europa e do Mundo*, Texto, Alfragide, 2012, pg. 93.

católicas. Notaremos que estes homens viveram a mesma época, tributários da circunstância ocidental: More entre 1478-1535, Lutero entre 1483-1540, Erasmo entre 1466-1536.

Mas tratou-se da época em que Colombo chegou ao Novo Mundo, e, sublinha Jacques Barzun, “o conhecimento do Novo Mundo e dos seus habitantes começou a modificar o pensamento ocidental sobre a sua própria cultura. As viagens dos exploradores tinham-se tornado um género literário, que os autopistas (palavra sua) imitaram minuciosamente... A Eutopia tem sempre de ser isolada, para justificar o ter sido desconhecida durante tanto tempo e para evitar ser corrompida pelos maus costumes do seu mundo – o que, a propósito, sugere quão frágil se espera que seja uma sociedade perfeita”.⁴

Aceitando dar fundamento a esta observação, compreende-se que todas as críticas à imperfeição das sociedades, que se encontram, por exemplo, em Rabelais, Montaigne, Shakespeare, Swift, possam apoiar experiências de outras áreas culturais que não a ocidental, mas o tema complexo da referência inclui sempre estes elementos: “libertar o corpo da fome, o espírito da ansiedade; não prometer a liberdade para a sociedade em abstrato, mas apenas a partir dos privilégios concretos das classes superiores.

Todas as batalhas pela justiça social foram travadas contra a tirania da pobreza e da classe”.⁵ Mas averiguar de onde vem tal “apelo” à justiça, e que se traduz na obediência a esse apelo, é que vai ser a linha vermelha que separa as utopias. More apela a Deus, o que implica, para o experiente e duro estadista, uma como que resignação perante a injustiça da sociedade; Erasmo não esqueceu a inspiração, mas parece seguir o lembrado Ato Penitencial, e a “tensão aguda e permanente que caracteriza a relação da religião de salvação com o mundo e as suas ordens”, sempre advogado da objetividade, da tolerância, repudiando o fanatismo e a desordem, sendo a sua divisa, recordada por Barzun, “Reforma, sim, a reforma à maneira de Lutero, não”; mas, para Lutero, o fim da vida foi de dúvida angustiada sobre se a sua Reforma tornara os homens mais piedosos e melhores.⁶

As guerras que se seguiram, sobretudo entre 1519-1660, foram de cunho religioso, e tal desastre talvez não possa deixar de estar presente nas causas que levam ao vigor das doutrinas contra a existência de Deus, e portanto contra a origem apelante da justiça que inspirou os primeiros

⁴ Jacques Barzun, *Da Alvorada à Decadência*, Gradiva, Lisboa, 2003, pág. 137.

⁵ Barzun, cit., pág. 138.

⁶ Barzun, cit., pág. 517.

utopistas. Fica de referência o livro de Friedrich Nietzsche, *O Anticristo*, com estas palavras terríveis: “condeno o cristianismo, dirijo contra a Igreja Cristã a mais terrível das acusações que algum acusador deixou escapar dos seus lábios. Ela é para mim a mais alta das corrupções concebíveis...”.

Mas o livro de Ludwig Feuerbach, intitulado *A Essência do Cristianismo*, publicado em 1841, convidando os teólogos a que, “de candidatos do além passassem a entender este mundo”, pensa-se que converteu ao ateísmo Richard Wagner, Friederich Nietzsche, e, mais notáveis, Karl Mark e Friedrich Engels. Feuerbach seria chamado “Pai da Igreja do Ateísmo Moderno”.

Em resumo, o corte com a transcendência, levou a que o conceito de “utopismo” não tivesse o sentido que lhe deu Thomas More, e que Max Weber, no seu notável estudo sobre a sociologia das Religiões, definiu como orientador para um “caminho para o verdadeiro ser”, “caminho para a verdadeira arte”, “caminho para a verdadeira natureza”, “caminho para o verdadeiro Deus”, isto é, para que o avanço da ciência e da técnica levasse a uma “ciência com consciência”, a bem de todas as criaturas.

O “utopismo” deixou de ser o reconhecimento de que “tal mundo não se encontra no mundo vivido”, para significar uma “fuga do real”, opondo à fuga “maneiras de viver” protegidas, ou recorrendo à violência para mudar o modelo de vida existente: no meio estão visões e práticas “reformistas”, e finalmente o que já foi designado como “eucracia”, e não “democracia” que ainda hoje tem existência de consequências terríveis.

Vamos recordar modelos começando por mencionar, como exemplo de contrassociedades, de ação pedagógica na terra, o projeto de Cabet – *Le voyage en Icaria* – nos EUA, que durou de 1848 a 1899, mas também, para alguns autores, as “*sociedades monacais*”, as “*ordens contemplativas*” que se multiplicaram no Baixo Império e nos séculos XI e XII, e que recusam pelo exemplo os vícios que reprovam na sociedade civil e política.

Um dos mais conhecidos exemplos de contrassociedade violenta foi o chamado Templo do Povo, que se instalou na Guiana. Em novembro de 1978, a colônia agrícola de Jones Tawnies, foi visitada por uma comissão americana que procurava inquirir sobre notícias de escravidão e violência ali praticadas. Foram massacrados a tiro quando procuravam regressar, mas os dirigentes também ordenaram o suicídio de todos os membros da colônia, incluindo mulheres e crianças.

Finalmente, e para não alongar excessivamente esta exposição, aparecem os “milénarismos” caracterizados pela fé de que haverá proximamente um dia de redenção, sociedades chamadas pátrias por Weber, e de que se

ocuparam autores como Norman Cohn, e Maria Isaura Pereira de Queirós no seu *O Missionarismo no Brasil e no mundo* (1977). Finalmente o chamado “*utopismo anarquista*”, dos discípulos de Bruno Bauer, defensor da absoluta liberdade de espírito contra toda a ordem, de qualquer sinal cristão, capitalista, ou comunista. Chamaram-se a si próprios “homens livres”, e foi contra eles que Marx e Engels escreveram “A sagrada família”.

Talvez possa, com benevolência, acrescentar-se aos *utopistas* que, ao contrário de Mores, doutrinaram ou tentaram modelos de recusa da realidade social, política, e económica, os que se assumiram como portadores de uma mensagem para o seu povo, de que conseguiram o governo totalitário, e que de regra conduziram a desastres. Antes da última guerra mundial foi o caso de Mussolini na Itália fascista, de Hitler na Alemanha Nazi, e que atualmente encontra uma ameaça semelhante no governo da Venezuela, onde Nicolás Maduro governa um país em crise política, económica, e social, mas parecendo convencido de ser uma encarnação de Hugo Chavez, que morreu em 2013, e que se declarava ser ele “o próprio povo venezuelano”, impondo um poder pessoal utópico, que levou ao desastre económico sem precedente, à total violação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, colocando a própria ONU na situação de impedimento de intervenção humanitária, e temerosa de qualquer intervenção militar que levaria a uma tragédia humana.

É talvez tempo de, partindo da visão de Thomas More, que foi um chanceler severo, e um católico a caminho da santidade, ver como evoluiu a circunstância, identificada por Tolstoi, de que a ciência nos procura organizar a articulação das causas do processo do universo, mas não nos diz o que devemos fazer.

Podemos talvez partir da tese de Ernest Renan, defendida no seu trabalho que intitulou *L’Avenir de la Science, Pensées* (1848), em que afasta o pessimismo de More sobre Utopia neste mundo, proclamando: “É sobretudo sob a forma religiosa que o Estado vigiou até agora os interesses suprasensíveis da Humanidade. Mas a partir do momento em que a religiosidade do Homem venha a traduzir-se na forma puramente científica e racional, tudo o que o Estado concedia antes ao exercício religioso será dado à ciência, única religião definitiva. Não haverá orçamento dos cultos, haverá orçamento da ciência, orçamento das artes”.

Provavelmente, depois de George Orwell, em 1949, ter imaginado o que seria o mundo em 1984, foi Isaac Asimov, a partir da sua obra *Fundação*, quem deu por demonstrada a previsão de Ernest Renan, prevendo o futuro finalmente preservado de guerras porque o avanço científico e técnico

seria uma garantia de paz. Não parece ter morrido com a mesma convicção, porque em *Our Angry Earth: Aticking Ecological Bomb* (1991), já perto da morte, admite que é “demasiado tarde para salvar o planeta dos danos”⁷ sendo que sobressaem três desafios para 2019: a demografia que inclui a mundialização das migrações, o envelhecimento da população, que em todo o caso atingiu um número de humanos sem comparação com o passado, rondando 7,5 mil milhões de pessoas, não obstante a baixa do índice de fecundidade; as migrações, com lógicas diferenciadas, causas múltiplas, e denominador comum que é uma humanidade que envelhece; o problema das desigualdades entre os desenvolvimentos regionais, que no Ocidente leva Mark Mazower a salientar a necessidade de *Governar o Mundo* (2017), e Thomas Piketty a gritar *Aux Armes Citoyens* (2018): isto porque crescem os desemparados, do Cairo ao Cabo centenas de milhares de crianças estão em combates, o Tratado de Paris sobre a crise climática é abandonado levemente por Trump, a espionagem e sabotagem informáticas, a cibercriminalidade, a manipulação da informação, tornam difícil aos Estados manter a segurança, o avanço das armas permite ao fraco atingir o forte (Torres Gémeas).

Verdadeiramente o globalismo é carateristicamente uma Arena Global, em relação à qual o General que comandou, até há poucos meses, as tropas americanas da NATO, ao retirar-se, vaticinou que dentro de quinze anos haverá guerra entre os EUA e a China.

Por isso renasce a questão de harmonizar a Utopia, dita não realizável na terra, com a fonte da adoção de princípios que identificamos como Direito Natural: na Idade Média provou-se caraterizá-la como “vontade de Deus (Aquino), uma origem recusada, após o Renascimento, desde Grotius a Kant, tendo este sustentado que a hipótese é perniciosa por absolver os homens da responsabilidade por uma justiça objetiva. Acontece porém que, quando se procurou conseguir impor um “nunca mais” às guerras com a Fundação da ONU, dois princípios não escritos, dominaram a tentativa: um “mundo único”, isto é, sem guerras, e o globo “morada comum dos homens”. Isso levou, por exemplo, John Rawls (1922) a Robert Nozick, em *Anarchy, State and Utopie* (1974), a sustentar que cada ser humano deve ser livre de exercer o que é o seu direito, mas não interferindo com direitos alheios, ambos suspeitos de utópicos, no sentido de More.

⁷ Há uma excelente síntese da evolução do seu pensamento, em A Revista do Expresso, 2/3/2019, por Luciana Leidesfâr B, com o título *Um Presente menos que perfeito*.

Mas acontece que, embora a ONU, pela primeira vez na história da humanidade, e com textos fundamentais apenas escritos por ocidentais, tenha promovido o encontro, em liberdade, de todas as áreas culturais, étnicas, e religiosas do mundo, apenas ali chamou para serem ouvidos, por cinco vezes, os Bispos de Roma, Papas da Igreja Católica: Paulo VI, João Paulo II por duas vezes, o Papa Emérito, e o Papa Francisco que foram buscar ao fim do mundo. E isto faz lembrar Hans Kung, nem sempre considerado disciplinado pela Igreja, mas que no seu “*O Cristianismo*” (Lisboa, Circulo de Leitores, 2012), examinando os problemas da pós-modernidade, apela “para uma ética mundial que obrigue os homens e os ligue entre si”, enfrentando o conflito entre o poder e a moral que atravessa a história do mundo. Insiste em que “uma nova ordem do mundo precisa de um mínimo de valores, de atitudes fundamentais e de critérios comuns”. Adere à Declaração de Ética Mundial aprovada pelo *Parlamento das Religiões Mundiais*, reunido em Chicago, em 4 de setembro de 1993, “que definiu pela primeira vez, na História das Religiões, um conceito fundamental mínimo relativo aos valores obrigatórios, aos critérios intangíveis e às atitudes pessoais essenciais”.

Curiosamente, na sede da ONU, desde a fundação, existe uma sala, com uma fila de bancos ao longo das paredes, um altar de pedra sobre o qual desce um raio de luz: chama-se sala de meditação para todas as religiões. Mais esperançosa que Thomas More, espera que a Utopia possa realizar-se na terra, recebendo a luz que vem do alto. Continua difícil, mas sem morrer a esperança.





Almirante Gago Coutinho¹

Prof. Adriano Moreira²

Ainda conheci o Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho, então já retirado do ativo da Marinha, mas tendo atingido em vida a figura de um herói nacional com lugar reservado e destacado na história de Portugal que lhe aconteceu viver entre 17 de fevereiro de 1896, data do nascimento, e 1959 quando faleceu a 18 de fevereiro. Foi um período de vida em que a circunstância portuguesa foi semeada de incidentes graves, designadamente o desafio do Reino Unido ao projeto do Mapa Cor de Rosa, a Ditadura de João Franco que seria marcada pelo assassinato do Rei D. Carlos (1908), a implantação da República em 1910, a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a agitação pública que enquadrou a queda de Machado dos Santos e José Carlos da Maia, a curta ditadura de Gomes da Costa (1925). Viveria o regime que receberia forma na Constituição de 1933, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), morrendo aos 90 anos.

O fim do século em que nasceu é marcado pela previsão do considerado historiador positivista do cristianismo, que foi Ernest Renan (1823-1892), o qual, em *L'Avenir de la Science* (1890), proclamou: “é sobretudo sob a forma religiosa que o Estado velou até aqui pelos interesses suprasensíveis da humanidade. Mas a partir do momento em que a religiosidade

¹ Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 11NOV2019, por ocasião dos 150 e 60 anos, respectivamente, do nascimento e falecimento do homenageado Almirante Gago Coutinho, que juntamente com Sacadura Cabral, em 1922 e no contexto das comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil, concluíram com sucesso a 1ª travessia aérea do Atlântico Sul;

² Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa; Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa. Presidente e co-fundador do Instituto Dom João de Castro. Membro Honorário da Academia da Marinha. Presidente Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa.

do homem se venha a exercer sob a forma puramente científica e racional, tudo o que o Estado concedia antes ao exercício religioso pertencerá por direito à ciência, única religião definitiva”.

Lembro de novo estas referências porque, na tardia evolução Social, cultural, científica, dos Estados Ibéricos, neste sul que na União Europeia parece reproduzir a fronteira, agora pobre, do Império Romano, e por isso acompanhando com dificuldade o que foi chamado a “*belle époque*”, não existe um único facto que relacione a longa vida do Almirante com o acidentado processo político do “portugalório” dos vencidos da vida, mas unicamente a fidelidade da Marinha ao dever de servir a Pátria, porque a Pátria nos contempla.

Oficial da Marinha Portuguesa, aparece sempre referido como geógrafo, cartógrafo, historiador, navegador, e, finalmente, junto com Sacadura Cabral, gloriosos aviadores que efetuaram a Primeira travessia aérea do Atlântico Sul, num frágil hidroavião chamado Lusitânia, em 1922, quando a política metropolitana se caracterizava pela multiplicação das agitações, antes dos atentados contra estadistas, que foram a primeira forma de terrorismo político que havia de evoluir para as graves formas atuais.

Não foi alheio a participações em operações militares, como em 1912 em Timor, sendo nesta verdadeira província portuguesa pelo amor que a população sempre dedicou a Portugal, que cartografou o território (1920), tarefa que igualmente desempenhou no Niassa (1900), no Congo (1901), na Zambésia (1904-1907), no Barotze (1912-1914), em São Tomé e Príncipe (1916). Foi aqui que converteu o agrário Cortesão em cartógrafo, porque ali o descobriu como o único habitante que era sabedor da matemática e lhe poderia prestar cooperação nos trabalhos científicos. Ainda tive este como amigo, o vi devotado ao trabalho na sua casa da aldeia Lava-Rabos, trabalho que teve a melhor expressão nos volumes de cartografia que, de colaboração com Teixeira da Mota, publicou. Ainda ouvi este notável investigador discursar nesta casa quando a nossa crise colonial se iniciou com perda do Estado da Índia (Goa), e sempre guardando a preciosa lembrança de Gago Coutinho.

Gago Coutinho foi em África que conheceu Sacadura Cabral, talvez o responsável pela despertada dedicação que Gago Coutinho dedicaria à tarefa que definitivamente o viria a incluir na crónica dos heróis que ficaram na história da contribuição portuguesa para o património comum da humanidade, com o chamado “Sistema Gago Coutinho”, o sextante de horizonte artificial. Mas a glória, para simplificar, viria com a primeira travessia aérea

do Atlântico Sul, em 1922, um período assinalado pelas comemorações do centenário da Independência do Brasil, despertando o orgulho da ali importante comunidade de portugueses, acompanhado pelo entusiasmo das populações das cidades brasileiras que depois visitaram, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, e finalmente no regresso a Portugal.

Recebeu aqui a homenagem, entusiasmo, e respeito que merecia. Um jovem cadete da Marinha, que viria a ser o Almirante Sarmento Rodrigues, fez parte da tripulação da embarcação da Marinha que acompanhou a acidentada viagem, e viria a ser o seu amigo mais companheiro quando o Almirante Gago Coutinho chegou à velhice.

Teve vida curta o seu camarada Sacadura Cabral, desaparecido no mar por desastre do avião que conduzia para Portugal, mas Gago Coutinho sempre, com humildade, repetiria que sem a coragem, a determinação do camarada e amigo, o feito não teria sido possível. No Relatório que escreveu e que publicámos nesta casa, pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa, deixou a tal respeito o testemunho escrito.

Exemplarmente, como foi sempre marca da sua trabalhosa vida, as honras, os estudos sobre os seus trabalhos, as homenagens, incluindo a praticamente consagração com todas as Grã-Cruzes das Ordens Portuguesas, desde a Torre Espada à Ordem do Império Colonial, que consolidaram a memória institucional e nacional da sua dedicação à ciência e a Portugal, que lhe deve uma enorme variedade de intervenções, nunca atingiram a sua modéstia no comportamento social, na humildade de cientista em busca de melhor e mais saber, até surpresa e recusa, com humildade, das honras que lhe pareciam despropositadas. Lembro-me, a este respeito, da sua relutância em receber a dignidade de Almirante, equivalente à de Marechal, concedida pela Assembleia Nacional, com o argumento, dizia, de que – nunca comandara – uma Esquadra. Por uma vez, a vontade da Assembleia não mudou, e a merecida consagração foi unanimemente votada. A Universidade Portuguesa teve o descuido de não se enriquecer com a sua inclusão na crónica dos Doutores Honoris Causa. E todavia, cada uma das suas obras escritas enriquece hoje o saber nacional: referirei apenas as monografias, por ser impossível nesta cerimónia lembrar os ensaios e artigos avulsos.

A náutica dos Descobrimentos marítimos vistos por um navegador”, escritos organizados, em dois volumes, pelo Comandante Moura Braz na Agência Geral do Ultramar – 1951-1951; Influência que as primitivas viagens portuguesas à América tiveram sobre o descobrimento das “Terras de Santa Cruz, 1937”. O descobrimento do Brasil, Conferências no Liceu

Literário, 1955. Mas à devoção de Avelino Teixeira da Mota, ao saber e à Marinha, deve-se a organização das Obras Completas de Gago Coutinho: Obras Técnicas, Científicas, Históricas, vol. I (1893-1915), e vol. II (1917-1921), da infelizmente extinta Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1972-1975. Mas seria injusto não mencionar o trabalho de autor de Pinheiro Correia, sobre Gago Coutinho, Percursor da Navegação Aérea, (1965), a devoção de Rui Miguel da Costa, que lhe dedicou pelo menos quatro valiosos estudos, o último de 2014 com o desafiante título – Gago Coutinho, O Último Grande Aventureiro Português (Lisboa, 2014).

É porém impressionante a utilização do seu nome para, em Portugal e no estrangeiro, batizar ruas, por exemplo em S. Paulo, em Las Palmas, na cidade da Serra no Espírito Santo, na Praia Grande de S. Paulo, em terras de Moçambique e de Portugal, internacionalizando o seu nome e o nosso orgulho, este hoje agravado também por várias instâncias não apenas na nossa terra, e nas que foram o nosso império. Já não o conheci nesta casa que tanto honrou e beneficiou com o seu legado com o qual se vai hoje, com sacrifício da patriótica direção, enfrentando a ofensiva do “credo dos interesses” contra o “credo dos valores”, sem alarme dos responsáveis estaduais pelo último, com dedicação, angustia, e sacrifício dos sócios que erguerem ou continuarem a fundação da Sociedade de Geografia.

Para mim, foi uma felicidade ter ainda conhecido Gago Coutinho, Almirante contrariado pelo título honorífico imposto, em casa do seu amigo e admirador Sarmento Rodrigues, que assistira com orgulho de português e marinheiro, ao seu triunfo; o Almirante ali falava ainda, lúcido e prudente, do futuro do qual proximamente seria libertado, e, quando a conversa excedia a sua benevolência para ouvir, desligava o aparelho com que combatia a surdez.

Dizia-se que quando entrava num elétrico, o fazia sempre, pela porta da frente, e pela cortesia que todos lhe dispensavam, não lhe cobravam bilhete. Explicava que usava “calças brancas” porque um dia fora atropelado no Brasil, e com elas seria mais visível e salvaguardado. De quando em vez a grande atriz de teatro, que foi Beatriz Costa, e que admirava, quando o via nos teatros do Parque Mayer, interrompia a própria intervenção para chamar a atenção do público para o herói nacional que ali se encontrava, e o público manifestava-se orgulhoso.

É extremamente modesto o monumento que implantaram na Avenida Rei D. Carlos; é mais notável, justo, e grato, o reconhecimento popular que estas manifestações documentam, que incluem o uso do seu nome

para identificar tantos lugares dentro e fora de Portugal, o interesse que lhe dedicaram os biógrafos cuidadosos do património histórico português, e a dedicação intocável da Marinha portuguesa ao seu Almirante que nunca esqueceu que “a Pátria os contempla”, e cuidam da garantia de que a sua memória ficará inscrita no património da maneira portuguesa de estar no mundo. E também no que é hoje chamado “o património imaterial da humanidade”, quer quando o “credo dos valores”, “o credo do saber”, “o credo da coragem”, prática de vida orientada pela certeza que não se é português “a benefício de inventário”, mas recebendo o património íntegro do passado, evitando leviandades para o futuro.

O exemplo do Almirante Gago Coutinho, tem na Marinha, e nesta casa, a devoção necessária para que o seu nome permaneça no tempo como referência da maneira portuguesa de estar no mundo, a começar pela urgência de enfrentar o mundo de hoje.





Soberania digital da União Europeia¹

C/Alm. Gameiro Marques²

O ciberespaço é, nos dias de hoje, um domínio fulcral para o desenvolvimento e modernização das sociedades, sendo potenciador do respetivo crescimento económico. Mas ele é, igualmente, um espaço estratégico de potencial confrontação, no qual se utiliza a informação e todos os artefactos que o constituem (infraestrutura e ativos de redes, computadores, redes sociais, motores de busca, etc.) como forma de condicionamento da ação do outro.

No Web Summit de 2017, Jared Cohen, CEO da Google Jigsaw referiu, na sua intervenção e 8 de novembro que “todas as guerras vão começar como ciberguerras”, frisando que estamos prestes a entrar numa era mais complexa do que a do mundo bipolarizado da Guerra Fria, do mundo unipolar do pós-Guerra Fria e do mundo multipolar pós-11 de setembro.

No dia 13 de setembro de 2017, no seu discurso do Estado da União, o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, declarou que os ataques perpetrados através do ciberespaço podem ser mais perigosos para a estabilidade das democracias e das economias que armas e carros de combate.

De facto, estamos numa *Knowledge Intensive Society* em que o conhecimento, providenciado pela informação que decorre da combinação dos dados com os respetivos meta-dados, tem um valor capital, sendo hoje em dia exfiltrada de grandes bases de dados, para depois ser vendida ilegalmente ou cifrada para posteriormente exigir aos seus proprietários o paga-

¹ Conferência proferida no Instituto D. João de Castro, em 30MAI2019;

² Director-Geral do Gabinete Nacional de Segurança (GNS), que integra o Centro Nacional de Cibersegurança, sendo, por inerência a Autoridade Nacional de Segurança;

mento de avultadas somas para recuperar o respetivo acesso. A informação que permanentemente é recolhida sobre o nosso comportamento enquanto seres humanos, sem que nós nos demos conta disso, é imensa, estando, cada vez mais, na ordem do dia os assuntos relacionados com a privacidade e o respetivo equilíbrio com a segurança. Factos do passado muito recente, envolvendo a maior rede social do mundo e uma empresa de *business intelligence*, são disto um exemplo irrefutável.

A informação tornou-se, assim, o ouro negro do século XXI.

Com este pano de fundo, gostaria de vos dar uma perspetiva geoestratégica centrada na crescente relevância da informação e nos “artefactos que constituem o ciberespaço” que há pouco mencionei e que são, afinal, o veículo para a sua transmissão, processamento e armazenamento.

Soberania refere-se à entidade que não conhece superior na ordem externa, nem igual na ordem interna.

Jean Bodin

Tal como os domínios físicos (mar, terra e ar), o ciberespaço, o único criado pelo ser humano, foi criado com o propósito benigno de promover a prosperidade económica dos cidadãos e das sociedades no contexto da economia digital (mais segurança -> mais desenvolvimento). Todos os domínios possuem pontos de confluência e de concentração que, na vertente física, se consubstanciam nos pontos de convergência associado às linhas de comunicação e fluxos de pessoas e bens (marítimo, terrestre e aéreo), mas que no ciberespaço, atenta as suas características mais significativas (ubiquidade, inexistência de fronteiras físicas, dispersão e descentralização), conduzem à identificação de vários pontos de concentração (de poder) que importa caracterizar e relacionar no contexto geoestratégico: o primeiro é a infraestrutura física que existe à escala global e cujos ativos (explicar) são predominantemente provenientes de um só fabricante, a CISCO. Ciente deste facto a China, com a Huawei, está a ganhar terreno, havendo mesmo evidências fundamentadas que, nalguns países estão a “oferecer” toda a infraestrutura de rede dos edifícios governamentais. Refira-se que as poucas empresas europeias com estas competências (e.g. Ericsson, Nokia, Alcatel) quase que desapareceram, deixando a Europa sem qualquer relevância estratégica neste contexto. De igual modo, os cabos submarinos mais importantes têm todos pontos de amarração nos EUA (falar aqui no caso PT).

O segundo ponto de concentração estratégica reside nos próprios dispositivos que utilizamos quase permanentemente para aceder à internet: a maioria tem a sua conceção nos EUA e o seu fabrico na China e em Taiwan. Para que qualquer destes dispositivos funcione corretamente carece

de um sistema operativo. Este representa o terceiro ponto de concentração estratégica uma vez que o predominante, com 85%³ de penetração à escala global, é o Windows da Microsoft. O seguinte, com 9%, é o MAC OS da Apple. Ambos de um mesmo País. No caso dos SO móveis, o Android da Google e o IOS da Apple contam, no conjunto, com mais de 99% (70% e 29%) do mercado. Assim, neste particular, e mais uma vez, uma clara dominância de um só Estado. O quarto ponto de concentração estratégica refere-se aos browsers, às redes sociais e aos motores de busca. Não há muito a dizer: relativamente aos browsers, que são os programas que utilizamos para navegar na internet, de acordo com a NetMarketShare, com referencia a Abril de 2018, o Chrome da Google conta com cerca de 61% do mercado de procura (falar dos certificados). Mas a Google não se fica por aqui pois o seu motor de busca, com os seus algoritmos de procura, tem 72% deste mercado. É de relevar que os motores de busca exercem um poder enorme sobre as ideias das pessoas porque determinam o que é importante e o que não é, através do que colocam nos primeiros lugares da lista dos resultados da pesquisa (1ª página) (falar da forma como se pode aparecer na primeira página de uma busca da Google). E a Google faz isto mais de mil milhões de vezes por dia. Se na era da informação e do conhecimento isto não é poder, então o que é ter poder? Ciente deste potencial estratégico, a China envidou esforços para erradicar a Google do seu território, que teve que se instalar em Hong Kong a partir de 2010. Hoje, o motor de busca chinês Baidu possui cerca de 81% de quota de mercado na China, de mais de 400 milhões de internautas chineses e cerca de 13,9% à escala global. Na Europa, com mais habitantes que os EUA, nada existe também neste contexto. [Falar das redes sociais]. O quinto ponto de concentração estratégico refere-se aos sistemas de computação e armazenamento na nuvem (*cloud computing*). Também aqui o panorama a predominância é das empresas dos EUA. Ainda que algumas possuam centros de dados no continente europeu, são empresas norte-americanas e guardam a larga maioria da informação existente à escala global em formato digital (comentar slide). Finalmente, o último ponto de concentração estratégico é constituído pelos fóruns de governação do ciberespaço. Devido à sua génese na comunidade académica, tendem a ser predominantemente espaços de partilha de conhecimento em vez de foras de controlo. No entanto, a I&D e inovação nestes e noutros domínios encontra-se muito desenvolvida através de centros de R&D ligados às universidades norte-americanas e por isso os EUA continuam a exercer aqui

³ <https://netmarketshare.com/> (28OUT18)

também o seu poder de influência (*soft power*) e de predominância. Vejam, por exemplo, quem lidera a I&D na IA, na computação quântica, nos veículos autónomos, na mobilidade elétrica, a despeito do nível de sofisticação da indústria automóvel europeia.

É, por isso, e por ora, evidente que as empresas norte-americanas dominam os pontos de concentração estratégicos do ciberespaço com a China a crescer de importância a passos muito largos de forma evidente e sustentada. Todavia, julgo que não restam dúvidas de que há claramente (ainda) uma supremacia de um só Estado sobre o ciberespaço (até ao 5G), que importa acompanhar e sobretudo tem que nos levar a agir enquanto União Europeia, uma vez que a UE se encontra claramente numa posição de grande dependência em todas as componentes que descrevi. A realidade é clara: o ciberespaço é hoje um domínio unipolar, tendencialmente bipolar. Assim, as perguntas que importa procurar responder são as seguintes: O que pode a União Europeia fazer para mitigar este facto e assim reganhar no ciberespaço alguma da soberania? Em que é que nos podemos diferenciar? Numa maior regulação centrada no cidadão (EU Cyber Security ACT, Diretiva NIS, RGPD)? No investimento nas competências das pessoas para as tornar mais resilientes do ponto de vista digital? São temas que julgo de relevo para o nosso debate.

Para finalizar, voltaria a referir o CEO da Google Jigsaw Jared Cohen⁴ (sito): *“O que existe hoje é um sistema internacional que tem uma frente física e uma frente digital, e todos os desafios do mundo físico que conhecemos há séculos estão a derramar para o online. (...). Foi sempre a economia, a política e o poder militar a determinar quais são os Estados mais poderosos. Estes são atributos que permanecem inalterados. Só que, doravante, os estados mais poderosos serão aqueles capazes de projetar influência não só naquelas áreas, mas também no domínio virtual”*. Deixo-vos com uma pergunta: O que deve a União Europeia (e assim Portugal) fazer para transformar esta desvantagem estratégica numa oportunidade diferenciadora?

⁴ WEB SUMMIT, Lisboa 8/11/2017

As Formas Políticas - do Estado Nacional à União de Estados pela via do sistema das Políticas Comuns¹

Dr. Joaquim Aguiar²

A memória pode ter efeitos inesperados e perversos na análise dos assuntos políticos e na formulação de estratégias políticas. Quem não tem memória, condena-se a repetir os erros que cometeu no passado, convencido que desta vez será diferente: não aprendeu nada porque esqueceu tudo. Quem só tem memória, condena-se a não ver o futuro, porque não compreende que a mudança das condições impossibilita que o futuro possa ser a repetição ou a renovação do passado: não aprendeu nada porque não esqueceu nada.

A política portuguesa apresenta muitos exemplos de repetições paradoxais, onde, mesmo depois de terem mudado as condições gerais envolventes e até as formas políticas institucionais, se repetem os mesmos desequilíbrios fundamentais, designadamente a propensão para as crises geradas por excesso de endividamento, induzidas pela difusão social de expectativas excessivas que não correspondem ao campo de possibilidades efectivas. Seja por excesso de memória ou por falta de memória, o que é relevante para interpretar os erros dos protagonistas políticos não deve ser separado da análise de características estruturais da sociedade e da economia em

¹ Conferência realizada na Academia de Marinha, em 09JUL2019;

² Administrador de empresas do Grupo José de Mello. Com extensa obra publicada, foi adjunto económico do Gabinete do Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo e assessor político da Casa Civil dos Presidentes da República Ramalho Eanes e Mário Soares;

Portugal, que contribuem para deixar sem correcção os erros dos protagonistas políticos e reproduzem o mesmo tipo de desequilíbrios fundamentais apesar da alteração das condições internas e externas. Os erros dos protagonistas políticos não são independentes destas características estruturais da sociedade e da economia e pode mesmo acontecer que sejam estas características que implicam ou promovem aqueles erros.

Era possível escrever, no fim da primeira década do regime de democracia pluralista em Portugal que “se a ilusão do poder foi um modo irónico de denunciar o discurso da política quando esta não controla os acontecimentos nem domina as condições do seu exercício, o pós-salazarismo seria a tradução prática dessa ilusão: os que julgavam combater o salazarismo e as suas consequências no tempo estariam, afinal, a prolongar uma crise de orientação política que se torna visível desde o desaparecimento de Oliveira Salazar como entidade política dominante.” Do mesmo modo, haverá ilusão do poder sempre que a alteração das condições não conduz a uma reformulação dos modelos e programas políticos, mas estes persistem na repetição sem integrarem aquela alteração das condições. Os conceitos e os objectivos ou as promessas são repetidos, mas em forma de caricatura, porque perderam a originalidade que tiveram no quadro das condições em que foram inicialmente formulados.

Esta forma de ilusão do poder é visível na utilização dos conceitos de Estado ou de soberania nacional que é feita pelas novas correntes do nacional-populismo na Europa e pelos que se opõem ao desenvolvimento da integração europeia, que aplicam estes conceitos sem ter em conta que eles são o produto de uma longa evolução, de sucessivas adaptações às alterações das suas condições iniciais, que originaram várias mutações, sem as quais não poderiam continuar a ter relevância e eficácia instrumental. Para evitar o erro da ilusão do poder, do exercício do poder sem ter em conta as condições do campo de acção em que essas decisões se aplicam, será necessário respeitar as indicações da memória para identificar as mutações que as alterações das condições iniciais exigiram e partir da última mutação para identificar o que as novas condições implicam para a sua evolução futura.

Neste processo de contínua actualização dos conceitos em função da mudança das suas condições, será útil recordar Luís de Camões. O que mais espanta na mudança é que muda o modo da mudança, não se trata apenas de reconhecer que há mudanças, é preciso analisar a evidência de que muda o modo como a mudança acontece.

O efeito da memória

- Quem não tem memória, condena-se a repetir os erros que cometeu no passado: não aprendeu nada porque esqueceu tudo
- Quem só tem memória, condena-se a não ver o futuro porque não compreende a mudança das condições: não aprendeu nada porque não esqueceu nada
- Luís de Camões

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.*

*E, afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto:
Que não se muda já como soía.*

1. AS MUTAÇÕES DA FORMA POLÍTICA ESTADO

As formas políticas correspondem aos modos como se organizam as relações políticas em estruturas formais (códigos de comportamento, regulamentos, sistemas de direitos e de obrigações, leis e constituições) e em quadros institucionais (sistema de órgãos de poder e seus equilíbrios e hierarquias). As formas políticas têm uma origem (modo de resposta a um problema estratégico para o qual as anteriores formas políticas já não conseguem encontrar resposta eficaz), têm uma evolução (com a exploração das oportunidades abertas por essa forma política) e uma crise (quando essa forma política deixa de poder responder com eficácia aos novos problemas estratégicos).

O Estado nacional é a forma política do Estado territorializado com a sua dimensão delimitada por fronteiras, e o Estado-nação é um Estado territorializado que é dotado de uma função de mobilização da sua população baseada num sentido, real ou imaginário, de identidade nacional, a que ficam associadas as funções de segurança e defesa e as funções de protecção e de solidariedade social.

O Estado soberano, configurado nos séculos XV e XVI, é a forma política da centralização do poder através dos dois corpos do rei (o corpo mortal e o corpo institucional, que persiste para além da morte física do rei), com autonomização do poder real em relação às redes do poder religioso e

pela via do poder dinástico que precisa de estruturar a nação como condição de legitimidade própria.

O Estado liberal é um produto do século XVIII e da evolução da cultura da racionalidade, que configura a sociedade como uma construção da própria sociedade, o que significa que produz a sua própria estrutura de ordem: formaliza o direito e a constituição, estabelece a garantia dos direitos jurídicos objectivos e a garantia dos direitos individuais, tornando o Estado liberal um Estado de Direito, com os códigos dos direitos civis a substituir os códigos do direito canónico.

O Estado nacional é a configuração que emerge dos acontecimentos do fim do século XVII e início do século XIX, a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa. A comunidade popular nacional, com uma origem e memórias comuns que estruturam a identidade nacional, trazem a legitimidade popular para o primeiro plano do poder político, tornando inevitável que o poder seja representativo da sociedade, abrindo o caminho para a mobilização patriótica e para o imperativo nacionalista do serviço militar obrigatório como dever da nacionalidade e como condição de exercício dos direitos cívicos.

O Estado nacional europeu não ficou limitado aos seus espaços delimitados por fronteiras, projectou-se no exterior através da expansão, pelas guerras de anexação de outros territórios e pela colonização – a configuração estatal foi mesmo uma relevante exportação política da cultura europeia. A segunda metade do século XX, com o fim dos impérios europeus imposto pelas circunstâncias da resolução da Segunda Guerra Mundial (uma guerra disputada para construir dois novos impérios, o germânico e o nipónico, foi resolvida com a estruturação do império americano e do império soviético, com a consequência inevitável de desaparecerem os impérios europeus com o processo da descolonização), colocou aos poderes europeus um problema estratégico novo, um problema de escala. Sem as redes coloniais, os Estados europeus perdiam as suas condições de autonomia e passavam a estar dependentes de alianças preferenciais com um dos novos impérios mundiais, o americano ou o soviético. A sua soberania passava a ser uma mera convenção sem conteúdo se não tivesse o apoio de poderes superiores (uma contradição dentro do conceito de soberania) e os seus mercados nacionais, sem os prolongamentos coloniais, deixavam de ter dimensão suficiente para sustentarem estratégias de crescimento. A forma política Estado nacional já não podia integrar o novo problema estratégico da segurança militar e do crescimento económico, o que também significava

que não poderia manter a legitimidade popular quando já não podia satisfazer as necessidades das suas populações.

A nova mutação da forma política Estado ocorre na segunda metade do século XX e na primeira metade do século XXI e implicará a passagem do sistema europeu de Estados nacionais para uma nova configuração de integração dos espaços nacionais em condições de poderem actuar na escala global, que era a escala de referência dos dois novos impérios que ocuparam os espaços dos impérios europeus, o império americano e o império soviético.

É neste ponto de mudança que o efeito da memória aparece como um obstáculo à interpretação das novas condições estratégicas. A integração dos Estados europeus é um produto da mundialização dos mercados – e esta nova condição existe mesmo que não haja vontade dos povos europeus para aceitarem as consequências desta nova condição. Mas esta integração dos Estados europeus não será feita pela anexação de espaços, pelo alargamento das fronteiras nacionais, mas sim pela dinâmica dos fluxos, das novas liberdades de circulação (de capitais, de produtos, de serviços e de populações) que estruturam a globalização por modos muito distintos do que foram os modos de configuração dos espaços em que se construíram os Estados nacionais.

As formas políticas do Estado ao longo do tempo

PERÍODOS	CONFIGURAÇÕES	CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS
XV-XVI	ESTADO SOBERANO	• LIBERTAÇÃO DA TUTELA DA IGREJA • CENTRALIZAÇÃO DO PODER • A DINASTIA CONFIGURADORA DA NAÇÃO
XVIII	ESTADO LIBERAL	• FORMALIZAÇÃO DO DIREITO E DA CONSTITUIÇÃO • GARANTIA DOS DIREITOS JURÍDICOS OBJECTIVOS • GARANTIA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS
XIX	ESTADO NACIONAL	• COMUNIDADE POPULAR NATURAL • ORIGEM E MEMÓRIAS COMUNS • SISTEMA POLÍTICO REPRESENTATIVO • MOBILIZAÇÃO PATRIÓTICA • SERVIÇO MILITAR OBRIGATORIO
XX-XXI	A NOVA MUTAÇÃO	• DO SISTEMA EUROPEU DE ESTADOS PARA A INTEGRAÇÃO DOS ESPAÇOS NACIONAIS NA ESCALA GLOBAL • INTEGRAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO DOS MERCADOS • A DINÂMICA DOS FLUXOS ESTRUTURANTE DA GLOBALIZAÇÃO

Reconhecer e aceitar estas mudanças de condições estratégicas e da forma política Estado nacional obriga a fazer uma reformulação crítica da memória. Não se trata de renegar o passado, mas é necessário renunciar à repetição do passado – porque, com as actuais condições estratégicas, o passado nunca teria existido tal como está na memória. O passado existiu, mas essa memória já não projecta o futuro. Perder a memória não é solução, pois levaria a repetir a reconstituição da forma política que já perdeu validade porque se alteraram as condições em que ela foi criada. Mas fazer da memória o projecto político do nacional-populismo, oferecendo às populações a ilusão da segurança e do crescimento económico que a forma política do Estado nacional já não pode sustentar, é o modo de não poder aprender nada porque não se quer esquecer nada.

2. A EVOLUÇÃO DO FACTOR DE HEGEMONIA, SOCIEDADE FECHADA E SOCIEDADE ABERTA, AS NOVAS CLIVAGENS POLÍTICAS

Não é só a forma política Estado nacional que evoluiu até ao limite da sua viabilidade e está num novo ponto de mutação, também o factor de hegemonia, que é a condição de formação e conservação do poder, teve mutações ao longo do tempo e está agora num novo processo de mudança.

A evolução do factor de hegemonia

FACTOR DE HEGEMONIA	TIPO DE PODER
TERRITÓRIO, POPULAÇÃO E RECURSOS	<i>Militar</i>
CIRCULAÇÃO	<i>Ordem mundial que assegure a livre circulação de produtos</i>
MOBILIDADE	<i>Fragmentação em espaços regionais em torno de centros competitivos</i>

O tradicional factor de hegemonia resulta da combinação de território, população e recursos, formando a riqueza da nação, e o tipo de poder que

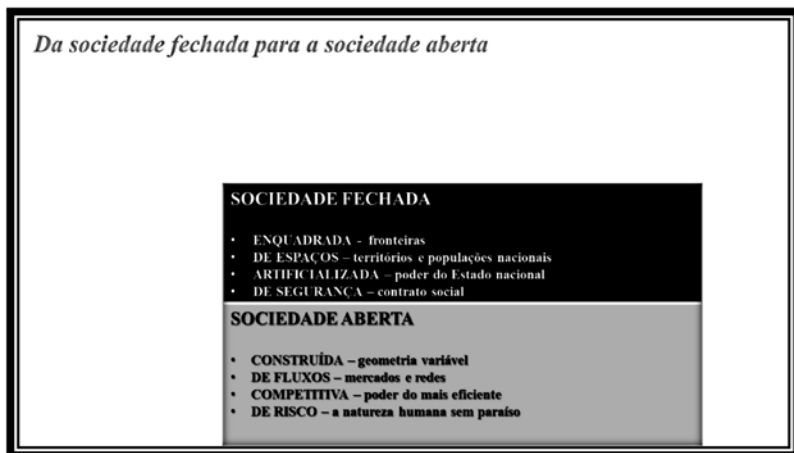
está associado a este factor de hegemonia é o poder militar, tanto na acepção de conquista de mais território, população e recursos, como na acepção da defesa do que se acumulou. É uma hegemonia delimitada pelas fronteiras do que pode ser adquirido e do que pode ser defendido.

A expansão europeia veio amplificar um outro factor tradicional de hegemonia com a mudança de escala das redes comerciais, que deixaram de estar limitadas a territórios próximos e se alargaram até atingirem a dimensão global. O factor de hegemonia circulação exigia a garantia da segurança das rotas mundiais, o que configurou estruturas de ordem mundial que satisfizessem a condição de livre circulação dos produtos.

O desenvolvimento dos meios de comunicação e a amplificação das redes de circulação da informação permitiram a evolução do factor de hegemonia circulação para o nível superior do factor de hegemonia mobilidade: o que antes era a liberdade de circulação de produtos em relações comerciais passou a ser a circulação de todos os factores de produção (capitais, produtos, serviços e pessoas) em relações estratégicas, provocando a fragmentação dos espaços, das regiões geográficas e dos Estados nacionais, em novos espaços regionais, supra e infra nacionais, que se estruturam em torno de centros competitivos, com lógicas de organização que são específicas para as suas condições de sustentabilidade. O critério central de defesa desses centros competitivos é manterem a sua vantagem competitiva, que lhes assegura continuarem a ser atractivos para os recursos de que necessitam e conservarem as suas redes de ligação, ou conectividade, com os outros centros competitivos.

Se o primeiro factor de hegemonia contribuía para a consolidação dos espaços nacionais na defesa dos atributos que constituíam a riqueza nacional, o último factor de hegemonia fragmenta os espaços nacionais e divide as sociedades. De um lado, ficam as regiões e os grupos sociais que têm capacidade competitiva e podem integrar as redes dos centros competitivos que são centros de modernização. De outro lado, ficam as regiões e os grupos sociais que são excluídos desses centros de inovação e têm de procurar nas actividades económicas de mercado nacional e nas instituições e políticas sociais nacionais as protecções e as políticas distributivas que lhes permitem subsistir marginalizados das correntes de modernização.

Esta evolução do factor de hegemonia tem duas consequências relevantes, a primeira na contraposição da sociedade fechada e da sociedade aberta (de que resultam visões estratégicas do futuro muito diferenciadas e conflituais), a segunda na formação de novas clivagens e polarizações políticas que determinam o modo como as sociedades se relacionam com a política.



A sociedade fechada era um sociedade enquadrada, no sentido em que era delimitada por fronteiras e estruturada pela identidade nacional, era uma sociedade estruturada pelo espaço que definia o seu território e a sua população, era uma sociedade artificializada porque o exercício da soberania nacional (um poder que não reconhece nenhum outro poder político que seja superior) oferecia ao Estado nacional o poder de estabelecer as normas e as condições da organização da economia e da sociedade, com a sua moeda própria e com a sua fronteira económica estabelecida pela taxa de câmbio e pela balança de pagamentos, e era uma sociedade de segurança social, porque o contrato social assegurava uma função de integração através de políticas sociais distributivas. A sociedade fechada era limitada nos seus horizontes, mas era protectora no seu interior.

A sociedade aberta é uma sociedade construída, de geometria variável, porque a sua estruturação depende da capacidade de atracção de centros de modernização e de competição, estabelecendo redes de conexão com outros centros de modernização e de competição, com que estes têm mais afinidades e relações de identidade do que com o resto da sociedade local, com quem podem estabelecer relações de complementaridade ou de serviço, mas que não são relações de cooperação ou de solidariedade. A sociedade aberta é uma sociedade de fluxos, porque é constituída por mercados e redes de conexão, que se tornam mais relevantes do que as relações de proximidade e de solidariedade. É, por natureza, uma sociedade competitiva centrada na valorização do poder do mais eficiente, porque é este quem permite satisfazer os critérios de atractividade e de conectividade que são os vectores estratégicos

da modernização e do crescimento económico. É, em suma, uma sociedade de risco, que também se pode designar como uma sociedade da natureza humana expulsa do paraíso porque o contrato social passou a ser variável em função do que forem os resultados obtidos nas relações competitivas.

O processo de passagem da sociedade fechada para a sociedade aberta, que ainda está em desenvolvimento e que mantém a sobreposição conflitual das características das duas configurações, tem implicações inevitáveis no modo como se estabelece e resolve a conflitualidade política, na medida em que os diversos grupos sociais escolhem uma ou outra destas configurações de horizontes do futuro quando fazem as suas escolhas políticas ou quando manifestam as suas preferências, mas a articulação destes dois horizontes do futuro é naturalmente instável e muito sensível às variações dos resultados conjunturais.

PROBLEMÁTICA POLÍTICA	CLIVAGENS EMERGENTES	TIPO DE CRISE POLÍTICA
GLOBALIZAÇÃO	· <i>Produtores/consumidores</i> · <i>Proteccionistas/competitivos</i> · <i>Nacionalistas/integracionistas</i> · <i>Sedentários/nómadas</i>	CRISE DO ESTADO NACIONAL
MODELO SOCIAL	· <i>Segurança/risco</i> · <i>Pensionistas/contribuintes</i> · <i>Idosos/jovens</i> · <i>Direitos adquiridos/sustentabilidade financeira</i>	CRISE DO ESTADO PROVIDÊNCIA
MODELO ORÇAMENTAL	· <i>Endividamento/fiscalidade</i> · <i>Equilíbrios sociais/pactos multilaterais</i>	CRISE FISCAL
MODELO DE DESENVOLVIMENTO	· <i>Ordem/movimento</i> · <i>Segurança/ inovação</i> · <i>Estatuto/flexibilidade</i> · <i>Dirigismo estatal/ competição privada</i>	CRISE DO MODELO DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

A questão estratégica da globalização nasce da crise do Estado nacional pelo confronto entre a escala do global e a escala do nacional, mas gera diversas oposições políticas entre produtores (que têm de ser competitivos) e consumidores (que querem os melhores produtos aos melhores preços, sendo indiferentes às suas origens geográficas), entre proteccionistas (que precisam de barreiras alfandegárias que protejam os produtores nacionais) e competitivos (que preferem a liberdade dos mercados sem tarifas alfandegárias que distorcem a concorrência), entre nacionalistas (que reivindicam a soberania nacional e a defesa da identidade nacional) e integracionistas

(que preferem as liberdades de circulação de capitais, produtos, serviços e pessoas, mesmo que isso implique a abertura de crises migratórias ou dificuldades para o controlo do movimento de capitais). Em termos genéricos, é o confronto entre sedentários e nómadas, uns com horizontes fechados que limitam o potencial de crescimento, outros com a oportunidade de crescimento rápido de rendimentos e de carreiras profissionais, mas com a contrapartida de aumento do risco e de perda dos dispositivos de protecção social.

A questão do modelo social está associada à crise do Estado-Providência porque se alteraram os equilíbrios demográficos entre gerações e porque a redução do crescimento potencial (em parte também por perda de vitalidade demográfica) põe em causa o financiamento dos dispositivos de segurança social e das políticas públicas que garantem a protecção contra os riscos. Os interesses dos pensionistas conflituam com os interesses dos contribuintes, as preferências dos idosos não são idênticas às preferências dos jovens, os que invocam os seus direitos adquiridos encontram a oposição dos que são sensíveis à sustentabilidade financeira deste prolongamento no tempo de contratos sociais do passado, celebrados em condições muito diferentes das do presente.

A questão do modelo orçamental é gerada pela crise fiscal do Estado, pressionado pelo excesso de despesa com as políticas públicas que não é compensada com as receitas que o crescimento económico devia oferecer ou que uma melhor administração do sistema fiscal devia permitir. A clivagem política estabelece-se entre os que preferem o recurso ao endividamento para compensar a diferença entre despesas e receitas (transferindo para as gerações futuras a responsabilidade pela reposição do equilíbrio) e os que preferem o reforço da fiscalidade (para que sejam as gerações presentes a garantir o financiamento das políticas sociais de que beneficiam). De um lado, ficam os que defendem a preservação dos equilíbrios sociais existentes (entendidos como dispositivos rígidos que resultam de expectativas formadas no passado), do outro lado ficam os que defendem a diversidade de acordos que respondam a situações distintas em relação à dependência das políticas públicas que impliquem despesa orçamental (ganhando flexibilidade e eficácia pela via da multilateralidade dos acordos).

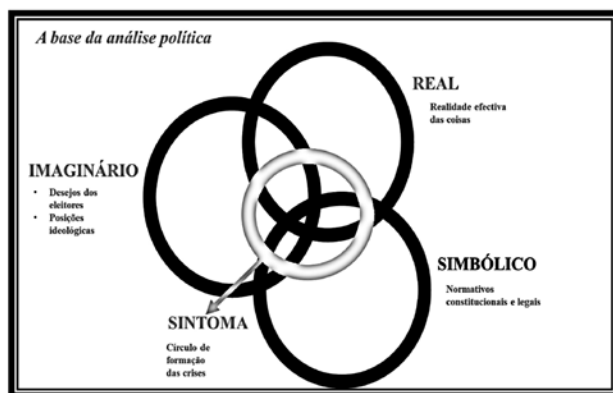
Em última análise, a questão onde convergem todas as outras é a que resulta da crise de orientação estratégica que naturalmente se encontra nos períodos de mudança e que obrigam a reconsiderar o que é o modelo de desenvolvimento. Os grupos sociais (e os eleitores) que preferem a ordem, a segurança, a estabilidade do estatuto adquirido, tendem esperar que a orientação estratégica lhes seja indicada pelo dirigismo estatal. Do outro lado, estão os que preferem o movimento, a inovação, a flexibilidade e consi-

deram que a resposta mais eficaz será encontrada pela competição entre entidades privadas.

Uma sociedade é composta por todas estas posições e por todas estas preferências, não se pode esperar (ou desejar) que um lado da clivagem faça desaparecer o outro. A democracia pluralista não se resume a uma aritmética da maioria, é a coexistência das diferenças e é em função dos resultados obtidos que se afastam os que falham e se mantêm no poder os que têm sucesso – sempre reconhecendo que a alteração das condições, se não for devidamente interpretada e integrada em novas políticas, pode alterar a avaliação do sucesso e recomendar a substituição dos que exercem o poder.

3. ANÁLISE POLÍTICA DA MUDANÇA – QUE JÁ NÃO MUDA COMO MUDAVA

Embora a conservação do poder possa parecer o objectivo principal da acção política, a verdade é que só conserva o poder quem souber interpretar a mudança, mesmo que seja a mudança que a decisão política deliberadamente provoca. Por isso, o objectivo central da análise política é a interpretação da mudança e os modelos de análise são os mapas que se utilizam para navegar nos mares do futuro – que, pela própria natureza do futuro, são mares que nunca foram navegados e que não podem ter mapas já desenhados, só podem ter exercício de projecção que respeitem as técnicas da cartografia. E o que se sabe de exercícios idênticos feitos no passado é que depois de alterações relevantes nas condições iniciais, a mudança já não muda como mudava: encontrar o modo da mudança é o desafio principal da análise política quando se orienta para o futuro.

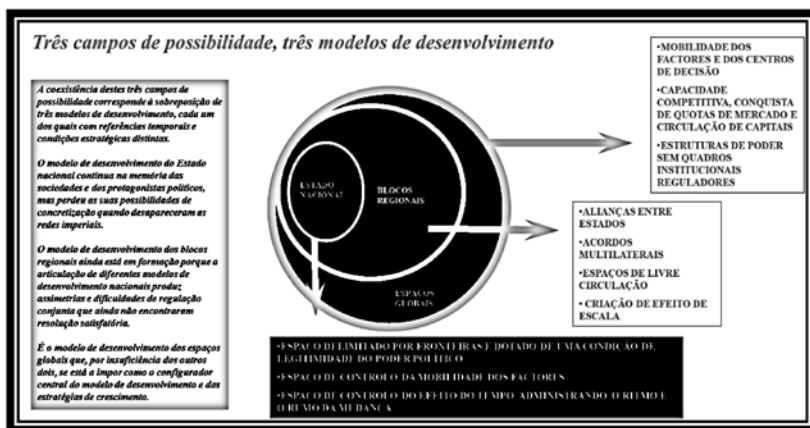


A base da análise política pode ser apresentada como a articulação de três círculos, o imaginário (onde se expressam os desejos dos eleitores, depois traduzidos em escolhas eleitorais, e as posições ideológicas que os agentes políticos evidenciam nas suas leituras das possibilidades e nos programas eleitorais em que apresentam as suas propostas de políticas), o simbólico (onde estão os normativos constitucionais e legais que balizam e condicionam as realizações do imaginário) e o real (a realidade efectiva das coisas, que determina o que resulta da articulação do imaginário com o simbólico no plano da realidade em que desejos, ideias e propostas terão de se concretizar, com sucesso ou com fracasso). Essa articulação dos três círculos gera um quarto círculo, o sintoma ou a avaliação analítica, que interpreta o que foi o resultado da conjugação do imaginário com o simbólico e o real.

4. A FORÇA DO REAL – COEXISTÊNCIA INSTÁVEL DOS ESPAÇOS E DOS FLUXOS

A realidade efectiva das coisas mostra que o processo de mudança nas sociedades contemporâneas se desenvolve com a articulação instável de três formas políticas, o Estado nacional, os blocos regionais e os espaços globais. A estas formas políticas, cada uma com os respectivos campos de possibilidade que dependem das suas diferentes escalas, correspondem três modelos de desenvolvimento diferenciados, o que também significa que evoluem em ritmos diferentes e com dotação de, e acesso a, recursos muito diferentes. Para os agentes que operam em cada uma destas formas políticas, os graus de complexidade, de incerteza e de limitação de recursos também são naturalmente diferentes, o que origina modos de racionalização que têm poucos pontos de contacto entre si, apesar de todos coexistirem no mesmo intervalo temporal.

O Estado nacional é um espaço delimitado por fronteiras e dotado de uma condição de legitimidade do poder político. As fronteiras permitem que o poder político controle, por via administrativa, a mobilidade dos factores, com tarifas aduaneiras, com restrições e autorizações prévias para os movimentos de capitais e com políticas migratórias tanto para a saída como para a entrada de pessoas. A legitimidade do poder político, por sua vez, permite que este seja um espaço onde se controla o efeito do tempo e o ritmo das mudanças, na medida tem autoridade e meios para filtrar ou censurar as influências do exterior, ainda que isso possa conduzir a um aumento das tensões internas até ao ponto extrema das rupturas revolucionárias.



Os blocos regionais são alianças entre Estados nacionais sustentadas em acordos multilaterais que regulamentam as condições de liberdade de circulação no interior do bloco, criando um efeito de escala que nenhum dos Estados tem condições para atingir isoladamente e, sobretudo, criando as plataformas operacionais e institucionais que podem estabelecer e desenvolver programas de políticas comuns que reforcem a solidariedade entre os membros do bloco e que promovem a convergência dos seus indicadores fundamentais. São uniões de Estados, estruturas e instituições supranacionais, mais potentes do qual dos seus membros poderia aspirar a ser.

Os espaços globais são uma forma política de natureza diferente, seja em comparação com os Estados nacionais, seja em comparação com os blocos regionais, porque são constituídos pelos fluxos que configuram a mobilidade dos factores e dos centros de decisão, que usam os espaços, nacionais e regionais, para concretizarem as suas decisões e para localizarem as suas actividades, mas que não estão fixados em nenhum espaço específico, podem deslocalizar-se sempre que considerarem que essa movimentação é conveniente para a realização dos seus objectivos. Os seus critérios de decisão estratégica e as suas escolhas de localização centram-se na capacidade competitiva, na conquista de quotas de mercado e na possibilidade de circulação de capitais – e é na circulação de capitais que está o seu mais importante factor de expansão e de conquista, sem terem de assumir os custos da administração política e de financiamento das políticas públicas e dos dispositivos de políticas sociais dos espaços para onde se expandem. São estruturas de poder que não têm de obedecer a quadros

institucionais reguladores (e os que existem a nível nacional ou regional podem ser contornados ou ultrapassados) porque não há uma autoridade global legitimada que os possa estabelecer e administrar com força punitiva ou simplesmente dissuasora.

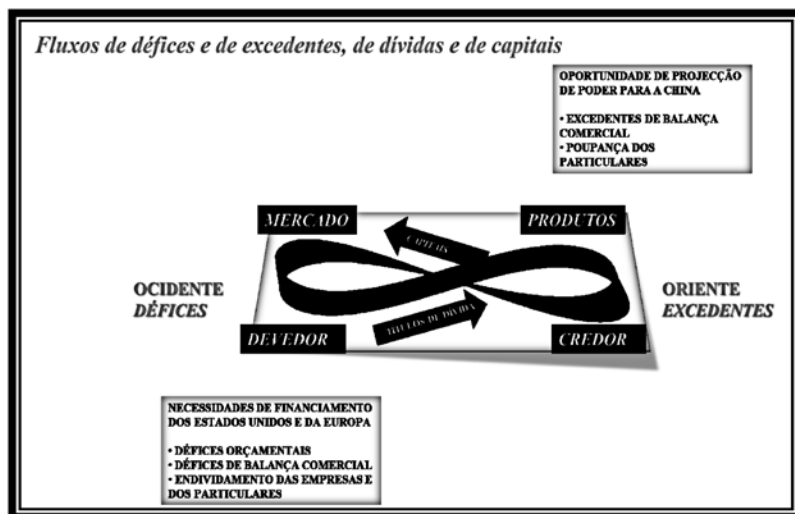
Estas três formas políticas produzem três modelos de desenvolvimento diferentes. O modelo de desenvolvimento do Estado nacional continua na memória das sociedades e dos protagonistas políticos, mas perdeu as suas possibilidades de concretização quando desapareceram as redes coloniais que lhes davam escala estratégica. O modelo de desenvolvimento dos blocos regionais ainda está em processo de formação, porque a articulação de diferentes modelos de desenvolvimento nacionais integrados nessa região, com graus de modernização diferenciados, produz assimetrias nos efeitos de políticas comuns e revela dificuldades de regulação conjunta, que ainda não encontraram resolução satisfatória.

É o modelo de desenvolvimento dos espaços globais que, por insuficiência dos outros dois modelos (o nacional e o regional) se está a impor como o configurador dominante do modelo de desenvolvimento e das estratégias de crescimento – ainda que isso seja muito mais o resultado experimental dos ajustamentos espontâneos dos agentes que operam na escala global do que de um programa racionalizado que oriente essas decisões. É a força do real que conduz o processo de mudança.

Um exemplo deste efeito do real na configuração das possibilidades do futuro encontra-se nos fluxos de défices e de excedentes comerciais que alimentam os fluxos de dívidas e de capitais e que, de modo incontável pelas instituições políticas existentes, vão estabelecendo o que é possível sem que haja um autor ou uma autoridade a presidir a essa construção do futuro. O que acontece, acontece porque não pode deixar de acontecer – e é isso a força do real, a que nem o imaginário (do voluntarismo político) nem o simbólico (da legislação regulamentadora) se podem opor com sucesso.

As necessidades de financiamento dos Estados Unidos e da Europa (com défices orçamentais, défices de balança comercial e endividamento das empresas e dos particulares) fazem do Ocidente uma região de défices. Inversamente, os excedentes de balança comercial e a poupança dos particulares fazem do Oriente uma região de excedentes, criando a oportunidade de projecção de poder para a China. É no Ocidente que continuam a estar os mercados mais relevantes, mas é no Oriente que se localizam agora as capacidades produtivas mais competitivas, o que estabelece uma configuração de movimento perpétuo onde o Ocidente devedor emite títulos de dívida que o Oriente credor compra com a entrega de capitais. O produtor financia

o comprador e assim sustenta a comercialização do que produz, mas vai acumulando os títulos de dívida que correspondem a direitos de propriedade sobre activos que estão nos mercados ocidentais – e é isso que permite a projecção de poder da China (o principal credor dos Estados Unidos e o investidor externo mais relevante na Europa), depois de ter permitido a penetração dos mercados ocidentais com os produtos das cadeias de produção que estão localizadas no Oriente.

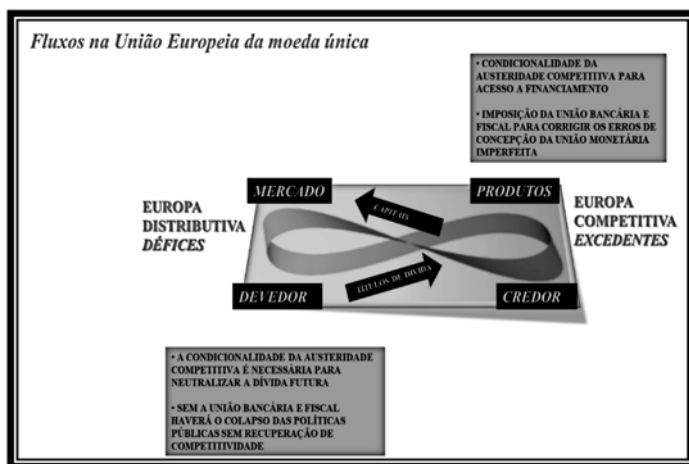


A mesma configuração de movimento perpétuo de produtos e de mercados, de défices e de excedentes, de títulos de dívida e de capitais, de devedores e credores, existe na União Europeia da moeda única. A estrutura do movimento é a mesma, mas os seus conteúdos são diferentes.

A Europa distributiva acumula défices e a Europa competitiva acumula excedentes, o que implica que quem tem défices tem de procurar financiá-los e que quem tem excedentes tem de os aplicar, há procura e oferta para alimentar o movimento perpétuo. Mas também há risco, porque o devedor pode entrar em incumprimento e o credor pode ficar sem o capital que emprestou e sem os mercados onde coloca os seus produtos, o que significa que verá reduzidos os excedentes que apropria com a sua superior competitividade. Controlar este risco recomenda que se formulem políticas comuns que corrijam os défices dos devedores e que mantenham a procura dos produtos dos credores.

Do lado dos credores, a imposição da condicionalidade das políticas de austeridade competitiva (restabelecimento dos equilíbrios nos indicadores fundamentais das economias) para que os devedores possam continuar a ter acesso a financiamento é uma precaução para reduzir o risco destas operações de financiamento, mas não é suficiente para corrigir os erros de concepção de uma união monetária imperfeita, onde a proibição de transferências no espaço dessa união monetária não promove as políticas de convergência dos níveis de desenvolvimento e de produtividade que são necessárias para corrigir a divisão entre regiões devedoras e regiões credoras. Para que o movimento perpétuo não seja interrompido, será necessário que a união monetária seja complementada com uma união bancária e uma união fiscal, o que conduzirá, na prática ainda que possa não ser formalizada, a uma união orçamental.

Do lado dos devedores, aceitar a condicionalidade da austeridade competitiva é o melhor modo de neutralizar a dívida futura, pois se não fossem adoptadas reformas deste tipo a acumulação de défices seria insustentável. Mas também é pela realização de um programa deste tipo que poderão aspirar a conseguir a convergência com as economias europeias mais competitivas e assim diminuir, gradualmente, a dependência da colocação da dívida pública nos mercados financeiros. Por outro lado, também é do interesse dos devedores que haja uma união bancária e uma união fiscal, porque sem elas não será possível financiar os sistemas de políticas públicas dos países devedores, sobretudo se não houver recuperação da competitividade que sustente a convergência das economias.



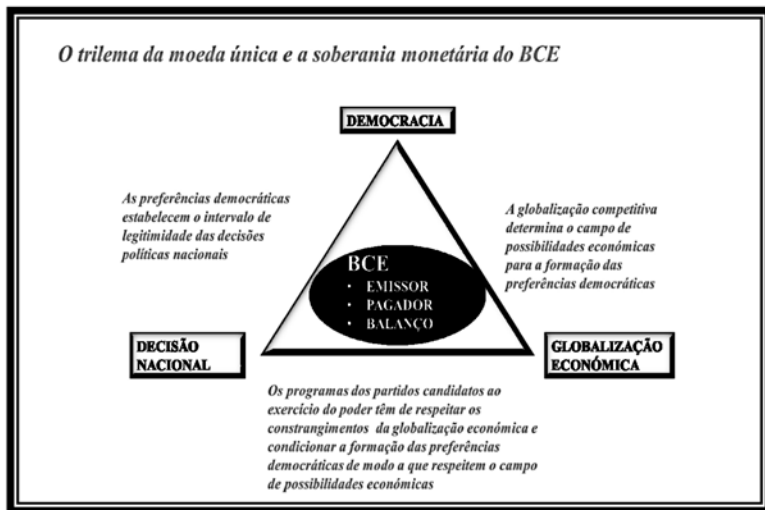
Nos dois casos, tanto a nível global como a nível europeu, os movimentos perpétuos de dívidas e de capitais permitem adiar durante algum tempo a correcção das políticas e a reforma das economias e das sociedades, contribuindo assim para que se generalize uma habitação aos desequilíbrios e aos endividamentos como se eles fossem agora a nova normalidade e tivesse deixado de ser necessário respeitar os equilíbrios fundamentais nas economias, entre receitas e despesas, e nas sociedades, entre distribuição e produção. Mais cedo ou mais tarde, porém, a acumulação de desequilíbrios que não são corrigidos acabará por fazer aparecer a força do real na forma de crises que precipitam a necessidade de reformas e que vão tornar necessário o recurso a medidas excepcionais que só podem ser coordenadas e postas em execução por entidades e instituições que operem numa escala supranacional e que actuem tanto em relação aos credores como em relação aos devedores.

É para responder a esta necessidade que aparece o recurso a políticas comuns que programem o que devem ser as políticas adoptadas em cada Estado para que se obtenham, com mais rapidez e com mais eficácia, os resultados que cada Estado isolado, mesmo conhecendo o que tem de ser feito, não conseguiria obter. A política comum tem os benefícios da coordenação conjunta e permite acomodar os desvios que a satisfação dos interesses de alguns Estados venham a provocar. É essa coordenação que permite atingir, com mais rapidez e eficácia, o objectivo comum mesmo quando não for possível evitar desvios temporários e locais à trajectória programada.

É na política monetária, e na gestão dos fluxos que se estabelecem entre devedores e credores, que a importância da coordenação dos instrumentos e das políticas se evidencia com mais nitidez quando se trata da resolução do trilema da política monetária.

Na articulação entre a decisão nacional sobre o tipo de políticas a adoptar e a legitimação democrática dos órgãos do poder, as preferências democráticas estabelecem o intervalo de legitimidade das decisões políticas nacionais – neste sentido, a decisão política é nacionalista. Mas na articulação entre a vontade democrática e as condições da globalização económica, as relações competitivas determinam o campo de possibilidades económicas que fazem parte da formação das preferências democráticas – neste sentido, a vontade democrática que resulta das preferências dos eleitores terá de integrar as condições da globalização económica. O modo de articular estas duas realidades coexistentes, a nacionalista e a globalista, consiste em assegurar que os programas dos partidos candidatos ao exercício do poder respeitem os constrangimentos da globalização económica e assim contri-

buam para a formação das preferências dos eleitores que estejam dentro do campo de possibilidades económicas efectivas – isto é, trata-se de assegurar que o imaginário dos eleitores e dos partidos candidatos ao exercício do poder seja congruente com a realidade efectiva das coisas das sociedades e economias abertas, competitivas e interdependentes na escala global.



A articulação entre os três vértices do trilema será sempre complexa porque tem de considerar que a evolução das circunstâncias não tem os mesmos efeitos, no tempo e nas consequências, em cada um deles. A estabilidade e a funcionalidade da política comum nos assuntos monetários de uma área de moeda comum dependem, assim, da existência de uma plataforma institucional onde esta articulação possa ser feita. Esse é o programa estratégico do Banco Central Europeu, responsável pela emissão e coordenação da moeda comum, mas também responsável pela supervisão e coordenação dos bancos centrais nacionais. Sendo banco emissor e pagador, o BCE tem um balanço onde pode acomodar, por tempo indefinido, títulos de dívida dos Estados-membros da união monetária e, por essa via, conduz uma acção de estabilização em contextos de emergência e de orientação estratégica em períodos de evolução normal. É um exemplo com sucesso do que pode uma política comum fazer pela consolidação de uma união de Estados.

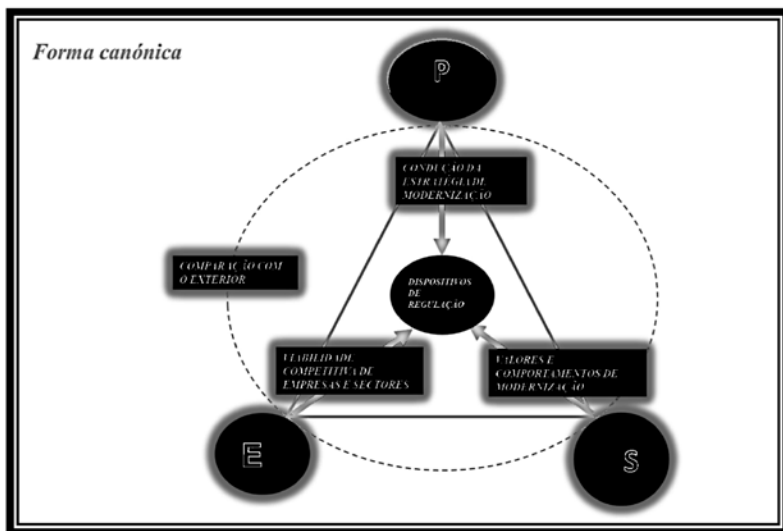
5. OS DESASTRES DO IMAGINÁRIO

Se a força do real vai impondo, por tentativa e erro, ou simplesmente por eliminação do que se verifica que não é possível, alguma forma de racionalidade na evolução política, o efeito do imaginário, das vontades dos eleitores e das promessas dos candidatos ao exercício do poder, tende mais a ser a formação permanente de desequilíbrios cumulativos, cuja resolução obriga a passar por processos de mudança, por vezes com custos de correcção elevados, que poderiam ter sido evitados se fosse feita a antecipação do que iriam ser as consequências dessa acumulação de desequilíbrios.

O modelo de análise política que permite fazer a antecipação das consequências dos desequilíbrios cumulativos é composto por três esferas – política, económica e social. Há uma forma canónica para a articulação destas três esferas que é a sua configuração de equilíbrio. Mas essas esferas podem ser sujeitas a várias deformações, que constituem configurações que operam longe do equilíbrio e que, se nada for feito para corrigir esse desvio em relação ao que é a forma canónica, não retomam espontaneamente a configuração de equilíbrio e, portanto, não serão sustentáveis no tempo, conduzindo a economia e a sociedade para contextos de crise que obrigam a recorrer a programas de correcção com elevados custos sociais e económicos.

Na configuração de equilíbrio, a esfera económica tem como critério central a viabilidade competitiva das empresas e dos sectores, a esfera social promove os valores e comportamentos que permitem a modernização e a esfera política conduz a estratégia de modernização. Esta articulação precisa de dispositivos de regulação que têm como função principal impedir que as esferas se afastem deste padrão e se deformem, pois se isso acontecer o sistema não retoma espontaneamente o seu padrão de equilíbrio. É justamente para evitar a formação de desequilíbrios que a função dos dispositivos de regulação é complementada com o exercício regular de comparações com o exterior, para avaliar até que ponto a estratégia de modernização está a obter os resultados esperados.

Este padrão de equilíbrio existe tanto nas sociedades fechadas como nas sociedades abertas, mas a penalização pelos desequilíbrios é mais pesada nas sociedades abertas, na medida em que a maior liberdade de movimentação dos factores, que já não dependem de autorizações administrativas para se deslocarem, faz da sua atracção ou repulsão a medida de avaliação crítica sobre o que estiver a ser a qualidade do processo de modernização.

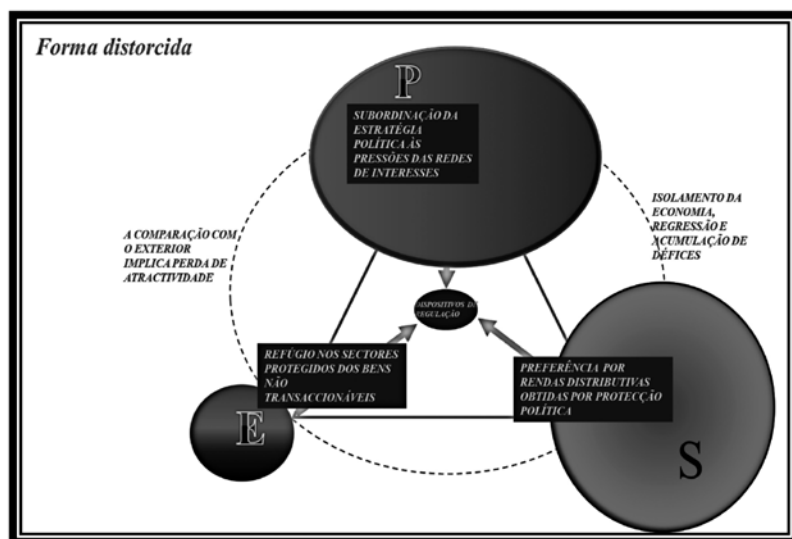


O processo de deformação das esferas e de alteração da harmonia da sua articulação é activado quando os diversos interesses em relação fazem uma leitura inadequada do que é o campo de possibilidades e desencadeiam a formação de desequilíbrios que se alimentam mutuamente e que têm como consequência a deformação das esferas e, conseqüentemente, a distorção das suas relações: quanto mais uma esfera se amplificar, maior será a sua força de atracção em relação às outras, condicionando os comportamentos e as expectativas de todos os agentes que operam dentro de cada esfera.

O erro de leitura do que é o campo de possibilidades é o factor crítico neste processo de distorção das esferas e das suas relações. Mas esse erro de leitura é, por sua vez, um efeito do modo como os diversos agentes interpretam o que são as suas necessidades. Ou seja, o erro de leitura também é estimulado ou provocado pelo modo como o sistema de esferas está a operar e pelos resultados que obtém. Quando os desequilíbrios se formam e quando os resultados obtidos não são os esperados ou os que respondem às necessidades dos diversos interesses, novos desequilíbrios aparecem como resposta reactiva aos que se formaram antes, e todos eles vão contribuir para amplificar o erro de leitura inicial, quando se imaginou um campo de possibilidades que realmente não existia.

Um dos factores que é necessário para que as três esferas se deformem é a atrofia ou a neutralização dos dispositivos de regulação, na medida

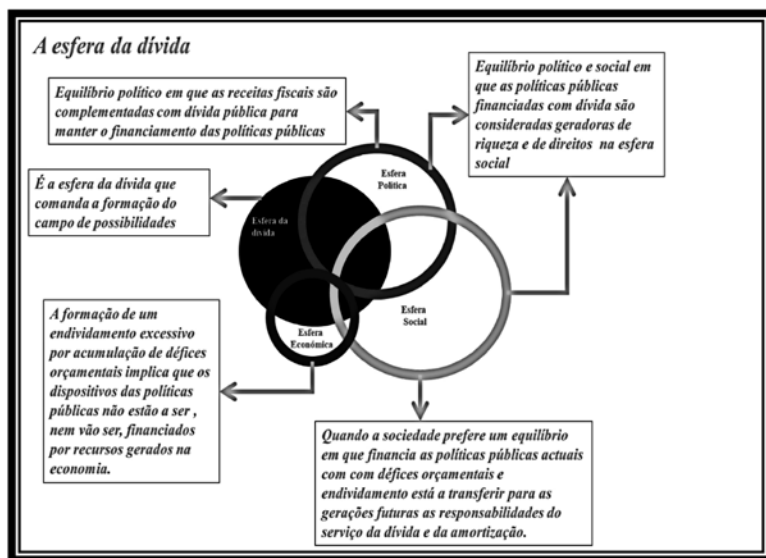
em que a sua finalidade é evitar a formação dos desequilíbrios e corrigi-los antes que provoquem a deformação das esferas – porque quando esta deformação acontece, é a dinâmica autonomizada das esferas que passa a comandar a evolução do sistema, tornando ineficaz o funcionamento dos dispositivos de regulação. Desactivados ou corrompidos os dispositivos de regulação (tribunais, órgãos de comunicação social, entidades de racionalização e de recolha e análise dos indicadores, entidades de supervisão), os erros de avaliação do campo de possibilidades terão de ser corrigidos pela realidade efectiva das coisas – e isso implica, em geral, que já não será possível evitar que essa realidade efectiva das coisas se manifeste na forma de crise.



Quando os agentes económicos se refugiam nos sectores protegidos dos bens não transacionáveis, no mercado interno protegido por barreiras alfandegárias ou por dispositivos administrativos que dificultam a entrada no mercado interno, a esfera económica contrai-se porque perde o estímulo competitivo e a taxa de crescimento da economia diminui ou estagna. Quando os agentes sociais manifestam a sua preferência por rendas distributivas que são obtidas por protecção política, desvalorizam o critério da sustentabilidade e a óptica do longo prazo para concentrarem as suas expectativas no que a esfera política lhes pode oferecer ou garantir, provocando

assim a amplificação da esfera social porque esta vai receber as transferências feitas ou promovidas pela esfera política quando esta financia as políticas públicas (com receitas fiscais ou, quando estas são insuficientes para as necessidades criadas, com recurso ao endividamento). Nestas condições, a esfera política, que deveria conduzir a estratégia de modernização, vai ser condicionada (pela esfera social expandida e pela esfera económica contraída) a subordinar a estratégia política às pressões das redes de interesses (distributivos na esfera social, proteccionistas na esfera económica).

Mesmo que seja uma sociedade aberta e uma economia integrada num mercado comum, um sistema das três esferas que tenha evoluído até chegar a este padrão configura uma sociedade virada para dentro como se fosse uma sociedade fechada, com isolamento da economia, com regressão ou estagnação do crescimento e da modernização e com acumulação de défices que fazem crescer a dívida pública. Quando se faz a comparação com o exterior, este padrão das três esferas implica que se tenha perdido atractividade, o que reforça o isolamento e a regressão: é o círculo vicioso de uma sociedade aberta que se fecha, não aproveitou as oportunidades da transferência de fundos financeiros para programas de convergência com outras sociedades e economias mais modernizadas, para consumir o seu fracasso com a invocação do seu estatuto de vítima da globalização ou da integração europeia.



Este padrão das três esferas deformadas tem, porém, uma esfera oculta que vai ser determinante na resolução da crise gerada por estas deformações. No círculo do real, estes desastres do imaginário produzem a esfera da dívida e é esta que vai determinar o campo de possibilidades para o futuro.

Se o equilíbrio político é obtido por uma fórmula em que as receitas fiscais são complementadas com dívida pública para manter o financiamento das políticas públicas, a formação de um endividamento excessivo por acumulação de défices orçamentais implica que os dispositivos das políticas públicas não estão a ser, nem vão ser, financiados por recursos gerados na economia. Ou seja, a esfera política não é sustentada pela esfera económica.

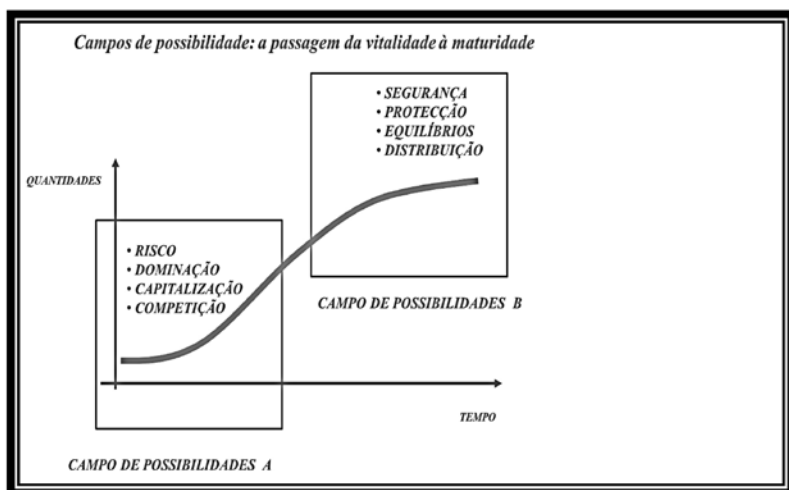
Quando a sociedade prefere um equilíbrio em que financia as políticas públicas actuais com défices orçamentais e endividamento, está a transferir para as gerações futuras e para as restrições nas políticas públicas futuras as responsabilidades do serviço da dívida e da sua amortização. Ou seja, a esfera social actual terá de ser contraída pelas gerações futuras. E terá de ser assim porque o equilíbrio político e social em que as políticas públicas financiadas com dívida são consideradas como gerando riqueza (porque as transferências distributivas são efectivamente concretizadas e os serviços das políticas públicas são efectivamente prestados) e direitos na esfera social (que são efectivamente consignados na legislação aprovada) é uma construção imaginária que não tem validação na realidade efectiva das coisas.

A consequência última deste processo coloca a esfera da dívida no comando efectivo da formação do campo das possibilidades. Não é a esfera política que comanda a estratégia de crescimento e modernização, é a esfera da dívida que comanda o que pode ser feito, que determina até quando poderá o imaginário esconder o real.

6. AS ILUSÕES DO SIMBÓLICO

O círculo do simbólico é onde se encontram os normativos constitucionais e legais que foram sendo produzidos ao longo do tempo e que correspondem ao registo das resoluções das crises do passado e deverão oferecer a base estável que regula e garante a concretização das decisões que forem formuladas com respeito por essas normas. O que é legal é garantido pelas instituições que têm como função assegurar o cumprimento dessas normas aprovadas pelos órgãos competentes e elaboradas por procedimentos legítimos.

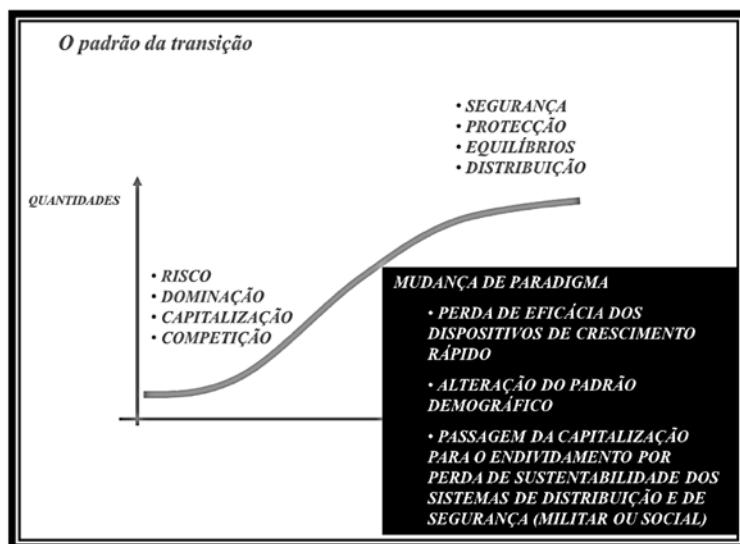
Todavia, as sociedades evoluem e a mudança das condições cria uma dificuldade especial nas instituições que têm por obrigação garantir o cumprimento do que foi aprovado antes dessas condições mudarem. Quando uma sociedade passa de um regime de rendimentos crescentes, ou de uma fase de expansão, para um regime de rendimentos decrescentes, ou uma fase de estagnação, muda o seu campo de possibilidades – mas não muda, ou pelo menos não muda ao mesmo ritmo, o quadro normativo e legal que foi produzido na fase de expansão e já não poderá ser aplicado, nos mesmos termos, quando se está na fase de estagnação.



Na fase de expansão da sociedade, em regime de rendimentos crescentes, o campo de possibilidades é configurado por valores e comportamentos sociais que valorizam o risco, a dominação e a conquista, a capitalização e a competição. Na fase de estagnação ou de crescimento lento, em regime de rendimentos decrescentes, o campo de possibilidades é caracterizado por atitudes de preferência pela segurança, pela protecção e pela procura de alianças, pela defesa dos equilíbrios e pela dependência das políticas públicas de tipo distributivo.

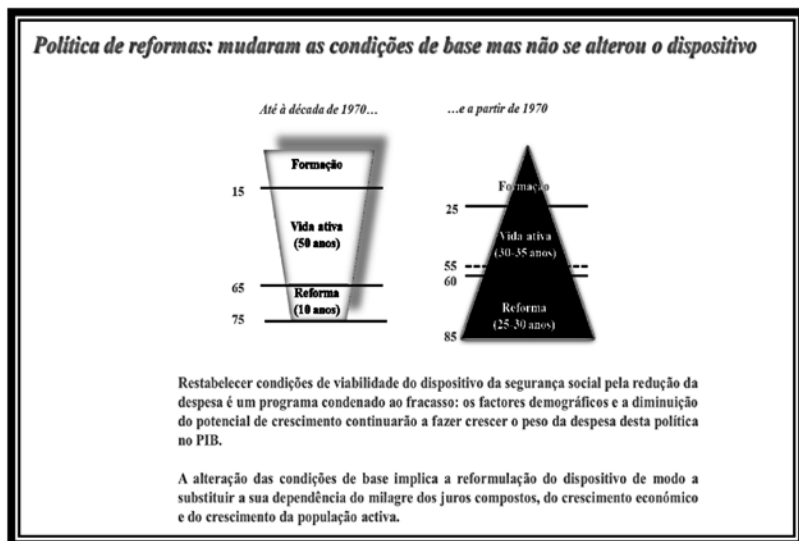
A passagem de um campo de possibilidades para o outro tem um padrão de transição que corresponde à passagem da vitalidade para a maturidade, com indicadores que anunciam a mudança das condições e a impossibilidade de obter os mesmos resultados na fase de estagnação ou de cres-

cimento lento que se obtinham sem dificuldade na fase de expansão e de crescimento rápido.



Os dois factores críticos no padrão de transição são a redução da taxa de crescimento potencial da economia e a alteração do padrão demográfico quando a geração seguinte passa a ser mais pequena do que a geração anterior. A combinação destes dois factores implica que as políticas que eram financiáveis e sustentáveis no primeiro campo de possibilidades, com crescimento rápido e com a geração seguinte maior do que a geração anterior, têm o seu financiamento e a sua sustentabilidade em risco quando se passa para o segundo campo de possibilidades. Manter o mesmo tipo de dispositivos de políticas públicas quando se passa do regime de rendimentos crescentes para o regime de rendimentos decrescentes tem como implicação inevitável a passagem do regime de capitalização para o regime de endividamento.

A manifestação mais relevante desta transição de campos de possibilidades aparece nos dispositivos de segurança social que foram concebidos, instalados e legislados num campo de possibilidades que já não existe mas que induziu alterações nos comportamentos e expectativas sociais que se tornaram rígidos e que resistem às tentativas de correcção.



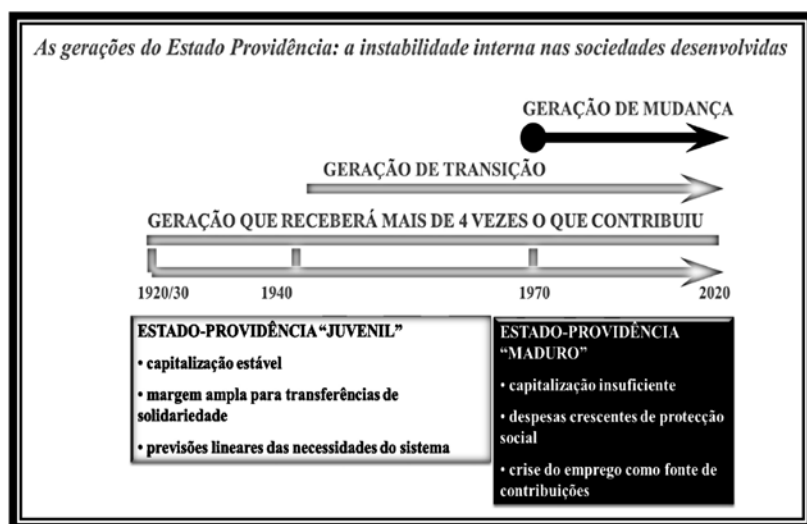
Até à década de 1970, quando há a alteração do padrão demográfico nas sociedades europeias, o período de formação decorria, em média, até aos 15 anos de idade, a vida activa iria até aos 65 anos, e o período de reforma duraria, em média, 10 anos porque a esperança de vida à nascença está definida nos 75 anos. A partir de 1970, o período de formação aumentou passando a ser, em média, até aos 25 anos de idade, muitas das políticas de segurança social na Europa passaram a admitir a entrada na reforma aos 60 e mesmo aos 55 anos para as profissões de desgaste rápido (o que estabelece um tempo médio de vida activa entre os 30 e os 35 anos) e o período de reforma alargou-se porque a esperança de vida à nascença aumentou até aos 85 anos, o que significa que o tempo de reforma será, em média, de 25 a 30 anos.

Se até 1970 os descontos para a segurança social são contribuições durante 50 anos para financiarem uma reforma de 10 anos, em valores médios, a partir de 1970 espera-se que descontos para a segurança social sejam contribuições durante 30 a 35 anos para financiarem reformas de 25 a 30 anos. Mesmo admitindo que o valor médio das reformas é inferior ao valor dos rendimentos durante a vida activa, torna-se evidente que o milagre dos juros compostos no que se refere ao valor real das contribuições não será suficiente para compensar o efeito dos factores demográficos e da

diminuição do potencial de crescimento, pelo que o peso da despesa com a segurança social em relação ao produto interno bruto continuará a crescer.

A passagem de um regime de rendimentos crescentes e de expansão para um regime de rendimentos decrescentes e de estagnação veio revelar até que ponto era ilusório o sistema inicial que ficou registado na legislação aprovada. Foi uma ilusão gerada pela desvalorização do efeito do tempo e pela indiferença ao efeito que teria no sistema inicial a integração de toda a população nas coberturas e garantias da política de segurança social.

Na fase inicial desta política de segurança social, os que chegam à idade de beneficiarem do estatuto de reforma são poucos, mas os contribuintes são todos os que estão em idade activa e têm emprego. É o Estado-Providência “juvenil”, com um modelo de capitalização estável, com excedentes que permitem aprovar novos dispositivos de políticas de solidariedade e quando se comete o erro de fazer previsões lineares a partir desses indicadores iniciais não se identificam problemas de sustentabilidade. Porém, quando se passa para o Estado-Providência “maduro”, agora com muitos beneficiários, a capitalização revela-se insuficiente, as despesas com a protecção social tornam-se crescentes e passa a ser crítico o nível do emprego porque dele depende a continuidade das contribuições para o sistema.

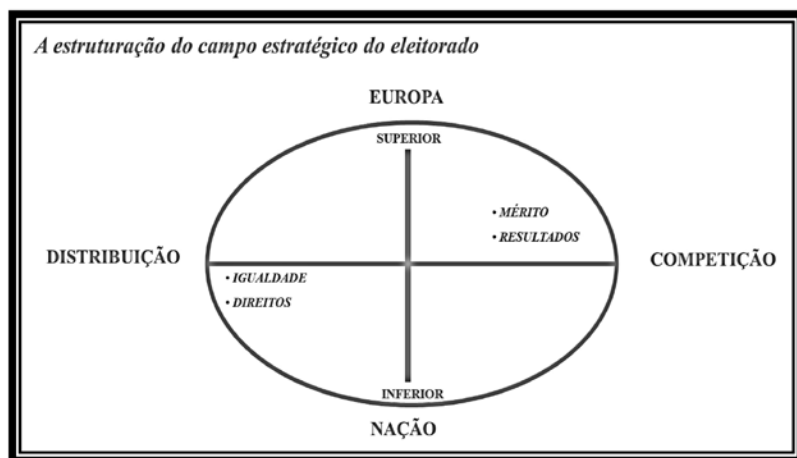


Esta evolução origina uma divisão de gerações, onde os que nasceram nas décadas de 1920 e 1930 recebem mais de quatro vezes o que contribuíram (contribuíram durante pouco tempo mas beneficiaram durante todo o seu tempo de reforma), a geração que nasce na década de 1940 é a geração de transição (aquela que já tem os elementos de informação suficientes para compreender que o sistema não é sustentável) e a geração que nasce na década de 1970 é a que se confronta com a evidência de que o sistema terá de ser revisto e corrigido antes de atingirem a sua idade de reforma (mas vão resistir a que essa revisão e correcção seja feita). E o facto de o dispositivo das políticas públicas de segurança social estar suportado pela Constituição e pela legislação é um contributo decisivo para que a aliança do imaginário com o simbólico se oponha com sucesso aos indicadores fornecidos pelo real.

7. ESTRUTURAÇÃO DO ELEITORADO: O REAL DA DEMOCRACIA, ARTICULANDO O IMAGINÁRIO E O SIMBÓLICO

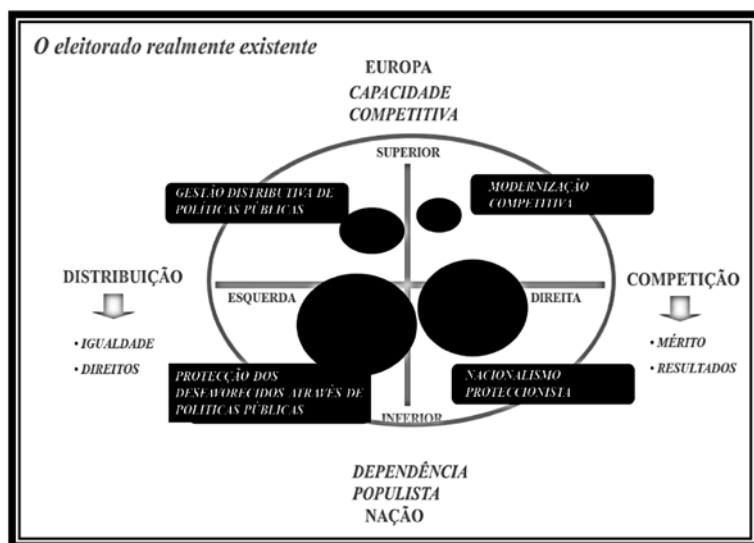
Em regime democrático, a realização de eleições livres e periódicas é a garantia de que, mesmo quando falham os dispositivos de regulação que têm por função preservar os equilíbrios de sustentabilidade, haverá um regulador em última instância que é o eleitorado, que tem o poder de afastar os que fracassam no exercício do poder sem ser necessário recorrer à violência ou sem ser necessário que a abertura de crises seja o processo pelo qual o real se impõe à aliança do imaginário com o simbólico. Analisar o modo como o eleitorado se estrutura na formação das suas preferências é também o modo de observar como o eleitorado escolhe entre o imaginário, o simbólico e o real – e não é porque o eleitorado não tenha consciência de que faz escolhas entre estes três círculos que deixa de as fazer e interpretar o que escolhe é relevante para se poder antecipar o que serão as suas escolhas no futuro.

O modelo tradicional de análise política construído em função da divisão entre esquerda e direita continua a ser aplicável, mas tem o inconveniente de ser uma divisão que se confirma a si mesma: a direita denuncia a esquerda e a esquerda denuncia a direita para reforçarem e defenderem as respectivas identidades numa relação bipolarizada. Se isso pode ser suficiente para analisar as relações entre partidos, já não é suficiente para analisar as posições e preferências dos eleitores porque estes consideram mais dimensões do que apenas a direita e a esquerda.



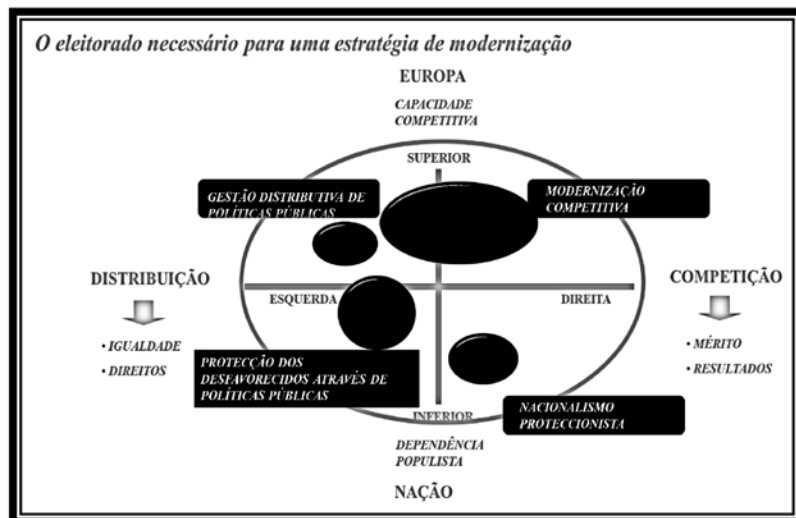
A estruturação do campo estratégico do eleitorado será aqui feita com base em quatro dimensões, a partir de dois eixos. No eixo horizontal está, de um lado, a preferência pela competição, com valorização do mérito e dos resultados, e do outro lado a preferência pela distribuição, com valorização da igualdade e dos direitos, podendo também dizer-se que na preferência pela competição está uma articulação do imaginário com o real e na preferência pela distribuição está uma articulação do imaginário com o simbólico. No eixo vertical, no nível inferior está a preferência pela dimensão nacional e pelo óptica interna e no nível superior está a preferência pela dimensão da globalização de que a integração europeia é o passo preparatório de formação da escala competitiva para operar no espaço global.

Em comparação com os modelos tradicionais de distinção entre esquerda e direita, poderia considerar-se que a preferência pela competição é uma posição de direita e que a preferência pela distribuição é uma posição de esquerda. Contudo, a inclusão do eixo vertical, com a preferência nacionalista ou soberanista e a preferência internacionalista ou multilateralista impede que se faça esta comparação directa com o modelo tradicional de esquerda e direita, porque o que a combinação dos dois eixos mostra é a formação de quatro quadrantes que segmentam o eleitorado em função da clivagem que se estabelece entre sociedade aberta (orientada para a competição) e sociedade fechada (orientada para o protecçãoismo).



O eleitorado português tem uma distribuição muito desigual por estes quatro quadrantes. O grupo mais pequeno é o da modernização competitiva, que está orientado para o exterior e para as políticas de modernização, seguindo-se, deslocado mais para a esquerda, o grupo dos que fazem a gestão distributiva das políticas públicas e que são responsáveis pela administração das funções do Estado. Mais numerosos, e orientados para escolhas nacionalistas, são os grupos do eleitorado que preferem o nacionalismo proteccionista e que estão deslocados para a direita, e os grupos que defendem a protecção dos desfavorecidos através de políticas públicas e que estão deslocados mais para a esquerda.

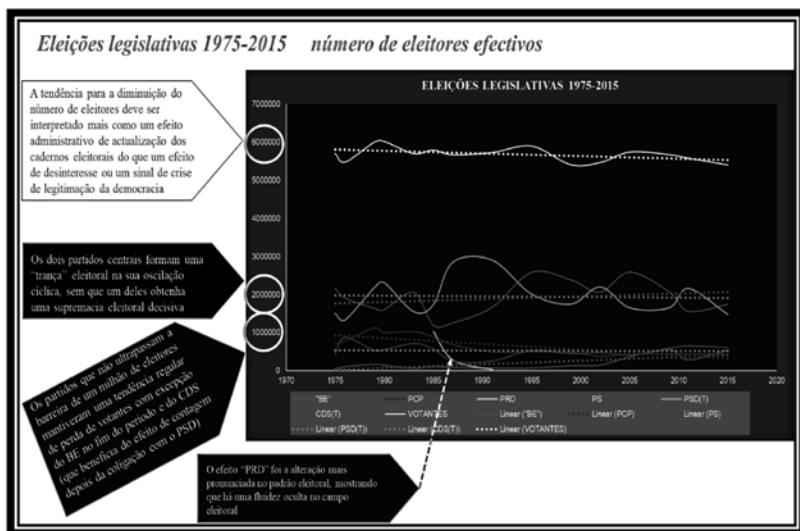
Um eleitorado com esta estruturação não favorece as estratégias de modernização, está mais orientado para o proteccionismo nacionalista e para o distributivismo que compense os mais desfavorecidos e a evolução no sentido da modernização terá de ser mais o efeito de influências externas do que um produto próprio dos agentes sociais internos. Por isso, justifica-se comparar esta estruturação do eleitorado português com o que deveria ser a composição de um eleitorado que estivesse orientado para a modernização da sociedade e da economia, que tivesse uma preferência clara por diminuir a sua dependência das políticas públicas ou que estivesse consciente da dificuldade em prolongar no tempo dispositivos de políticas públicas que exigem o recurso sistemático ao endividamento.



Para que o eleitorado português possa ser um factor activo de modernização da sociedade, da economia e da política, será necessário que passe a ter um sistema de preferências mais orientado para o exterior e para a competitividade e que seja significativamente reduzido o número de eleitores que tem as suas preferências orientadas para o nacionalismo proteccionista, à direita, e para as protecções dos desfavorecidos através de políticas públicas, à esquerda. Em contrapartida, será necessário que aumente o segmento do eleitorado que se orienta pelos valores e pelas condições da modernização competitiva.

Se estas mudanças não ocorrerem como consequência da evolução da sociedade e dos estímulos dos responsáveis políticos, será a realidade efectiva das coisas que se encarregará de comandar essa mudança nas perspectivas e nas vontades dos eleitores.

Quando se analisam os resultados eleitores verifica-se que a segmentação do eleitorado realmente existente não tem permitido que as eleições cumpram a sua função de regulador em última instância, na medida em que a intensidade das crises não foi acompanhada por mudanças de intensidade comparável nas escolhas dos eleitores.



Considerando apenas o número de eleitores efectivos, há três valores de referência a usar nas comparações entre as diversas eleições. Seis milhões é a referência do eleitorado, dois milhões é a referência dos maiores partidos, um milhão é a referência para os pequenos partidos.

A tendência para a diminuição do número de eleitores não é muito pronunciada ao longo do tempo e deve ser interpretada mais como um efeito administrativo de actualização dos cadernos eleitorais do que como um efeito de desinteresse dos eleitores ou um sinal de crise de legitimação da democracia.

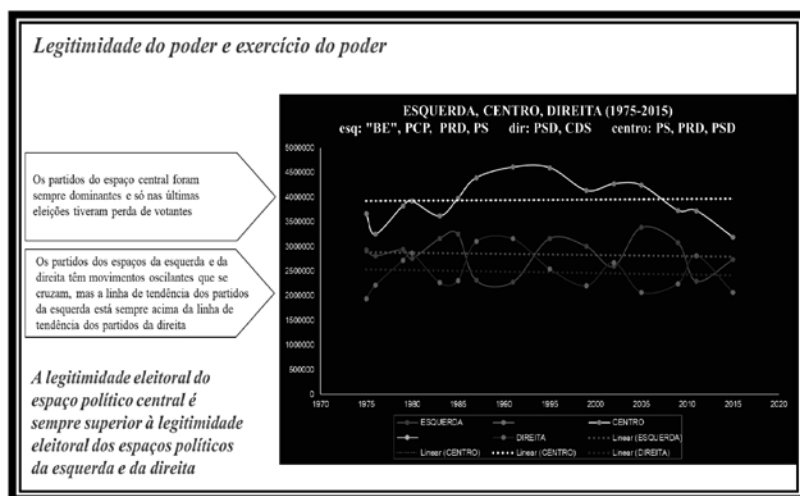
Os dois partidos centrais formam uma “trança” eleitoral numa oscilação cíclica, mas nenhum deles obtém uma supremacia eleitoral decisiva: ambos estão limitados ao destino de grandes minorias, mas também ambos receiam uma aliança entre si que pudesse originar uma fusão dos eleitorados que acabassem por impor uma direcção única para os dois partidos.

Os partidos que não ultrapassam um milhão de eleitores revelam uma tendência regular de perda de votantes, com excepção do Bloco de Esquerda no fim do período e do CDS (mas neste caso por efeito do método de estimativa dos votos de partidos que estiveram em coligação quando depois se separam, para se poder fazer a análise da sua evolução em curvas contínuas). Pela primeira vez em 2015, depois da resolução para a falta de maioria parlamentar, os pequenos partidos na esquerda, o Partido Comunista, os

Verdes e o Bloco de Esquerda, ganharam o estatuto que já tinha o Centro Democrático Social de serem partidos de aliança, deixando de ser apenas partidos de oposição ou de protesto. No entanto, este desenvolvimento recente na história eleitoral não permitiu superar as diferenças programáticas e de orientação estratégica, o que significa que, com a exceção do CDS, os pequenos partidos continuam a não ser partidos de coligação.

Nesta história eleitoral, a alteração mais pronunciada no padrão eleitoral ocorreu em 1985, com o PRD, que veio mostrar que existia uma fluidez oculta no eleitorado, mas o seu efeito limitou-se a proporcionar a transferência de eleitores do PS para o PSD (que assim obteve a sua primeira maioria absoluta sem coligação) e não se consolidou como partido.

Apesar do número de eleições e da confirmação de que há uma fluidez latente no eleitorado, esta história eleitoral tem um grau de variação muito reduzido. É o que se confirma quando se analisam os resultados dos blocos eleitorais possíveis, o da esquerda, o da direita e o do centro.



Os partidos do espaço central foram sempre dominantes e só nas eleições de 2015 tiveram perda de votantes, voltando para valores idênticos aos de 1976. Os partidos dos espaços de esquerda e de direita têm movimentos oscilantes, mas a linha de tendência dos partidos da esquerda está sempre acima da linha de tendência dos partidos da direita. A conclusão desta história eleitoral é que a legitimidade do espaço político central é sempre superior à legitimidade eleitoral dos espaços políticos da esquerda e da direita.

Na sua função de regulador em última instância do sistema político, o eleitorado português deixa uma indicação muito nítida sobre o que deve ser a localização do programa político, mas não dá uma indicação igualmente nítida quanto ao que deve ser o seu conteúdo estratégico porque não clarifica a escolha entre a preferência pela competição e a preferência pela distribuição, o que também significa que não deixa uma orientação para a escolha entre a dimensão nacionalista protecionista e a dimensão integracionista de competição na globalização.

As escolhas fundamentais continuam, portanto, abertas.

É, contudo, uma ambiguidade que pode ser resolvida quando se utiliza um referencial histórico mais alargado.

VER O PRESENTE REFLECTINDO SOBRE O QUE SE VIU NO PASSADO

Quando o sistema político se apropria do sistema económico pelo controlo administrativo do Estado ou pela nacionalização, o sistema social procura a sua protecção junto do sistema político, que passa a ser o centro patrimonial dominante e, portanto, o centro distributivo. O resultado destes dois movimentos, da esfera política sobre a esfera económica e da esfera social sobre a esfera política, é a contracção da esfera económica que perde potencial de crescimento, mas também é o peso da dependência da esfera social em relação ao que pode ser distribuído pela esfera política. Condicionada pela necessidade de equilibrar as despesas com as receitas, a esfera política tem de recorrer à extracção fiscal para aumentar as suas receitas, o que terá como alvo a esfera social porque a esfera económica não tem crescimento próprio que permita financiar as despesas públicas em crescimento. É uma relação circular, um novo movimento perpétuo: a esfera social procura a protecção da esfera política, mas esta só pode satisfazer essas expectativas sociais extraindo os recursos da mesma esfera social que espera a protecção da esfera política.

O imaginário e o simbólico, os desejos sociais e as leis do Estado, justificam-se mutuamente, mas esquecem o real que denuncia esta circularidade de ilusões e que revela que, sem o crescimento da esfera económica (e, portanto, sem uma estratégia económica que esteja integrada no processo de modernização das economias), esta circularidade de ilusões é insustentável.

Não é a primeira vez que Portugal se encontra preso nesta circularidade de ilusões e o que se viu no passado é útil para se olhar para o futuro.



Camões refere que todo o mundo é composto de mudança, mas que também a mudança muda. O que dizem Alexandre Herculano e Augusto Fuschini, quando têm de interpretar crises de épocas diferentes, é que a mudança pode ser, afinal, a repetição do que não muda – e não será repetindo o que já se fez que aparecerão resultados diferentes. O que é razão de maior espanto em Portugal é que a mudança não muda porque repete.

E para que mude, é preciso que o exterior induza essa mudança. Portugal precisou do exterior para se expandir e continuou a precisar do exterior para resolver crises sucessivas. Vai encontrar agora uma nova oportunidade porque o exterior está a mudar e Portugal poderá aproveitar a força dessa corrente para fazer dela a força do real, que corrige os excessos do imaginário e os desvios do simbólico, os erros da política e as ilusões do que é legislado. Fernando Pessoa escreveu que Portugal precisa de um indisciplinador – e a crise é o indisciplinador natural de que as sociedades se servem para poderem mudar quando já não podem repetir.

A política é a arte do possível, mas não no sentido fatalista de se fazer o que se pode.

A política é a arte do possível no sentido estratégico de identificar o possível e operar dentro desse campo de possibilidades para obter o melhor resultado. Assim se poderá mudar sem repetir.



O que faz hoje a riqueza das nações?¹

Prof. Dr. João Moreira Freire²

Na segunda metade de Setecentos, o escocês Adam Smith publicou um livro de “filosofia económica” com este título, que fez escola. Segundo esses princípios da economia política, a criação de valor mercantil (ou “rendimento”) provinha de três fontes: da terra (mais latamente, de toda a propriedade de raiz), do trabalho humano e do capital acumulado. Marx e outros esforçaram-se por demonstrar que toda a riqueza vinha exclusivamente da apropriação indevida de uma parte do produto do trabalho – o que só seria verdadeiro para o industrialismo do seu tempo, e não era decerto o caso para muita concentração derivada directamente da conquista, da espoliação fiscal e de muitas outras formas de aproveitamento das posições de poder ou de vantagem (nomeadamente nas trocas comerciais).

Nos tempos actuais, os economistas Acemoglu e Robinson (*Porque falham as nações?*, 2013) voltaram a discutir o problemas da “natureza e causa da riqueza das nações”, inclinando-se para o papel decisivo que teriam *instituições* como o Estado, a lei e a política quando estas desempenham uma função *inclusiva* (isto é, são capazes de integrar positivamente sempre mais gente) em vez de se aferrarem a dinâmicas “extractivas” (pilhagens, comércio leonino, confisco) que reforcem o poder, a riqueza e o bem-estar de uns quantos em prejuízo da maioria. Sobre isto, também já haviam reflectido autores de nomeada como os sociólogos Thorstein Veblen (1857-1929) e Max Weber (1864-1920) ou o economista Karl Polanyi (1886-1964).

¹ Ensaio difundido originariamente em <http://aideia.blog>;

² Sociólogo. Professor catedrático aposentado e Professor Emérito do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Oficial da Armada em jovem, seguindo depois para França, tendo sido operário na Renault em Paris e “*ancien élève de Sciences Politiques*”. Doutoramento em Sociologia pela Universidade Técnica de Lisboa. Autor de vários livros, incluindo sobre a colonização portuguesa em África e a Marinha Portuguesa na modernidade;

O que fará o elevado nível de riqueza de que beneficiam, em média, os cidadãos e outros habitantes da Suíça? E o bem-estar que se diz existir numa Suécia? Ou as liberalidades bem “regadas” de que gozam os Holandeses? Estes, são países antigos, de cultura judaico-cristã e dimensão (de território ou população) comparáveis a Portugal. Também situados na mesma área geográfica e com uma experiência de organização política nacional bem antiga, num quadro de autonomia (relativamente a outros poderes externos porventura ameaçadores).

Em contraste, uma Hungria, uma Bélgica ou, ainda mais acentuadamente, uma Grécia, mantêm-se, como Portugal, na posição claramente secundária (em termos de riqueza nacional) no mundo contemporâneo que a história lhes foi talhando. E não estamos a falar de grandes potências como várias existentes na Europa e ainda menos de nações de uma outra escala, continental, como são a Rússia e os EUA, ou quase-continental como a China, a Índia, a Austrália, a África do Sul, o Brasil ou a Argentina. Nem sequer de vários países situados em patamares dimensionais intermédios a estes. E muito menos de regiões atrasadas e pobres como, por exemplo, o Bangladesh, Moçambique ou a Guatemala.

A conhecida tese de Weber sobre o papel das religiões católica e protestante sobre o diferente desenvolvimento económico dos países europeus depois dos grandes cismas dos séculos XVI e XVII ainda beneficia de uma aceitação académica bastante ampla. Mas outros esquemas interpretativos foram entretanto avançados para justificar tais dinamismos diferenciais, incluindo factores atinentes às políticas governamentais prosseguidas, à natureza dos interesses económicos capitalistas e mesmo a características psico-sociológicas das populações potenciadas no quadro da Modernidade (séculos XIX e XX). Não é disso que queremos agora falar (até porque duvidamos alguma coisa da validade das ciências sociais que conhecemos até agora para nos iluminar o próximo futuro), mas antes da revisitação de alguns dos dados mais importantes que facilmente podemos constatar terem existido nos processos de industrialização, e posterior passagem a uma fase “pós-industrial”, em alguns desses países mais parecidos com Portugal.

Ensaaiemos então uma espécie de *comparação* deste pequeno país talhado à margem das Espanhas, com o dos Suíços, e depois com cada um dos restantes. Fazemo-lo como simples exercício especulativo, sem qualquer obediência a métodos científicos ou historiográficos (ou tidos como tal), mas apoiados em factos incontestáveis que nos dispensamos de referenciar documentalmente. Mas, implicitamente, guiar-nos-ia uma certa ideia de sociologia histórica *compreensiva*, buscando inspiração em algo do muito que nos legou a análise Weberiana.

A Europa moderna começa a constituir-se depois das guerras religiosas e dos “trinta anos” (1618-1648) e sob o efeito dos abalos Renascentistas, originados de Itália mas com repercussões mais vastas e sofrendo igualmente os seus efeitos, em particular vindos dos mares por onde pioneiravam os Portugueses. Além das crenças pessoais e sociais, das acusações e matanças por “traição à Fé” ou “ofensa a Deus”, os Príncipes reinantes no âmago do continente *tomaram partido*. E lançaram cada uma das suas nações (que eles identificavam consigo próprios ou com o território que dominavam) num ou noutro alinhamento internacional, num cálculo que passava necessariamente por negociações da diplomacia mas se resolvia, em última instância, no desfecho de uma batalha ou por esgotamento de recursos (económicos, militares, demográficos ou anímicos) numa guerra mais prolongada, como aconteceu com aquele período que culminou com a Paz de Vestfália (1648, fechando as guerras religiosas do século anterior, reorganizando a Europa e garantindo as independências da Suíça e dos Países Baixos) e o Tratado dos Pirenéus (1659), que selou vastas perdas para Espanha “dos Filipes” mas garantiu a permanência da Catalunha sob sua soberania, enquanto a França “dos Luíses”, de Colbert, Richelieu e Mazarin ascendia na Europa, depois de ter dado uma ajuda ao nosso rei D. João IV na sua Guerra da Independência.

Vejamos o caso da Suíça. País montanhoso no centro geográfico da Europa era constituída por um conjunto de cidades e aldeias camponesas (de pastores, artesãos e pequenos cultivadores) quando no século XIII se formalizou uma estrutura política confederal que reunia e aliava esses cantões contra investidas exteriores. Isto, a despeito de, à divisão linguística, se ter somado depois a divisão religiosa entre protestantes e católicos. Mas as próprias dificuldades de comunicação interna terão habilitado o seu povo a conviver com (e a integrar) essas diferenças, ao contrário de outros povos habitando cordilheiras como os Pirenéus ou os Alpes Austro-Italianos. O domínio de Napoleão foi passageiro e não afectou o essencial da sua independência e, doravante, da sua neutralidade na política e nos conflitos intra-europeus. O regime constitucional adoptado também terá sido decisivo para o estabelecimento e perduração deste consenso: assente num esquema de democracia representativa mas com diversos mecanismos de participação directa dos cidadãos, incluindo o uso frequente de referendos deliberativos e de assembleias populares nas circunscrições mais pequenas, com governos de coligações partidárias estáveis e, finalmente, dispensando qualquer prerrogativa ou honrarias simbólicas para a chefia do Estado: muito próximo de um efectivo conceito de República.

Foi sobre esta realidade que chegou a revolução industrial – como, sucessivamente embora de forma diferenciada, a todas as regiões da Europa. Beneficiando da sua *paz armada*, do progressivo afluxo de capitais em busca da segurança que não encontravam noutros países e do trabalho empreendedor e rigoroso de mestres e oficiais-de-ofício, o país viu nascer uma indústria ligeira que rapidamente ganhou reputação de qualidade, inclusive no estrangeiro, o que lhe garantiu desde logo mercados externos estáveis. Foi o caso de relojoaria e, logo a seguir, de outros equipamentos de precisão, bem como em certos segmentos da química fina, em particular na farmacêutica. Aproveitando a excelência das pastagens alpinas, de igual modo cresceu a atracção (interna e externa) pelos produtos lácteos. E, uma vez lançado em boas bases o processo de desenvolvimento económico, outras áreas se seguiram, incluindo produtos avançados da metalomecânica (locomotivas, automóveis e até armamento) e o turismo dos desportos-de-Inverno, uma das novidades do século XX e da “civilização dos lazeres”. Não por acaso, a Suíça de Voltaire e de outros refugiados (incluindo o anarquista Bákunine, o bolchevista Lénine e judeus fugindo ao nazismo) acolheu desde logo a sede de organismos de vocação universal como a Cruz Vermelha, a Sociedade das Nações ou a Organização Internacional do Trabalho – o que obviamente reforçou a sua singular posição na Europa e no mundo; posição esta que, por sua vez, a afasta de uma integração política na União Europeia, embora tenha acordos de comércio livre com ela. Mas o seu sucesso e a sua especificidade também lhe trouxeram problemas: acolhimento e protecção de dinheiros e de outras riquezas ilícitas; poluição pelo atravessamento que sofre de intensos fluxos rodoviários mercantis; demografia deficitária com imigrações nem sempre desejadas; etc.

A Suécia é um país no qual o longo “reinado” da social-democracia no século XX deixou uma marca importante de bem-estar e justiça social, com impostos altíssimos para os rendimentos “astronómicos” mas muita acção social distributiva e escassos sinais de corrupção. Vale a pena lembrar que no já referido século XVII a Suécia de Gustavo Adolfo era um pequeno império regional, impondo o seu domínio a vários países nórdicos e mesmo a partes da Alemanha. Depois, mercê de movimentos independentistas e do fortalecimento alemão, ficou reduzida à sua *home land* tradicional, um país de área cinco vezes maior do que Portugal mas com uma população equivalente à nossa. Como foi possível tal milagre no espaço de três ou quatro gerações? De novo, a diplomacia e a política externa terão tido um papel muito importante já, nestes decisivos séculos XIX e XX, a Suécia se manteve sempre neutral e isenta de guerras, embora com o mesmo tipo de *paz armada* defensora da sua territorialidade e dissuasora face a eventuais

atacantes. Por outro lado, o seu imperialismo anterior não se prolongou pela conquista de territórios de além-mar, nomeadamente africanos (mais remotamente americanos ou asiáticos), o que não impediu os seus navios de comércio de se abalançarem por tais regiões desde os anos oitocentistas, mas livrou a Suécia do ónus da “descolonização” em pleno século XX. É também apontado o facto de um precoce esforço nacional para a escolarização geral da população, processo que eventualmente terá sido facilitado pela predominância religiosa do luteranismo no país: três gerações após, os Suecos eram um povo educado, a despeito da persistência de uma importante população rural; mas experimentaram, antes de quaisquer outros, as angústias existenciais do após-bem-estar e das interrogações sobre o sentido da vida (vide a sua produção artística).

Além destes diversos factores, todos eles importantes, dois outros terão contribuído decisivamente para o alto *standard* atingido pela Suécia em muitas tabelas comparativas internacionais. O primeiro, foi a política *nacional* – guiada pelos governos mas assumida pelo patronato e à qual aderiram os trabalhadores (dos sindicatos às fortes cooperativas) – de lograr uma *autonomia económica* no espaço *da produção*, face aos seus fortes e desafiantes vizinhos, sobretudo alemães. Apesar de ter um mercado interno relativamente limitado, mas com forte apoio na ciência, na engenharia, nos programas de infraestruturação do território, no aproveitamento das suas riquezas florestais e mineiras, e nas necessidades da defesa militar, a Suécia conseguiu guindar-se a posições cimeiras em alguns sectores da competição internacional: electricidade, metalomecânica, química dos explosivos, indústrias do pescado e até no mais volátil sector segurador-financeiro. O outro factor decisivo foi de ordem interna, na organização do Estado e na relação deste com a sociedade: referimo-nos à independência do sistema de justiça e à inflexibilidade do regime de fiscalidade. Estas duas garantias “extra-económicas” acabaram por revelar-se fundamentais na confiança que as comunidades concederam ao Estado, aos diversos tipos de funcionários que o activavam e ao pessoal político que o foi pilotando, fossem sociais-democratas ou liberais – com “o luxo” de uma pequena família real de sorriso agradável e sem grandes escândalos ou despesismos.

Um terceiro caso de sucesso foi a Holanda, mas muito diferente do anterior. Os Holandeses (mais rigorosamente, os Flamengos, estirpe autótona de raiz germanófila) são um pequeno povo, antigo, e aquele que se lançou à apropriação dos Mares e Terras distantes na peugada de Portugueses e Espanhóis. Parte integrante do grande império dos Áustrias (de Carlos V e seus herdeiros Filipes), logo em finais de Quinhentos revelou a sua indomável índole aventureira e resistente, talhando a braço o seu próprio

lugar numa Europa onde sobretudo contavam o Papado, os restos do Sacro-Império Romano-Germânico, o Rei de Inglaterra, os Bourbons de França e o império prateado de Madrid, para em seguida se lançarem no corso e no comércio a longa distância com a sua própria Companhia das Índias e fixarem colónias nas Guianas, no Sul de África e na Indonésia, depois de terem ganho e perdido vários outros pontos de aportação europeia. Antecederam assim a Inglaterra, que só mais tarde se tornou senhora de um poder marítimo quase-global.

Com uma história tumultuosa, ligada à casa reinante de Orange-e-Nassau, e participante em inúmeros conflitos dinásticos e guerreiros ao longo de vários séculos, os Holandeses forjaram uma invencível vontade de sobrevivência, em que estas circunstâncias se combinavam com a secular luta para controlar a natureza, e em certa medida a vencer, ganhando territórios e aptidões agrícolas ao Mar do Norte, que é regularmente impiedoso nas suas exaltações de Inverno. Os *grandes diques* (construídos desde antes da “mecanização”) representaram simultaneamente a sua permanente ameaça e preocupação, condição para a sua economia agrária e potencial instrumento de defesa contra invasores armados, e escola de consolidação de um carácter e de uma identidade nacionais.

Estas características mantiveram-se até aos nossos tempos. Neutrais em 1914-18 (por conveniência alemã), os Holandeses bateram-se valentemente contra o ocupante nazi em 1940 e o invasor japonês na Indonésia em 1942, como se haviam batido os seus descendentes *Boers* contra os ingleses no sul de África em 1880-81 e em 1899-1902. E tiveram ainda de enfrentar uma fase de rebelião e oposição armada dos indonésios, após o líder nacionalista Sukarno ter proclamado em 1946 a independência, com o apoio ou o incentivo do exército japonês que ainda permanecia nas ilhas. Mas em 1949 o governo de Haia reconheceu aquele facto, imitando o gesto da Inglaterra para com a Índia.

Reduzidos à sua geografia original, a Holanda mostrou-se sempre pró-ocidental na segunda metade do século XX, sendo membro fundador da NATO, da (falhada) União da Europa Ocidental e da CEE/UE. Tradicionalmente virados para o mar, a sua marinha mercante e de pescas continuou no mesmo primeiro plano da navegação internacional, com o porto de Roterdão a ocupar geralmente a posição cimeira na tabela da movimentação de cargas trans-oceânicas. Mas, além disto e da sua reconhecida produção agro-pecuária (muita dela realizada ao abrigo de estufas, estábulos e aviários bem mecanizados, compatíveis com a empresa agrícola familiar ainda dominante), a Holanda soube tirar o melhor proveito da proximidade (histórica, económica e política) com os vizinhos alemães e ingleses, consti-

tuindo grandes empresas multinacionais como a *Shell* (nos petróleos, mas já lançada para as “energias renováveis”), a *Uni-Lever* (na química utilitária), a *Philips* (na electrónica), a *Fokker* (construção aeronáutica) ou a *KLM* (no transporte aéreo). Também chegou a ter uma marca referenciada de automóveis e camiões, a *DAF*, mas que não resistiu à concorrência internacional.

País que é territorialmente metade de Portugal mas com uma população bem superior (17 milhões), a Holanda sustenta também uma monarquia simbólica à cabeça do seu Estado. Mas, em particular, dispõe de uma representação parlamentar muito alargada, exigindo sempre coligações inter-partidárias, que geralmente se obtêm sem especial dificuldade. Usufruindo de um rendimento *per capita* dos mais elevados do mundo, pôde integrar também com grande liberalidade, não apenas os oriundos das suas antigas colónias, mas igualmente colocar-se na vanguarda das experimentações e usufrutos individuais (comportamentos sexuais, *addicted*/evasionistas ou “ambientalmente sustentáveis”) que a riqueza do mundo moderno tem permitido e mesmo estimulado. Mas a tradição de criatividade (artística) também existia no país e terá encontrado novas formas de expressar-se, e as suas universidades estão hoje bem colocadas no contexto internacional.

Estes, os “casos de sucesso” que aqui queríamos evidenciar (com as suas prováveis causas mais determinantes), face àquelas outras nações “do mesmo campeonato” que, pelo contrário, têm frequentemente (ou continuamente) demonstrado falhas e dificuldades quase-insuperáveis na competição aberta pelo mundo moderno – entre as quais incluímos Portugal.

O país vizinho (da Holanda) que é a Bélgica tem sido sempre visto como um “Estado de conveniência” (externa), um falso-país onde duas comunidades nacionais – a flamenga e a francófona/*walone* – teimam em manter as suas identidades, que só alguns episódios da sua história uniram, o sistema de segurança social do pós-guerra solidarizou e, ocasionalmente, algumas proezas desportivas reforçaram. Daí as frequentes crises governamentais, um Estado fraco que nem um modelo proto-federal consegue satisfazer e onde apenas a actual “terra de ninguém” das sedes internacionais da UE e da NATO parece dar um ar de normalidade.

De facto, criada por interesse da política externa francesa na sequência das aventuras napoleónicas, do Congresso de Viena e de uma revolta popular em 1830, a Bélgica independente subsistiu apenas graças à habilidade diplomática dos seus monarcas Novecentistas (os dois Leopoldo, pai e filho) e ao interesse das grandes potências (França, Reino Unido e Alemanha re-nascente) pela neutralização daquele território-tampão. Dito isto, também é verdade que, aproveitando ao máximo a concessão que lhe foi feita do riquíssimo território colonial do Congo, e também os recursos

mineiros (carvão e ferro) de que a própria Valónia dispunha e o afluxo de capitais que lhe chegou (dos diamantes de Antuérpia e de outros potentes financeiros europeus, dos Rothschild e outros) no auge do processo de industrialização, a Bélgica entrou no século XX com uma invejável capacidade de produção moderna, com expoentes na metalo-mecânica e no armamento (*ACEC, FN*, etc.), na química dos adubos e do gás (a *Solvay*), nos caminhos-de-ferro, na indústria têxtil, etc. Também as suas melhores universidades ganharam projecção internacional: a de Lovaina (católica); e a Livre de Bruxelas (com notórias influências maçónicas e protestantes). Porém, se com o rei Alberto I as tropas belgas combateram bravamente o invasor alemão em 1914, o seu sucessor Leopoldo III capitulou rapidamente em 1940 perante a nova invasão pela *Wermacht* e foi destituído, enfraquecendo e desmoralizando o povo que era suposto representar – o qual também se terá dividido perante o facto da ocupação, mais tolerada (ou facilitada) na Flandres do que na Valónia. Em qualquer caso, foram duas guerras destruidoras que arrasaram o seu território e boa parte do seu tecido produtivo. No segundo pós-guerra, a economia belga apoiou-se mais nos serviços do que na indústria, com destaque para a já referida localização de grandes organizações internacionais. Mas nem um nem outro destes principais processos de desenvolvimento económico parece terem sido capazes de criar “uma nação”, facto que é corroborado pelas habituais dificuldades na governação caseira, onde se entrecruzam católicos e laicistas, liberais e socialistas, flamengos, *walons*, alemães e bruxelenses, que representam de forma democrática uma população equivalente à portuguesa, mas para um território bem menor.

Longe desta Europa ocidental banhada pelo mar, a Hungria surge-nos como uma excrescência, um caso anómalo na constituição histórica das nações europeias, devido às suas características socioculturais. Trata-se de povos de origem étnica asiática (incluindo Ciganos) mas distintos dos Bárbaros que assolaram o império romano decadente, falando uma língua singular no espaço europeu a que só um movimento nacionalista político-cultural deu forma escrita e literária, no século XIX. À parte isso, os Húngaros constituíram-se como Estado independente cerca do ano Mil com um rei cristão, mas foram submetidos por força da expansão turco-otomana durante cento e cinquenta anos (nos séculos XVI e XVII) e depois incorporados no Império dos Habsburgos. Mas, em meados do século XIX, uma revolta popular-nacional impôs uma certa autonomia ao poder em Viena, constituindo-se assim o Império Austro-Húngaro, que caiu em 1918 com o fim da guerra. Como Portugal (com quem tem valores próximos de área e população), sofreu então as agruras de uma ditadura militarista. Mas, em

seguida, tudo lhe correu pelo pior, com a guerra e a ocupação nazi, a “libertação” em 1945 pelo Exército Vermelho, um regime comunista que esmagou no sangue a revolta popular de Budapeste de 1956 e do qual só se livrou em 1989 com a *débaçle* do Bloco de Leste.

País de economia essencialmente agrária, não beneficiou (por proximidade e arrasto) do polo industrial que se desenvolveu no país dos Checos e foi só no âmbito da economia administrativa concebida em Moscovo que a Hungria conheceu alguma industrialização (ligeira, virada para o consumo local), sempre no quadro da divisão-do-trabalho planeada pelos funcionários do Comecon. E, como aí era a norma, se o padrão de consumo das famílias era baixo, alguma compensação se obteve na igualdade económica (excepto para os dirigentes do partido-Estado), na saúde pública, na habitação urbana (embora de fraca qualidade) e na educação e desporto. Porém, sob o governo comunista de Kadar, os efeitos da revolta de 56 acabaram por se fazer sentir, provocando um ligeiro abrandamento da natureza policial do regime, patente em alguma liberalização sentida nas universidades e pelo facto de, com a Checoslováquia, a Hungria ter logo aderido (e com o maior entusiasmo) ao derrube popular da “cortina de ferro”.

Hoje, a Hungria sustenta uma política algo fechada e nacionalista, que parece apostada em obter da União Europeia tudo o que dela possa usufruir e apenas contribuir para o conjunto de maneira módica, e fazendo alarde do que outros realizam discretamente. Mas, tudo isso parece derivar da originalidade da sua sociedade e da localização geográfica que lhe calhou em sorte na *Mittleeuropa*. As revoltas de 1848, 1867, 1919 e 1956 foram fogachos generosos mas que acabaram mal. Com uma elite aristocrático-militar ou partidária sempre incompetente e a sua pequenez – cercado de gigantes germânicos, polacos ou eslavos –, seria possível fazer muito diferente?

Finalmente, temos o caso da Grécia, impossível de resumir em poucas linhas e da qual muitos continuam a admirar sobretudo os seus vestígios arqueológicos e a imorredoura memória do seu tempo Clássico, mas muito pouco a sua história moderna.

De facto, depois da libertação de um secular domínio otomano e do estabelecimento de um regime monárquico (1832), a Grécia viveu quase sempre com intrincados problemas internos e de relacionamento externo com os vizinhos turcos. No plano doméstico, sucederam-se governos de maioria parlamentar mas também abdições reais, plebiscitos restauracionistas, períodos ditatoriais, a ocupação pelas tropas alemãs em 1941, uma guerra civil entre monarquistas e comunistas (1946-49), a nunca resolvida questão de Chipre, um conflito que chegou a vias-de-facto com a Turquia a propósito das ilhas do mar Egeu (apesar da comum pertença à NATO) e,

desde 1974, um regime parlamentar onde os principais partidos foram o Pasok (socialista) e a Nova Democracia (liberal), ambos muitos castigados eleitoralmente já no século XXI devido à sua má governação e acusações reiteradas de corrupção.

Não há dúvidas que a Grécia moderna, tendo uma população simpática e calorosa, um património histórico fabuloso, notável beleza paisagística e afluência constante de turistas interessados, tem continuado a ser, em muitos aspectos, um país pré-moderno de matriz camponesa (como a Itália do Sul), onde os laços de família, o papel da igreja ortodoxa e o compadrio têm direitos-de-cidade. No século XX, o país pouco se industrializou, apenas se afirmando internacionalmente com uma marinha mercante pletórica (mas com muitos dos seus navios mantidos em péssimas condições e servidos por tripulações recrutadas onde calha) porque funcionando como “bandeira de conveniência”. Com um território e uma população equivalentes aos lusitanos, a Grécia continuou a ser uma “cultura de emigrantes” para o mundo (sinal de pobreza e insatisfação), e muito aptos no pequeno negócio tipicamente mediterrânico. Na última década, o país passou por vergonhas externas, protestos inflamados e arrufos eleitorais, sendo de temer que pouco tenha aprendido com isso.

Portugal tem figurado nas últimas décadas muitas vezes apenas ligeiramente acima dos altivos Helénicos nos diversos *rankings* que pretendem medir as comparações internacionais. Também ele tem uma secular apetência para emigrar, beneficiou de uma história de honrosa memória mas que contrasta com a pequenez a que a Modernidade o condenou (a despeito de uma obstinada defesa dos seus derradeiros patrimónios ultramarinos) e viveu os últimos dois séculos intercalando pequenos períodos de alvoroço popular com outros de letargia colectiva, deixando a uns poucos o cuidado de dirigir a governação do Estado, fosse de modo autoritário ou por delegação democraticamente conferida.

Tendo falhado as duas primeiras “revoluções industriais” (a do carvão/ferro e a do petróleo/plásticos) Portugal tenta agora lograr um bilhete para a era “da informação e da robótica”, num contexto em que as sociedades experimentam uma profunda “revolução nos costumes”, que pode tudo permitir mas também tudo arruinar, e que a própria ciência sociológica tem dificuldade em acompanhar. Mas a sua escala demográfica, os atrasos acumulados e alguns traços “patogénicos” serão óbices difíceis de superar. Mas “o mar” continua aberto à nossa frente.

União Europeia e o Atlântico: Crises em terra, Oportunidades no mar¹

V/Alm. REF António Rebelo Duarte²

I – Introdução

Nesta apresentação procuraremos defender, com argumentação que julgamos objectiva, a crença no ressurgimento do Atlântico em pleno século XXI e o papel que ele poderá desempenhar na revitalização do poder económico e geopolítico da Europa.

Antes disso e partindo de um breve historial da UE, procuraremos resumir as crises da última década e os constrangimentos que se colocam ao desenvolvimento do bem-sucedido projecto dos pais fundadores, hoje em dificuldade de adaptação a um mundo em complexa transformação, o qual, na caracterização de Fareed Zakaria, passa por uma acelerada desordem, a desafiar a velha ordem liberal criada pelos EUA a seguir à II GM.

Eis, entre outras, uma boa razão para que o Velho Continente cuide do relançamento económico, da edificação de um novo contrato social e da estabilidade e segurança, no Leste e Sul, nos espaços continental e marítimos adjacentes, no caso que aqui nos importa, o mar ocidental, o Atlântico.

Um mar exigente de segurança marítima, mas que também oferece à Europa novas oportunidades, através da designada “economia azul” alavancada pelos *clusters* marítimos, numa dupla circunstância que nos sugestio-

¹ Conferência realizada, em 20NOV2019, na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, por ocasião da homenagem prestada ao Alm. Nuno Vieira Matias;

² Oficial de Marinha na situação de Reforma desde 2011;

nou para o subtítulo desta despretentosa comunicação: “*crises* (em terra) e *oportunidades* (no mar)”.

II – Binómio Europa-Mar

Falar da Europa também passa por valorizar os seus mares circundantes.

Os oceanos produzem metade do oxigénio que respiramos, ajudam a regular o clima e são um grande aliado na luta contra as alterações climáticas dado que capturam 1/3 do dióxido de carbono que emitimos e absorvem 90% do calor extra retido pelo aumento dos gases com efeito estufa. Mas tudo tem um custo. Infelizmente, a sua temperatura e composição química estão a sofrer alterações e a vida marinha a ser negativamente afectada.

Destas ameaças ambientais nos dá conta o mais recente Relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) das NU, divulgado em SET último, alertando especialmente para alterações nos oceanos e na alimentação. Faz bem a nova Comissão Europeia em destacar na sua agenda política esta problemática, conjuntamente com o reconhecimento da importância do mar, em especial nos últimos anos, considerando-o como uma prioridade, desde o lançamento da PMI e mais recentemente no âmbito do programa de investigação e inovação para o período de 2021-27 “*Horizonte Europa*”, com fundos no valor de 100.000 milhões de euros.

Associados ao uso sustentável dos oceanos estão os referidos *clusters* marítimos, estruturas económicas onde se organizam as actividades relacionadas com a prospecção e exploração dos recursos que abrigam e cujas produções sectoriais se distribuem pelo mundo através do transporte marítimo e respectivas rotas, que, no caso do Atlântico, nos levam, com regularidade, a velhas paragens que a história e língua portuguesa, ajudaram a divulgar e interligar, a partir da primeira globalização que inaugurámos e abrimos ao mundo.

De facto, os oceanos e mares são factores económicos e ambientais essenciais para a UE, representando, através das suas regiões costeiras e ultraperiféricas, 320.000 km de costa, o “lar” de um 1/3 da sua população, a par da alíquota de 40% do PIB europeu por parte das indústrias e serviços marinhos afins, do conjunto daquelas regiões costeiras. Daí que os clusters marítimos estejam particularmente bem colocados para contribuir para a realização da PMI europeia.

No âmbito da política externa europeia, visualizam-se, com benéfico alcance em madraços tempos de afirmações proteccionistas e fechamentos, os novos acordos de associação e parcerias estratégicas, fruto das diligên-

cias bem-sucedidas com o Vietname e o Mercosul (os mais recentes e ambos de JUN passado), mas também com o Canadá, México e Japão, permitindo uma posição consolidada da União como líder global do comércio livre, ilustrada pelas alianças conseguidas até agora com 16 países e parceiros comerciais.

O circunstancialismo geopolítico deve-nos aconselhar, todavia, uma visão prudencial, porquanto os EUA vão ter de levar em consideração o crescente poderio chinês e isso quer dizer que, mesmo que lideranças mais amistosas para com a Europa reentrem na Casa Branca, as relações transatlânticas poderão tender para uma certa metamorfose, na medida em que o Tio Sam vai ter de dedicar à Ásia Oriental uma crescente alíquota de recursos políticos e militares, dado que as **tensões com a China estão a transformar-se numa questão de disputa de poderio global, com fricções que, aliás, não foram inventadas nem começaram com a actual administração, nem terminarão com ela.**

É da caracterização deste quadro geopolítico de rivalidades que nos ocuparemos já de seguida e sumariamente.

III – Envolvente geopolítica e variáveis estratégicas

Nos últimos anos, a Europa tem vindo a tornar-se menos relevante, activa e unida, em contraponto a uma China mais assertiva, uma Rússia a retomar o papel intervencionista global e os EUA transformados numa espécie de força disruptiva da OI. Uma Ordem onde a alegada hegemonia americana é desafiada hoje por um eixo cúmplice Moscovo-Pequim, que só a disputa indo-paquistanesa sobre Caxemira aparenta transtornar.

Quanto à Rússia, a crise ucraniana e a anexação da Crimeia em 2014 marcaram uma nova percepção europeia de uma ameaça directa à sua segurança, confirmada nos últimos 4 anos pela política de interferência de Moscovo, sob a forma de financiamento e de apoio aos emergentes partidos de extrema-direita e populistas.

No caso da China, assiste-se à sua crescente actuação no plano internacional, a desenvolver-se de forma dissimulada, através do vector económico e de investimento externo, sem esconder a ambição de evoluir do poder regional para o palco global, agora que encontrou uma interesseira parceria estratégica com Putin, logo aproveitada para avivar o já contro-verso projecto da Nova Rota da Seda.

No tocante às relações transatlânticas, a eleição de Donald Trump surgiu aos olhos do mundo como uma distorção, uma anomalia, um catali-

sador de rupturas sistémicas, um produto de uma suposta crise das democracias ocidentais que emergiu nestes últimos anos.

A guerra comercial EUA-China já entrou nas agendas da actualidade. O assunto é sério, porque, em rigor, estamos perante a versão contemporânea das clássicas guerras de transição de poder no SI. No passado, estas eram resolvidas pelo confronto militar directo entre as grandes potências. Hoje, devido ao facto de todos os Estados mais poderosos possuírem armas nucleares, elas assumem sobretudo (mas não exclusivamente) a forma de guerras comerciais, destinadas a enfraquecer o poder do adversário pela via económica.

Confrontada com esta adversa “meteorologia geopolítica”, como tem reagido e o que tem feito a Europa? A factualidade mostra que tem estado, prioritariamente, a braços com uma crise existencial interna, derivada da:

- a) crise financeira e do euro, ainda por resolver;
- b) resolução a abrir fracturas Norte-Sul e Este-Oeste;
- c) capacidade de liderança enfraquecida devido à recente frouxidão alemã, potenciadora da reemergência de Paris no motor franco-germânico;
- d) iminência do “Brexit”, ainda sem plena avaliação de prejuízos mútuos.

O quadro não é animador nem, muito menos, há evidência de que a vaga populista e nacionalista esteja já em recuo, depois de ter atingido o seu pico, como muita gente gosta de acreditar.

Se os europeus querem defender o multilateralismo e proteger o seu modelo de sociedade, só numa escala europeia terão peso e exercerão influência, sob pena de serem outros (principalmente China e EUA) a decidirem o seu futuro, verosilmente descolado da sua imagem e interesse.

É num contexto desta natureza que a Europa se verá forçada a rasgar os caminhos da revitalização política e económica, um desígnio onde o mar poderá ter um papel de destaque.

Durante o século XX, o Atlântico desempenhou uma função proeminente na arena geopolítica mundial, uma centralidade que veio a desvanecer-se perto do fim do século, sob o duplo e telúrico efeito da globalização e da implosão do império soviético, com transladação da importância para um novo ambiente oceânico, o do Hemisfério Sul e Bacia Indo-Asiática.

Ainda que se compreenda a lógica ascensional desta nova e frenética região, ousamos avançar com a ideia de um possível ressurgimento da

importância do Atlântico, este cada vez mais associado ao Ártico, com especial impacto nas futuras rotas marítimas de comércio, mas também no capítulo dos recursos energéticos, que a Rússia já começou a sinalizar, suscitando, por sua vez, a “animosidade” da posição conjunta EUA, Canadá e Noruega.

Para a renovada importância, a nível geoestratégico e geoeconómico, das duas metades atlânticas, julgamos concorrerem os seguintes elementos:

- a) progressiva “devassa” do Ártico, permitida pelo degelo;
- b) ligação América-Europa para a exportação do GNL americano por via marítima, como o prova a recente declaração de interesse em Sines;
- c) alargamento do Canal do Panamá;
- d) projecto de um canal transoceânico na Nicarágua, com investimento chinês;
- e) idênticos projectos de ligação ao Pacífico, por via ferroviária (Colômbia, também investimento chinês) e o mesmo na Nicarágua (financiamento russo de travessia rodoviária).

À semelhança dos outros espaços marítimos, também o Atlântico não deve ser considerado de forma estanque e isolado das demais parcelas oceânicas. Hoje é manifesta a interacção global, especialmente reclamada pelas exigências da segurança marítima, derivadas do défice de controlo das águas de jurisdição dos países costeiros do Sul, com destaque para os problemas:

- a) da pirataria do Golfo da Guiné;
- b) do tráfico de drogas e imigração clandestina;
- c) das disputas sobre a delimitação das águas de jurisdição.

Estas são razões que julgamos suficientes para fundamentar a necessidade actual de uma visão integrada para os dois Atlânticos, como exigem as modernas concepções da segurança marítima, de que a Europa não se pode alhear.

IV – Projecto europeu: uma história com crises

Em 1945 a Europa aprendeu as lições não só da II GM, mas também dos últimos 1.000 anos, respondendo com a CEE.

Veio depois 1989/91, marco do pós-sovietismo, acelerando-se a globalização e o desenvolvimento tecnológico, até que chegou a crise de 2008 com as consequentes políticas de austeridade, incluindo uma abrupta entrada de migrantes e refugiados, causadora do sentido choque nacionalista e xenóforo.

O próprio propulsor até hoje do projecto de construção europeia – o motor franco-alemão – está em *panne*, o que dificulta o necessário consenso para ultrapassar os complexos problemas que dificultam um futuro mais promissor, rejuvenescido e confiável.

Por isso julgamos que é indispensável a formulação clara de um conceito estratégico europeu, baseado na definição de um acervo de interesses comuns, mesmo que para tal sacrifique o nível de ambição, a fim de superar mais rápida e robustamente a actual crise e os desafios impostos pelo:

- a) inverno demográfico, com previsíveis consequências ao nível dos sistemas sociais (saúde e pensões de reforma);
- b) desemprego gerado pela robotização;
- c) insuficiências da UEM;
- d) anemia económica e japonização deflacionista;
- e) imigração económica e respectivos problemas de integração;
- f) combate às alterações climáticas.

Entre aqueles interesses, apostaríamos:

- a) na segurança e defesa das fronteiras (sem trair a Aliança, mas mais autonomizadas da enorme dependência EUA);
- b) na promoção do conhecimento, I&D e inovação, com especial incidência na economia digital (esta com impacto já considerado equivalente ao da revolução industrial no século XIX);
- c) na gestão pragmática da relação com a Rússia (retirando-lhe espaço para a sua agressividade territorial, aonde chegou ou quer chegar) e da competição com o já apelidado “rival sistémico” chinês (defendendo as grandes empresas europeias mediante uma regulamentação mais rigorosa da concorrência e um maior escrutínio do investimento directo de Pequim, aplicado em empresas e infra-estruturas estratégicas europeias, mais evidentes nos países do Sul).

As dificuldades persistentes têm levado alguns analistas a alvitarem apenas duas e antagónicas saídas para este tempo de multi-crise: desistência

e desmembramento (cada país por si só outra vez) ou avanço integrador (em consonância com os “crentes” na fidelização ao projecto fundador, o que não significa a coincidência com o modelo federalista puro e genético dos EUA e também advogado por Churchill).

É nesta segunda saída da presente encruzilhada europeia que acredita-mos, na medida em que são vários os domínios em que as suas nações têm mais a ganhar se agirem em conjunto, do que isoladamente, como o ilustra a necessidade de fazer frente a diversos reptos, de que se destacam os gigantes tecnológicos, a defesa das fronteiras externas, as alterações climáticas e as maleitas oceânicas, como a acidificação e plastificação.

V – Crise – desafios e oportunidades

Não se pode desprezar a realidade de uma última década muito adversa para o reforço do projecto europeu, com largas franjas da população a culpabilizarem as suas instituições pelos erros e desmandos, muitas vezes atribuíveis aos seus próprios governos nacionais.

Várias decisões e medidas foram imperfeitas, como o demonstra a zona euro, que, no espaço de 10 anos, desde a crise financeira mundial, já registou 3 anos de recessão, com uma perda acumulada de quase 6% do PIB.

Não tem ajudado a renitência de Berlim, na assumpção dos custos de uma liderança que se quer benigna e a que não será estranha uma certa paralisia e indefinição sobre o papel do país na Europa e no mundo.

É na consciência deste quadro de dificuldades políticas e económicas europeias que inscrevemos a aposta no MAR, Atlântico à cabeça (com os seus 24% dos espaços oceânicos) e pelo qual circula grande parte da produção e comércio marítimo, europeu e mundial.

Os oceanos e os novos usos que oferecem, estão e vão continuar, seguramente, a ganhar cada vez mais importância durante o desenrolar do século XXI, pelo que representam de modernidade. Não são apenas um traço essencial da identidade europeia, antes uma nova e vasta oportunidade para o futuro colectivo dos europeus. O mar deve ser, por isso, uma fórmula económica relevante no modelo de desenvolvimento sustentável que a Europa deve prosseguir.

E aqui, a UE tem, efectivamente, demonstrado algum poder de iniciativa, recordando:

- a) a PMI europeia (DEZ2007);

- b) a D-QEM, uma espécie de pilar ambiental da PMI (JUL2008, alterada em 2017);
- c) a EMAA e respectivo Plano de Acção (2011);
- d) a Vigilância marítima integrada transsectorial e transnacionalmente (2014).

Ainda que haja muito mais a fazer, tudo isto assenta bem numa Europa que é uma potência marítima, como provam alguns indicadores dilucidativos:

- a) 40% do PNB europeu é produzido nas zonas ribeirinhas;
- b) 25% do comércio marítimo passa pelos portos europeus;
- c) 40% da frota marítima mundial detida por armadores europeus;
- d) 4 empresas europeias de contentorização no top 5;
- e) 40% das novas construções e 60% dos mega-iates;
- f) posição cimeira na náutica de recreio e indústria mundial do turismo costeiro marítimo;
- g) liderança nos sectores da pesca, serviços marítimos, investigação marítima e navegação fluvial e intra-europeia;

São indicadores fortes e suficientes para considerar os *clusters* marítimos como a espinha dorsal da PMI, defendendo, por isso, a importância do seu contributo económico a nível nacional e europeu, no seu conjunto.

A “economia azul” dos E-M’s abrange uma vasta gama de sectores, tradicionais e emergentes. Os mais recentes dados disponíveis para 2017 revelaram que empregou directamente mais de 4 milhões de pessoas, gerando um volume de negócios superior a 650.000 milhões de euros e, pelo menos, 180.000 milhões de VAB, dados que emergem do último Relatório da CE, acerca do desempenho económico dos *clusters* marítimos europeus.

Obviamente que não será só o mar. Outras alavancas de desenvolvimento terão de entrar nessa equação, como é o caso, entre as mais relevantes: falar a uma só voz, forte e unida e investir em tecnologias de futuro (ambientais e recuperação do sensível atraso na IA);

VI – Notas conclusivas

Todos sabemos que a União não é uma pátria, mas o passado conturbado da Europa deu lugar a uma paz que atravessou 7 décadas e a uma

Comunidade de 500 milhões de almas que vivem em liberdade, bem-estar e prosperidade, justamente reconhecida por isso como o lugar do mundo mais tolerante, livre e igualitário para se viver e o maior espaço democrático do mundo, grande defensor também do DIP.

Em resposta às cedências ao unilateralismo e soluções iliberais, são de sublinhar as iniciativas da União no sentido de preencher a sua acção externa com acordos e parcerias económicas e comerciais com outras regiões e países, a melhor forma de esquecer o falhanço do acordo TTI-P rejeitado por Trump.

Numa época cada vez mais complexa e desafiadora, como a que vivemos, a capacidade de criar espaços geoeconómicos assumir-se-á como um factor-chave deste século, com o Mar a catapultar esse desiderato e o Atlântico (da Europa, de África e das Américas) a proporcionar esse activo de recursos e proveitos partilhados, em prol da dinamização económica de que a UE carece e em cujo contexto e espaço de afirmação, Portugal poderá tirar partido e vantagens competitivas.

A Europa terá de ser uma ideia, que precisamos de sentir. Há muitas maneiras de ser europeísta, valendo o passado para ajudar a discernir um presente a exigir que nos concentremos e discutamos o futuro, sem o que nenhuma delas, ideia e sentimento, se torna relevante. Não podemos, assim, falar de uma identidade europeia uniformizadora. Temos de tratar de diferenças e complementaridades e de uma hierarquia de princípios e valores.

Mas a ideia de que cada um dos E-M's da UE, de *per si*, resolve os seus ou os problemas do seu Continente, será um erro gravíssimo. É aqui que a nova CE pode ter uma oportunidade de ouro, apesar de todas as incertezas e dificuldades que pairam sobre o seu mandato.

Avisa, com toda a sua experiência de vida e respeitada interventora na política internacional (nascida na República Checa, refugiada do regime nazi e, mais tarde, Secretária de Estado de Bill Clinton), a americana Madeleine Albright, no seu livro mais recente – *“Fascismo, um alerta”* – e passo a citar: “... *Se a Europa regressasse às trinta fronteiras, trinta moedas, trinta conjuntos diferentes de normas e vinte ou mais línguas, o resultado seria mais burocracia, não menos, e menos dinheiro, não mais, nos bolsos do vulgar trabalhador, agricultor ou profissional qualificado.*”.

A pertença à UE, o aprofundamento do projecto europeu e a defesa dos seus valores humanistas, continua a ser a melhor alternativa para actuar num mundo globalizado e radicalizado, com recursos finitos, ambiente ameaçado e uma população global em crescimento constante.

Excelente repto e bom elixir para olharmos em frente. E se é forte esta nossa veia optimista, isso não significa que gostemos do que vamos vendo mas que restará se não acreditarmos na mobilização e discernimento das vontades, no bom senso das lideranças e nos seus desígnios reformadores?

Uma crença que sairá reforçada se verificarmos que esse móbil político passa pela formulação de uma estratégia europeia global, autónoma e de acordo com os seus interesses e valores comuns, nomeadamente a co-habitação entre a legitimidade democrática e a eficácia das decisões, um trabalho sempre inacabado, mas sem o qual a UE correrá o risco de se tornar uma ideia distante dos cidadãos, uma oportunidade que os populismos e nacionalismos aproveitarão. “*ABRENÚNCIO*”!!!!!!!!!!!!!!

ESTRUTURA:

I – Introdução

II – Binómio Europa-Mar

III – Envolvente geopolítica e variáveis estratégicas

IV – Projecto europeu: uma história com crises

V – Crise actual – desafios e oportunidades

VI – Notas conclusivas

Acrónimos:

AMP – Área Marítima Protegida

APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

EUA – Estados Unidos da América

BREXIT – Saída do Reino Unido da União Europeia

BRIC – Países Emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)

CE – Comissão Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CNUDM – Convenção das Nações Unidas do Direito do Mar

D-QEM – Directiva-Quadro da Estratégia Marinha

DIP – Direito Internacional Público

E-M – Estado-Membro da União Europeia

EGPESE – Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança Europeia

ESM – Estratégia de Segurança Marítima europeia
EAEU – Eurasian Economic Union
FEI – Forum Económico Internacional (S. Petersburgo, 06/07JUN2019)
FME – Fundo Monetário Europeu
GNL – Gás Natural Liquefeito
IA – Inteligência Artificial
I GM – 1ª Guerra Mundial
II GM – 2ª Guerra Mundial
INF – *Intermediate-Range Nuclear Forces*
IRS – Iniciativa da Rota da Seda (*Road and Belt Initiative*)
MEE – Mecanismo Europeu de Estabilidade
M-O – Médio-Oriente
NU – Nações Unidas
OCX – Organização de Cooperação de Xangai
OI – Ordem Internacional
OM – Ordem Mundial
OMC – Organização Mundial de Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Primaveras Árabes
PCC – Partido Comunista Chinês
PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa
PE – Parlamento Europeu
PECOS – *Permanent Structured Cooperation*
PESD – Política Externa de Segurança e Defesa
PIB – Produto Interno Bruto
PLA – *Peoples's Liberation Army*
PMI – Política Marítima Integrada europeia
RU – Reino Unido
SI – Sistema Internacional
TPI – Tribunal Penal Internacional
TTP – *Trans-Pacific Partnership*
TTI-P – Parceria Transatlântica para o Investimento e o Comércio (EUA-Europa)
UE – União Europeia
UEM – União Económica e Monetária
UNCLOS – *United Nations Convention of the Law of the Sea*
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAB – Valor Acrescentado Bruto



Portugal. Questões de Geopolítica e Posicionamento Estratégico na 3ª década do século XXI¹

Prof.^a Sónia Ribeiro²

Introdução

Ao refletir sobre os objetivos deste Instituto, ocorreu-me a ideia de re-visitar a minha tese de mestrado, que no ano 2000 debateu o posicionamento estratégico de Portugal, entre a Europa e o Atlântico (sob o tema mais académico “Vetores de Compensação no Posicionamento Estratégico de Portugal”³).

Os pressupostos, à época, eram outros – de estabilidade na aliança atlântica; anterior ao despertar da China; aprofundamento e alargamento da União Europeia...

Quanto mudou, nestas duas décadas, o Sistema Internacional... A complexidade, mutabilidade e incerteza, para as quais avisava já o Prof. Ernâni Rodrigues Lopes na orientação da minha tese no final dos anos 90, são das poucas certezas que permanecem, duas décadas depois.

¹ Palestra proferida no IDJC em 31OUT2019;

² Professora Auxiliar Convidada do Instituto de Estudos Políticos (IEP) da Universidade Católica Portuguesa (UCP). Doutorada em Estudos Europeus – dominante económica (2010) e Mestre em Estudos Europeus (2000) pelo IEP/UCP. Consultora em Estratégia e Competitividade da Sociedade de Avaliação Estratégica e de Risco (SAER) e sua especialistas no Hypercluster do Mar;

³ RIBEIRO, S., *Vetores de Compensação no Posicionamento Estratégico de Portugal*, Tese apresentada ao IEE/UCP para obtenção do grau de Mestre em Estudos Europeus, sob orientação do Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes, policop., dezembro 1999

Hoje, olhando para o nosso enquadramento estratégico, o *Brexit* levará a um novo deslocamento geopolítico da União para Leste; o desenvolvimento das relações com os EUA nos últimos anos vem colocando em causa a permanência da aliança que nos tem garantido a segurança desde o fim da 2ªGM; os desenvolvimentos no Médio Oriente com a tentativa de afirmação Turca gera instabilidade crescente no contexto da região; e a decisão pela parceria com a China parece ganhar adeptos, mas tem repercussões na geopolítica global que ainda estamos a tentar compreender.

Cada um destes fatores, colocaria de *per se* questões com algum nível de complexidade, mas a conjugação de todos eles no mesmo espaço temporal faz tremer os pilares estratégicos em que temos baseado o nosso posicionamento externo, e parece prudente voltar a colocar, de novo, a questão estratégica nacional fundamental: que alianças, que parceiros, que visão para Portugal?

A presente apresentação pretende contribuir para este debate, que se exige alargado, sobre as linhas fundamentais da geopolítica de Portugal e o posicionamento estratégico a construir para as próximas décadas.

I. Geopolítica, Prospetiva e Estratégia. Questões estruturantes da análise

O conceito de geopolítica evoluiu ao longo de séculos, mas a sua sistematização é feita a partir do séc. XIX, tendo sido apresentadas várias definições do conceito, que justificaram várias teorias geopolíticas de poder, isto é, várias perceções sobre a melhor configuração do poder para atingir o objetivo de alcançar a supremacia perante os demais poderes ou evitar que outros alcançassem essa vantagem.

Trata-se, em todo o caso, de enumerar grandes conjuntos, estabelecer relações de poder, estimar potencialidades, distinguir grandes linhas de força, e possibilidades de alianças e conflitos sendo, como lembra Vicens Vives⁴ (1940), sempre vida e movimento, mudança e transformação, interessando apenas em função das forças que atuaram no passado ou como plataforma de sucessos futuros, podendo resumir-se em duas palavras – síntese e vida.

⁴ cf. VICENS VIVES, J., *Tratado General de Geopolítica*, Ed Vicens Vives, Barcelona, 1961.

A geopolítica apresenta, na verdade, um carácter intrinsecamente difuso, em resultado de três características dominantes, que aparecem em múltiplas⁵ definições que ao longo do tempo foram sendo apresentadas: é sintética, dinâmica e global, isto é, apresenta uma visão de conjunto, sendo essencialmente fluida, sem obrigatoriedade mecânica de um resultado, apresentando ainda como característica essencial o facto de ser sempre auto-centrada.

Ao analisar a geopolítica de um dado centro de decisão, e se o objetivo é o estabelecimento de informação para o desenvolvimento da estratégia, haverá que dotar a geopolítica de capacidade de interpretação de uma dimensão temporal, cruzando geopolítica e prospetiva, entendendo-se esta como o estudo das múltiplas possibilidades de futuros, com naturezas diferenciadas, que se constitui em si mesma como global, qualitativa e dinâmica, permitindo criar modelos de cenarização de futuros que permitem a ação criativa e proativa no presente com o intuito de moldar o futuro à vontade/ao interesse estratégico daquele mesmo centro de decisão.

Esta conjugação constitui, com efeito, o 1º fundamento teórico da estratégia⁶, permitindo o tratamento do espaço e do tempo em termos dinâmicos, isto é, estudar ambos na perspetiva da evolução futura da sua relevância para a estratégia que se pretende desenhar. Desta forma, a geopolítica constitui “um quadro concreto e realista, mas também global (...) no qual poderá desenvolver-se a reflexão estratégica.”⁷

Trata-se assim de cruzar metodologia analítica e reflexão político-estratégica, tendo por base uma definição de ocupação de espaço, e articulando quatro eixos estruturantes da atividade político-estratégica: espaço, tempo, atores e modelos de organização, que perpassam, condicionam e geram toda a atividade (individual e) das sociedades, e aos quais se acrescentam dois eixos complementares: poder e riqueza. A análise cruzada destes eixos permite-nos obter uma imagem mais aproximada da realidade e das linhas fundamentais que orientam e condicionam a reflexão estratégica.

⁵ Vejam-se, a título de exemplo, os contributos de Ratzel, Kjellen, Vicens Vives, Haushofer, Mahan, Castex, Mackinder, Spykman, entre outros, sobre o papel da geografia na aquisição e manutenção do poder no sistema internacional.

⁶ Como ensinava o Professor Ernâni R. Lopes nas suas aulas de geopolítica – cfr. *Seminário Geopolítica e Prospectiva de Portugal*, Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Europeus, Portugal, 2008, policop.

⁷ FIÉVET, Gen. Gil, Da estratégia militar à estratégia empresarial. Ed. Inquérito, 1993, p.226.

São conhecidas da História e da geografia as condicionantes que determinaram a dimensão e configuração do território nacional; e da geopolítica as condicionantes e oportunidades que o espaço oferece à evolução, ao desenvolvimento, e à afirmação de Portugal no contexto internacional.

Com efeito, da dimensão e configuração do seu território, Portugal tem retirado ilações estratégicas ao longo dos tempos, que permitiram manter-se soberano e independente ao longo dos séculos, definindo modelos de afirmação e desenvolvimento dinâmicos e evolutivos, e o sublinhar de algumas tendências estruturantes que se mantêm: da localização e configuração, as características que definem a sua maritimidade, em contraponto com um centro europeu de matriz continental e face ao qual permanece periférico.

Esta realidade tem marcado a sua relação com a Europa e com o Mundo, definindo opções estratégicas e políticas, alianças e modelos de relacionamento diferenciados no âmbito do sistema internacional, e com especial cuidado no quadro das relações com Espanha.

No seu enquadramento territorial um fator discriminante tem permanecido – a presença do oceano como espaço de afirmação, e mais recentemente como território reclamável e reclamado no contexto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM).

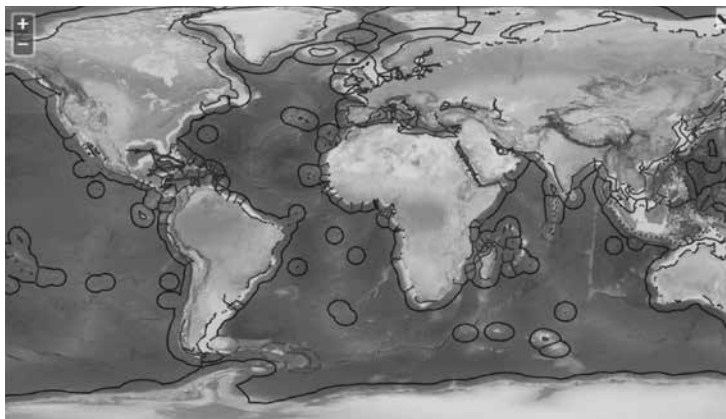
Direta e profundamente ligado à identidade e à afirmação internacional de Portugal, a relação e presença territorial e histórica no oceano confere a Portugal uma dimensão e alcance únicos, nomeadamente no Atlântico, onde o tempo consolidou um polígono de Língua Portuguesa no Atlântico-Médio e sustentou a privilegiada relação Atlântica.

Com uma posição geoestratégica no centro do Atlântico, onde os grandes fluxos económicos continuam a acontecer, Portugal tem uma linha de costa de 1.860 km, divididos entre 943 Km de Portugal Continental, 667 Km do arquipélago dos Açores e 250 Km do arquipélago da Madeira – representando 2.7% da zona costeira total União Europeia, e um território marítimo 18 vezes superior ao território terrestre (mais de 1 milhão e 700 mil Km²).

A sua Zona Económica Exclusiva é a 3^a maior da Europa, e no âmbito do processo de extensão da Plataforma Continental, Portugal poderá ver reconhecida jurisdição sobre uma área marítima de cerca de 3,877,408 km².

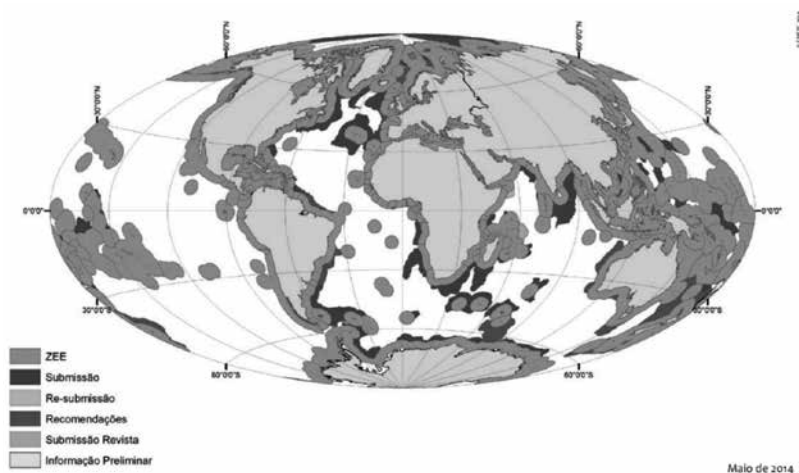
⁸ Cf. <https://www.msp-platform.eu/countries/portugal>.

Figura 1 | Exclusive Economic Zones - Boundaries



Fonte: <http://www.marineregions.org/eezmapper.php>

Figura 2 | O novo espaço marítimo mundial.
Extensão das plataformas continentais submetidas à Comissão de Limites da Plataforma Continental



Fonte: EMEPC (2014). ATLAS do Projeto de Extensão da plataforma Continental, Paço de Arcos, 95 pp

Assumem também relevância para a reflexão estratégica os modos de organização geral das economias e das sociedades, nomeadamente no que respeita às suas estruturas políticas, económicas e sociais, mas também culturais, científico-tecnológicas e psicológicas.

Neste ponto, é de referir o duplo impacte da globalização competitiva e da revolução tecnológica nas economias e nas sociedades, a que se juntam desde há alguns anos, as pressões decorrentes das alterações climáticas e ambientais, que têm vindo a conquistar espaço enquanto fator de mobilização social, decisão política e resposta económica.

Estes fatores têm imposto transformações (transições) estruturais em todos os sistemas económicos atuais, com impactos essenciais nas sociedades e nas respetivas estruturas culturais, mas também nas estruturas políticas, com implicações nas opções estratégicas dos grandes poderes – e consequentemente, de questionamento da pertinência de uma reorganização da ordem pós-2ªGM – e sua profundidade.

Portugal não é exceção, e a transição económica e social que ocorre – e se acelera – nas últimas décadas impôs alterações profundas na sua estrutura intrínseca.

Com mais de 870 anos de história, construção identitária e afirmação nacional, Portugal precisa encontrar um novo modelo estratégico que permita adaptar-se à nova realidade global, num quadro geral de mudanças económico-sociais, demográficas, tecnológicas e ambientais e climáticas deste momento de aceleração da História.

Com uma sociedade envelhecida⁹ - já a mais envelhecida da Europa¹⁰ - e no limite da inversão da pirâmide demográfica, Portugal começa a sentir

⁹ Já em 2002 um estudo do INE - O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas, Abr. 2002 – concluía que em Portugal, as alterações na estrutura demográfica estão bem patentes na comparação das pirâmides de idades em 1960 e 2000, num padrão que se manteve nas duas décadas seguintes. Sublinhando que o fenómeno “ocorreu em todos os países desenvolvidos e verifica-se actualmente com maior intensidade nos países em desenvolvimento”, o estudo refere que a proporção de jovens (0-14 anos) diminuiu de cerca de 37% para 30%, projetando a manutenção da tendência até aquela proporção atingir os 21% do total da população em 2050. O estudo afirma ainda que, “ao contrário, a proporção da população mundial com 65 ou mais anos regista uma tendência crescente, aumentando de 5,3% para 6,9% do total da população, entre 1960 e 2000, e para 15,6% em 2050, segundo as mesmas hipóteses de projecção”, referindo ainda que “o ritmo de crescimento da população idosa é quatro vezes superior ao da população jovem.” (p.188).

¹⁰ Eurostat, Ageing Europe: looking at the lives of older people in the EU 2019 edition, Eurostat Statistical Books 2019

a fragilidade da escassez de mão-de-obra¹¹ para as necessidades da sua economia, ao mesmo tempo que o sistema de proteção social enfrenta desafios crescentes de sustentabilidade.

A melhoria inquestionável dos níveis de educação/formação técnica e tecnológica dos jovens nas últimas décadas parece ter sido acompanhada de uma cada vez maior tendência de alienação face à sociedade, com as instituições da sociedade civil a debaterem-se com dificuldades acrescidas na sua estruturação, enquanto em algumas franjas da sociedade a dependência de sistemas de proteção social e incapacidade de integração na economia globalizada mantém afastados dos ganhos da globalização indivíduos sem capacidade de adaptação, criação ou empreendimento.

Por outro lado, como sublinha ISAAC, S. K.¹² as forças da globalização causaram transformações fundamentais também no próprio sistema internacional - não apenas pela diminuição da soberania do Estado em favor de regras e regulamentos universais, mas também num aumento rebelde nos papéis de certos atores subestatais e transnacionais, que enfatizam cada vez mais a localização, a autonomia política, e distinção cultural.

1.A Geopolítica e a ordem internacional no pós 2ª Guerra Mundial

As condições geopolíticas determinam a organização da relação de forças entre atores internacionais e globais. Assim, do final da 2ª Guerra Mundial emergiram um conjunto de instituições e normas internacionais que moldaram aquilo a que nos habituámos a chamar de sistema internacional de Bretton Woods, assente no sistema de relações de poder entre as principais potências emergentes do conflito mundial e que viria a cristalizar-se no chamado sistema bipolar.

Este sistema, ou ordem, internacional, assentou em alguns princípios e elementos de base, que moldaram e estruturaram o sistema de relações entre Estados que vigorou entre 1945 e 1989, nomeadamente:

- sistema bipolar, assente na hegemonia dos EUA no ocidente e da URSS no leste, e num sistema de dissuasão mútua em permanente tensão que lhe conferiu estabilidade prolongada;

¹¹ Para aprofundar o tema, cfr., por exemplo, PwC, CEO Survey 2019, que identifica a captação e retenção de talento como a principal preocupação dos empresários e gestores portugueses em relação à atividade das empresas.

¹² ISAAC, S. K., Judy Dempsey's Strategic Europe, May 06, 2015, disp. em <https://carnegieeu-rope.eu/strategieurope/59994>

- multilateralismo assente na criação e manutenção de instituições multilaterais globais ou regionais, de espectro amplo ou específico, no seio das quais os Estados acordaram políticas e normas jurídicas às quais se submeteram;
- um modelo de relacionamento de ‘tipo ocidental’, isto é, assente em sistemas democráticos, com economias de mercado/capitalistas, garantido pela Aliança Atlântica e favorecimento da cooperação e integração de Estados Europeus versus um “modelo soviético” de economia socialista garantido pelo Pacto de Varsóvia.

Neste contexto internacional, Portugal ocupou um lugar de charneira, já que, apesar de não observar todos os critérios nomeadamente políticos do sistema ocidental, cedo foi integrado no sistema. A sua relevância estratégica no Atlântico não será alheia à sua participação como membro fundador da NATO, e Portugal aderiu à ONU em 1955 e participou na fundação da EFTA em 1960.

Esta integração internacional não viria sem custos, já que a entrada de Portugal na ONU levou a uma maior exposição internacional à sua política ultramarina, que passou a ser motivo de constante fricção e crítica por parte da comunidade internacional, já que a Carta das Nações Unidas previa a autodeterminação dos territórios administrados por potências coloniais. A partir de 1960, o bloco dos não-alinhados viria a questionar constantemente as políticas portuguesas em África e exigir a autodeterminação dos territórios coloniais do último império europeu.

I.B A transição do séc. XX para o séc. XXI

O fim do sistema bipolar, em final da década de 80, início da década de 90 trouxe consigo o germen do fim da ordem internacional como concebida no pós-guerra. De facto, ainda que inicialmente se tenha avançado que o fim do sistema bipolar significava a vitória do modelo ocidental de relacionamento entre Estados, e portanto o triunfo dos valores da democracia liberal, do capitalismo e do multilateralismo, os primeiros anos do novo século vieram revelar as limitações e fragilidades desses pilares.

Com efeito, o fim do sistema bipolar trouxe consigo, por um lado, a reemergência das tensões regionais permanentes reprimidas durante a Guerra Fria, também na Europa, e ofereceu oportunidade a novos atores – Estados mas também atores subestatais e transnacionais – de fazerem a sua entrada no sistema e aí procurarem um espaço de afirmação e relevância.

Ao mesmo tempo, o processo de globalização competitiva vem colocando uma tensão adicional nas sociedades e na sua relação com os governos, impondo novos desafios na gestão interna e não raro com repercussões externas e *spillovers* nem sempre controláveis.

O processo de globalização é desejado¹³ pelos grupos sociais, empresas e sectores económicos mais competitivos e por estes percebido como necessário para o desenvolvimento da economia mundial. No entanto, aquele processo é, ao mesmo tempo, rejeitado pelos setores menos competitivos ou com maior dificuldade de adaptação, pelas consequências que provoca ao gerar uma grande pressão e consequências negativas para alguns grupos sociais e para certas posições políticas que não encontram condições de competição num quadro competitivo global¹⁴.

A evolução dos acontecimentos neste sistema em mutação e recomposição veio recolocar – aparentemente – no centro do sistema uma abordagem neorrealista com o regresso ao Estado Westphaliano e à balança de poderes, relegando a hipótese de reinvenção do Estado ensaiada na Europa

¹³ SaeR, A década da incerteza, RT SaeR, Junho 2019, p.6

¹⁴ Este padrão de comportamento é claramente perceptível, por exemplo, na votação em referendo para a decisão da permanência ou não do Reino Unido no processo de integração europeia, enquanto processo de abertura – à escala regional – a um modelo de mercado aberto, com circulação livre de bens, serviços, capitais e pessoas, se considerarmos a UE uma espécie de laboratório à escala regional de um processo do mesmo tipo que o processo de globalização competitiva, à escala global. Neste contexto, e tomando como boa a analogia, verificamos que, como esclarece Bernardo Ivo Cruz na The London BREXIT Monthly Digest:

“o BREXIT colocou sobre a mesa as profundas divisões que atravessam a sociedade Britânica, que se materializam no perfil sócio-económico dos apoiantes e dos opositores da saída do Reino Unido da União Europeia. Segundo a London School of Economics, o eleitorado que votou a favor do BREXIT tem mais de 55 anos, uma baixa formação académica, um emprego pouco qualificado, não viaja e vive na Inglaterra rural ou em pequenas cidades industrializadas. Já os apoiantes da continuação do Reino Unido na União Europeia são o seu oposto: menos de 44 anos e com formação superior, têm empregos tecnicamente exigentes e bem pagos, são cosmopolitas e abertos ao Mundo e vivem predominantemente nos grandes centros urbanos.”

Não nos parece desadequado considerar este paralelo entre a situação aqui relatada referente ao Reino Unido e ao processo do BREXIT, e a tensão social globalmente verificada entre as faixas sociais dotadas de mais instrumentos para lidar com os efeitos da globalização e nela estão de alguma forma inseridos, e aqueles que permanecem à margem dos seus benefícios, ancorados em baixos níveis de formação académica, com empregos pouco qualificados, que não viajam nem contactam com o exterior, ficando à margem da dinâmica económica, social e cultural que a globalização oferece.

para um limbo de validação que ainda não foi resolvido, com o enfraquecimento do multilateralismo e a ascensão dos neo-nacionalismos.

Como viria a afirmar Lina Khatib¹⁵ “a ordem global pós-Segunda Guerra Mundial deu lugar à desordem global do século XXI, na qual os atores não estatais são quase tão influentes quanto os Estados. É um ambiente fluido em que novas forças políticas tentam realizar as suas ambições globais e regionais.”

A primeira década do séc. XXI revela assim uma realidade em evolução permanente, fruto de um duplo mecanismo: por um lado, o papel crescente de atores económicos, sociais e políticos pequenos, ativos e flexíveis, no contexto de um conceito globalizado da economia mundial e agindo com base na informação e comunicação à escala global em função dos seus interesses próprios. Por outro lado, a redefinição das relações de poder entre Estados, e a recomposição da estrutura do Sistema de Relações Internacionais e do Sistema Económico Mundial, com o ensaio de novas configurações geopolíticas mundiais, passando da tentativa fracassada de afirmar um modelo unipolar com centro nos EUA na transição do século e início da década de 2000 para uma hipotética hegemonia da ‘Tríade’ EUA/UE/China; e ainda o regresso a um mundo multipolar a partir da afirmação de alguns polos emergentes da economia mundial em meados da primeira década do século.

No final da primeira década, a crise económica no mundo ocidental capitalista e suas repercussões na economia mundial e os movimentos de afirmação global de alguns atores confirmam o processo de reconfiguração do sistema internacional com novos pilares e novos atores, que a década seguinte viria acentuar, com a alteração do centro geopolítico global e a hipótese do fim do sistema internacional pós-1945.

A segunda década do século XXI¹⁶ é marcada por uma alteração fundamental da estrutura de ordem mundial em vigor desde o pós-2ªM, a que alguns autores¹⁷ chamaram já o seu desmantelamento, e que tem como

¹⁵ KHATIB, L., Judy Dempsey’s Strategic Europe, May 06, 2015, disp. em <https://carnegieeurope.eu/strategieurope/59994>.

¹⁶ Optamos aqui pelo conceito político estratégico e não cronológico, situando a 2ª década do século entre os anos 2008 (crise sectorial no sistema bancário) e 2018 (tomando como vértice da queda do multilateralismo a retirada unilateral, em Maio, dos EUA, do acordo nuclear com o Irão).

¹⁷ A título de exemplo, cfr. Kori Schake, Geoffrey Robertson e Sir Mark Lyall Grant, *Dismantling of the Rules-Based Global Order*, iCES Occasional Paper XXVII, Institute of Contemporary European Studies, 2019.

causas estruturais quer o fim do sistema bipolar quer o processo de globalização competitiva que desde a década de noventa vem ganhando velocidade e escala.

Trata-se de uma década fundamental, iniciada com uma crise sectorial no sistema bancário (na gestão dos fluxos monetários da circulação de capitais) para evoluir até uma crise generalizada da ordem mundial, quando o retorno a uma lógica nacionalista simultânea em diversas partes do globo - e marcadamente nos EUA, anteriores garantes da ordem internacional pós-2ª guerra mundial - ameaça “destruir as redes e as instituições de cooperação e regulação nos mercados mundiais, o que se repercute depois no rompimento das redes de aliança tradicionais”¹⁸, substituindo o multilateralismo da cooperação da negociação e diplomacia pelo unilateralismo da tensão e dominação dentro de esferas de influência, tendo como consequência o aumento da incerteza e aceleração da mutabilidade do sistema de relações internacionais.

Em síntese, ao mesmo tempo que o quadro político e estratégico internacional da ordem pós-1945 se começou a dismantelar, o processo de globalização competitiva acelera e impõe a desestruturação espacial da economia mundial, ao criar uma Economia de Fluxos e de Sectores globalizados à escala mundial¹⁹. Esta realidade, inicialmente sentida na economia, viria a ter necessariamente impactos nas sociedades e na política - na geopolítica, mas só já no início do século XXI se começam a perceber esses impactos, sendo na década que se iniciou em 2008 que começam a ser cada vez mais evidentes.

I.C O SI na 3ª década do século XXI: ajustamento ou reinvenção?

A transição estrutural do sistema económico mundial, (pro)movida pelos desequilíbrios gerados no sistema económico mundial pela evolução tecnológica e pelo processo de globalização competitiva em aceleração, antevia-se desde pelo menos a década de 90, mas apenas na 2ª década do século XXI se começam a tornar mais definidos.

Com efeito, à medida que aqueles desequilíbrios se tornaram cada vez mais relevantes e desestabilizadores, exigindo uma intervenção que pudesse corrigir e controlar essa instabilidade, tornou-se evidente a incapacidade

¹⁸ SaeR, *op cit.*

¹⁹ *idem*

de o sistema vigente reagir²⁰. Tornava-se assim visível a desadequação dos mecanismos de estabilização que no passado obtiveram os resultados esperados, mas que agora não só não conseguem estabilizar como, ao contrário, criam mais instabilidade, pondo em causa a sua validade como sistema de organização das relações mundiais.

Neste novo contexto, cada Estado ou cada organização começa a tentar encontrar mecanismos próprios de defesa dos seus interesses ou das suas conveniências na nova realidade, levando a contra-reações dos outros atores.

Neste processo, as normas que antes delimitavam a ação dos diferentes atores são ultrapassadas e tornadas inoperantes. E os Estados – ainda os principais atores do Sistema internacional – regressaram à defesa dos seus interesses próprios em detrimento da busca de consenso e da cooperação, naquilo que parece ser o regresso a uma ordem realista, mas onde as premissas teóricas do realismo deixaram de se verificar, dada a permeabilidade do sistema a outros atores – sub e supra nacionais – que fragilizam a sua capacidade de gerir os destinos do povos.

²⁰ Como desenvolvido em RT SaeR, op cit., p.7-9):

“A crise de 2008 ainda foi enfrentada com um padrão de ordem mundial operativo (que, aliás, foi essencial para a eficácia das respostas encontradas com a organização de instituições de coordenação a nível mundial), enquanto agora [2018] o centro da crise está na rutura das relações de cooperação das instituições internacionais (...). Este aumento da incerteza tem uma primeira dimensão que se reflete na ação política e nas decisões empresariais, porque (...) não é fácil identificar o que deve ser feito para corrigir o que se revela ineficiente, nem se pode assegurar que não se trata apenas de um desvio temporário ao que seria a trajetória normal, que poderia ser recuperada sem precisar de mudanças significativas. Numa segunda dimensão, (...) não se consegue determinar se esse sistema de teorias foi mal aplicado ou se tem lacunas essenciais que a evolução ocorrida veio revelar. A incerteza (...) A crise do sistema bancário de 2008 revelou a insuficiência dos dispositivos de controlo e regulação do risco [no sistema financeiro] (...). O papel dos bancos centrais foi então decisivo (...). A qualidade da coordenação internacional foi decisiva para o sucesso desta política de emergência (...). Não há agora [2019] a possibilidade de recorrer a instituições de coordenação superiores que criem e transfiram recursos como aconteceu na crise bancária de 2008. E a redução do potencial de crescimento da economia mundial, que já se verificou em 2018, transferiu para 2019 a responsabilidade de encontrar a resolução para o processo de transição da estrutura de ordem mundial que constituía o padrão de referência, a condição de racionalização e de regulação do sistema de relações internacionais, desde o fim da Segunda Guerra Mundial (...). Mas é esse período que chega agora ao limite do seu tempo de validade, quando os Estados Unidos, para responderem à ameaça da emergência da China como potência mundial, optam por promover a fragmentação da Europa, preferem os entendimentos com a Rússia e desistem da rede de alianças que construíram (...).

Neste contexto, personalidades singulares ganham uma relevância que não teriam anteriormente. É o caso de Donald Trump, Vladimir Putin, ou Xi Jinping, que formam o triângulo estratégico central onde se disputa o domínio da próxima ordem mundial.

Efeito e causa desta disrupção na ordem mundial, os EUA têm vindo a deslocar o seu interesse estratégico do sistema de relações assente na rede de alianças pós-1945, assumindo cada vez mais uma política, primeiro, de relativização, e depois, já com o Presidente Trump, aparentemente, de erosão deliberada daquela rede, ao colocar diretamente em causa, nos diferentes planos institucionais, os pressupostos daquele sistema que estruturava o bloco ocidental.

Uma primeira questão que se coloca, e sobre a qual não existe consenso, por estarmos ainda a observar o desenvolvimento dos acontecimentos, diz respeito à natureza do processo em si, não estando ainda claro se se trata de uma tentativa de reequilíbrio do sistema ou se assistimos efetivamente ao desestruturar de uma ordem mundial e à formação da sua sucessora, com as dificuldades e opacidade que tal impõe.

Atendendo aos documentos estratégicos que mantém a importância da aliança ocidental para os interesses estratégicos dos EUA²¹, e às declarações e atitudes inconsistentes do Presidente americano, poder-se-á argumentar que se trata de uma tentativa de ajustamento e reconstituição de uma ordem mundial que se tornou desequilibrada, instável e inconsistente.

Mas existem também argumentos válidos para, pelo contrário, ver nos acontecimentos dos últimos anos uma verdadeira descontinuidade, considerando que a nova ordem em construção, rompida que foi a relação de confiança e de comunidade de valores em que se baseava a estrutura de ordem mundial vigente, não poderá ser construída na mesma base.

Em qualquer caso, a ordem mundial tem que ser adaptada às alterações que as últimas 3 décadas impuseram ao sistema internacional, criando um verdadeiro mundo novo, com novos centros de produção, novos centros de poder, novos atores, novos meios de demonstração/ afirmação de poder, novas vias de comunicação e novas prioridades estratégicas.

Este ‘mundo novo’ tem dois mecanismos estruturantes: o impacto das tecnologias de informação e comunicação na atividade económica [globa-

²¹ Cfr. National Defense Strategy of the United States of America - A New National Security Strategy for a New Era, Dez. 2017; e National Defense Strategy of the United States of America - Sharpening the American Military's Competitive Edge, Summary, 2018.

lização competitiva/disruptiva?] e a (re)descoberta dos Oceanos como fator geopolítico relevante.

Da conjugação destes mecanismos estruturantes resulta que a geografia política, económica e cultural do planeta configura, com a alteração das condições geoestratégicas mundiais, um mundo incerto, mutável e complexo, representando uma cada vez maior dificuldade no exercício de sistematização teórica, dado o número de variáveis a considerar, mas que impõe, para todos os países, mas no que aqui nos interessa, para Portugal, a necessidade de releitura do mundo a partir de Portugal e da sua matriz estratégica.

II. Posicionamento Estratégico de Portugal – a perspectiva de longo prazo

O valor permanente que se encontra na história estratégica de Portugal é a necessidade de escapar à limitação que a sua escala nacional natural impõe: preso no interior das suas fronteiras, Portugal está condenado a escolher entre a escassez de recursos e a dependência de outros poderes que o integrem na sua área de influência.

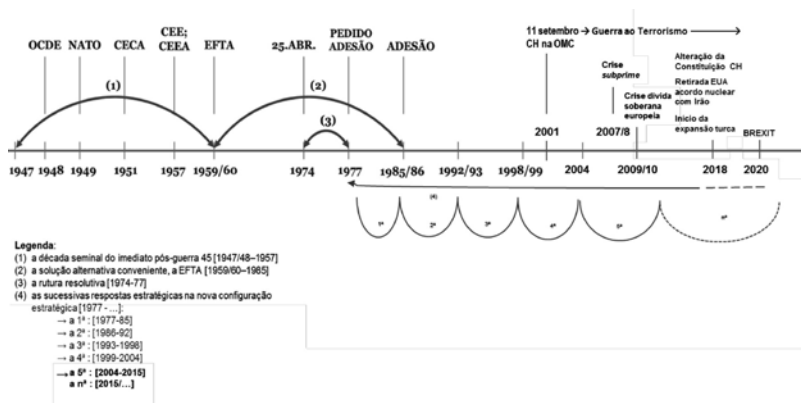
Esta é uma linha estruturante da geopolítica e geoeconomia nacional desde o século XIV (aliança luso-britânica; expansão marítima), reafirmada no final do ciclo imperial (integração europeia) e que saiu ainda reforçada do processo de globalização competitiva iniciada no século XX.

No final da 2ª guerra mundial, aos dois pilares estratégicos seculares da geopolítica de Portugal (RU e espaço colonial/África) juntaram-se, no contexto da construção do sistema internacional pós-guerra, os EUA, cujo papel na inserção de Portugal no Bloco Ocidental foi determinante.

As alterações do pós-2ªGM impuseram assim mudanças do enquadramento de referência de Portugal, que exigiram sucessivas respostas estratégicas.

O advento de uma nova fase na estruturação da ordem mundial pós-Guerra Fria exige novo olhar e novo rasgo estratégico para identificar os desafios e as oportunidades, e estabelecer novas linhas de ação estratégica que assegurem a Portugal conseguir extrair o melhor benefício possível daquela que será a nova configuração das relações de poder na nova realidade internacional para o século XXI.

Figura 3 | Alterações ao enquadramento pós-1945 e respostas estratégicas de Portugal



Fonte: RODRIGUES LOPES, E. (2008); autor

No imediato pós-guerra, mantendo como linha fundamental da sua geopolítica a configuração pluricontinental da Nação, Portugal era considerado uma peça-chave na arquitetura de defesa do Atlântico e no então chamado “Mundo Livre”, levando à sua admissão e reconhecimento no sistema internacional então definido, quer no quadro regional (ocidental e depois europeu) quer no quadro global.

Neste contexto, e no quadro do mundo bipolarizado, a recusa da sua entrada na ONU (o primeiro pedido de admissão, em 1946, havia sido vetado pela Rússia e pela Polónia) tornou-se intolerável para os EUA, que passaram a atribuir grande importância ao assunto, nas negociações com a União Soviética, tendo sido aceite em 1955. É ainda no contexto da ajuda económica que os EUA atribuíram à Europa no final da 2ªGM que Portugal participa, como membro fundador, da OCDE (1961).

No final do ciclo do império, a integração europeia ofereceu a Portugal a oportunidade de escapar ao dilema da pobreza ou dependência, oferecendo-lhe integração num espaço multilateral e num mercado alargado.

O fim do regime ditatorial e do ciclo imperial português, e o advento de um sistema democrático de estilo ocidental como que normalizam a situação de Portugal no concerto das nações no respetivo bloco de aliança.

Neste contexto, de perda de dimensão e de mercados, Portugal estabelece uma articulação geoestratégica entre descolonização e adesão/integração na então CEE. A adesão é assim percebida como um novo espaço

de segurança e reconhecimento, mas também de desenvolvimento e crescimento económico. Com efeito, a adesão de Portugal à então CEE tem três objetivos estratégicos: numa fase tumultuosa e de grande competição entre as duas potências hegemónicas, garantir um quadro multilateral estável no seio do qual a independência política de Portugal se mostrasse inquestionável; estabilizar e assegurar a continuidade do novo regime democrático e estabelecer um modelo de desenvolvimento económico de padrão europeu ocidental.

Este novo modelo de desenvolvimento assentou na possibilidade de articulação de dois vetores estratégicos da geopolítica nacional, que enformaram a resposta estratégica estruturada: o vetor europeu-continental e o vetor atlântico-global, sendo assumido o primeiro como o vetor de modernização e o segundo como um vetor de compensação²², que recolocou, em consequência, no plano da definição do papel de Portugal no mundo, aquela que constitui a questão estratégica fundamental da geopolítica nacional: a articulação estratégica dos seus 4 eixos estruturantes: Portugal/Europa/África/Brasil.

No final da década, no entanto, os acontecimentos de 1989 que levaram ao fim do modelo bipolar teriam repercussões relevantes a medio e longo prazo, com o reaparecimento da noção de complexidade nas relações internacionais e o regresso ao sistema de RI como jogo de poder, recolocando a questão fundamental do processo de construção europeia: as condições de estabelecimento da paz como modelo de relações internacionais,

²² Como definido na tese de mestrado citada, a expressão ‘vetor de modernização’ refere-se a uma “resposta estratégica do Estado (...) aos desafios que lhe são postos pela internacionalização e globalização das economias, acrescidas exigências da competitividade tecnológica, intensificação da concorrência e transformações internas que estão direta ou indiretamente associadas a estes fenómenos”. Desta forma, o vetor de modernização é aquele que constitui uma resposta estratégica que permite ao Estado “colmatar as suas debilidades, nomeadamente através da manutenção/criação de relacionamentos privilegiados com outros Estados ou grupos de Estados que lhes permitam uma melhor performance em termos de desenvolvimento/modernização da sua economia”. Na mesma tese, “vetor de compensação” é definido como um vetor estratégico de defesa face a ameaças e pressões externas (impostas pelo vetor de modernização). Por outro lado, estes vectores “não são tão imediatamente necessários como os (...) de modernização, uma vez que não são indispensáveis à sobrevivência económica dos Estados. Trata-se antes de um problema de visão e ambição de cada país, já que a sua própria existência e definição dependerá das ambições e da percepção que cada um deles tiver das suas capacidades”. Assim, o vector de compensação é “essencial a qualquer Estado que pretenda desempenhar algum papel de relevo no sistema de relacionamento entre os Estados”.

agora num contexto do processo de globalização competitiva, revolução tecnológica e digitalização da economia. Para Portugal, os impactos destas alterações fundamentais, viriam a mostrar-se muito relevantes.

II.A Desafios globais no início da 3ª década do séc. XXI

A desagregação da União Soviética permitiu, nas duas décadas subsequentes, ao bloco ocidental “vencedor” alargar os seus espaços de influência, concretizado desde logo na expansão da União Europeia a Leste e da área de influência dos Estados Unidos para o Médio Oriente.

No início do novo século, o 11 de setembro traz à luz do centro do sistema internacional novos atores, e lança os EUA num novo conflito global – a ‘guerra ao terrorismo’, que passa a ocupar também o centro da sua estratégia político-militar e, no contexto do sistema internacional, a delimitar a sua atuação e relacionamento estratégico no Médio Oriente.

O sistema económico mundial começa, por um lado, a sentir os efeitos da expansão económica da China e o seu crescimento tecnológico acelerado, a ponto de colocar em casa a hegemonia norte americana em alguns setores estratégicos, enquanto, por seu lado, e a partir de meados da 1ª década do século, a Rússia ensaia o seu ressurgimento como grande potência global, agora com recurso a novos meios condizentes com a sua realidade político-económica, por exemplo através do uso de redes informáticas para ataques cibernéticos desestabilizadores; do incentivo de movimentos nacionalistas que fragmentem a União Europeia; ou da promoção de desinformação que desestabiliza e fragmenta a aliança entre os países ocidentais.

No final da 2ª década do século, a assumpção da expansão territorial como objetivo estratégico pela Turquia e a sua crescente intervenção no Médio Oriente, com aproximação à Rússia, consubstancia o seu afastamento estratégico face à União Europeia e aos EUA.

Todo este contexto complexo e desafiador veio colocar os Estados Unidos num dilema estratégico entre a defesa do bloco ocidental e do seu sistema de alianças, e a canalização de recursos e o uso da sua superioridade militar e tecnológica atual para o desenvolvimento de uma estratégia autónoma dirigida aos dois polos do triângulo estratégico em afirmação e que os relaciona com a China e a Rússia, onde o mercado global por um lado, e o Médio Oriente por outro, aparecem como espaços de confronto indireto.

Neste contexto, os EUA optaram – pelo menos – pela diminuição da sua posição estratégica na Europa, criando aí uma insegurança estratégica que induz uma pressão no sentido da fragmentação da União Europeia, que

é, já na segunda década do século, reforçada pelos efeitos da crise iniciada em 2008; das migrações de populações em fuga da guerra e da pobreza; e da decisão de saída do Reino Unido.

Esta conjugação de instabilidade exige uma reflexão estratégica sobre o processo de construção europeia e suas condições de sustentabilidade, e de posicionamento no novo sistema internacional em organização.

A reflexão coloca-se sob o pano transversal da globalização competitiva e da revolução digital, e da pressão que exercem sobre os sistemas de informação, de segurança e defesa mas também sobre as ideias e sobre a cultura levantando questões sociais, culturais e identitárias tão estruturantes como a identificação da sociedade com a civilização europeia-ocidental ou a preferência pela democracia, a economia de mercado e o estado de direito.

A 3ª década do século inicia-se assim num contexto de grande instabilidade num processo de mudança que se iniciou no início da década de 1990 e se prolongou por 30 anos, parecendo mostrar agora sinais do advento de uma nova configuração onde a Europa precisa encontrar o seu lugar. E com ela, Portugal.

II. Portugal, o posicionamento estratégico no início da 3ª década do séc. XXI

Neste quadro internacional e europeu sob pressão e em mutação acelerada, as perspectivas para Portugal, quer em termos económicos, quer em termos políticos são crescentemente complexas, e recoloca-se a questão fundamental do posicionamento estratégico no contexto internacional e global.

Neste início da 3ª década do século XXI, Portugal apresenta fragilidades críticas em quatro grandes temáticas: o envelhecimento; a incapacidade de geração de crescimento económico endógeno; a dependência de investimento externo; e as insuficiências no setor da Defesa.

Com efeito, o duplo envelhecimento da sua população – consistente e permanente desde há algumas décadas – impõe a abertura à circulação de pessoas e constitui já hoje um constrangimento relevante ao seu desenvolvimento económico. Ainda, o seu vetor estruturante de modernização – a União Europeia – encontra-se num momento crucial de decisão, no qual a possibilidade de desagregação, por fragmentação por nacionalismos e populismos, é agora encarada como um dos cenários possíveis no futuro. Tal cenário, a ocorrer, significará sem dúvida para Portugal o regresso à sua escala nacional natural – mas agora sem a vitalidade demográfica que

sustente uma estratégia de expansão e num mundo que já está ocupado por redes especializadas na gestão de fluxos.

No mundo globalizado, Portugal precisa manter o acesso aos mercados internacionais para poder compensar a dimensão do seu mercado nacional. A evolução das suas exportações vem demonstrando o esforço de integração na economia globalizada, tendo registado um crescimento assinalável nas duas últimas décadas.

A UE é indubitável – e naturalmente – o mais relevante parceiro comercial de Portugal nas últimas décadas. De notar o papel de Espanha, Alemanha e França que desde a transição do século ocupam consistentemente as três primeiras posições enquanto destino das exportações nacionais, seguidas do Reino Unido. Países Baixos e Itália são os outros dois destinos europeus nos 10 principais destinos de exportação de Portugal.

Fora da União Europeia, Estados Unidos, Angola e Brasil têm mantido as suas posições relativas, com uma troca entre EUA e Angola em 2010, mas que, entretanto, voltou ao normal histórico. Nos 10 maiores destinos de exportação dos produtos portugueses aparece a China a partir de meados da 1ª década do século, substituindo na posição o Japão.

Por seu lado, o investimento direto estrangeiro em Portugal (IDE), tem vindo a crescer ao longo das duas décadas anteriores em percentagem do PIB, tendo atingido²³ 70,2% em 2017 (ainda que 2018 tenha registado ligeira desaceleração).

Em 2017, além do investimento proveniente de empresas holding sediadas no Luxemburgo, e não considerando a UE como um todo, o maior investidor em Portugal²⁴ foi a China, seguido de França e do Reino Unido e depois Itália e Brasil.

Neste contexto, podemos identificar, para o posicionamento estratégico de Portugal, três incertezas críticas: a evolução da política externa dos EUA e das suas opções estratégicas no que respeita à sua relação com a China, a Rússia, o Reino Unido e a gestão que será capaz de fazer da situação na Turquia e no Irão e a evolução e solução a encontrar para o novo relacionamento do Reino Unido com a União Europeia, no que signifique de tensões internas na União e caminhos abertos na relação com o Reino Unido. Uma terceira incerteza crítica é a evolução da relação com a China,

²³ GEE, Principais Indicadores Económicos de Portugal, 2019-12-26, disp. em <https://www.gee.gov.pt/pt/publicacoes/indicadores-e-estatisticas/principais-indicadores-economicos-de-portugal>, consultado em 2020-01-31

²⁴ OCDE, FDI financial flows by partner country, 2017, disp. Em <http://www.oecd.org/sdd/fin-stats/>, dados extraídos em 2019-10-22

uma vez mais no contexto do que for a evolução das relações da UE com a China.

Como oportunidades estratégicas, mantém-se como vetor estrutural e estruturante a sustentação e reforço do processo de construção europeia e a oportunidade de reforço da lógica comunitária, assumindo a UE um papel acrescido como potência global no sentido da proposta de um modelo específico que se mantém para já válido²⁵. O Reino Unido pós-Brexit constitui também uma oportunidade para Portugal, no contexto do aprofundamento de uma relação próxima e que pode ser mutuamente interessante se Portugal for capaz de encontrar um espaço de liberdade para o estabelecimento de um novo quadro de proximidade estratégica àquele que é o seu mais antigo aliado internacional. Ainda, o reforço da relação com alguns países e espaços regionais africanos e com o Brasil continuam a ser espaços de compensação. Por fim, a oportunidade de desenvolvimento endógeno, que permanece e que tem vindo a ser sublinhada nas últimas duas décadas, com base em dois grandes setores/*clusters* de atividades nas quais Portugal tem elevado potencial: economia do mar e turismo.

O posicionamento estratégico de Portugal regressa assim, à sua matriz estratégica fundamental²⁶, articulando o seu vetor pesado de modernização, a UE, com um conjunto de vetores de compensação que conferem e permitem algum grau de liberdade e relevância estratégica – e, portanto, capacidade de negociação – no contexto europeu. Dentro destes últimos, a relação com o Reino Unido reveste-se de novo enquadramento e relevância num momento de indefinição que é também, por natureza, de redefinição – e que importa transformar em oportunidade.

Os EUA, antes apontados como eixo de compensação de primeira escala, estarão agora menos próximos dada a evolução das relações e da

²⁵ De facto, permanece em aberto a discussão da possibilidade de a UE se apresentar como potência global enquanto sistema específico concretizado numa nova forma de governo de dimensão transnacional com capacidade de projecção global, correspondendo a uma mutação na organização do poder dos Estados (europeus) – cfr. RIBEIRO, S., A UE como um império pós-moderno no sistema de relações internacionais, tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de doutor em Estudos Europeus, Dominante político-administrativa, sob a orientação do Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes, ed polycop. Abril 2010. Esta hipótese ganha, aliás, peso (e independentemente do acordo a que seja possível chegar com o Reino Unido) quando, à capacidade de afirmação de um modelo político, económico e cultural específico, se adicionam os primeiros passos para dotar a União de capacidade acrescida também na área da segurança e defesa

²⁶ Como a definiu Ernâni Rodrigues Lopes, a relação entre Portugal/Europa/África/Brasil.

relevância atribuída pelos EUA a Portugal nomeadamente no Atlântico. África e Brasil mantêm-se como eixos de compensação a precisar de serem mais desenvolvidos e fortalecidos.

Por fim, a China – identificada como parte do vetor de compensação, mas não como elemento da matriz estratégica fundamental de Portugal – foi o eixo que conheceu maior evolução nas últimas duas décadas, apresentando-se agora como um eixo relevante para Portugal.

A decisão sobre o aprofundamento dessa via de compensação permanece pendente, e encontra dificuldades acrescidas pela incerteza que permanece sobre a evolução das suas relações, quer com o vetor de modernização – e que se assumem tensas e com potencial de antagonismo – quer com outro eixo de compensação relevante, os EUA.

De facto, embora seja atrativo enquanto espaço de afirmação de uma posição de liberdade face ao vetor de modernização, o vetor de compensação, ou qualquer um dos seus eixos, não deve atingir níveis de antagonismo que ameacem colocar em risco a posição no contexto no vetor de modernização. Por outro lado, e num contexto de conflito ou tensão aguda com os EUA, Portugal poderá ter que escolher entre eixos estratégicos de compensação, quando o que se pretende é uma complementaridade que permita somar capacidade de defesa face a ameaças e pressões do enquadramento estratégico e não acrescentar incertezas e tensões crescentemente difíceis de gerir.

Naturalmente, não é fácil neste momento, em que tanto permanece incerto quanto à configuração do novo sistema internacional, perceber onde se encontram os limites do equilíbrio entre vetores instáveis e de elevada complexidade, o que oferece ao exercício estratégico uma dificuldade acrescida.

Tal não invalida, antes recomenda, precaução e sensibilidade na condução das opções de maior relevância, tentando manter o máximo de opções disponíveis. E sobretudo, exige a contínua reflexão e criação de consensos alargados sobre as linhas fundamentais do posicionamento estratégico de Portugal a assumir desde já e para as próximas décadas.

Bibliografia e fontes

- ANDERSON, Ewan W., *The effects of globalization on geopolitical perspectives*, University of Durham, Centre for Middle Eastern and Islamic Studies, Durham, UK. *GeoJournal* 45.1-2: 105-108, Março 1998

- BARRETO, A., *De Portugal para a Europa*, Relógio D'Água, 2017
- CLEMENTE, M., O que é Portugal? O que somos e porque o somos, Universidade Católica editora, col. Argumento, Maio 2015
- EMEPC, ATLAS do Projeto de Extensão da plataforma Continental, Paço de Arcos, 2014
- ESPADA, João Carlos, Portugal, a Europa e o Atlântico, Lisboa: Alêtheia Editores, 2014
- Eurostat, Ageing Europe: looking at the lives of older people in the EU 2019 edition, Eurostat Statistical Books 2019
- FIÉVET, Gen. Gil, Da estratégia militar à estratégia empresarial. Ed. Inquérito, 1993
- FONTOURA, Maria Paula, CRESPO, Nuno (org.), O Alargamento da União Europeia – Consequências para a Economia Portuguesa, Oeiras: Cela Editora, 2004
- INE - O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas, Serviço de Estudos sobre a População do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População do INE, no âmbito da II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, Madrid 2002, divulgado em 8 de Abril de 2002 e disp. em www.ine.pt
- ISAAC, S. K., Judy Dempsey's Strategic Europe, May 06, 2015, disp. em <https://carnegieeurope.eu/strategieurope/59994>
- IVO CRUZ, B., *The London BREXIT Monthly Digest*, edição especial 11, 02 de fevereiro de 2020
- KHATIB, L., Judy Dempsey's Strategic Europe, May 06, 2015, disp. em <https://carnegieeurope.eu/strategieurope/59994>
- MARINHO COSTA, P., As Crises e os Homens no Século XXI. O sentido da história e o Portugal europeu, col Ideias / 24, Esfera do Caos, ISBN: 978-989-680-206-6, Março de 2017
- MATEUS, Augusto (coord.), 25 anos de Portugal europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais, Lisboa: FFMS e AM&A, 2013, disp. em https://www.ffms.pt/upload/docs/estudo-25-anos-de-portugal-europeu_sisXST9j3U2Kzz0Irda_ng.pdf
- MATEUS, Augusto (coord.), Três Décadas de Portugal Europeu: Balanço e Perspectivas, Lisboa: FFMS e AM&A, 2015, disp. em <https://www.ffms.pt/upload/docs/PortEuroUmBal3Dec.pdf>

-
- PwC, 22º CEO Survey Global da PwC, 2019
 - REDONDO, João Vítor C., Portugal e a Lusofonia na União Europeia: ‘Uma janela para o mundo’, CEPESE, WP, novembro de 2008, disp. em <http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/portugal-e-a-lusofonia-na-uniao-europeia-uma-janela-para-o-mundo>
 - RIBEIRO, S., *Vetores de Compensação no Posicionamento Estratégico de Portugal*, Tese apresentada ao IEE/UCP para obtenção do grau de Mestre em Estudos Europeus, sob orientação do Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes, dezembro 1999
 - RIBEIRO, S., A UE como um império pós-moderno no sistema de relações internacionais, tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de doutor em Estudos Europeus, Dominante político-administrativa, sob a orientação do Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes, ed policop. Abril 2010
 - RODRIGUES LOPES, E., Seminário Geopolítica e Prospectiva de Portugal, Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Europeus, Portugal, 2008, policop.
 - SCHAKE, K., ROBERTSON, G. e Lyall Grant, M. (Sir), Dismantling of the Rules-Based Global Order, iCES Occasional Paper XXVII, Institute of Contemporary European Studies, 2019
 - SaeR, A década da incerteza, RT SaeR, Março 2019
 - TEIXEIRA, Nuno Severiano – Breve ensaio sobre a política externa portuguesa, in Revista Relações Internacionais, Número 28 (dezembro 2010), pp 051-060
 - The White House, National Defense Strategy of the United States of America - A New National Security Strategy for a New Era, Dez. 2017;
 - The White House, National Defense Strategy of the United States of America - Sharpening the American Military’s Competitive Edge, Summary, 2018
 - VICENS VIVES, J., Tratado General de Geopolítica, Ed Vicens Vives, Barcelona, 1961
 - ZORGBIBE, Charles - Histoire des relations internationales - 1962 à nos jours. Hachete: Pluriel Référence, 1995; Col. Pluriel

- VVVV, Global trends 2030: the futures of Portugal in and beyond Europe, Supplementum Debater a Europa, nº15, jul-dez2016, disp. em: <http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debatereuropa>
- <https://www.msp-platform.eu/countries/portugal>
- <http://www.marineregions.org/eezmapper.php>



A Geopolítica dos Oceanos e os desafios das alterações climáticas na sua Governança Global¹

Comandante Aldino Santos de Campos²

Resumo

O presente regime dos oceanos assenta numa moldura jurídica internacional forjada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982). Os pressupostos indutores da III Conferência das Nações Unidas, que permitiram alicerçar uma nova Ordem para os Oceanos, espelham a realidade geopolítica global existente desde os meados dos anos 60 até ao início dos anos 80.

À data, tal como hoje, a imprevisibilidade da política internacional continua a ser uma variável de grande peso na complexa equação da governança global e, dentro do possível e ao que aos Oceanos diz respeito, os Estados-partes da Convenção tentam balizar o domínio dessa variável tal

¹ Conferencista no IDJC na sessão de 05DEZ2019

² Docente da Escola Naval, desde 2009 das disciplinas de Sistemas de Informação Geográfica, de Elementos de Informação Geográfica e de Gestão da Informação Geo-Espacial. Colabora, desde 2010, como docente convidado no *International Summer School GISlands* (Universidade dos Açores). Professor catedrático convidado na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2017). Doutorando em Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigador no Centro de Investigação Naval (CINAV) da Escola Naval e do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI). Eleito em Assembleia de Estados-partes da CNUDM para o cargo de membro da Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas (mandato 2017-2022). Consultor sénior para a área dos espaços marítimos da Comissão Interministerial para a delimitação e Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola (2010) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor (2012);

como foi inicialmente contabilizado e materializado no documento final da III Conferência. Contudo, a agenda internacional varia com o tempo, sendo que a política internacional dos anos 60 e 70 não é a mesma de hoje. Nos anos 60, em especial a partir da segunda parte, o mundo estava numa convulsão social única. No caldeirão global tínhamos simultaneamente crises como a Guerra do Vietname, os processos de descolonização em África, o surgimento do Grupo dos 77 com uma nova agenda global, o maio de 68 em Paris, a primavera de Praga e até mesmo a revolução/liberalização sexual.

Todos estes ingredientes revestiam uma nova realidade de contracultura que, aliado ao fantasma nuclear vivido em 62 com a crise dos mísseis de Cuba, veio apelar a um novo caminho a ser tomado para os destinos do mundo e em especial para o Oceano Global. Hoje, ao ligarmos a televisão, somos confrontados com outros assuntos, sendo que, entre todos, o mais enfatizado é o das alterações climáticas.

Embora não tenha como objetivo principal traçar cenários dantescos ou apocalípticos das consequências desta nova realidade, não posso deixar de levantar algumas questões pertinentes e de impacto geopolítico face à atual Ordem do Oceanos e às consequências da subida do nível médio do mar na geopolítica dos Oceanos, as quais terão de ser debatidas em lugar próprio a nível global sob pena de afetar a estabilidade internacional entre Estados.

Palavras chave: Governança dos Oceanos; Convenção do Mar; Alterações climáticas.

Introdução

Celebrou-se em novembro de 2019 os vinte cinco anos da entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Esta Convenção corresponde a um longo caminho percorrido pela comunidade internacional durante a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM III) que decorreu entre 1973 e 1982, ao longo de onze sessões, e que contou com a participação de 160 Estados³. Se contabilizarmos mais doze anos que decorreram desde a abertura da CNUDM para assinatura (1982) até à data de entrada em vigor⁴, facilmente concluímos

³ https://legal.un.org/diplomaticconferences/1973_los/

⁴ A entrada em vigor da CNUDM, de acordo com o seu Artigo 308º, ocorre doze meses após o depósito do 60º instrumento de ratificação da Convenção.

que nos aproximamos rapidamente dos 40 anos da conclusão das negociações que culminaram nesta Carta Magna dos Oceanos. Nesta distância temporal, embora os Estados-partes da Convenção continuem a aplicar as provisões incluídas no seu texto, por exemplo na aplicação do seu Artigo 76º para delimitação da plataforma continental estendida além das 200 milhas náuticas, a realidade geográfica decorrente das alterações climáticas poderá, no médio e longo prazo, desafiar alguns dos princípios estabelecidos nesta denominada Constituição para os Oceanos e no modelo de governança dos Oceanos por ela enquadrada. Ao examinarmos a literatura relacionada com as mudanças climáticas e suas implicações na subida do nível do mar, bem como as suas consequências diretas na delimitação marítima, podemos facilmente concluir que, embora os efeitos reais dessas ameaças só se tenham iniciado a constatar num passado muito recente, as discussões em torno deste assunto não são assim tão recentes.

Revisitando um artigo publicado em 1994, no mesmo ano em que a CNUDM entrou em vigor, Freestone e Pethick⁵ (1994) destacam algumas questões emergentes que podem resultar como consequência das mudanças climáticas. Nesse artigo, são apresentadas algumas considerações sobre a subida do nível do mar e as suas implicações nas fronteiras marítimas, enfatizando a crise na migração ambiental, mas, desde então, nada mudou profundamente no nosso comportamento... *business as usual* ... até ao dia do ponto de não retorno.

Este artigo apresenta duas questões pertinentes que desafiarão a governança dos oceanos, conforme fundamentada pela CNUDM, num futuro não muito distante de hoje, resultantes da subida do nível do mar. Estas são: (1) o (re)estabelecimento das fronteiras marítimas, como consequência das mudanças das linhas de base nacionais e (2) o estatuto de “Estado” para os países potencialmente submersos, sendo dada particular ênfase para o caso mais sensível das ilhas.

⁵ Freestone, D; Pethick, J., (1994). Sea level rise and maritime boundaries. International implications of impacts and responses. Maritime Boundaries: World Boundaries (Vol. 5). Routledge.

A Governança dos Oceanos

Existem múltiplas definições para o conceito de Governança dos Oceanos existindo, contudo, um consenso geral para a sua definição. A União Internacional para a Conservação da Natureza⁶ define Governança Internacional dos Oceanos como um mecanismo que “inclui os processos, acordos, regras, instituições, etc. desenvolvidos para organizar a forma como os seres humanos utilizam o oceano e seus recursos”. A este nível de governança, ao especificar “Internacional”, restringe-se principalmente as áreas do oceano que estão fora da jurisdição nacional. Por um lado, temos as áreas denominadas como “*Areas Beyond National Jurisdiction*” (ABNJ), que são de gestão complexa e limitada relativamente à promoção da sua proteção e preservação ambiental. À luz CNUDM, estas áreas designam-se por Alto Mar⁷ e são consideradas como a única área do Oceano Global com o estatuto de *Global Common*⁸, significando por isso que nenhum Estado exerce qualquer tipo de autoridade sobre a mesma. Por outro lado, o solo e o subsolo, que se estende além da jurisdição nacional, também conhecido como Área¹⁰, é regulado pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos¹¹ e, à luz da Convenção, é considerado Património Comum da Humanidade¹² (ver Figura 1).

Aquém dos limites destes espaços marítimos, no seu contexto geográfico, podemos identificar diversos domínios espaciais, todos eles sob jurisdição dos seus demais Estados costeiros. Se é verdade que temos fisicamente um Oceano uno e contínuo, também é verdade que a CNUDM vem impor barreiras que só nós, espécie dominante do planeta, conseguimos reconhecer. Nem a fauna, a flora ou até mesmo a poluição marinha “respeitam” esses limites. Desta forma, precisamos conhecer e definir esses limites impostos a nós próprios para gerir o oceano e os seus recursos como parte de uma governança eficaz dos oceanos. Os limites¹³ estabelecidos são, dessa forma, o principal mecanismo que permite a estabilidade regional

⁶ *International Union for Conservation of Nature*

⁷ Com relação à coluna de água além do limite exterior da Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Estados costeiros.

⁸ Parte VII da Convenção

⁹ Existem outros Bens Comuns (*Global Commons*) como a atmosfera, o espaço sideral e a Antártida.

¹⁰ Parte XI da Convenção

¹¹ *International Seabed Authority*, definido na Secção 4 da Parte XI da CNUDM

¹² Artigo 176º da CNUDM

¹³ Ou fronteiras marítimas

entre Estados, sendo que na sua ausência poderão levantar-se tensões entre Estados, especialmente se nessa região se encontrarem recursos de valor estratégico ou económico. Nunca antes a frase de Robert Frost (1914)¹⁴, “as boas vedações fazem bons vizinhos” foi tão verdadeira.

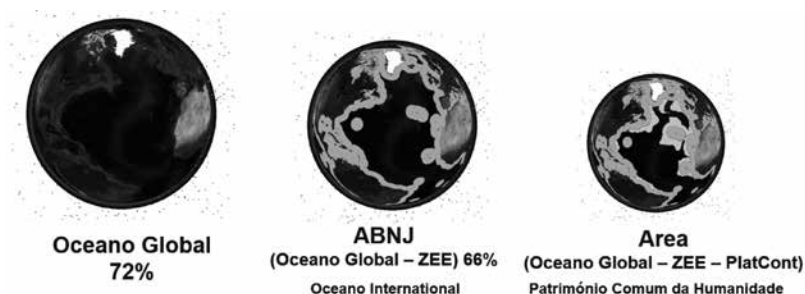


Figura 1 – De Oceano Global a Oceano Regulado. O Oceano Global cobre cerca de 72% da esfera terrestre, sendo que o Oceano Internacional livre de qualquer soberania ocupa apenas 66%. Da mesma forma, e relativamente ao solo e subsolo marinho, esta área irá ser cada vez menor fruto da extensão dos direitos de soberania sobre os recursos vivos e não vivos existentes na margem continental.

O Estabelecimento dos Espaços Marítimos

O atual regime dos Oceanos, normativo para uma boa governança dos Oceanos, estabelece diversos espaços marítimos a serem declarados pelos Estados costeiros e onde estes exercem diversos níveis de soberania. Os dois principais espaços marítimos declarados são o Mar Territorial (MT), com a largura de 12 milhas náuticas medidas a partir das linhas de base e a Zona Económica Exclusiva (ZEE) com uma largura até às 200 milhas náuticas. Os Estados costeiros darão a devida publicidade a estes limites através do depósito, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, das cartas náuticas de grande escala ou através de listas de coordenadas geográficas que descrevem tais limites^{15,16}. Os limites exteriores da plataforma continental, quando esta se estende além das 200 milhas náuticas, também devem ser delineados pelo Estado costeiro, mas, neste caso, é necessário um processo de verificação para confirmar esses limites. Para isso, os Estados costeiros devem preparar e submeter uma proposta de extensão à Comissão de Limites da Plataforma Continental, a qual apreciará o conteúdo técnico da

proposta e fará recomendações sobre a aceitabilidade desses limites perante a comunidade internacional.

Para estabelecer os dois primeiros espaços marítimos, o MT e a ZEE, o Estado costeiro precisa de definir as suas próprias linhas de base a partir das quais é medida a sua largura. No caso da plataforma continental, a geometria do limite é bem mais complexa, uma vez que o limite exterior deste espaço marítimo depende em grande parte da geometria morfológica da margem continental geológica. Nesta construção geométrica, apenas para a linha restritiva das 350 milhas náuticas é utilizada a referência da linha de base, razão pela qual muitas vezes se fala em estender a plataforma das 200 para as 350 milhas náuticas.

Voltando ao ponto zero da questão, e de uma forma geral, para estabelecer os limites dos espaços marítimos, precisamos conhecer as linhas de base. Esse elemento central é descrito no artigo 5º da CNUDM, onde podemos ler:

Linha de base normal - exceto onde disposto em contrário na presente Convenção, a linha de base normal para medir a largura do mar territorial é a linha de baixa-mar ao longo da costa, conforme marcado em cartas de grande escala oficialmente reconhecidas pelo Estado costeiro”; e é aqui que começa o problema, na própria definição da linha de baixa-mar.

Os Desafios Climáticos e as suas Consequências Diretas

Os desafios climáticos não constavam da agenda dos anos 60 e 70, quando o apelo por um novo regime dos Oceanos estava em cima da mesa. À época, as ameaças globais, tal como uma guerra nuclear, e o controle de recursos por atores não tradicionais preenchiam a agenda internacional relativamente aos Oceanos. Clyde Sangler (1987)¹⁷ apontava diversos elementos que alimentavam a turbulência em redor dos Oceanos e do uso do seu subsolo para fins militares. Entre outros Sangler destacava a rivalidade da capacidade submarina entre os Estados Unidos e a União Soviética. Uma demonstração dessa rivalidade foi o envio dos submarinos nucleares *USS Snapdragon* e *USS Nautilus* que, sob as calotes polares do Ártico, concluíram o trânsito através da Passagem de Noroeste. A distância estratégica entre os dois maiores rivais nucleares estava mais curta e os Oceanos eram o

¹⁷ Sanger, C. (1986). Ordering the oceans: the making of the law of the sea.

cenário dessa ação. Sangler apontava ainda a capacidade cada vez maior da indústria piscícola através da construção de verdadeiros navios-fábrica que iriam capturar os recursos vivos de uma forma massiva, *in loco*, e com capacidade de transformar e armazenar. Esta capacidade possibilitaria a permanência destes meios no mar durante longos períodos de tempo e iria perturbar a sustentabilidade dos estoques num curto período de tempo. O controle sobre os recursos energéticos e minerais também estavam na agenda. Note-se que durante a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o choque petrolífero abalou o status quo energético como nunca antes tinha sido abalado e obviamente que esse fator teve o seu reflexo nos negociadores, e nas negociações, de um documento tão importante como a CNUDM.

Os desafios atuais são diferentes, não mais ou menos preocupantes, mas diferentes. A ameaça nuclear ainda é um risco, mas as novas ameaças devido às alterações climáticas acrescentam uma nova realidade que, ao contrário da ameaça nuclear, já se traduzem em consequências visíveis em várias partes do mundo. Todos sabemos, ou pelo menos podemos reconhecer, que a subida do nível médio do mar é uma das consequências amplamente conhecidas das alterações climáticas, e que resulta de um efeito direto do aquecimento global e subsequente degelo dos glaciares terrestres. Poderíamos discutir a veracidade dos vários estudos e relatórios sobre esse assunto, principalmente ao modelar a subida do nível do mar causada pelo degelo das calotes polares e glaciares, mas não o faremos, pois é uma realidade comprovada pelos marégrafos instalados a nível costeiro. Na Figura 2 (gráfico do lado direito) podemos observar o registo do marégrafo de Cascais onde é claramente demonstrada a subida do nível médio do mar ao longo de uma série temporal desde 1880 até ao presente. Neste serão abordados os efeitos práticos dessa realidade e em que medida se irá refletir na Governança dos Oceanos.

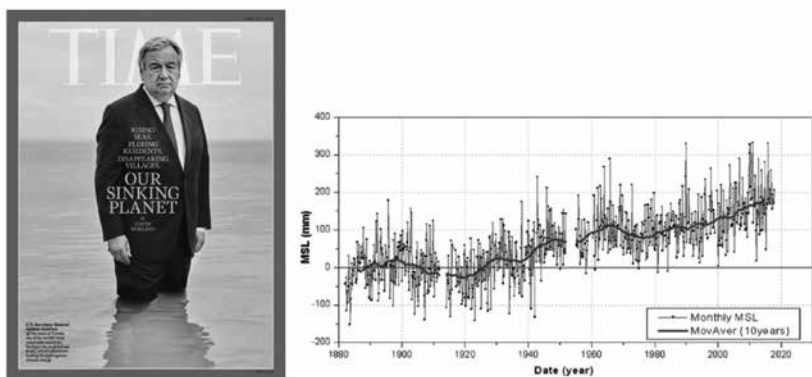


Figura 2 – As alterações climáticas saltam cada vez mais para o cimo da “pilha” de problemas das Nações Unidas. Nesta capa datada de junho de 2019, podemos observar o Secretário Geral das Nações Unidas a ser caricatadamente vítima pessoal das alterações climáticas. No gráfico ao lado podemos observar a serie temporal de alturas de maré registadas pelo marégrafo de cascais, onde é notória a subida linear e que de modo indireto vai por em causa todo o conteúdo tomado em consideração durante as negociações da CNUDM no que à definição dos espaços marítimos diz respeito.

As Linhas de Base

As linhas de base são, como já mencionámos, a referência geográfica básica para o estabelecimento dos espaços marítimos. Supondo que a linha de base normal, de acordo com o Artigo 5º da CNUDM, é a linha de baixa-mar ao longo da costa, qualquer subida do nível médio do mar poderá implicar mudanças nas linhas de base¹⁸ (ver Figura 3). Consequentemente, quaisquer mudanças nas linhas de base poderão ter efeito nas áreas marítimas reivindicadas por um Estado, na sua soberania dentro dessas zonas, bem como na jurisdição sobre a exploração de recursos aí existentes.



Figura 3 – Simulação da subida do nível do mar para um acréscimo de 2° C da temperatura global da Terra¹⁹. Note-se que a linha final da costa é recuada face à origina, sendo que essa realidade é particularmente sensível em zonas costeiras de gradiente suave e baixa altitude. Os espaços marítimos à luz da CNUDM teriam de ser revistos, mediante as novas linhas de base, o que contradiz o princípio estipulado no Artigo 62° (2)(a) da Convenção de Viena.

As Fronteiras Marítimas

É discutível, em termos de Direito Internacional, se a mudança das linhas de base costeiras afeta as zonas marítimas previamente estabelecidas. Se considerarmos a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 (Artigo 62° (2) (a)), uma mudança fundamental de circunstâncias não pode ser invocada como fundamento para a rescisão ou retirada de um tratado, se esse tratado estabelecer um limite ou fronteira. Se isso for aplicável no caso de fronteiras marítimas, a mudança ou queda de pontos de base (das linhas de base) que contribuem para o estabelecimento dessa área marítima, poderá não ocorrer. No entanto, se considerarmos a afirmação do Artigo 5° da UNCLOS, “a linha de base normal para medir a largura do mar territorial é a linha de baixa-mar ao longo da costa, conforme marcado em cartas de larga escala reconhecidas oficialmente pelo Estado costeiro” e assumindo que é uma obrigação internacional para os Estados costeiros manter suas cartas náuticas atualizadas, então podemos verificar uma mudança nas suas linhas de base e, portanto, uma mudança nos limites

externos das zonas marítimas. Obviamente, a amplitude das zonas marítimas será a mesma (por exemplo, 12 e 200 NM), mas seus limites exteriores ficarão mais próximos de terra que os originais, significando dessa forma que a dimensão da Área será maior.

O Impacto no “Estatuto” das Ilhas e dos Estados

Como é do conhecimento geral, as alterações climáticas exercem uma influência particularmente nefasta nas *Small Island and Developing States*²⁰ (SIDS) e, como tal, deverá ser prestada uma redobrada atenção a estas nações e ao futuro que lhes está assombrado. Nesta análise dividiremos o seu ponto central em três principais consequências: (1) A primeira diz respeito à “perda” de estatuto de ilha; (2) a segunda está relacionada com o estatuto de Estado de um determinado País, caso este seja objeto de inundação total ou parcial; e (3) a terceira refere-se à redefinição de um sistema nacional de linha de base quando novos conjuntos de ilhas aparecem como resultado do derreter do gelo que as cobria (um caso muito recente verificado no Ártico).

O artigo 121º da CNUDM define o regime das ilhas. Este afirma, no seu primeiro parágrafo, que uma ilha é uma formação natural de terra, rodeada de água, que fica a descoberto mesmo na preia-mar. O mesmo artigo qualifica ainda as ilhas de acordo com sua capacidade de se prestar à habitação humana ou a vida económica e as implicações que essa capacidade tem na geração de espaços marítimos. Genericamente, e conforme o segundo parágrafo do mesmo artigo, as ilhas podem gerar Mar Territorial, Zona Económica Exclusiva e Plataforma Continental. No entanto, as áreas terrestres formadas naturalmente e rodeadas por água que não sejam propícias para sustentar a vida humana ou económica, são consideradas um caso particular e qualificadas sob a designação de rochedos. Os rochedos, ao contrário das ilhas, só poderão gerar Mar Territorial.

Ao considerar o impacto da subida do nível médio do mar, especialmente nas ilhas em que a altitude média da massa terrestre não está significativamente acima do nível médio do mar, a capacidade de sustentar a vida humana pode ser perdida e este espaço terrestre poderá perder o reconhecimento do estatuto de ilha para rochedo ou, no limite, ficar totalmente imerso. No primeiro caso, deve questionar-se se a ilha ao perder a sua capacidade de sustentar vida humana perde também o estatuto original

²⁰ Estados em Desenvolvimento em Ilhas Pequenas

de ilha, conforme previsto no artigo 121º e, consequentemente, se perde também a ZEE e a Plataforma Continental já estabelecidas. Esta abordagem é bastante discutível, pois todas as fronteiras marítimas anteriormente definidas devem ser preservadas de acordo com a Convenção de Viena, mas o oposto também é válido de acordo com o artigo 121º da CNUDM na medida em que se a massa terrestre apenas satisfaz os critérios para ser qualificada como rochedo, então não poderá ser classificada como ilha e beneficiar de todos os direitos que lhes são concedidas²¹. No segundo caso, em que uma ilha fique totalmente submersa, podemos ter uma situação semelhante, mas aqui até o Mar Territorial será perdido. A questão central é: se um arquipélago perder algumas das suas ilhas e sua população necessitar de ser deslocada para outras ilhas (dentro do mesmo arquipélago), será que os domínios marítimos previamente estabelecidos com base nessas ilhas, bem como os direitos sobre os recursos existentes, também serão irremediavelmente perdidos? Pode neste caso um Estado arquipelágico manter o seu domínio espacial original bem como os direitos de soberania que outrora detinha fruto do seu território emerso?

A questão de fundo prende-se com a perenidade de um Estado que poderá ficar sem território emerso. Quer queiramos, quer não, a CNUDM não deixa de assentar no velho princípio de que “a terra comanda o mar”, visto que, se não houver costa marítima, também não se pode estabelecer os demais espaços marítimos consagrados na Convenção. Mas havendo uma alteração das circunstâncias, como a submersão de uma ilha, será que esse Estado ainda poderá beneficiar dos recursos nessas áreas? Uma vez mais, e aplicando o regime de exceção da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 (Artigo 62º (2) (a)), o direito deveria prevalecer uma vez que as fronteiras são uma exceção à alteração fundamental das circunstâncias prevista nessa Convenção. Contudo, e articulando com outra Convenção específica sobre os Estados, a Convenção de Montevideu de 1933, então não faria sentido em manter essa perenidade Estatal uma vez que um elemento fundamental para definir o próprio Estado é o seu território, neste caso ex-território eventualmente extinto por causas naturais. Podemos geograficamente reconhecer os limites de soberania outrora designados a esse Estado, bem como a propriedade dos recursos lá existentes, mas encontramos um sentimento de contradições nos diversos instrumentos do Direito Internacional que, contruídos com base numa abordagem *Bottom-up* para

²¹ Nomeadamente a capacidade de gerar e exercer soberania sobre a ZEE e plataforma continental.

resolver os problemas e desafios do momento, pode conduzir a uma encruzilhada de contradições face aos novos desafios emergentes das alterações climáticas.

Uma última consequência das alterações climáticas, não relacionada com a subida do nível médio do mar, prende-se com o aparecimento de novos espaços marítimos anteriormente desconhecidos. Notícias recentes²² anunciaram que a Rússia descobriu cinco novas ilhas após o descongelamento de uma parte das calotes polares no Ártico devido ao sobreaquecimento climático nessa região Ártica. Observando a geografia, pode concluir-se que essas “novas” ilhas não contribuem para o estabelecimento de um novo ponto de base para definir as zonas marítimas da Rússia no Ártico (porque estão localizadas na parte interna de Novaya Zemlya, no Mar de Kara. No entanto, esta é também uma situação desafiadora, pois se novas ilhas aparecerem como consequência do degelo do Ártico e contribuírem para a mudança dos limites marítimos, uma nova geometria geopolítica poderá ser apresentada nessa área altamente disputada.

Considerações Finais

Contrariamente ao apregoado por Friedrich Hegel no século XIX e retomado por Francis Fukuyama no século XX, e com as devidas ressalvas da política à parte, o “Fim da História” ainda está muito longe de acontecer. Nem o desejado equilíbrio da humanidade, nem a total estabilidade entre as civilizações pode ser garantida *a priori* num mundo em sucessivas mudanças. O constante evoluir da civilização induz novas Ordens Globais que serão apenas válidas dentro de um espetro temporal que se auto sustente. A introdução de novos fatores não anteriormente antecipados, como o atual fenómeno das alterações climáticas, poderá forçar o surgimento de uma nova Ordem Global e provocar uma alteração do atual regime do Sistema Internacional ao que a Governança Global deverá acompanhar. Se a CNUDM é, ou não, um documento adequado aos dias de hoje, uma vez que muito mudou desde o discurso de Avrid Pardo à Assembleia Geral das Nações Unidas em 1967²³, só o discernimento daqueles que a ratificaram poderá responder. Relembrando que a CNUDM resultou da vontade das Nações do Mundo, o documento continua vivo sendo constantemente acompanhado

²² <https://www.theguardian.com/environment/2019/oct/22/melting-glaciers-reveal-five-new-islands-in-the-arctic>

²³ https://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/pardo_ga1967.pdf

pelos Estados-partes que sabiamente conseguirão ultrapassar os desafios que irão surgindo, os quais desafiam a própria integridade da Convenção.

As hipóteses apresentadas anteriormente, relativamente aos efeitos da subida do nível médio do mar, ainda não atingiram o ponto de causar danos ao estatuto de Estado das pequenas nações das SIDS, mas se, e quando acontecer, estará a Governança Global preparada para responder às inúmeras perguntas que serão levantadas? Não sabemos, eu não sei, mas sei que teremos de estar atentos a estas adversidades e tentar, dentro do possível, manter o balanço da Ordem Internacional equilibrado com a ordem natural do nosso planeta e dos seus Oceanos.





Os 70 Anos da NATO e as Relações Estados Unidos - Europa¹

Gen. Luís Valença Pinto²

Todos sabemos que a NATO tem sido um componente, não único, mas muito importante, da matriz definidora da relação transatlântica. E muitos desejamos e sentimos como vantajoso, que no presente assim seja e que assim continue a ser.

A questão que aqui me traz centra-se precisamente na necessidade de discutir a validade e a relevância desse pressuposto, no presente e no futuro que com razoabilidade podemos tentar antecipar. Um estudo recente da *Brookings Institution* recordava que nos últimos 500 anos houve 63 alianças para fins de Defesa e que delas só 10 viveram mais do que 40 anos. A média de durabilidade foi de 15 anos. Percebe-se assim que a circunstância da NATO ter chegado aos 70 anos de existência é em si mesmo assinalável. Mas desta existência de sete décadas não se pode, nem deve, inferir nenhuma ideia de inquestionável perenidade. As alianças não são eternas. E esse é um postulado das Relações Internacionais.

A hora atual não é das mais risonhas e promissoras na vida da Aliança Atlântica. Daí a pertinência do tema que me foi proposto e que muito gostaria de convosco tratar adequadamente. Permitam-me que recorde dois factos recentes que, a meu ver, nos dão uma ideia clara da delicadeza do

¹ Trabalho elaborado no âmbito da Cátedra Bernardo Sá Nogueira, na Academia Militar, em 22MAI2019. Conferencista no IDJC, em 26SET2019;

² Desempenhou os cargos de Conselheiro Militar na DELNATO e as funções de Representante Militar Português junto do Q-G da NATO no SHAPE (Mons, Bélgica), de CEME, de CEMGFA, e de Director do IDN em 2000. É Professor convidado do Instituto de Estudos Políticos da UCP e investigador no seu centro de investigação de estudos políticos (CIEP), bem como Professor na Universidade Autónoma de Lisboa e investigador na respectiva unidade de investigação, o OBSERVARE;

momento que se vive. Primeiro facto, a propósito dos 70 anos foi pensado fazer em Washington uma comemoração marcante com atividades e eventos durante três dias. Tudo o que se concluiu como sendo pacífico e podendo ser feito, foi uma reunião curta e discreta do Conselho do Atlântico Norte, em formato de Ministros dos Estrangeiros, em Washington, na tarde de 4 de abril, o dia do aniversário. Apenas isso aconteceu. Segundo facto, porventura ainda mais revelador. Face aos costumes, seria normal e previsível que a NATO renovasse em 2020 o seu Conceito Estratégico, que é de 2010, o que pressupunha iniciar em 2019 um debate interno a isso tendente. Nada se irá passar. E porquê? Porque há noção que um tal debate, que naturalmente teria que incidir com muito vigor e profundidade nos planos político e estratégico, seria com toda a probabilidade muito controverso, exporia significativas clivagens e, nas suas consequências, seria no mínimo inconclusivo e, no pior cenário, disruptivo da própria Aliança.

Realmente o momento é difícil. Marcado por visões distintas. E por uma preocupação, sobretudo europeia, de pelo menos manter o *status quo*, para evitar mais intensas divergências, com consequências imprevisíveis e porventura graves. Numa palavra, de momento a atitude dos europeus no seio da NATO rege-se acima de tudo pelo desejo de preservar a organização. Quando foi fundada, em 1949, a NATO estava verdadeiramente no centro das relações EUA-Europa.

A motivação próxima, talvez o catalisador, para a sua constituição, foi o interesse comum em conter o expansionismo soviético que, entre 1945 e 1948, transformou uma ocupação militar, natural nas condições do pós 2ª Guerra Mundial, numa abusiva ocupação política que havia de durar 40 anos, e que foi conseguida à força de sucessivos golpes ilegítimos, de que o mais gritante foi o golpe que em 1948, na então Checoslováquia, derrubou um governo, que provinha de eleições sérias e dispunha de estabilidade, num país em franca recuperação económica e social, e onde o partido comunista não era maioritário. Mas, procurando ver de um modo mais essencial, há que analisar o fundamento dessa manifestação de comunalidade de interesses entre norte americanos e europeus. Uns e outros inscreviam-se no mesmo padrão cultural e civilizacional. E entre uns e outros havia um percurso histórico comum e muito intenso, com vivências particularmente vigorosas e muito próximas nos anos pesados das 1ª e 2ª Guerras Mundiais. E na vivência de mútuo compromisso e solidariedade que caracterizou a Guerra Fria.

Foi esse vínculo que viabilizou a transformação por que a NATO passou após a Guerra Fria, evoluindo de uma Aliança que estava, agluti-

nada de modo relativamente passivo em torno de uma ameaça comum, para passar a ser uma Aliança que é e que, como tal, se empenha ativamente na salvaguarda e afirmação de princípios, valores e interesses partilhados. E assim a NATO deu um contributo decisivo na pacificação das Balcãs Ocidentais e contributos muito importantes no combate à pirataria na região do Corno de África e também na melhoria dos contornos da questão afegã.

Mas recentemente surgiram no contexto transatlântico sérias dificuldades. E celebrar a NATO nos seus setenta anos implica tentar perceber os motivos dessas controvérsias e a via ou as vias para a sua superação ou atenuação. No cotejo dessas dificuldades algumas são mais estruturais e de fundo, e outras são mais circunstanciais e de conjuntura.

No plano estrutural dois fatores determinam de modo conjugado essa alteração de ambiente. Um, é o desvio da prioridade norte americana da Europa para a Ásia-Pacífico e, mais recentemente, para o Indo-Pacífico. Um movimento que, há que reconhecer, é não só legítimo, como inteiramente consonante com o *boom* demográfico, económico e tecnológico que ocorre nessa parte do Mundo. E um movimento que, evidentemente, está também em consonância com a preocupação dos Estados Unidos em acompanhar mais de perto a ascensão, aparentemente imparável da China, que sabem ser, e ser cada vez mais, a potência rival. O segundo fator, prende-se com o protesto, também bastante legítimo, dos Estados Unidos quanto ao crescente agravamento do desequilíbrio que em matéria de repartição de encargos financeiros se verifica hoje na Aliança.

Há 15 anos os EUA cobriam cerca de 62% desses custos e hoje cobrem perto de 75%. E isso sem que a NATO tenha aumentado os seus gastos de forma explosiva, mas antes porque os europeus têm despendido progressivamente menos nas suas políticas públicas de Segurança e Defesa. Na conjugação destes dois fatores duas mensagens soaram muito claramente do lado norte-americano, embora os europeus se tenham “esforçado” para não as ouvir. A primeira mensagem é simples: aliados europeus deixem de contar de forma tão permanente, garantida e automática com a proteção do “chapéu de chuva” militar dos EUA; assumam as vossas responsabilidades perante a Defesa da Europa, o vosso próprio continente, e também pelos problemas que ocorram no vosso *near abroad*, designadamente na África do Norte e, nalguma medida, no Médio Oriente; e façam-no sabendo que nós, EUA, estaremos presentes se estiverem em causa a Rússia, a dimensão nuclear ou a existência de Israel; e também que mantemos ativos os Acordos Berlin-Plus, que viabilizam a disponibilização à Europa de capacidades de que a Europa ainda não dispõe. Se posso comentar, uma mensagem

realista e razoável. A outra mensagem é igualmente simples na sua formulação: aliados europeus cuidem mais e melhor dos vossos gastos com Defesa; apliquem nisso 2% dos vossos PIB anuais. Mensagem no geral também razoável e exequível, mas muito pouco interessante para os ouvidos europeus, quanto mais não seja por razões eleitoralistas.

É claro que esta segunda mensagem tinha de início um caráter sobretudo simbólico. De facto atribuir à Defesa 2% ou 5% do PIB por si só nada diz. Isso nada representa se esses recursos forem mal aplicados. Por essa razão este critério foi mais recentemente precisado com a indicação de que desse aumento de alocação de recursos, pelo menos 20% têm que se orientar para o desenvolvimento de capacidades militares, com natural prioridade para as que estão em lacuna na Europa, e também que esse mútuo compromisso deve estar satisfeito em 2024.

A verdade é que aos EUA também preocupa o risco de, em função de significativos *gaps* tecnológicos, ficarem operacionalmente sozinhos, nomeadamente em cenários de maior exigência e sofisticação. Os EUA, talvez pela sua condição de superpotência global, nem sempre identificam fortes limitações no seu isolamento político e estratégico, mas em regra procuram evitar o isolamento operacional e tático. Daí o atual e justificado ênfase em capacidades, porque é verdadeiramente na base delas e não na base de indicadores orçamentais, que se pode construir a convergência e a coerência entre as Forças Armadas dos diferentes países.

Se desta feita for bem sucedida, a aproximação que mais uma vez se tenta entre o Planeamento de Defesa da NATO e o Planeamento de Defesa da União Europeia pode dar um valioso contributo a esses propósitos de convergência e coerência, ao mesmo tempo que poderá ser a materialização razoável de uma estrutura de forças europeia. Algo que tenha realidade objetiva e que, com vantagem, se distancie da ideia de um “exército europeu”, que tem mais de *slogan* do que de substância. Uma nota para referir que, à data, apenas sete dos 29 Estados Membros da NATO, cumprem a meta dos 2% do PIB: os Estados Unidos, a Estónia, a Grécia (embora talvez por outras razões), a Letónia a Lituânia, a Polónia e o Reino Unido.

Em síntese e subtraindo a Grécia desta equação, quatro Estados fronteiriços da Rússia, os EUA e o Reino Unido. Ponto muito importante é que os dois problemas ou as duas mensagens a que me referi, não são, no essencial, de agora. Elas remontam pelo menos às Administrações de George W. Bush e de Barack Obama. E podemos tomar como razoavelmente seguro que vão continuar num tempo pós Trump, seja isso o que for. A diferença, que não é pequena para o tema que aqui hoje nos convoca, é que com esses Presiden-

tes as duas questões nunca foram colocadas num registo de eventual rotura da Aliança, ao passo que com Trump têm sido enunciadas de modo muito rude, indutor de desconfianças e agravos mútuos, e regularmente acenando com a possibilidade, aparentemente tranquila para os atuais responsáveis norte americanos, de colapso final da Aliança, face ao que avaliam como o seu obsoletismo e dispensabilidade.

Esta significativa diferença conduz-nos às pesadas dificuldades circunstanciais com que a NATO hoje se confronta e que inequivocamente estão associadas à Administração Trump. Voltarei ao assunto, mas recordo que, quando assumiu funções, Trump fez um périplo por algumas capitais europeias e pela sede da NATO agitando, entre outras coisas, o espectro da dissolução da Aliança. E, também que, num tempo imediatamente seguinte, o então Secretário da Defesa dos EUA, deu mesma volta tentando restabelecer tranquilidade, e sugerindo que o Presidente não devia ser tomado à letra.... Este Secretário da Defesa foi recentemente exonerado e a sua substituição motivou o comentário que “com ele saía o último adulto que existia na Casa Branca”.... Mas para que melhor se perceba a realidade da NATO de hoje, devemos procurar a sua caracterização também num outro plano.

Concretamente no plano da maior ou menor adequação e suficiência das capacidades da Aliança face às exigências da Segurança contemporânea. Na ordem estratégica colocam-se hoje à NATO problemas e dificuldades a Norte e a Leste, decorrentes das atitudes agressivas e violadoras do Direito Internacional da Rússia de Putin, e também dificuldades a Sul, com as ameaças e riscos transnacionais e assimétricos que emergem da África do Norte e do Médio Oriente, seja porque são gerados nessas regiões ou porque por lá transitam e a partir de lá se manifestam, ainda que provenientes de outras áreas, como por exemplo a África Subsaariana ou o Grande Médio Oriente.

Ora para as questões a Norte e Leste a NATO pode ser um relevante instrumento de resposta. Por isso mesmo aprovou e tem em execução um plano para a projeção e estacionamento de forças convencionais nessa área, naturalmente acompanhadas por esforço político e diplomático, em particular assente na ação de alguns Estados Membros (sobretudo os EUA, a Alemanha, a França e o Reino Unido). No que respeita ao Sul as coisas são bem diferentes. O que aí se verifica justifica e recomenda ação e presença militar, e também esforço político e diplomático. Mas a natureza dos problemas, a sua conexão com a pobreza, a exclusão, os cenários de violência, as questões ambientais, etc, impõe que as respostas tenham que também incluir ação nos planos económico, financeiro, social e cultural. Ora a

NATO não dispõe de nenhuma dessas capacidades e valências, o que nos tem que levar a perceber que, agindo sozinha, a NATO não tem condições para assegurar Paz, Segurança e estabilidade face às ameaças e riscos que se sentem e continuarão a sentir, no Sul da Europa. É um facto! Mas é um facto que por si só não condena a Aliança ao ocaso, ou sequer à irrelevância ou à menorização.

Mas é um facto de que há que retirar consequências. De que sobressai a implicação que, para continuar a ser plenamente útil perante alguma da moderna conflitualidade, a Aliança carece absolutamente de considerar outros modelos de atuação, designadamente buscando parcerias que facilitem cooperação, associando a dimensão militar que a Aliança pode proporcionar, com as outras dimensões de ação estratégica que os novos conflitos igualmente requerem. E, sendo todas as parcerias potencialmente relevantes, sobressai a que pode e deve existir entre a NATO e a UE, duas instâncias absolutamente complementares quanto às suas respetivas valências e que, a demais, são partilhadas por 22 Estados.

Exceto eventualmente no plano político, este desiderato não pode constituir dificuldade no plano conceptual. A realidade e a prática evidenciam que nos níveis operacional e técnico essa cooperação vai fluindo sem especiais dificuldades. Mas o quadro não é exatamente o mesmo quando nos colocamos nos patamares político e institucional. Desde 1991, data do seu primeiro Conceito Estratégico do pós Guerra Fria, e num movimento de constante aprofundamento e reforço até ao atual Conceito de 2010, a NATO assumiu, entre outras, três coisas fundamentais. Em primeiro lugar, um novo paradigma de Segurança, distinto da até aí tradicional visão do potencial Inimigo pré-definido, atenta naturalmente aos objetivos clássicos da Segurança, incluindo os da Segurança Coletiva, mas também à dimensão humana que marca a Segurança Cooperativa do presente. Depois, que para atuar eficazmente nesse contexto, é designadamente indispensável agir na busca e promoção da cooperação, e no entendimento que a ação carece de ser multidimensional, associando todas as dimensões possíveis do trabalho estratégico. Finalmente, que, diferentemente dos tempos da Guerra Fria, em que a lógica subjacente aos conflitos era, como não podia deixar de ser, uma lógica *win-lose*, a lógica que hoje precisa de prevalecer é do tipo *win-win*. Reconhecendo as suas limitações para contrariar com propriedade muitas das novas ameaças, a Aliança está também perante mais esta encruzilhada. E aqui ganha muito vigor e novos contornos a dimensão europeia.

Raciocinando em modelo, facilmente se percebe que muitas das questões que hoje constituem problemas e embaraços no relacionamento transa-

tlântico podem (e devem...) encontrar resposta no contexto especificamente europeu e, em concreto, da União Europeia. Mas a pergunta legítima e obrigatória é: será isso possível? Há muito que penso que, a subsistir, e eu creio que é bom que subsista, a Aliança Atlântica tenderá a evoluir para se transformar *de facto* numa estrutura de articulação entre os EUA e a UE, donde se pode retirar que a NATO precisa da UE. Sendo que a inversa é identicamente verdadeira. Haverá caminho para essa mutação? Refletir acerca dessa questão implica olhar pelo menos para três planos: o do entendimento que uns e outros, norte-americanos e europeus, têm do Mundo; o dos traços fortes que neste momento se identificam no pensamento norte-americano no que tange à Europa e, terceiro plano, o do processo europeu.

No que se prende com a visão do Mundo e sendo absolutamente sintético mas objetivo na análise dos recentes textos oficiais (Estratégia Global de Segurança da UE, de junho de 2016 e Estratégia Americana de Segurança de dezembro de 2017), o que se consta-ta são diferenças abissais. Os EUA de hoje não reconhecem preocupações de governança global, não acolhem o multilateralismo, consideram aliados e parceiros apenas e só se ampliam o Poder dos EUA e não mostram interesse pelas ordens de cooperação regionais. Os europeus têm preocupações de governação global, querendo ser normativos para esse efeito, identificam o multilateralismo como condição para essa governação, reconhecem e privilegiam as ordens regionais de cooperação - com ênfase para África - e olham para todos os aliados e parceiros sob o prisma de uma cooperação mutuamente frutuosa. Dificilmente se pode ter enunciados tão díspares. Aí está outro prisma para se entender como uma revisão do Conceito Estratégico seria por agora inviável e contra indicada.

E como é que no momento é percebida pelos EUA a dimensão transatlântica? Sem grande desenvolvimento, recorde-se que os EUA abandonaram os acordos de Paris, que os EUA abandonaram o TTIP, *Transatlantic Trade and Investment Program*, que os EUA ignoram a UE, exceto quanto ao comércio, âmbito em que explicitamente a consideram como um opositor (na Estratégia de Segurança dos EUA não há uma letra sobre a UE...), que os EUA colocam os aliados europeus nas dificuldades que antes referi, que os EUA ignoram completamente a voz europeia noutras questões relevantes, como, para dar um exemplo da atualidade, o acordo nuclear com o Irão...

Para a Europa e para os europeus os tempos não estão fáceis em Washington. Um olhar agora, também necessariamente muito sintético, sobre o processo europeu. O que mais sobreleva é que, apesar de em maté-

ria de formulação de Política Externa e de Política de Segurança e Defesa se ter evoluído mais nos últimos três anos do que em toda vida anterior da UE, com todos os Estados Membros a subscreverem a nova Estratégia e 25 dos 28 a aderirem à Cooperação Estruturada Permanente decidida há ano e meio, subsistem embaraços e dificuldades. Salientaria três. O primeiro é que, embora mostrem ter uma visão equilibrada e justa para o Mundo, e de na ordem global estarem espartilhados entre o retracionismo americano e o expansionismo chinês, os europeus continuam indecisos quanto ao papel concreto que nela querem desempenhar. Isto é algo que em larga medida se filia na estreiteza política e estratégica das atuais lideranças europeias, sempre irresistivelmente subjugadas por critérios eleitorais.

Não admira pois que a Europa ainda não se tenha entendido quanto à autonomia estratégica que deseja para si e que com realismo pode ter. A Europa do presente encerra também delicados problemas de definição democrática. Os últimos indicadores do *Freedom House Report* consideram que a Hungria deixou de ser uma democracia consolidada e que a Polónia está à beira da mesma categorização. E podíamos falar da Turquia, que não sendo membro da UE, é europeia e muito importante no contexto da NATO, e que o mesmo relatório já não considera como uma democracia. E não olvidemos o Brexit, que nos tem evidenciado a profunda crise de um Estado tão importante como o Reino Unido. E a lista podia continuar... Este é um quadro que revela uma coesão, se não precária, pelo menos enfrentando dificuldades, o que acaba por contribuir para a progressiva marginalização da Europa em relação ao processo global e dos europeus em relação à ideia de Europa.

As quase unanimidades que se verificaram em relação aos dois textos recentes e fundamentais que mencionei, sugerem contudo um sinal diferente. Por ventura são também um indicador que, apesar de tudo, vai crescendo na Europa a noção que a eventual renacionalização das Políticas Externas e de Segurança e Defesa conteria o risco de trazer de volta os velhos demónios que durante séculos rasgaram o continente com sucessivos conflitos. Algo que se alterou precisamente com o processo de construção europeia. E fazem pensar que talvez esteja a chegar para a Europa o tempo para uma narrativa de esperança. Acentuo o “talvez” e não me dispenso de algumas considerações objetivas.

O modelo europeu que há 15 anos era fortemente atrativo em todo o globo, não suscita hoje, em parte alguma, esse tipo de sentimento. A Europa corresponde hoje a 11% da população mundial, numa situação de natalidade regressiva, ao mesmo tempo que não consegue identificar posições claras

e comuns na questão da imigração. Uma questão de atenção obrigatória. A Europa continua a ser um relevante ator comercial e económico, mas também nisso está em retração, não representando hoje o seu PIB mais do que 13% do PIB mundial. Apesar de alguns bons esforços e iniciativas em anos recentes, a Europa não está a ganhar a batalha da inovação. Não está a conseguir sair da era industrial para entrar resolutamente na era digital, o que, a não acontecer, significa uma condenação ao isolamento e a menorização.

Postas as coisas assim, o registo parece catastrófico e sem remissão. Tenho porém a esperança e, mais do que isso a convicção que, apesar das atuais hesitações, demoras e contradições, a Europa não está sob nenhuma condenação e que, ao contrário, será nela e com ela, que será possível definir e construir melhores respostas para estes vários problemas, incluindo os que afligem a NATO. Não é uma questão de fé. A par com as Nações Unidas a União Europeia é a mais extraordinária e original construção política do tempo contemporâneo. É uma construção que se tem sabido reinventar e renovar ao longo da sua existência. Mesmo com as sabidas dificuldades em matéria de compreensão de uma identidade comum que, aliás, não podem ser tomadas como surpreendentes.

A União Europeia foi concebida na base das diversidades e singularidades do passado e do presente. E o que busca é precisamente, salvaguardando a sua enriquecedora diversidade matricial, construir uma identidade futura. É essa a lógica última do processo europeu. A identidade europeia ou será futura ou não existirá. Para o que são necessários visão e projeto. Sem eles os cidadãos não serão tocados. E sem cidadãos nunca há processo político. Pelo menos legítimo e sustentável. Nesse projeto talvez seja justificado conferir à UE um papel como ente de natureza regional, apto a intervir com pragmatismo em qualquer parte do globo (o que é diferente de ser Ator global), usando todos os seus recursos e políticas, e agindo simultaneamente na proteção e salvaguarda dos legítimos interesses dos europeus e no compromisso com a construção de melhor e mais Paz, Segurança e estabilidade nas zonas de crise.

Para além de justificado nas suas premissas, esse projeto está perfeitamente ao alcance da Europa. E, a menos que os EUA isso recusem, a Europa deve fazer esse caminho, procurar essa evolução, com permanente atenção e empenho na preservação do vínculo transatlântico e, portanto, da Aliança Atlântica, e no reconhecimento do papel de Ator indispensável que continua a caber aos Estados Unidos em matéria de Segurança e Defesa da Europa. E nesse processo dar a necessária atenção ao reforço das capacidades mili-

tares europeias, incluindo e de modo destacado, o plano tecnológico, ligado ao digital, à inteligência artificial, à robótica e à automação. No presente e de modo acrescentado no futuro, esses parâmetros não são *enablers*, nem *force multipliers*, são *game changers*, que colocarão fora de jogo quem não os dominar.

A Europa tem todas as condições materiais para poder dar esses passos. Falta saber, e não é pequena dúvida, se terá a vontade política partilhada que eles também requerem. Se assim acontecer, a Europa será melhor e será mais forte, e poderá responder positivamente à desejável superação dos fatores mais estruturais da crise da Aliança Atlântica, assumindo mais responsabilidades estratégicas e uma fatia mais equilibrada na equação da partilha de encargos. Os outros fatores, os de caráter circunstancial e conjuntural, muito decorrentes de quem tem hoje voz e Poder no outro lado do Atlântico, dificilmente serão eliminados por esta via. Mas os excessos demagógicos, injustos e panfletários que têm sido esgrimidos, encontrarão menos espaço para serem propalados e serão mais facilmente rebatíveis.

Em síntese a leitura que faço e que tentei transmitir foi:

- que a Aliança Atlântica vive uma crise muito difícil, que nos níveis político e estratégico vem convidando à paragem e à gestão da expectativa, como expediente para evitar males maiores;
- que para essa situação concorrem fatores estruturais e fatores conjunturais;
- que quanto aos conjunturais o que mais importa é não os agravar e esperar que o tempo venha a possibilitar as necessárias evoluções positivas;
- que as dificuldades estruturais podem com vantagem ser superadas no quadro intraeuropeu, designadamente no contexto da União Europeia, o que pressupõe uma evolução que, sob a perspetiva material e dos recursos está perfeitamente ao alcance dos europeus, mas que só será suscetível de concretização na base de uma visão mais partilhada e mais ambiciosa para a Europa;
- que esse caminho não deve dispensar, antes exige, a preocupação em preservar a NATO e com ela a relação transatlântica.

É por isso que creio que neste momento tão áspero da vida da Aliança, perante as atuais contingências, um aliado bom e empenhado como Portugal tem sido e é, tem como a sua melhor opção fazer bem o trabalho euro-

peu que lhe compete, sempre salvaguardando a dimensão transatlântica, e sabendo que dessa forma está simultaneamente a construir mais e melhor Europa e a contribuir muito positivamente para que a NATO possa continuar o a ser a pedra angular da Segurança europeia.

Muito obrigado.





A septuagenária NATO – na encruzilhada entre um passado bem-sucedido e o problemático futuro¹

V/Alm. REF Rebelo Duarte²

ESTRUTURA

I. INTRODUÇÃO

II. A NATO NA ORDEM INTERNACIONAL PÓS-II GM – um histórico de sucesso

III. DESAFIOS ACTUAIS PARA UM FUTURO COMPLEXO

IV. NOTAS CONCLUSIVAS

ACRÓNIMOS

BRIC – Poderes emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)

CE – Comissão Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FA – Forças Armadas

FEI – Fórum Económico Internacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

GM – Guerra Mundial

IESD – Identidade Europeia de Segurança e Defesa

IRS – Iniciativa da Rota da Seda

¹ Comunicação apresentada na sessão, de 27JUN2019, do IDJC;

² Oficial de Marinha na situação de Reforma desde AGO2011;

MNE – Ministro dos Negócios Estrangeiros

M-O – Médio-Oriente

NATO – North Atlantic Treaty Organization

NU – Nações Unidas

OI – Ordem Internacional

ONG – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OCS – Organização para a Cooperação de Shangai

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa

RI – Relações Internacionais

RU – Reino Unido

SI – Sistema Internacional

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

I - INTRODUÇÃO

A Aliança Atlântica ficou este ano uma instituição septuagenária, coincidindo com um tempo em que o seu grande impulsionador pondera exigir aos países europeus o pagamento das despesas associadas à presença americana na Europa, expresso num prémio adicional de 50% pelo “privilegio da protecção de Washington”.

Trata-se de uma proposta que, a avançar, poderá originar um aceso debate político a nível europeu sobre o próprio futuro da NATO, cujos líderes, em particular Merkel e Macron, vêm partilhando uma crescente preocupação sobre a posição europeia num mundo que não sendo ainda pós-americano, parece ser cada vez mais pós-europeu.

Apesar destes “solavancos”, o facto é que a NATO já celebrou os seus 70 anos, como é sabido, em 04ABR1949, instituída pelo Tratado de Washington.

Isto, numa época em que a Europa, apesar de devastada devido à guerra, ainda era vista, dentro e fora, como o “centro do mundo”, além de valorizada pela potência com ambição mundial, os EUA, na altura interessados em se envolverem, como aconteceu, num compromisso militar permanente com o parceiro europeu, então a Europa Ocidental.

Tratava-se de um mundo do pós-guerra, à entrada da nova década dos anos 50, radicalmente diferente do actual, bastando lembrar que a Índia, então, com apenas 3 anos de independência (1947), já sofria das sequelas

da partição colonial britânica com o Paquistão, e, que, por sua vez, a China, pouco mais era do que irrelevante nas grandes questões da política mundial. Face ao enorme poder dos EUA, só a URSS representava o adversário de primeira grandeza no xadrez internacional da época.

A NATO apareceu como uma aliança de países ocidentais visando a contenção do expansionismo comunista da União Soviética e só mais de 3 décadas depois se arvoraria em organização de defesa e difusão das democracias liberais, uma ideia de consolidação da OI demoliberal que viria a consolidar-se com o fim da guerra fria.

Foi a implosão da URSS, no início da década de 90, que abriria as portas ao conceito das guerras justas, legitimadoras da política intervencionista da Administração Clinton e do governo de Tony Blair, na ex-Jugoslávia (primeiro na Bósnia, especialmente em 1995 e depois no Kosovo, em 1999), inspirador da transmutação da NATO num instrumento do intervencionismo liberal humanitário, coincidente com um curto e raro momento histórico da indiscutida unipolaridade americana.

Apesar do curto tempo decorrido desde então, o facto é que o mundo de hoje é bem distinto, marcado pela recuperação da inesperada fragilidade económica e social da Rússia após o colapso do seu regime socialista e centralizado, e a meteórica ascensão da China na economia e política mundial.

Vive-se uma época em que não foram só aqueles dois mundos — 1945/49 e 1989/91 — que desabaram. O 11SET (2001), a invasão do Iraque (2003), a crise financeira (2008), a continua afirmação económica, política e militar da China — com clara ambição de potência global — e a reemergência da Rússia, ainda que numa área geopolítica mais limitada aos seus territórios de histórica influência, respondem por essa grande transformação, com alteração profunda do contexto e ambiente da geopolítica mundial.

Neste novo quadro global, não foi só a NATO a perder algum do seu anterior poder de influência e projecção. Todas as outras instituições internacionais nascidas no pós-II GM, nomeadamente a ONU, OSCE, FMI, concebidas para uma outra Europa e Mundo, vêm sofrendo de uma certa contestação pelos poderes emergentes, interessados na reformatação da “velha” OI.

As dificuldades que essa reconfiguração acarreta para uma organização de defesa como a NATO, são fáceis de compreender. Quando nasceu os interesses estratégicos fundamentais eram partilhados pelos seus membros, dado que percepcionavam, clara e comumente, a existência de um poderoso inimigo comum, que funcionou como agregador das duas margens do Atlântico, espelhadas nas águas da designada área euro-atlântica.

Só que hoje estamos de regresso ao tradicional histórico da teoria das RI's, como o da “*normalidade anárquica*” de Kenneth Waltz³ — um mundo multipolar — onde grandes potências competem e rivalizam abertamente, sem se compadecerem com instituições mundiais ou alianças militares, como a NATO, concebida no contexto da partilhada ameaça comum.

Nesta fase de transição para uma nova OI, encontramos uma América na ressaca das longas e erosivas guerras do Afeganistão e Iraque, a pender para a sua tradicional conduta mais isolacionista (ou menos internacionalista, como se queira), a par de uma Rússia mais compaginável com a sua histórica assertividade imperial e uma China a recuperar pela via inicial do desempenho económico-financeiro a prevalência e hegemonia que lhe havia escapado na dinastia Ching, há pouco mais de dois séculos atrás.

A NATO não poderia ficar incólume à ventania que se estende da área euro-atlântica até à euro-asiática, passando igualmente por uma fase de alguma turbulência, causada pelas interrogações que pesam sobre a sua coesão, o seu futuro e as suas missões, reavivadas a partir da eleição de Trump, cujo 2º mandato é uma possibilidade que os analistas não descartam.

O actual inquilino da Casa Branca será a faceta mais visível do problema estrutural que atravessa a Aliança, em boa parte devido à tal e aparente inexistência de um poderoso inimigo comum que lhe dê a solidez estratégica que já teve. Para alguns, infantilmente creio, a Rússia deixou de ser vista como um rival/inimigo e, provavelmente, nem o voltará a ser ao tempo da União Soviética. Por sua vez, os EUA, como potência global, já enunciou a transladação do seu interesse estratégico fundamental para a região da Ásia-Pacífico, compreensível à luz da crescente competição global — económica, política e militar — que passou a reconhecer na China.

Ora, é aqui neste jogo de sombras que sobressai a consequência para a Europa da eventual perda de importância do Atlântico e da Aliança, por via do potencial enfraquecimento da ligação dos EUA ao velho Continente, de resto já com sinais pressentidos durante a anterior Administração Obama. E se nós, europeus, analisarmos a questão estratégica da actual Administração — obcecada pelas despesas militares e políticas comerciais proteccionistas —, o cenário agrava-se, e, se levarmos em linha de conta a nova postura de outros actores, incluindo aliados, como a Turquia, então a inquietação avoluma-se.

Em termos prospectivos, a questão fundamental será, pois, a de saber se a NATO conseguirá adaptar-se à complexidade do mundo do século

³ Em 1979, no seu livro *Theory of International Politics*, Kenneth Waltz defendeu esta tese da normalidade anárquica do sistema internacional;

XXI e, não menos importante, às diferentes percepções dos seus membros sobre as ameaças graves e prioritárias. Se não o conseguir, poderá soçobrar perante as contradições dos interesses estratégicos, quer entre europeus e norte-americanos, quer mesmo entre europeus.

É a análise da crescente complexidade do presente e a avaliação especulativa das incertezas do futuro, que, tentativamente e com a objectividade possível, nos propomos desenvolver, sobre uma temática – prospectiva sobre a nova OI e destino da NATO – que facilmente reconhecerão como de difícil prognóstico, face à fluida natureza das variáveis que entram na equação geopolítica em adivinhação.

II – A NATO NA OI – um histórico de sucesso

No rescaldo da II GM, com a criação da NATO lançou-se uma pedra basilar na construção de um novo paradigma nas RI's, numa altura – 1949 – em que se começavam a erguer os alicerces do novo sistema bipolar, sobre os escombros da conflagração mundial pelos efeitos, sendo já então evidente que os aliados da véspera não demorariam a virar acirrados inimigos de amanhã.

De um lado, os EUA, do outro, a URSS, e no meio, a Europa, que em 25MAR1957 viria a agregar-se em CEE, através dos seus 6 membros fundadores (FR, IT, ALE ocidental e BENELUX). Com a herança trágica dos 2 conflitos europeus intervalados por apenas 3 décadas, a área euro-atlântica procurou, com a institucionalização da Aliança, cuidar da estabilidade, num propósito não bélico, assumindo-se, desde o primeiro momento, como uma aliança essencialmente política e só excepcionalmente militar. Edificava-se, assim, um novo modelo do SI baseado na referida doutrina de *containment* idealizada por George F. Kennan⁴, perante o avanço do comunismo na Europa e em diferentes partes do mundo.

⁴ Diplomata americano. Vice-chefe da missão americana em Moscovo logo a seguir à II GM. Chegou a estar também colocado em Lisboa durante o conflito. Uma figura incontornável no estudo do realismo em qualquer curso de Relações Internacionais, foi o primeiro a perceber o comportamento e a natureza expansionista do regime comunista soviético do pós-Guerra. Primeiro, num *long telegram* enviado para Washington, em 1946, e depois num artigo que viria a ficar célebre, publicado em Julho de 1947 na *Foreign Affairs*. Assinado sob o pseudónimo de Mr. X., o artigo tinha como título *The Sources of Soviet Conduct* e tornar-se-ia num dos documentos doutrinários mais importantes das relações internacionais da segunda metade do século XX e que iria ser fundamental para definir as “regras” da Guerra Fria;

Foi esse seu pensamento doutrinário que ajudou à edificação do sistema bipolar da guerra fria⁵, assente, também na “dissuasão” de poderes nucleares, privilegiando-se, assim, a estabilidade sistémica através da manutenção de um *status quo* de equilíbrio de poderes, com momentos de fricção, mas sem confrontação directa, substituída pelas designadas guerras por procuração, apelidadas de *proxy wars*.

Submetia-se, assim, a realidade mundial a uma nova OI, a dos Pactos Militares, com um conceito de segurança não negociado, mas partilhado, confiável na moderação pela hipótese nuclear de destruição recíproca, numa espécie de “equilíbrio do terror”, como então foi baptizado. Entrávamos no tempo da ordem bipolar, com os actores muito bem identificados e que durou até ao início da guerra ao terror promovida pelos EUA no M-O e que rapidamente se transformaria numa caixa de Pandora de instabilidade regional.

A partir daí, assiste-se a uma reviravolta do ambiente internacional, soltando os espíritos da mundialização das dependências e interdependências e as consequentes exigências de uma globalização, ao início festejada, mas já hoje questionada pela sua falta de regulação mundial, em especial pelas sociedades ocidentais, que assistem e se inquietam com o crescimento no seu seio das desigualdades económicas e sociais, fruto de uma situação de “*crise do globalismo sem governança em que o mundo se encontra*”, como a costuma caracterizar o Prof. Adriano Moreira⁶.

Num primeiro tempo do pós-guerra fria, assistiu-se à tal OI unipolar de indiscutida supremacia, mesmo hegemonia, americana, alicerçada no poderio geopolítico, estratégico, económico e militar, que viria a vigorar até ao início do presente século, dramaticamente conotado com os ataques terroristas, de 11SET2001, às Torres Gémeas em Nova Iorque, numa bárbara agressão que levou os aliados a invocarem, pela primeira vez, o artigo 5º da NATO, para lançarem uma operação aeronaval⁷, no mar Mediterrâneo, de combate ao terrorismo, que ainda hoje perdura.

O referido estatuto hegemónico ainda se projectou pela década seguinte, mas exercitada apenas pela componente militar, dado que nas outras vertentes, como a económica e estratégica, os EUA começaram a ser contestados pela China, em termos económicos, e a Rússia, em termos

⁵ A tal Guerra Fria que mais tarde o sociólogo realista Raymond Aron viria a caracterizar de forma sábia, como um sistema de “paz impossível, guerra improvável”;

⁶ Artigo “*A egocracia*”, in “Diário de Notícias”, de 25MAR2019;

⁷ Operação “*Active Endeavour*”, em que também temos participado com contribuições intermitentes de UN’s e aviões de patrulha marítima;

estratégicos e militares. Daí que esse tempo tenha merecido, na caracterização do SI, como a época da ordem uni-multipolar.

Entretanto, o mundo avançou e hoje assiste-se à rápida transição para uma ordem multipolar, na classificação russa e chinesa, para não esmorecer alguns dos seus parceiros importantes, como os BRIC's, mas efectivamente o que está em edificação é um sistema com três grandes poderes – EUA, China e Rússia –, cujas esferas e ambições de influência dos dois últimos são essencialmente anti-americanas, para não dizer anti-ocidentais.

É neste tabuleiro multipolar que assistimos a um peão europeu na defensiva, perante a tal rivalidade expressa de uns EUA face à China e Rússia, estes igualmente com um interesse comum, mais ou menos camuflado, em enfraquecer, senão desagregar, a UE.

Nada que Putin não tenha expressado no seu discurso de Munique 12 anos atrás, e agora no FEI em S. Petersburgo (07JUN2019), servindo-se do evento para clarificar a nova doutrina de confrontação global, na presença do parceiro estratégico Xi Jinping (note-se, já na sua 8ª visita à Rússia desde 2013), que também aproveitou o palco para enaltecer o projecto da IRS⁸.

Trata-se de um desafio confrontacional apoiado em 5 conceitos-chave que aparecem na declaração conjunta sino-russa – “*parceria global*”, “*interacção estratégica*”, “*estabilidade estratégica mundial*”, “*interconexão da IRS com a União Económica Euroasiática*” e “*efeito sinérgico da parceria euroasiática através da IRS na cooperação Sul-Sul*” –, tudo isto visando, alegadamente, a reversão do diabolizado domínio hegemónico americano (do qual a Europa deveria dissociar-se, segundo os promotores) e a consequente transformação da inerente ordem mundial, agora numa versão de “*Círculo de Ouro das Grandes Potências Multipolares*” capaz de garantir uma “cintura de estabilidade” na região da Ásia do Sul, assegurada, conjuntamente, pelos dois enamorados parceiros, além dos seus apaniguados Turquia, Iraque, Irão e Paquistão, dando expressão à convicção dos parceiros de que a ordem unipolar é passado e, exclamamos nós, o Ocidente a ver!

⁸ Projecto faraónico chinês, lançado por Xi Jinping em 2013, de 1.000 milhões de dólares, com mais de mil subprojectos (traçados) visando a implantação de novos itinerários pela Rota da Seda. Em desenvolvimento já há 6 anos, baseado numa multiplicidade de ligações terrestres (previsto um eixo ferroviário de 10.000 Km, a ligar o Oeste da China à Europa) e marítimas (com investimentos numa dezena de portos espalhados pelo mundo, e de 6 corredores económicos facilitadores das trocas comerciais da e para a China, incluindo mesmo novas rotas pelo Ártico), fazendo ranger os dentes às potências ocidentais que vêem nele uma real ameaça, mas que colheu já a aceitação e acordo de 72 países, nomeadamente os europeus Grécia, Itália, Espanha e Portugal, e, muito recentemente, a magrebina Argélia;

Diria um optimista que estes sinais da presente conjuntura geopolítica constituem, só por si, um atestado de validade e vantagem de uma NATO com um continuado papel dissuasor e de particular relevância no equilíbrio da "balança de poderes mundial", face à ausência de réplicas institucionalizadas dos outros "grandes espaços" em que se traduz a geografia política do mundo, mau grado *et pour cause*, algumas iniciativas nesse sentido, como é o caso da "OCS"⁹.

Essa crença solidifica-se ainda mais quando vemos hoje esses actores centrais nas RI a voltarem a recorrer à lei do mais forte, afastando-se do sistema multilateral edificado a partir do pós-guerra. Trata-se de uma evolução que implica desafios para os europeus e aliados, como apareceram claramente reconhecidos por responsáveis políticos da FR e da ALEM¹⁰, por ocasião da abertura da última Conferência de Munique sobre a segurança (15FEV19). Daí que hoje seja prioritário para a Europa que se assuma a funcionar como um pilar – icónico e quiçá o mais estável e previsível –, da ameaçada ordem multilateral.

A ideia de que um SI fundado em regras é o melhor garante da nossa segurança e da nossa prosperidade, parece não ser assim tão evidente para a maioria dos actores. A confiança e a força vinculativa dos compromissos que caracterizam a cooperação internacional, a procura de soluções comuns, a força e a capacidade de acção das instituições – todos estes valores e princípios estão sob negação e a degradar.

Por isso e na sua essência, o problema fundamental da NATO acaba por não ser muito diferente do problema das referidas instituições internacionais do pós-guerra (ONU, OSCE, FMI, etc.), que se vão mantendo em vigor, mas acusando já um certo desgaste, com contestação à mistura. Em termos simples, o problema é que essas instituições foram pensadas e concebidas para um outro mundo e uma outra Europa. A realidade que vivemos hoje é, em muitos aspectos, substancialmente diferente.

Tudo aponta para que estejamos de regresso ao normal histórico — um xadrez multipolar — onde grandes potências competem abertamente, num mundo que aparenta já não se compadecer com instituições (incluindo as alianças militares) ditas e inspiradas nas melhores intenções civilizacionais. Em decorrência, o grande risco é que a aliança, que vem ligando os EUA à

⁹ Organização política, económica e militar da Eurásia, fundada em 2001, com sede em Xangai, pela China, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão;

¹⁰ Jean-Yves Le Drian e Heiko Maas, respectivamente Ministros francês e alemão dos Negócios Estrangeiros, em artigo publicado no *Süddeutsche Zeitung*;

Europa, possa tender a perder importância, com sinais que já despontavam, aliás, na Administração Obama, que já enfrentava o descolamento do interesse estratégico americano para a Ásia-Pacífico, novo palco imposto pelo competidor global chinês.

Certo é que Donald Trump é a faceta mais visível do problema estrutural que enfrenta a NATO desde o final da guerra fria — a inexistência de um poderoso inimigo comum que lhe dê solidez estratégica. A Rússia não é vista por todos como rival ou inimigo, nem provavelmente voltará à negativa classificação anterior. Para além disso, os EUA, como potência global, têm o seu interesse estratégico fundamental em deslocação para a Ásia-Pacífico, agora que se sentem desafiados pelo principal competidor global, a China.

Hoje já ninguém contesta que os mundos bipolar e unipolar fazem parte da história, e, por outro lado, faz caminho a ideia de que a decepcionante atitude da actual Administração norte-americana para com a Europa vai moldando um enredo com vários e tristes cenas, com tendência para aumentarem, como é o caso dos exemplos mais eloquentes: abandono do acordo climático, denúncia do acordo de desnuclearização do Irão e início de uma guerra comercial.

Alguns analistas acusam mesmo Trump de já ter dado o tiro de partida para um mundo pós-NATO, cuja presidência não se coibiu de dar sinais de desacordo em relação à integração europeia, de que o apoio ao Brexit é dos episódios mais persuasivos. Algumas análises mais contundentes advogam mesmo que os americanos estão empenhados em trabalhar directamente no sentido da fragmentação e reversão da UE.

Neste caso, não estariam sós, pois a Rússia também aproveita qualquer oportunidade para enfraquecer o Ocidente e a UE, tida por sua principal “concorrente” na Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia ou Moldava. Quanto à China, continua a ser um forte concorrente económico mas ainda não parece estar a tentar quebrar a União, embora a própria CE esteja já a considerar a China, para além de um “rival económico”, também um “adversário sistémico”, acusando-a de discriminação contra empresas europeias e levantando dúvidas em relação ao uso de tecnologia e equipamento chinês nas novas redes de telecomunicações 5G, razões, entre outras, para o recente apelo aos líderes europeus para limitarem a presença de empresas públicas chinesas na Europa.

Motivos não faltam para que a Europa pense na necessidade de contar consigo própria, ainda que julguemos prematura a ideia de que deixou de poder continuar a confiar na América.

Certamente que a melhor forma de limitar os danos de um retraimento americano da defesa da Europa, passará por esta pugnar por condições propícias ao reforço do seu poder na esfera internacional, e que passam precedente e prioritariamente pela afirmação de uma adequada e comum visão estratégica (que ainda não conseguiu) e uma colectiva e imprescindível vontade política (de que se tem subtraído em matéria de segurança e defesa).

III – DESAFIOS ACTUAIS PARA UM FUTURO COMPLEXO

A NATO foi sendo construída ao longo das últimas 7 décadas, tornando-se numa das mais democráticas (em termos funcionais) e eficazes (a nível da projecção de forças) organizações internacionais, um património e *know how* que nos custaria muito ver desperdiçados, por questões ideológicas de certas correntes políticas europeias ou por causa de um “amuo” (para ser diplomático) de um residente errático e transitório na Casa Branca.

Para muitos europeus, a NATO deve continuar a ser olhada e avaliada, talvez até com mais oportunidade, como instrumento fundamental, de resto único no género, ao serviço da estabilidade e promoção de valores democráticos, na medida em que vai muito para além da componente militar, como é o caso dos seus programas civis, científicos, de investigação e de educação¹¹.

A Aliança cedo interpretou o sentido da mudança do ambiente internacional e, porventura, mais célere do que qualquer outra organização, reorientou o seu referencial estratégico e deu início às adaptações internas e externas para poder continuar a actuar em favor da estabilidade e segurança no espaço euro-atlântico e não só.

Em 1991, ainda durante a existência formal da URSS, já a NATO fazia aprovar em Roma o seu primeiro conceito estratégico pós-guerra fria e encetava um conjunto apreciável de reformas que se foram aprofundando e consagrando ao longo de toda essa década. Muitos desses processos ainda hoje subsistem, embora um ou outro em “banho-maria”, como é o caso da Parceria para a Paz, do Diálogo do Mediterrâneo, Relacionamentos com a Rússia e Ucrânia, Alargamento e IESD, este um pilar que ainda hoje sustenta o relacionamento entre a NATO e a UE.

¹¹ Ainda em finais de 2018, uma equipa da Universidade de Aveiro ganhou um concurso lançado pela NATO, no qual especialistas em Informática e Sistemas Inteligentes criaram um sistema capaz de combater mensagens extremistas 2003 - na Internet;

No plano estratégico, na sequência da dissolução do Pacto de Varsóvia (MAR1991), a NATO viria a alterar o respectivo conceito, passando de um figurino restrito de defesa (associado à *resposta flexível*) para um modelo alargado de segurança, visando a prevenção de conflitos e a actuação “*out of área*”, ou seja, para além das áreas de atuação tradicionais, o Atlântico e o Mediterrâneo, numa concepção de fronteira de segurança mais alargada do que a fronteira literal. Nesse mesmo ano e pela primeira vez desde a sua criação em 1949, assistiríamos ao envolvimento da NATO numa operação real, uma vez que durante a guerra fria os meios e as forças da Aliança somente haviam participado, regularmente, em exercícios e treinos operacionais. Foi a operação “*Southern Guard*”, desencadeada durante a primeira guerra do Golfo (Inverno de 1991), que envolveu a NAVOCFORMED, contando com a participação da fragata portuguesa *Comandante Sacadura Cabral*. Pouco depois, confrontada com os crescentes desafios na sua fronteira setentrional, a NATO procederia à reconfiguração da NAVOCFORMED por forma a constituir-se como uma segunda força naval permanente da Aliança, passando a designar-se *Standing Naval Force Mediterranean* (STANAVFORMED).

No campo político, os relacionamentos e processos em curso centravam-se na parte Leste europeia e nas margens mediterrânicas. O planeamento e as intervenções militares também não excediam esses limites geográficos. As primeiras alterações a estas tendências viriam a ocorrer, apenas com o virar do século e o estalar da luta contra o terrorismo transnacional.

Ainda no plano estratégico, a NATO, a partir de 1998, abriria as portas a novas adesões, uma iniciativa que muitos admitem estar na génese do recrudescimento da postura assertiva do Kremlin. De facto, alargou-se passando a integrar 19 E-M's, num movimento que foi acompanhado pela UE e que marca a evolução estratégica em agenda das últimas cimeiras da NATO, cujas reorientações são desenvolvidas em anexo, para não sobrecarregar o texto.

No essencial, poder-se-á resumir que, esgotado o período em que vigorou na guerra fria, a NATO adquiriu uma dimensão política mais visível, enquanto a parte militar, no seguimento da ideia dos “dividendos da paz”, ia perdendo muito da sua relevância e passava a ser orientada quase exclusivamente para a preparação e execução das então designadas “operações de apoio à paz”, ou “*out of área*” na gíria.

Nesta óptica, a NATO tem sido eficaz na garantia da segurança europeia durante e no pós-guerra fria, impondo-se à implosão da União Soviética

e à unificação do continente, levando a paz aos Balcãs, depois das guerras que resultaram da desagregação da antiga Jugoslávia e intervindo a milhares de quilómetros das suas fronteiras, para responder ao 11SET2001.

O balanço é óbvio: a NATO permanece, desde a sua fundação há 70 anos, como uma organização central nos equilíbrios globais, representando para a Europa e, também para Portugal, uma opção estruturante dos respectivos conceitos estratégicos de segurança e defesa, como os inevitáveis e decisivos reflexos nas correspondentes FA's. Tudo isto é verdade, mas tal não invalida que o presente não desperte sérias interrogações na antevisão do futuro, quer da NATO, quer da relação euro-atlântica que os EUA e a Europa souberam construir até hoje.

Uma reconfiguração da NATO onde a defesa europeia seja fundamentalmente garantida por Estados europeus (leia-se no domínio da PCSD), reduzindo as necessidades de recurso a infraestruturas e equipamentos militares norte-americanos, poderia ser um modelo de exequibilidade e sustentabilidade para o futuro próximo da UE. A questão que nos assalta de imediato é: será essa ideia realista para o curto/médio prazo?

Vejamos. A previsível saída do RU da União — o E-M com mais capacidades militares — arrasta adicionais dificuldades a um problema já de si complexo. Ainda não é claro em que medida os britânicos vão continuar articulados com o Continente, em qualquer caso, importa ter em mente que a NATO é, cada vez menos, uma Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Não é uma questão de coerência, ou falta dela, face ao nome original, mas de perceber o impacto geopolítico dos seus alargamentos. Faz-se notar que, nos seus primórdios, apenas a Itália — mais tarde Grécia e também a Turquia — exorbitavam da área Atlântico Norte, enquanto hoje, abrange vários países do Centro e Leste europeu, com alguma preponderância dos Balcãs, uma circunstância que não é de somenos.

Temos também como incontornável a questão das relações com a Rússia e a China.

No primeiro caso, tida como o principal inimigo pelo passado da guerra fria e, por razões históricas e geográficas, na maioria do Leste europeu, em especial na Polónia e nos Estados Bálticos, a Rússia continua a ser vista com grande desconfiança e como potencial inimigo, uma avaliação mais moderada na maioria dos países do Sul. Será uma visão razoável na medida em que a estratégia do Kremlin passa por sobrevalorizar o seu poder, o qual tem limites maiores do que parece porque não baseado nos respectivos vectores demográfico e económico. Porém, as diferentes

percepções europeias — e as emoções exaltadas que a Rússia desperta —, fazem com que seja muito difícil uma política coerente e equilibrada face a ela, pelo menos até à data.

Todavia, a geografia é impositiva e, por isso, é impossível separar a Rússia do espaço geopolítico europeu. A sua presença impõe-se na equação da segurança da Europa. Por isso, assegurar os legítimos interesses de defesa do Leste europeu sem despertar ânimos belicosos no Kremlin poderá ser uma política de equilíbrio, difícil, mas favorável à formulação e prioridade da uma defesa europeia, naturalmente desenvolvida com pragmatismo político e uma hábil visão estratégica, para contrariar a condução de uma política externa intoleravelmente agressiva por parte da Rússia de Putin. Uma agressividade interventiva que, em larga medida, visa suportar e manter, no plano doméstico, um regime pouco democrático, para não dizer totalmente autocrático, e que enfrenta severas contrariedades económicas, ao mesmo tempo que também pretende dividir a UE, com a implicação de com isso também dividir ou pelo menos afectar a relação transatlântica. Aliás, a própria “Estratégia Nacional de Segurança da Federação Russa”, de 31DEZ15, aponta o Ocidente, liderado pelos EUA, como responsável pela desestabilização do mundo e a principal ameaça no plano internacional e militar.

Quanto à China, já é tempo de os europeus sopesarem a prática delibada de “*low profile*” da sua estratégia, de dissimular as suas capacidades, de não reclamar a liderança para não criar contrapoder, esperando o tempo certo para actuar. Quanto mais o seu peso se fizer sentir no mundo, mais os valores democráticos-liberais poderão ficar ameaçados de retrocesso. Por outro lado, os interesses fundamentais de defesa chineses pouco ou nada têm a ver com os europeus, no pior cenário, poderão até estar em rota de colisão. Para esta emergência já terá sido despertada a consciência europeia, face à considerável entrada de capitais chineses em importantes empresas de sectores estratégicos, principalmente nos países do Sul da Europa. Assim saibam tirar as devidas ilações, o que parece não ser ainda o caso.

O potencial de desestabilização passará igualmente pelo rumo que seguir a política externa dos EUA em relação a estes dois actores, mas também função da relação entre a Rússia e a UE, sem esquecer o segundo eixo de ameaças vindas do arco Sul de instabilidade, o que, em conjunto, não permite que a Europa descure uma resposta firme através do desenvolvimento da sua PCSD, em necessária complementaridade com a NATO.

Como pressuposto desse reforço europeu, torna-se indispensável acordar uma plataforma comum de ameaças e riscos, subscrita por todos

os E-M's e em concertação com a NATO, aceitando com realismo e sagesa diferentes avaliações e perspectivas nacionais para cada um desses desafios. Enquanto tal não acontecer, em termos de comum entendimento e mútuo respeito, não existirá um sentimento de comunidade e não será viável desenvolver uma eficaz PCSD no seio da UE, nem uma cooperação coordenada e operativa no quadro da Aliança Atlântica. Desenganem-se aqueles, e são alguns, que pensam serem as divergências intraeuropeias exclusivamente perniciosas para a União, porque, em domínio como a segurança, elas também se projectam nocivamente no seio da NATO.

Mas também há que ter a consciência de que um tal entendimento comum não será fácil e, portanto, também a solução enfrentará poderoso obstáculo democrático. É que, não existindo uma Europa federal, por enquanto afastada pela maioria das populações europeias, não pode ser essa vontade defraudada por lógicas tecnocráticas, nem por processos de “integração furtiva”, alimentadoras da revolta populista.

Acreditamos que, por ora, a solução para a defesa europeia só poderá ser encontrada fora do federalismo, pelo menos no futuro prolongado, o que torna claro e pressionante o desafio geopolítico, face à afirmação da China, desvarios da Rússia e ausência da liderança americana, e se esta análise estiver correcta, então sobra para a Europa e para o resto do Ocidente a inalienável responsabilidade global no domínio da política externa e de defesa, em apoio do sistema multilateral e das suas instituições, porque, se não o fizer, quem a substituirá nessa ciclópica tarefa?

Face à dificuldade de encontrar soluções perfeitas, restará à Europa, como já aludido atrás, uma reforma da NATO onde a defesa europeia marque uma presença inequívoca. Neste propósito, ainda não é claro em que medida os britânicos vão continuar ligados ao resto da UE, mas até nisso a NATO pode ser uma espécie de “escritório de advogados” que facilite a defesa da institucionalização de um acordo de cooperação entre Londres e Bruxelas, que a própria Embaixadora britânica em Portugal¹², já caracterizou como um “... *acordo estratégico novo e ambicioso para a cooperação futura em matéria de segurança e defesa* ...”.

Para além do Brexit, outro problema se levanta para a Europa da defesa e a própria NATO, e que tem a ver com a durabilidade da política

¹² Kirsty Hayes, em declarações a um periódico português “Público”, de 10NOV2017), que no Verão de 2019 será substituída no cargo por Christopher James Saint, ainda em funções de correspondente europeu e director do departamento da Europa (do Sul) no *Foreign Office*, o Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico;

externa desenvolvida pela Administração Trump, especialmente quanto ao compromisso de ligação à Aliança. Atrevemo-nos a defender a tese de que as actuais feridas desse afastamento e desconsideração poderão ser recuperadas e porquê?

Em primeiro lugar, a teia económica intrincada entre os dois lados do Atlântico será relutante ao divórcio por mais amistoso que seja.

Em segundo lugar, a recentragem da política externa americana em direcção ao Pacífico, poderá resultar mais eficaz e com melhores resultados se se virar para aí com o *soft power* da Europa, do que sem ambos.

Em terceiro lugar, não interessará aos EUA descurar a parte leste da Europa abrindo-a aos divisionistas apetites russos, mesmo que considere hoje a China como o seu principal rival e desafiador da sua ainda supremacia a nível global.

Anota-se, por curiosidade, o que alguns analistas aventam sobre a melhor maneira de os países, europeus incluídos, que dependem das decisões de Washington defenderem os seus interesses: resistir com paciência e adiar decisões importantes, porque, de uma forma ou de outra, a normalidade acabará por regressar à capital norte-americana em JAN2020 ou, no pior cenário, 2014, altura que geopolíticos, como Garton Ash, dão como mais provável para eventual acerto de agulhas e responsabilidades sobre a sustentabilidade da segurança euro-atlântica, em benefício de um mundo mais previsível e seguro, isto é, com os EUA e a Europa juntos.

Nessa linha de pensamento, temos a convicção de que a NATO será ainda mais importante no pós-brexit, até porque passa a ser o *fórum* onde britânicos, franceses e alemães se podem concertar, para além da materialização dos existentes acordos bilaterais RU-França e RU-Alemanha no domínio da segurança e defesa. Será suficiente? Talvez a interacção encontrasse um melhor tecto com criação de um conselho de segurança regional, uma velha ideia de Churchill.

Importa deixar claro: no mundo turbulento e perigoso do século XXI são os europeus quem tem mais a perder se não tiverem uma alternativa credível, dentro ou fora da NATO. As ameaças não têm fronteiras e as fronteiras não têm ameaças. É esta a principal diferença entre o ambiente de segurança dos séculos XX e XXI, suscitando, de imediato, perplexidades e algumas questões: qual o papel futuro da NATO? quais as áreas-chave que se manterão e as que serão novas? como será isto tudo influenciado pelos novos desafios globais de segurança?

Infelizmente, não dispomos de respostas explícitas e definitivas para estas questões. Por isso, só poderemos partilhar convosco aquilo que gosta-

rámos que fosse o dia de amanhã, aliado e europeu, nem que para tal a Aliança tenha de “levitar” durante alguns anos mais (permanência da Administração Trump), mas com um destino traçado pela preservação da natureza fundamental; manutenção do objectivo e missão fundamental da defesa comum e garantia da integridade territorial dos aliados; e a sua consagração como o principal fórum euro-atlântico (EUA-Europa) de debate com uma agenda dos desafios comuns, mútua influência e aproximação de posições e pontos de vista, decisão das acções comuns e partilha justa dos custos, riscos e responsabilidades de implementação das decisões, no continuado respeito pelo mecanismo de consenso.

Com a noção das dificuldades que se impõem à conquista desse futuro, acreditamos que o velho slogan – “*reform or death*” –, que ecoou nos corredores do Q-G da NATO, em Bruxelas, aquando do fim da guerra fria, tenha o mesmo desenlace positivo que se pode inferir do acompanhamento dos 7 Conceitos Estratégicos, elaborados de 1949 a 2010, e que provam a capacidade adaptativa da Aliança aos desafios colocados pelos desenvolvimentos históricos a nível mundial durante tão longo período. Na verdade, foi sempre capaz de encontrar as soluções possíveis e adequadas, em ambiente cúmplice de unanimidade objectiva, em função das ameaças e riscos com que se viu periodicamente confrontada.

Mesmo excluindo os piores cenários, o Ocidente enfrentará um novo mundo com novos candidatos que farão crescentes exigências sobre o futuro. A par desses novos actores, também o ambiente de segurança terá que levar em consideração o vasto de leque de ameaças e riscos emergentes, onde sobressai o papel da cibersegurança, a alertarnos para o facto de as batalhas poderem travar-se, não apenas em terra, no ar e no mar e em redes informáticas, mas também no espaço.

Também aqui a NATO pode ter um papel importante e para isso já cuida do planeamento de obtenção de armamento espacial capaz de destruir mísseis inimigos, defesas aéreas e satélites, compaginável com a decisão¹³ de declarar o espaço como nova fronteira e domínio operacional da defesa, prevista tomar na próxima cimeira (Londres), e que poderá ajudar a convencer o aliado americano da oportunidade e mérito de uma Aliança que pode

¹³ O aspecto mais sensível que pode estar em causa é o facto de os ataques espaciais poderem constituir uma agressão à Aliança e se se acciona a cláusula de defesa colectiva, o Artigo 5.º. À semelhança da decisão de transformar o ciberespaço num domínio de defesa, em 2016, esta decisão significará inicialmente um aumento do planeamento militar, a revisão das vulnerabilidades da NATO e um exame minucioso de como proteger melhor os satélites comerciais usados pelos militares.

ser útil para dissuadir a China e a Rússia de ascenderem ao patamar das potências militares rivais.

Recorde-se que neste domínio, Trump, que usou a cimeira da NATO de JUL2018, para criticar os aliados europeus sobre os gastos na defesa e acusar a Alemanha de ser uma prisioneira energética da Rússia, já assinou (FEV2019) um plano para se criar a Força Espacial dos EUA, e, ainda que falte algum tempo para a realização da cimeira de Londres em DEZ2019, os aliados europeus ficam até lá expectantes relativamente à atitude ou não, do errático inquilino da Casa Branca, poder aparecer novamente a questionar o valor da Aliança, da qual é o líder de facto. Esperemos que a lucidez geopolítica impere.

Tal é ainda mais importante e urgente tendo em conta o actual clima internacional hostil, no qual a Europa enfrenta significativos desafios económicos e de segurança por parte da China, da Rússia e até dos EUA. Isso requer não só visão política e coragem, mas também colaboração e confiança, que não se podem extraviar nas arenas ocidentais tão importantes como a NATO e a UE.

Por estas e mais razões, seria, pois, um erro fatídico para as potências ocidentais abandonarem as ideias e instituições que proporcionaram prosperidade e estabilidade nas décadas anteriores.

IV – Notas Conclusivas

O que se seguiu, depois da II GM, foi uma das mais interessantes páginas da história, no capítulo das RI's. Os E-M's de um continente destruído iam descobrir os caminhos e um modo de vida baseados na cooperação. Tudo isto, com a ajuda decisiva da NATO, sob o alto patrocínio militar dos EUA.

A NATO representou aquilo que outras iniciativas nunca concretizaram, ou seja, uma aliança euro-atlântica (maioritariamente de Estados europeus), capaz de projectar forças multinacionais eficazes na defesa de interesses comuns, sempre na sequência de um processo de decisão por consenso.

Graças também à NATO e ao papel dos EUA, foi possível edificar uma OI liberal que, na apreciação de **Chris Patten – o último governador inglês de Hong Kong –, está a caminhar para o fim, com uma ONU largamente impotente no que à regulação do poder mundial diz respeito e uma UE, em parte por causa da retirada britânica mas também**

por outras razões, a não conseguir actuar de forma tão unida e eficaz como seria desejável.

No futuro próximo, as RI's vão ser dominadas por um certo equilíbrio tripolar, moldado pelos gigantes do mundo, EUA, China e Rússia, devendo a nossa atenção concentrar-se na forma como estes países vão gerir a sua coabitação no palco global.

Resta saber se a Europa vai acentuar a sua condição periférica, com cada E-M a tratar de si, ou se consegue responder, arcando com a integração europeia a um nível sem precedentes, passando a ser o 4º gigante, o que não será realisticamente de grande verosimilhança.

Em função deste cenário e na altura em que atinge a “3ª idade” (70 anos), a NATO continua a fazer tanto ou ainda mais sentido, na sua função de pilar da arquitectura de segurança e defesa europeia que vem do pós-guerra.

A História evidencia-o, mas a questão crucial é saber se os líderes ocidentais querem aproveitar esse património de experiência política e militar da organização, para reforçarem o seu peso, incluindo o europeu, numa altura em que Washington, pelo menos temporariamente, parece “alhear-se” do eixo transatlântico.

Não haverá grande objecção à ideia de que é do interesse da Europa o reforço da sua complementaridade com a NATO, como o recomendam as diversas ameaças que impendem sobre o seu território, e até dentro da sua própria casa, com as novas pulsões nacionalistas, populistas e xenófobas, como se o soberanismo, por si só, fosse a solução milagrosa para a sua crise e desafios que lhe são postos pelo futuro na transição para a nova OI.

Para o efeito, a Europa não pode ficar sem qualquer mecanismo comum dissuasor e de projecção de forças, aspecto que faz da NATO uma instituição insubstituível, até pelo papel que desempenha em zonas que vão para lá da geografia do Atlântico Norte.

Talvez seja a hora para que os governantes europeus se assumam, ainda que de forma realista, mais ambiciosos na avocação das “despesas da casa”, um apelo que tem sido recorrente por parte das várias administrações americanas.

Claro que isso implicará vontade política e um maior investimento, mas será sempre um preço muito menor do que aquele que teríamos de pagar, em caso de definhamento da NATO por causa de interesses políticos egoístas ou em função de desinteresse de Washington na preservação da Aliança, à revelia dos próprios interesses estratégicos americanos, como ainda recentemente o confessou o General James Mattis, demitido, em 2018, do cargo de Secretário de Estado da Defesa.

Será um caminho sem escolhos? Certamente que não, mas também sucedeu no passado, em que as crises da NATO foram sempre ultrapassadas, com maior ou menor atrito e dificuldade. De um lado e do outro acabará por imperar o pragmatismo do jogo que não será de soma zero, antes com ganhos para ambas as partes, com a América e a Europa a compreenderem que, ambos, como já no antecedente, poderão conseguir a melhor maneira de prevenir a guerra através da dissuasão e que o aliado norte-americano acabará por reconhecer que a NATO permanecerá como um investimento na política externa com o adequado retorno.

É essa aposta vale a pena, porque:

- a) na Europa, os governos das democracias liberais tentam persuadir os seus eleitorados que ainda são capazes de proteger os cidadãos das forças da natureza da política internacional e da mudança social;
- b) nos EUA, o “patriotismo económico” será um dos temas da campanha dos democratas em 2020. A América e a Europa estão a virar-se para dentro.

Que consequências terá todo este processo para a Aliança Atlântica? Foi esse o humilde propósito desta abordagem, com a consciência de que o prognóstico está eivado de enorme incerteza, mas um desejo profundo de que a Aliança continue a ser para a Europa o guarda-chuva de segurança e estabilidade que conseguiu ser até hoje.

A divisa da NATO, “*Animus In Consulendo Liber*”¹⁴ continuará, queremos acreditar, gravada nas paredes do novo edifício do Q-G em Bruxelas, impositiva da concentração para obtermos os melhores resultados com as nossas deliberações. Queremos acreditar que será esse o caso da generosa e bem conservada “septuagenária” NATO.

¹⁴Frase da obra do romano Salusto, “*A Conspiração de Catilina*”, que exorta à reflexão e ponderação como virtudes maiores dos grandes homens;

ANEXO

Cimeiras e Estratégias

CIMEIRAS

- Praga [2000]
- Riga [2006]
- Lisboa [2010] – cimeira da esperança
- Chicago [2012] – cimeira da meia-esperança
- Gales [2014] cimeira da plena crise
- Varsóvia [2016]
- Bruxelas [2018]

a) Washington – 1999

Aprovou um novo Conceito Estratégico, quando comemorou o 50º aniversário;

É portanto anterior ao 11SET2001, e desde aí sabe-se que a ameaça do terrorismo veio para ficar e que será longa a sua erradicação;

Com base neste pressuposto, a NATO tem de definir um novo Conceito Estratégico;



Cimeira de Praga em 21-22 de novembro de 2002

Fonte: <https://www.nato.int/docu/review/2011/11-eptember/10-years-sept-11/files/1643.jpg>

b) Praga – 2000

Marcou uma profunda viragem nas orientações estratégicas dos aliados, em termos da redefinição das missões e ao estabelecer um conjunto de domínios de cooperação militar perante a ameaça terrorista e a necessidade de a conter;

Em 2003 todos os assuntos de cariz operacional passaram a estar sob responsabilidade do Comando Aliado para as Operações (*Allied Command Operations* - ACO), a nova designação do Comando Aliado da Europa (SACEUR), enquanto que um novo comando, o Comando Aliado para a Transformação (*Allied Command Transformation* - ACT), foi estabelecido em Norfolk, nas anteriores instalações do Comando Aliado do Atlântico (SACLANT), cuja missão é promover e controlar a permanente transformação das forças e capacidades da Aliança, assim como assegurar a sua interoperabilidade.

c) Riga – 2006

Alterou a estrutura de comandos, a transformação do QG da NATO em Oeiras, designado de Joint Command Lisbon (JCL) num Joint Force Command (JFC), equiparando-se aos comandos operacionais de Nápoles e Brunssum;

O JCLisbon viu assim expandido o seu papel para se assumir como principal comando da NATO para África;

d) Lisboa – NOV2010

Cimeira de Lisboa

Fonte: [https://cdn.cmjornal.pt/images/2010-11/img_770x433\\$2010_11_22_21_35_00_227187.jpg](https://cdn.cmjornal.pt/images/2010-11/img_770x433$2010_11_22_21_35_00_227187.jpg)

Depois da Guerra Fria, a NATO tornou-se numa aliança político-militar híbrida: do enfoque na defesa territorial através da dissuasão, passou a instrumento de gestão de crises e manutenção da paz a nível europeu. Aprovado também o sistema de defesa antimíssil aprovado. Quis fazer desta cimeira o momento da reconciliação com a Rússia, depois do congelamento das relações na sequência da guerra na Geórgia.

Princípios do novo conceito estratégico:

- A segurança dos membros da NATO nos dois lados do Atlântico é indivisível e será defendida na base nos princípios da solidariedade, sentido comum e justa distribuição de tarefas.
- Segurança: além das ameaças convencionais que não podem ser ignoradas, novos riscos como a proliferação de mísseis balísticos, os ciberrataques, o tráfico de pessoas, o extremismo e o terrorismo põem em causa a segurança dos cidadãos dos países da NATO.
- Defesa: prevê o desenvolvimento de um sistema de defesa contra ataques de mísseis balísticos, com a cooperação da Rússia e de outros parceiros euro-atlânticos.
- Não-proliferação: reafirma compromisso com promoção do desarmamento e mantém que enquanto existirem armas nucleares, a NATO será uma aliança nuclear.
- Alargamento: consagra a possibilidade do alargamento às democracias europeias que cumpram os requisitos para a entrada na NATO.
- Parcerias: reafirma que a NATO não representa nenhuma ameaça para a Rússia e consagra a importância da cooperação com Moscovo.

e) Chicago – 2012

Na anterior Cimeira de Lisboa, em 2010, a Aliança tinha traçado uma nova missão ou “Conceito Estratégico”. Porém, menos de seis meses mais tarde, os acontecimentos na Líbia testaram muitas partes do novo conceito, mais cedo e de forma mais severa do que se esperava. No entanto, milhares de civis líbios foram protegidos pela campanha da NATO em 2011.

A imprevisibilidade da segurança é quase previsível. De certa forma, a Cimeira de Chicago foi uma tentativa de assegurar que a NATO continuaria a estar pronta para lidar com estas surpresas.

Uma das áreas com que teve de lidar foi com o Afeganistão e o melhor modo de manter o rumo, independentemente do número de vezes que o roteiro de retirada fosse posto em causa.

f) Gales – 2014

Aprovado um Plano de Ação de Prontidão (*Readiness Action Plan*), triplicando o total de tropas da *NATO Response Force* (NRF) para 40 mil militares e criando uma *Very-High Readiness Joint Task Force* (VJTF) capaz de ser projectada em 2 a 3 dias, com uma componente marítima constituída pelas Forças Navais Permanentes e outros meios operacionais, como submarinos, navio de comando e controlo, aeronaves de patrulhamento marítimo e forças de operações especiais.

g) Varsóvia – 2016

Consagrou um importante passo para a viragem da NATO a sul (através do lançamento da Operação Sea Guardian, em resultado da transição da Operação Active Endeavour de artigo 5º para uma Operação de Segurança Marítima), implementando o quadro de adaptação da NATO aos desafios e ameaças provenientes do sul, melhorando o conhecimento situacional, as capacidades expedicionárias e o planeamento avançado. Apoio à Coligação Internacional contra o autodenominado Estado Islâmico, disponibilizando os aviões *Airborne Warning And Control System* (AWACS) da NATO.

Reforçou a presença avançada da NATO na Polónia, Estónia, Letónia e Lituânia, a partir de 2017, com quatro batalhões multinacionais liderados pelos EUA, RU, Alemanha e Canadá, numa clara demonstração de que um ataque contra um daqueles Aliados de leste enfrentará uma resposta colectiva da Aliança.

Reconheceu o ciberespaço como um domínio operacional e estabeleceu o aumento do investimento nas capacidades de ciberdefesa nacionais.

Implementar o “quadro de adaptação da NATO aos desafios e ameaças provenientes do sul”, melhorando o conhecimento situacional, as capacidades expedicionárias e o planeamento avançado.

Reiterada a importância dos Aliados cumprirem o compromisso de atingir orçamentos de defesa da ordem dos 2% do PIB.

Decisão de retomar o diálogo político e diplomático com Moscovo, tendo em vista promover a transparência e a redução de riscos, evitando mal-entendidos e possíveis incidentes em manobras militares que poderiam resultar numa desnecessária escalada de tensão. Nesse sentido foi afirmado em Varsóvia: “*A Rússia é parte do problema, mas é também parte da solução*”.

h) Bruxelas – 2018

Os gastos com a defesa e a repartição dos encargos estiveram no topo da agenda, assim como a acusação de Trump à Alemanha de estar refém da Rússia devido às importações de gás e ao gasoduto que vai ser construído no Mar Báltico.



Cimeira de Bruxelas Julho 2018

Fonte: NATO Media Library

BIBLIOGRAFIA

- Scenario Group EU + East 2030, The EU and the East in 2030 – Four Scenarios for Relations between the EU, the Russian Federation, and the Common Neighbourhood, do Friedrich Ebert Stiftung, 2014;
- Rodrigues, Alexandre Reis - “A defesa colectiva da Europa: responsabilidade da NATO ou da União Europeia?”, in *Estratégia*, 24-25, 2º semestre 2007;
- Guerra, Alexandre – “NATO, 70 anos ao serviço da Europa”, in “Público”, de 19JAN19;

- Stiglitz, Joseph E. – “Globalization and Its Discontents Revisited: Anti-Globalization in the Era of Trump”, 2018;
- Wolfe, Michael – “Fire and Fury, Inside the Trump White House”, Little, Brown, Grã-Bretanha, 2018;
- Chomsky, Noam – “A nova guerra contra o terror”, in Estudos Avançados, 16 (44), 2002;
- Waltz, Kenneth – “Theory of International Politics”, 1979;

Comunicados

- Defence Expenditure of NATO Countries (2011-2018), Press Release da NATO, de 10JUL2018;
- Declaração Conjunta dos presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia e do Secretário-Geral da NATO, de 08JUL2016, por ocasião da Cimeira da NATO de Varsóvia, EM 08/09JUL2016;
- Intervenção do Secretário de Estado dos EUA, James Mattis, na 1ª Sessão da Cimeira da NATO, Bruxelas, 15FEV2017 – cenarização de teatros estratégicos;
- “Strategic Concept For the Defence and Security of The Members of the North Atlantic Treaty Organisation”, adopted by Heads of State and Government in Lisbon
- “Active Engagement, Modern Defence”, de 2010;



INSTITUTO DOM JOÃO DE CASTRO

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE FUNDADORES

Prof. Doutor Adriano José Alves Moreira – *Presidente*

ASSEMBLEIA-GERAL

Prof. Doutor Adriano José Alves Moreira – *Presidente*

Prof.^a Doutora Maria Regina M. Flor e Almeida – *Vice-Presidente*

V/Alm. João Manuel Lopes Pires Neves – *Secretário*

DIRECÇÃO

V/Alm. António Carlos Rebelo Duarte – *Presidente*

Margarida Lima Mayer – *Vogal*

Amaro de Oliveira Santos – *Vogal*

Prof. Doutor José Fontes – *Vogal*

V/Alm. José Manoel Penteado e Silva Carreira – *Vogal e
Secretário-geral*

CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor António Maria Pinheiro Torres – *Presidente*

Dr. João Maria Abrunhosa Sousa – *Vogal*

Dr. José Luís Pereira Seixas – *Vogal*

O Boletim Roteiros conta com o apoio:

